

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

ANGELA MARIA CARNEIRO DE CARVALHO

**O CAMPO DOS ESTUDOS EM ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL
PÓS ANOS 90: RECONFIGURAÇÃO DE LÉXICOS E TEMÁTICAS
NA PRODUÇÃO ACADÊMICA NACIONAL**

SÃO CARLOS – SP

2014

**O CAMPO DOS ESTUDOS EM ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL PÓS
ANOS 90: RECONFIGURAÇÃO DE LÉXICOS E TEMÁTICAS NA
PRODUÇÃO ACADÊMICA NACIONAL**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

ANGELA MARIA CARNEIRO DE CARVALHO

**O CAMPO DOS ESTUDOS EM ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL
PÓS ANOS 90: RECONFIGURAÇÃO DE LÉXICOS E TEMÁTICAS
NA PRODUÇÃO ACADÊMICA NACIONAL**

**Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Engenharia de Produção
para obtenção do título de Doutor em
Engenharia de Produção**

Orientador: Prof. Dr. Roberto Grün

SÃO CARLOS – SP

2014

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

C331ce

Carvalho, Angela Maria Carneiro de.

O campo dos estudos em administração no Brasil pós anos 90 : reconfiguração de léxicos e temáticas na produção acadêmica nacional / Angela Maria Carneiro de Carvalho. -- São Carlos : UFSCar, 2015.

204 f.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2014.

1. Administração. 2. Campo científico. 3. Ensino - pesquisa. 4. Ciência da administração. 5. *Critical Management Studies (CMS)*. 6. Novos léxicos e temáticas. I. Título.

CDD: 658 (20^a)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia
Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Tese de Doutorado da candidata Ângela Maria Carneiro de Carvalho, realizada em 15/12/2014:

Prof. Dr. Roberto Grun
UFSCar

Prof. Dr. Paulo Roberto de Mendonça Motta
FGV

Prof. Dr. Cristiano Fonseca Monteiro
UFF

Prof. Dr. Thales Haddad Novaes de Andrade
UFSCar

Prof. Dr. Mário Sacomano Neto
UFSCar

DEDICATÓRIA

Ao meu pai, Ernani, *in memoriam*, pelo eterno bom humor.

À minha mãe, Rosária, pela companhia em muitas aventuras.

À minha alegre, carinhosa, ‘barulhenta’ e luso-italianíssima família:

Ao Tio Sérgio, pelos cuidados e pelas muitas histórias que nos conta;

À Tia Lindinha, *in memoriam*, cujos gestos e palavras de carinho sempre lembrarei;

Aos meus primos e primas, Sonia, Sérgio e Márcia, Fábio e Luisa, ao super gato Rafael e às princesinhas Lelê e Juju, ao Murilo e à Liane, enfim, a todos e às suas famílias...

A vocês, cujo convívio transforma os mais simples momentos em comemorações especiais.

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas e instituições contribuíram para realização de meu projeto de doutorado. A todos gostaria de deixar aqui meu enorme agradecimento:

Ao Prof. Roberto Grün, meu orientador, cuja mente inquieta e brilhante aprendi a seguir e admirar. Agradeço suas opiniões, suas perguntas instigantes, sua orientação bem humorada, seu incentivo e infundável cumplicidade.

À CAPES, pelo apoio institucional na concessão da bolsa para realização de meu *séjour d'études* em Paris no período escolar de 2011-12. Ali, pude dialogar com pessoas e frequentar espaços que foram essenciais para o desenvolvimento dos meus estudos. Agradeço à segura e atenciosa orientação do Professor Afrânio Garcia na École des Hautes Études em Sciences Sociales (EHESS) e ao Professor Michel Villette pelo diálogo e oportunidades oferecidas na École Normale Supérieure (ENS). Ao Professor Vassili Rivron, por compartilhar seu conhecimento e suas experiências de tese.

Aos professores do Departamento de Engenharia de Produção da UFSCar pelas aulas e diálogos estimulantes, pela acolhida carinhosa e pelas oportunidades de contribuição e discussão.

Ao professor Paulo Roberto Motta, pelo incentivo ao meu projeto de Doutorado, pela generosidade do conhecimento compartilhado, pelo apoio e oportunidades oferecidas. Em sua pessoa agradeço também aos professores e colegas da FGV. À Alcina e à Márcia pelo carinho e amizade.

Aos professores Ana Maria Almeida, Mario Grynszpan, Julio Donadone, Thales Haddad Novaes de Andrade e Fabiano Engelmann, interlocutores em diferentes momentos que forneceram contribuições importantes para o andamento da pesquisa.

Aos professores da banca de defesa de tese agradeço a disponibilidade de leitura e discussão do meu trabalho, contribuindo para a melhoria e enriquecimento do meu projeto profissional.

A Jane Feraudy e Oneide Ribas, que, nos passos e palcos do *ballet* clássico, provavelmente já me inseriam em fantásticos mundos possíveis.

Aos amigos e colegas do NESEFI – Núcleo de Estudos em Sociologia Econômica e das Finanças, com quem compartilhei grupos de discussão, organização de eventos, inseguranças, vitórias e muitas comemorações - por fazerem especial minha estadia em São Carlos.

Ao pessoal que me cobrou prazos e aos que me ajudaram a cumpri-los: agradeço à Natalia, ao Robson, ao Leandro, ao Murillo, à Raquel – que já alçou novos voos, e a todos os funcionários do DEP. Ao Tuta e sua equipe da Aquarela, pela eficiência, disponibilidade e pela qualidade do trabalho. À equipe da Biblioteca Comunitária (BCo) pela disponibilidade e sempre simpática acolhida.

Aos amigos queridos que tiveram que “aturar quem faz a tese”, a quem agradeço as lembranças, o apoio, os contatos, certa de que me faziam mais falta do que eu a eles:

A Dione e Edmundo, incentivadores e companheiros fiéis, com quem, do charme de Paris ao frio de Colmar, das descobertas de Rennes aos bares de Botafogo, compartilhei muitos papos sem hora para acabar.

À Luiza, que entre a racionalidade da Administração e a emoção das Artes sempre me lembrava o quanto eu já havia conquistado e "chegado lá".

A Ana Celia, Ariza, Cotinha – e à linda Karla, que conosco compartilhou marcante data – por poder comemorar, brindando ao Sena, nossa, enfim, "amizade de toda a vida". A Fafá, Vera, Amélia, Eliane, Airton, Márcia, Cristina, Cláudia, Ronaldo, Ricardo - às esposas, maridos, filhos – e demais amigos da turma, que conosco sempre participaram de "baladas e praia"...

À turma de Petrópolis, na pessoa da querida Tia Therezinha, cujo carinho, atenção e orações sempre me acompanharam. A Verena, Beto - e ao trio Beta, Karol e Cadi - por alegres e jovens lembranças no frio da serra. A Maria Alice, pelos sonhos junto sonhados, ao Eduardo e ao Dudu que fazem parte do mesmo projeto. A José Carlos e Rosangela, pela amizade que remonta aos saudosos bancos da UCP.

Aos amigos que fiz em Paris: à Luciana pelo companheirismo em todos os momentos, ao Rodrigo pelo muito que nos acompanhou e compartilhou aventuras, à Maíra e ao Edu – com quem tenho as mais belas fotos de uma chuvosa Giverny. À Muriel, ao M. Blindermann, à Absa, ao Édougué, a quem cito representando todos que tornaram meu *séjour* uma experiência única e gratificante.

Aos muitos amigos que fiz em São Carlos pelo especial período que aqui estive e a todos que não citei diretamente, mas que com certeza caberiam neste agradecimento.

Muito obrigada por tornarem meu percurso rico, desafiante e proveitoso!!!

RESUMO

O contexto da financeirização, da economia global – e correspondentes empresas ‘classe mundial’, invocam constantes desafios aos gestores do século XXI. Os responsáveis por sua formação – incluindo aí professores e Escolas de Negócios – deparam-se, de forma análoga, com cenários complexos e incertos. Questionamentos sobre a validade dos modelos de formação de gestores são frequentes neste momento. O presente trabalho se propõe a investigar as transformações ocorridas no campo de estudos em Administração no Brasil pós anos 90. Mais exatamente, interessa-se pelo conhecimento que responde pela formação do gestor. Os agentes – e respectivas instituições - que produzem este conhecimento constituem o foco da pesquisa. Consideramos como tal a atividade dos professores/pesquisadores alocados nos programas de Mestrado e Doutorado dos cursos de Administração das Instituições de Ensino Superior (IES) que se filiam obrigatoriamente ao organismo governamental denominado Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), responsável por melhorias no ensino superior no Brasil. A pesquisa foi construída, portanto, em torno da análise da estrutura do campo desses professores/ pesquisadores em Administração no Brasil pós anos 90. Optamos pela utilização do aparato teórico-metodológico de Pierre Bourdieu pela possibilidade de apreensão relacional do espaço onde os agentes – cujo poder é distribuído de forma assimétrica – ocupam e lutam por posições. Diversos trabalhos demonstram a predominância de autores americanos a embasar a produção nacional – que, conseqüentemente, termina por ter forte inclinação funcionalista. Por outro lado, em torno dos anos 90, a hegemonia americana passa a ser mais fortemente contestada, especialmente por pesquisadores que passam a demonstrar maior independência intelectual em relação às tradições epistemológicas do *mainstream*. A inspiração para este grupo emergente são os chamados *Critical Management Studies (CMS)* originados no Reino Unido. A conclusão da pesquisa permitiu apreender parte das oposições e afinidades que organizam o campo, suas transformações e as estratégias dos dois grupos de agentes rivais, constituindo a denominada ‘arena’ dos estudos organizacionais. Por outro lado, mesmo pouco aderentes à denominação ‘novos entrantes’, podemos assumir que são claras e muitas das vezes institucionalizadas as transformações ocorridas no pós anos 90. A pesquisa evidenciou ainda o aumento de debates e sistematizações no sentido da construção de epistemologia específica da disciplina, que não apenas contribuem para o aperfeiçoamento da teoria administrativa como também apontam caminhos para os desenvolvimentos futuros da Administração.

Palavras-chave: Campo. Ensino e Pesquisa. Ciência da Administração. *Critical Management Studies*. Novos Léxicos e Temáticas.

ABSTRACT

The context of the financialization of the global economy and the corresponding world-class organizations have posed major challenges to the 21st century managers. Those responsible for their professional education - including professors and Business Schools - have faced uncertain and complex contexts. The validity of management education programs has been increasingly questioned. This study aims to investigate the changes in the Business Administration field in Brazil after the 90's; more specifically, it focuses on the knowledge involved in management education and on the agents and their respective institutions that provide this knowledge. This includes specifically the activities of professors and researchers engaged in Master's and Doctoral programs in Business Administration at Higher Education Institutions affiliated with the government agency called CAPES, a foundation whose central purpose is to coordinate efforts to improve the quality of higher education in Brazil. Therefore, this research was conducted based on the analysis of the structure of the field of these professors and researchers in Business Administration in Brazil after the 90's. Pierre Bourdieu's theoretical and methodological apparatus was used due to the possibility of relational understanding of social space, where the agents - whose power is asymmetrically distributed - occupy and fight over positions. Several studies demonstrate the predominance of American authors in the Brazilian scientific production, which is, therefore, basically functionalist. On the other hand, around the 90's, the American hegemony became refuted, especially by researchers who started to demonstrate greater intellectual independence to that traditional mainstream epistemology. This emerging group has been inspired by the Critical Management Studies (CMS), originated in the UK. The conclusion of the present study allowed the understanding of part of the oppositions and affinities that organize this field, its transformations, and the strategies of two rival groups of agents, constituting the arena of the organizational studies. On the other hand, although weakly adherent of the 'new entrants' denomination, the changes that took place after the 90's can be said to be easily identified and often institutionalized. This study also revealed the intensified debates and systematization towards the construction of a particular epistemology of this discipline, which not only contribute to the improvement of the administrative theory, but also provides means to promote the future development of Business Administration.

Keywords: Field. Education and Research. Administration Science. Critical Management Studies. New lexicon content and thematic structure.

RÉSUMÉ

Le contexte de la financiarisation, de l'économie globale – et des entreprises de «classe mondiale» – posent des constants défis aux dirigeants du XXI^{ème} siècle. Les responsables de leur formation – y compris les professeurs et les Écoles de Gestion – sont confrontés, de façon analogue, à des scénarios complexes et incertains. Les questionnements sur la validité des modèles de formation des dirigeants sont fréquents en ce moment. Le présent travail propose une investigation des transformations ayant eu lieu dans le champ des études en Administration dans le Brésil post-années 90. Plus exactement, il s'intéresse aux savoirs qui contribuent à la formation du dirigeant. Les agents – et les institutions respectives – qui produisent cette connaissance constituent la cible de cette recherche. Nous considérons comme telle l'activité des professeurs/ chercheurs membres des programmes de Master et Doctorat des cursus d'Administration des Institutions d'Enseignement Supérieur (IES) qui s'affilient obligatoirement à l'organisme gouvernemental appelé Coopération de Perfectionnement de Personnel de Niveau Supérieur (CAPES), responsable des améliorations dans l'enseignement supérieur au Brésil. La recherche fut donc construite autour de l'analyse de la structure du champ de ces professeurs/ chercheurs en Administration au Brésil après les années 90. Nous avons opté pour l'utilisation de l'apparat théorique-méthodologique de Pierre Bourdieu par la possibilité d'appréhension relationnelle de l'espace où les agents – dont le pouvoir est distribué de façon asymétrique – occupent et luttent pour des positions. Plusieurs travaux démontrent la prédominance d'auteurs américains dans la base de la production brésilienne qui, par conséquent, a un fort penchant fonctionnaliste. D'un autre côté, autour des années 90, l'hégémonie américaine est de plus en plus contestée, spécialement par des chercheurs qui commencent à démontrer une plus grande indépendance intellectuelle par rapport aux traditions épistémologiques du *mainstream*. L'inspiration pour ce groupe émergent sont lesdits *Critical Management Studies* originaires du Royaume-Uni. La conclusion de la recherche a permis d'appréhender une partie des oppositions et des affinités qui organisent le champ, ses transformations et les stratégies des deux groupes d'agents rivaux, constituant ladite 'arène' des études organisationnelles. D'un autre côté, même si peu adeptes de la dénomination 'nouveaux entrants', nous pouvons assumer que sont claires et souvent institutionnelles les transformations ayant eu lieu après les années 90. La recherche a, de plus, mis en évidence l'augmentation des débats et des systématisations dans le sens de la construction d'une épistémologie de la discipline qui ne contribuent pas seulement au perfectionnement de la théorie mais aussi indiquent un chemin pour les développements futurs de l'Administration.

Mots-clé: Champ. Enseignement et Recherche. Science de l'Administration. *Critical Management Studies*. Nouveaux Lexiques et Thématiques.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	<i>Almost there, 2000, a series of five photos – Maria Frieberg</i>	21
Figura 2	<i>Almost there, 2000, a series of five photos – Maria Frieberg</i>	21
Figura 3	Ilustração para <i>Organization theory: an Elephantine Problem</i> , de Dwight Waldo	64
Figura 4	<i>Synthèse de la dynamique des pratiques</i>	70
Figura 5	Paradigmas, metáforas e escolas relacionadas de análise organizacional	143

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Ano de titulação – comparação 2004-2009	168
Gráfico 2	Local de titulação - comparação 2004-2009	170
Gráfico 3	Local de lotação - comparação 2004-2009	172
Gráfico 4	Área de conhecimento - comparação 2004-2009	173

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Representações	58
Quadro 2	Cinco pontos de vista distintos para o estudo da Administração	63
Quadro 3	Artigos apresentados nos eventos da ANPAD – pesquisa pelo nome de Bourdieu (relação de artigos e autores)	77-9
Quadro 4	Resumo dos passos iniciais da pesquisa	94

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Artigos apresentados nos eventos da ANPAD – pesquisa pelo nome de Bourdieu (número de artigos)	76
Tabela 2	Evolução do número de cursos de administração desde a década de 60	84
Tabela 3	Ano de titulação (Demonstrativo 2009)	167
Tabela 4	Ano de titulação (Demonstrativo 2004)	168

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Academia Brasileira de Ciências
ABE	Associação Brasileira de Educação
AEP	<i>Association d'Économie Politique</i>
AoM	<i>Academy of Management</i>
ABRAS	Núcleo de Estudos de Administração Brasileira
ANPAD	Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração (anteriormente)
ANPAD	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (atualmente)
ANGRAD	Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração
B.A.	<i>Bachelor of Arts</i>
B.Sc	<i>Bachelor of Science</i>
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CES	Câmara de Educação Superior
CFA	Conselho Federal de Administração
CFE	Conselho Federal de Educação
CEO	<i>Chief Executive Officer</i>
CEPPAD	Centro de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração
CIAGS	Centro Interdisciplinar em Desenvolvimento e Gestão Social
CFTA	Conselho Federal de Técnicos de Administração
CMS	<i>Critical Management Studies</i>
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNE	Conselho Nacional de Educação
COPEAD	Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração
CRTA	Conselhos Regionais de Técnicos de Administração
CRA	Conselho Regional de Administração
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público
DBA	<i>Doctor of Business Administration</i>
DCS	<i>Doctor of Commercial Sciences</i>
EBAP	Escola Brasileira de Administração Pública
EBAPE	Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas
EAESP	Escola de Administração de Empresas de São Paulo
ECA	Estudos Críticos em Administração
EDUCERE	Congresso Nacional de Educação
EHESS	<i>École des Hautes Études en Sciences Sociales</i>
ESAN	Escola Superior de Administração e Negócios

ENC	Exame Nacional de Curso
EMA	Encontro da Divisão de Marketing da ANPAD
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
EnPEQ	Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade
EnEO	Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD
EnANPAD	Encontro Nacional da ANPAD
EO	Estudos Organizacionais
EOR	Divisão de Estudos Organizacionais da ANPAD
EUA	Estados Unidos da América
FAT	Faculdade Anísio Teixeira de Feira de Santana
FCEA	Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FEI	Faculdade de Engenharia Industrial
FEA	Faculdade de Economia e Administração
FCA	Fundação de Ciências Aplicadas
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
IES	Instituições de Ensino Superior
IDORT	Instituto de Organização Racional do Trabalho
M.A.	<i>Master of Arts</i>
M.S. ou M.Sc	<i>Master of Science</i>
MBA	<i>Master of Business Administration</i>
MEC	Ministério da Educação
NDP	Núcleo Docente Permanente
NESEFI	Núcleo de Estudos em Sociologia Econômica e das Finanças
NEOS	Núcleo de Estudos Organizacionais e Simbolismo
NEPOL	Núcleo de Estudos sobre Poder s Organizações Locais,
ORD	Núcleo de Pesquisa Organizações, Racionalidade e Desenvolvimento
PhD	<i>Doctor of Philosophy</i>
PNPG	Plano Nacional de Pós-Graduação
PNTE	Programa Nacional de Treinamento de Executivos
PPGEP/DEP	Programa de Pós-Graduação do Departamento de Engenharia de Produção
PPGAd/UFF	Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal Fluminense
PRO	<i>Équipe PRO – Professions, Réseax, Organisations</i>
PUC	Pontifícia Universidade Católica
O&S	Revista Organização & Sociedade
ORD	Organizações, Racionalidade, Desenvolvimento (Rede ORD)

RAC	Revista de Administração Contemporânea
RAE	Revista de Administração de Empresas
RAP	Revista de Administração Pública
RAUSP	Revista de Administração da Universidade de São Paulo
RSP	Revista do Serviço Público
SIMPEP	Simpósio de Engenharia de Produção
SCOS	<i>Standing Conference on Organizational Symbolism</i>
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFLA	Universidade Federal de Lavras
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UNIFACS	Universidade Salvador
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRJ	Universidade Federal de Rio de Janeiro
UHE	Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta,
UK	<i>United Kingdom</i>
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
URJ	Universidade do Rio de Janeiro
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
USP	Universidade de São Paulo
USAID	<i>United States Agency for International Development</i>
VBR	Visão Baseada em Recursos

SUMÁRIO

PARTE I – CONTEXTO & CONDICIONANTES

1.	INTRODUÇÃO	21
1.1.	Palavras Iniciais	21
1.2.	Proposta da pesquisa	24
1.3.	Justificativa através do contexto	29
1.4.	Percurso e motivações pessoais	35
1.5.	Organização da tese	37
2.	OS ‘NOMES’ DA DISCIPLINA: CONSTRUÇÃO E DIFUSÃO DE SENTIDO NA ADMINISTRAÇÃO E NA GESTÃO	40
2.1	Da produção acadêmica ao <i>pop management</i>	40
2.2	Etimologia	45
2.3	Polissemia	46
2.4	A construção do sentido: O que faz o gestor? O que é Administração?	51
3	TRABALHANDO COM BOURDIEU: DECISÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS	65
3.1	Sobre apropriações	65
3.2	A dinâmica do pensamento de Bourdieu	66
3.3	Bourdieu na Administração	73
3.4	Possíveis limitações e críticas a Bourdieu	81
4.	METODOLOGIA	83
4.1	Considerações sobre a pesquisa	83
4.2	Tipo de pesquisa	89
4.3	Design e configuração da investigação empírica	91
4.3.1	Coleta de dados	91
4.3.2	Tratamento dos dados	96
4.4	Limitações	97

PARTE II – ESTUDOS DO CAMPO, TRANSFORMAÇÕES E ALTERNATIVAS DO SÉCULO XXI

5	CONSTITUIÇÃO DO CAMPO	99
5.1	Primórdios do ensino brasileiro: a herança clássico-medieval e a influência jesuíta nas raízes do ensino do Brasil Colônia	99
5.1.1	Raízes e legados das Artes Liberais	104
5.2	Da tendência humanista às articulações tecnicistas	107
5.3	Considerações sobre a institucionalização dos cursos superiores no Brasil	111
5.4	Ensino, pesquisa e as atividades da pós-graduação em Administração	114

6.	ADMINISTRAÇÃO: UMA DISCIPLINA EM BUSCA DA CIENTIFICIDADE	128
6.1	A ciência como um campo social	128
6.2	Discussão sobre autonomia e heteronomia do campo	132
6.3	Debates epistemológicos e sua influência na ciência da Administração no Brasil	139
7	TRANSFORMAÇÕES PÓS ANOS 90	148
7.1	Antecedentes históricos	148
7.2	Revigorando a “arena” de estudos: os “novos entrantes” dos <i>Critical Management Studies</i>	153
7.3	A institucionalização dos <i>CMS</i> : transformações através dos agentes do campo	160
7.3.1	O caso brasileiro e o mapeamento dos professores-pesquisadores do Núcleo Docente Permanente (NDP) das Instituições de Ensino Superior Brasileiras (IES) no pós anos 90	164
8.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	177
8.1	Reflexões sobre "mundos possíveis"	177
8.2	Conclusão	184
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	188

PARTE I – CONTEXTO & CONDICIONANTES

1. INTRODUÇÃO

1.1. Palavras Iniciais

Ícones emblemáticos da era moderna, os homens de terno e gravata tornaram-se símbolos da sociedade eficiente centrada na racionalidade. O terno preto, conforme aponta Strannegard (2005, p.15) é a materialização da habilidade de controlar a sociedade e o mercado. É um “farol protetor” que se tornou a imagem pública do personagem central na sociedade organizacional: o gestor.

Nas fotos aqui reproduzidas (Figuras 1 e 2), a antropóloga Maria Friberg expressa sua visão dos homens de terno e gravata que atuam num “palco” público, buscam ordem e controle, mas, por outro lado, aparecem como pessoas limitadas, que nada têm a fazer que não seja “seguir as ondas da mudança”. Parecem ter controle, mas não controlam sua própria situação. Perda de controle e ordem misturam-se ainda ao representá-los flutuando. Nem acima nem abaixo da superfície, mas “entre”, no meio de um processo, ou, como retrata o título da mostra, QUASE LÁ (STRANNEGARD, 2005, p.16).

Figura 2: *Almost there, 2000 – a series of five photos* - Maria Friberg



Fonte: Davel; Melo, 2005

Figura 1: *Almost there, 2000 - a series of five photos* - Maria Friberg



Fonte: Davel; Melo, 2005

A escolha das fotos para a abertura desta tese se deu por diversos motivos. Em primeiro lugar, em que pese a referência à ordem, a conotação da fragilidade parece humanizar a figura do gestor, ao contrário de outras demonstrações encontradas, por exemplo, na literatura, onde frequentemente é associado a imagens como a de um ‘burocrata oco’¹. Outra razão – que explica a justificativa primeira – surge de meu interesse em associar Administração à Arte, tema fartamente recorrente nos estudos do campo², mas não devidamente explorado e explicitado. Finalmente, as fotos inspiram a capa de instigante coletânea de textos³ que ousa abandonar as rotas já sedimentados das teorias ditas *mainstream* e propor caminhos alternativos que abordam subjetividades, pluralidade de significados, estresse, estética, sensibilidade. Estas propostas alternativas, que adquiriram maior visibilidade no contexto pós anos 90 e que interpretam o mundo a partir da perspectiva dos denominados Estudos Críticos em Administração, inspiram a pesquisa.

Com posição decisória na empresa, o gestor alimenta a dinâmica organizacional e garante o sucesso empresarial, num trabalho repleto de nuances, complexidade e dilemas. Davel e Melo (2005) indicam que, ao construir sua carreira no espaço cada vez mais instável das organizações, este personagem busca garantir estratégias de sobrevivência, em meio a um contexto de fragilidades e incertezas, onde sua identidade é complementada pela interiorização de valores, práticas e representações de seu grupo social.

As escolhas referentes à sua formação obedecem, segundo Fischer (2003, p. 58) a “ondas paradigmáticas” que influem na definição de currículos e formas disciplinares, bem como na capacitação e disponibilidade de professores.

A opção pela referência ao texto de Tânia Fischer encaixa-se na proposta de abertura desse estudo pelas considerações e aproximações da autora com o universo do cinema e da literatura: com o título "Alice através do Espelho ou Macunaíma em Campus Papagalli? Mapeando rotas de Ensino dos Estudos Organizacionais", Fischer apresenta, por um lado, Alice, de Lewis Carrol, racional e determinada e por outro, Macunaíma, o malicioso anti-herói de Mário de Andrade, dotado de poderes de criação e transformação, representando os itinerários dos estudos organizacionais. Segundo a autora, "um agregado de disciplinas de diferentes naturezas e estruturas", onde:

¹ CONRAD, J. **O coração das trevas**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

² CHIAVENATO, 1987; MARTINS, 1999; MAXIMIANO, 2000; dentre outros.

³ DAVEL, E.; MELO, M.C.O.L. (orgs.). **Gerência em ação: singularidades e dilemas do trabalho gerencial**. Rio de Janeiro: FGV, 2005

Hibridismo multidisciplinar, polissemia pelos vieses pluriparadigmáticos que comporta e fragmentação de critérios, tanto para seleção de conteúdos quanto de modos de pensar e de produzir conhecimento, são características inerentes à natureza e estrutura do campo que se irão refletir nos currículos e programas de ensino, “caixas de ressonância” dinâmicas e em processo de reconstrução (FISCHER, 2003, p.50).

Experiências recentes de ensino-aprendizagem propõem a utilização de várias formas de arte, partindo do princípio que gerenciar, ensinar e aprender exigem doses ponderadas de razão e sensibilidade (FISCHER et al., 2007). Encerram ‘mapas de sedução’ (FERRÈS⁴, 2000, citado por FISCHER et al., 2007)⁵ e sugerem que o futuro gestor usufrua de aprendizado prazeroso e do “encanto” do caminho rumo ao conhecimento.

A crescente ênfase nestas experiências em formação gerencial parece sugerir estar em curso uma reavaliação da função do gestor diante da realidade contemporânea. Afinal, grandes são seus desafios para o século XXI diante do contexto da financeirização, da economia global e correspondentes empresas ‘classe mundial’⁶.

Por outro lado, o contexto de inquietação pelas fragilidades da Administração como área de conhecimento tem agitado encontros e motivado inúmeras discussões, como será visto neste trabalho. Assunções quanto à possibilidade de avanço da ciência a partir de debates e sistematizações próprios da epistemologia tem sido recorrentes nas últimas décadas⁷.

Escolas de Administração e seus professores-pesquisadores deparam-se, neste momento, com cenários complexos e incertos. Enquanto responsáveis pela formação dos gestores, bem como por pesquisa e produção de conhecimento, parecem estimulados a retomar antiga indagação que perpassa o fenômeno administrativo desde os primeiros esforços de sistematização: seria a Administração ... **Ciência?** ... **Técnica?**...ou ... **Arte?**

⁴ FERRÈS, J. Televisión, emoción y educación. In: VALDERRAMA, H.C.E. (Ed.). **Comunicación-educación**. Bogotá: Siglo del Hombre, 2000, p. 131-154.

⁵ A expressão “mapas de sedução”, inspirada em Ferrès (2000), é utilizada por Fischer et al (2007) para referir-se aos recursos estéticos quando utilizados por professores como forma de abrir um caminho sensível ao conhecimento, de modo a minimizar o caráter excludente e conflituoso da dualidade razão/ sentimento.

⁶ KANTER, R. M. **Classe Mundial** – Uma agenda para gerenciar os desafios globais em benefício das empresas e das comunidades. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

⁷ Refiro-me, por exemplo, a autores como Maurício Serva, a cujas obras recorrerei mais adiante.

1.2. Proposta da pesquisa

Atualmente, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundação do Ministério da Educação (MEC), centraliza os dados das Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras para fins de acompanhamento e avaliação dos programas de Pós-Graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado). Coletados e disponibilizados, encontram-se informações sobre o corpo docente: professores-pesquisadores que compõem o Núcleo Docente Permanente (NDP) das respectivas Instituições.

Por este motivo, e diante dos desafios de delimitação e objetivação, nesta tese, minha opção foi tomar como base os dados disponíveis na CAPES para a área de Administração.

O objeto da reflexão teórica e da pesquisa aqui apresentadas é, portanto, esse professor-pesquisador em Administração – lotado em um curso de pós-graduação *stricto sensu* em determinada IES -, enquanto responsável pela produção do conhecimento e, em última instância, pelas conseqüentes escolhas referentes à formação do gestor.

Tais decisões e reflexões remetem à questão norteadora da tese:

Como agentes e instituições - no caso, os professores-pesquisadores que compõem o chamado Núcleo Docente Permanente (NDP) das Instituições de Ensino Superior (IES), têm promovido as transformações observadas no campo dos estudos de Administração no Brasil pós anos 90?

Diversos trabalhos (BERTERO; KEINERT, 1994; VERGARA;PINTO, 2000; VERGARA; 2001; CAVALCANTI, 2005) demonstram a predominância de autores americanos a embasar a produção nacional – que, conseqüentemente, termina por ter forte inclinação funcionalista. Uma vez que tal produção subsidia o ensino, pode-se concluir que se reproduz em sala de aula, mantendo a hegemonia americana.

Por volta dos anos 90, entretanto, a hegemonia americana passa a ser mais fortemente contestada. Fischer (2003) salienta a influência de pesquisadores que fizeram seus estudos de Doutorado com orientadores que abraçavam outras tradições e referenciais – especialmente ingleses, canadenses e franceses – e que retornam ao Brasil, passando a demonstrar maior independência intelectual em relação ao *mainstream*. O período marca ainda a retomada e revisão do clássico trabalho de Burrell e Morgan (1985) que popularizou a

categorização paradigmática em estudos organizacionais, promovendo maior aceitação de tradições teóricas críticas e interpretativas (CALDAS, 2007). Crises no cenário mundial, escândalos na área do *management* e questionamentos sobre a adequação do conhecimento até então produzido parecem ter levado a uma aproximação de referências brasileiras e a revelar maior atenção à pesquisa integrada à realidade nacional. Forte inspiração para este grupo emergente de atores parecem ser os chamados *Critical Management Studies (CMS)* originados no Reino Unido em meados dos anos 90 (ALVESSON; WILMOTT, 1992; FOURNIER; GREY, 2000, WILMOTT; GREY, 2005), que se colocavam à parte da corrente positivista-funcionalista dominante (DAVEL; ALCADIPANI, 2005).

Davel e Alcadipani (2003, p. 74) relatam que, diferentemente de abordagens anteriores, os CMS trazem perspectivas raramente consideradas pelas teorias *mainstream* - que tendiam a idealizar a Administração: vêm expor faces ocultas, desigualdades, estruturas de controle e de dominação nas organizações. Visam questionar permanentemente a racionalidade das teorias tradicionais e mostrar que as coisas “não são necessariamente aquilo que aparentam” no âmbito da gestão.

No Brasil, os chamados Estudos Críticos em Administração (ECA) parecem crescer em adeptos na comunidade acadêmica. O grupo parece ter elegido até mesmo seus “heróis” - seus precursores - identificados como pesquisadores que, à sua época, já davam indicações para o caminho de uma produção crítica nacional denunciando teorias e práticas que reproduziam a dominação *mainstream*.

Na presente pesquisa, buscamos identificar os professores-pesquisadores em Administração nas respectivas Instituições - esboçando características e propriedades, e apresentá-los, conforme a oposição de suas inspirações: ‘pesquisadores *mainstream*’ e aqueles que se opõem ao *mainstream* - em especial os ‘pesquisadores críticos’, que se inspiram nos CMS.

Constituindo o NDP das IES brasileiras de Administração, esses professores-pesquisadores parecem organizar-se em um ‘campo’ que, ao ser desvendado, demonstra determinações e condicionantes sociais (HEY, 2008)⁸. Sua estrutura parece ser constituída

⁸ Seguindo noção cunhada por Pierre Bourdieu nos moldes do estudo realizado pela autora, o trabalho envolve o campo acadêmico no sentido de um “lôcus onde ocorrem práticas institucionalizadas de produção de conhecimento, o que envolve sobretudo a ideia de universidade” (HEY, 2008, p.16). Embora Hey tenha demonstrado preferência pela expressão ‘campo acadêmico’ – em detrimento de ‘campo científico’ - é preciso esclarecer que é bastante forte, junto aos professores-pesquisadores em Administração o termo ‘científico’, numa

com base em um conjunto de poderes dos agentes que são evocados nas lutas concorrenciais e na busca das posições dominantes.

Argumentamos que, mais recentemente chegados ao ‘campo’, pesquisadores críticos passaram a ameaçar a hegemonia do *mainstream*, especialmente após os anos 90, levando-o a importantes transformações.

Ao lado das reações do *mainstream*, parece ter ocorrido uma mudança de posicionamento no grupo dos pesquisadores ‘críticos’. Se num primeiro momento poderiam estar associados a uma ‘vanguarda’, cuja ousadia era permitida pelas inovações trazidas ao espaço – nos moldes da homologia retratada por Grün (2006), mais recentemente o grupo parece ter reunido condições para apostar num movimento de busca por maior legitimidade no campo.

A emergência dos pesquisadores críticos parece ter aproximado a produção do conhecimento em Administração de temáticas e léxicos até então pouco explorados na literatura *mainstream*: arte (VERGARA; DAVEL; GHADIRI, 2007; FISCHER, 2003; WOOD JR., 2001), filosofia (PAES DE PAULA, 2008; SILVEIRA, 2005) sentimento e sensibilidade (SILVA; VERGARA, 2003). No Brasil, temas, autores, eventos da nossa realidade passam a enriquecer com maior frequência o léxico administrativo – aí consideradas as obras de Mauricio Tragtenberg, Guerreiro Ramos e Fernando Prestes Motta.

Para explorar o campo dos professores-pesquisadores em Administração no Brasil utilizei referencial de Pierre Bourdieu, que permite reflexões sobre o espaço social e sobre campos como objetos multidimensionais de análise.

A opção pela análise utilizando o aparato teórico-metodológico de Pierre Bourdieu deu-se especialmente pela possibilidade de apreensão ‘relacional’ do espaço social onde os agentes – cujo poder é distribuído de forma assimétrica - ocupam e lutam por posições constituindo o que o autor denomina ‘campo de lutas’ ou ‘campo de forças’ (BOURDIEU, 2004). Este referencial pareceu-me o que mais se aproxima das identificadas ‘arenas’ e ‘conversações’ entre os agentes, conforme apontado na recente literatura de Administração (CLEGG; HARDY, 2007; REED, 2007).

alusão ao ‘fazer ciência’, ao fortalecimento da Administração enquanto ciência, e, especialmente, à busca de distinção por parte dos professores-pesquisadores do NDP na produção de textos ‘científicos’.

Além do mais, acompanho Misoczky (2003) ao dizer que a obra de Bourdieu, com a qual tive contato durante meus estudos do Doutorado, tornou-se objeto de imediato 'enamoramento'.

Sua utilização justifica-se ainda, uma vez que, em Administração, "precisamos de conhecimentos com bases epistemológicas e metodológicas que abandonem o cientificismo positivista e o decorrente esquarteramento da realidade social através da lógica dos níveis de análise". Portanto, a abordagem de Bourdieu, "é a possibilidade de encontrar formulações que apoiem a adoção do primado das relações e, desse modo, permitam encontrar linhas de fuga com relação à tradição e às posições dominantes" (MISOCZKY, 2003, p.4).

Como também reforça Catani (2002, p. 58), o autor parece-nos "indispensável ao nosso regime de leituras".

Um possível desafio dessa escolha é identificado pelo próprio Bourdieu (2004), uma vez que, como pesquisadora, estando inserida no ambiente ao qual me propus a examinar e precisei lidar com os obstáculos que o excesso de proximidade – ou distância - com o objeto da pesquisa poderiam causar:

En prenant pour objet un monde social dans lequel ont est pris, on s'oblige à rencontrer, sous une forme que l'on peut dire dramatisée, un certain nombre de problèmes épistémologiques fondamentaux, tous liés à la question de la différence entre la connaissance pratique et la connaissance savante, et notamment à la difficulté particulière et de la rupture avec l'expérience indigène et de la restitution de la connaissance obtenue au prix de cette rupture (BOURDIEU, p.11)⁹

O trabalho é exploratório. Assim, parafraseando Clegg e Hardy (2007) no *Handbook* de Estudos Organizacionais¹⁰, é preciso antes 'mapear' o espaço; compreender, antes de ir adiante. Embora a pesquisa em Administração venha sendo pródiga na análise de sua produção em termos de influências, escolhas metodológicas, revisões de literatura, etc., o

⁹ BOURDIEU, Pierre. **Homo Academicus**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1984 – Capítulo 1, Un "livre à brûler"?

¹⁰ Trata-se, no entender de Bertero (2005, p.92) de ambiciosa obra cuja proposta dos organizadores era “produzir algo que se afastasse e criticasse o chamado *mainstream* – cujo campo é predominantemente ocupado por autores e obras norte-americanos –, de orientação teórica funcionalista e de metodologia preferencialmente neopositivista”. Assim, fizeram convites para que participassem do livro acadêmicos europeus, norte-americanos e australianos que se filiavam a diversas outras abordagens. Na edição brasileira há ainda, ao final dos capítulos, as chamadas “notas técnicas” elaboradas por autores brasileiros, sobre aplicações ao contexto nacional.

mesmo não pode ser afirmado quanto aos estudos voltados para seus pesquisadores enquanto produtores do conhecimento e de suas trajetórias enquanto condicionantes daquela produção.

Assim, a presente pesquisa busca alcançar resultados que podem ser expressos nos seguintes objetivos:

Objetivo geral:

Explorar as transformações que vêm sendo observadas no campo dos estudos de Administração no Brasil pós anos 90 sob o viés das trajetórias de agentes (professores-pesquisadores do Núcleo Docente Permanente - NDP) e respectivas instituições (Instituições de Ensino Superior - IES).

Objetivos específicos:

- Mapear agentes e instituições no espaço de ensino e pesquisa em Administração no Brasil, observando sua dinâmica – sob a ótica relacional de Pierre Bourdieu;
- Esboçar as relações objetivas dos agentes no campo, explicitando a dinâmica entre pesquisadores *mainstream* e os novos entrantes - os pesquisadores críticos, e delineando estratégias de distinção;
- Identificar novos léxicos e temáticas como estratégias dos pesquisadores críticos para situar formas emergentes de expressar as organizações e sua gestão.

Ao refletir sobre a relevância da pesquisa identifico:

- Do ponto de vista teórico, a sistematização dos avanços mais recentes (pós anos 90) da Ciência da Administração, sob a observação do “olhar relacional” inspirado em Pierre Bourdieu;
- Do ponto de vista empírico, a apresentação da pesquisa de campo de natureza *exploratória*, a fim de mapear, no contexto brasileiro, relações e trajetórias dos professores-pesquisadores, bem como sua propensão à utilização de novos léxicos e temáticas no conhecimento administrativo;
- Com relação à perspectiva acadêmica, o estudo se insere nos debates do grupo de pesquisa no qual atuo – o Núcleo de Estudos em Sociologia

Econômica e das Finanças (NESEFI), cujo eixo central parte da financeirização da economia brasileira e do mundo para discutir transformações mundiais, seus impactos e mutações. O NESEFI é ligado ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Engenharia de Produção (PPGEP/ DEP) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

1.3. Justificativa através do contexto

Fragilidades e incertezas expostas nas Palavras Iniciais deste trabalho, parecem contrapor-se à imagem construída pela literatura gerencial durante sua evolução, a partir do início do século XX. Ali, organizações e gerentes ganhavam, na atenção da sociedade, espaço central, cujo apogeu é identificado por Chanlat (2000) na década de 1980. Naquele momento, já era possível, segundo o autor, delinear três mudanças fundamentais ocorridas no período: a hegemonia do econômico; o culto à empresa e a influência do pensamento empresarial sobre as pessoas.

Ao seu tempo, Etzioni (1976) e Presthus (1978) retratavam a sociedade moderna – denominada *sociedade organizacional* – como tendo sido formada sob a influência das grandes organizações que contribuíram para a difusão dos discursos e práticas do *management*. Chanlat (2000) chama de *managerialismo* a descrição e interpretação do mundo a partir das categorias da gestão: uma sociedade de gestores que busca racionalizar as esferas da vida social.

A moderna gestão é retratada por Khurana (2007), como uma das mais poderosas instituições americanas. Poderosa e 'invisível', no sentido fazer-se tão presente e penetrante a ponto de ser considerada *taken for granted*.

Slack, Chambers e Johnston (2009), por sua vez, reconhece que, por sua posição decisória na empresa, o gestor alimenta a dinâmica organizacional e garante o sucesso empresarial. Dele depende a promoção da criatividade que permite resposta às mudanças atuais. Espera-se que lidere a busca de soluções quer para desafios tecnológicos e ambientais, quer para pressões por responsabilidade social, globalização de mercados ou gestão do conhecimento.

Há cerca de 30 anos, o gestor da moderna empresa industrial era imortalizado por Chandler (1977) na metáfora da 'mão visível' da administração (*The visible hand*) em alusão à “mão invisível” das forças do mercado impessoal de Adam Smith – às quais se

sobrepunha na coordenação das atividades econômicas e na alocação de seus recursos. Nos últimos 10 anos, entretanto, retratar trajetórias gerenciais passou do enaltecimento aos CEOs (*Chief Executive Officers*) *superstars* a flagrantes de prisão de gestores que usaram seu talento e perspicácia para enriquecimento, alimentando escândalos e questionamentos sobre o papel gerencial (KHURANA, 2007). Curioso objeto de muitos estudos, o gestor constrói sua carreira no espaço cada vez mais instável das organizações e busca estratégias de sobrevivência. Embora compartilhando coesão e identidade como grupo profissional, a categoria gerencial é heterogênea e apresenta diferentes manifestações funcionais – gerentes de linha, intermediários, de alto escalão, homens, mulheres, brasileiros, de outras nacionalidades, etc. (DAVEL; MELO, 2005). Enriquecido pelas iniciais constatações de Mintzberg (1973) sobre ritmo implacável, ações variadas e fragmentadas da função gerencial, o trabalho dos gestores é descrito em termos de “mal-estar” (DAVEL; MELO, 2005, p.27) diante das mudanças ocasionadas por evidências como: reestruturação produtiva, incerteza quanto ao futuro, intensificação do trabalho, e invasão de sua vida privada.

Essas mudanças, que marcaram o final do século XX, representaram para a empresa, segundo Grün (1999, p. 122), mais que as esperadas “chacoalhadas periódicas para fazer o pessoal se mexer”. Segundo o autor, o mundo “virou de ponta cabeça”; mundo, diríamos, da “mão visível” da Administração.

Chanlat (2000) considerou os resultados obtidos pelo desenvolvimento do *management* ao final do século XX como decepcionantes: no lugar da atenção ao humano, o *management* fortificou-se sob o amparo da lógica financeira baseada em redução de custos. Na tentativa de tornar o mundo previsível e controlável, este reducionismo levou ao aumento da concentração de renda e à perda de benefícios e atenções sociais. A então chamada Reengenharia é um exemplo que retrata as conclusões do autor: reorganizações e demissões, ao invés de aumentar a produtividade, resultaram em perda da mesma e, muitas vezes, do foco da empresa.

Grün (1999, 2004), apresenta como uma nova lógica de pensar o mundo - a visão financeira – torna-se norteadora das escolhas sociais nos anos 90. Já para Di Maggio (2001, p.3), neste momento, a divulgação de vertiginosas mudanças nas organizações, seus limites, estrutura e modelos de gestão levaria a “um novo léxico” que as expressasse. Acompanhando Fligstein (1990), o autor afirma a tendência das configurações organizacionais em forma de redes (*networks*), conexão entre informalidade, igualdade e

compromisso, onde os principais candidatos a CEOs seriam os consultores, os especialistas em tecnologia da informação e gestores de empresas de alta tecnologia.

O mundo da financeirização é retratado por Useem (1993) que identifica o atual estágio do capitalismo – o *Investor Capitalism* – com a presença de diversos *stakeholders*, entre os quais os *shareholders* passam a exercer forte pressão na modelagem das organizações. Decisões quanto à arquitetura organizacional passam a ser alinhadas à criação de valor para os acionistas. Em oposição aos primeiros estágios do capitalismo - *Family Capitalism*, *Managerial Capitalism* e *Institutional Capitalism* – onde houve, segundo o autor, uma coexistência pacífica, o *Investor Capitalism* trouxe novos donos, desprovidos de qualquer lealdade à família dos fundadores ou à empresa e pouco dispostos a defender a empresa e seus componentes.

Boltanski e Chiapello (1999, p. 52), por sua vez, se reportam ao momento como terceiro espírito do capitalismo – “isomorfo a um capitalismo globalizado”. Novas tecnologias são postas em prática, a organização burocrática dá lugar à ampliação de fronteiras, à eliminação de hierarquias - propiciadas pelas relações eletrônicas - e à estrutura constituída por grande número de projetos e pessoas variadas. A proposta formulada pela literatura gerencial tem como atrativos a libertação e tem palavras de ordem como criatividade, flexibilidade, mobilidade, competência. O ator organizacional valorizado é aquele que “estabelece relações”, “cria elos”, contribui para “tecer redes” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 1999, p. 138).

Azize (2009) identifica no 'terceiro espírito' constrangimentos aos trabalhadores até então não identificados. A insegurança teria se ampliado para extratos médios e altos da população atingindo diversos gestores. O autor criou a expressão “desemprego executivo” (AZIZE, 2009, p.82) para retratar o que ocorre atualmente, quando o sistema de justificação utilizado para manter os indivíduos participando do modelo de acumulação não mais consegue gerar efeitos positivos.

A situação parece assustar as Escolas de Administração¹¹. Haveriam deficiências na capacitação dos executivos às quais se pudesse imputar a responsabilidade pela transformação do CEO super-herói, no CEO anti-herói ou no executivo 'desempregado'?

Khurana (2007) ressalta que há aí um tema que ainda carece de pesquisa, compreensão e visibilidade, da mesma forma que a íntima relação entre gestão e Escolas de

¹¹ Também utilizaremos a expressão Escolas de Negócios.

Negócio das universidades. O autor considera *management* e *business schools* americanas como instituições – no sentido sociológico do termo – que se moldam e influenciam mutuamente, bem como a outras instituições. Ambas teriam sido responsáveis pela definição de objetivos e legitimação das práticas que afetaram as organizações. Hoje, têm papel e exposição questionados. Seus MBAs, por exemplo, tornaram-se objeto de extensa propaganda, *rankings*, associações de alunos e... escândalos corporativos.

No *Investor Capitalism*, a ideia do *shareholder* como o 'principal' e do gestor como 'agente' parece ter minado, conforme Khurana (2007), os últimos vestígios de identidade profissional e autoconfiança dos gestores. Por outro lado, levou ao questionamento sobre se e como as Escolas de Negócio estariam alinhadas à missão da Universidade de preservar, criar e transmitir conhecimento em prol do bem comum. Sem um quadro de referência para enfrentar questões que lhes eram solicitadas pelo mundo da financeirização e vendo a si mesmas dentro dessa lógica, as Escolas parecem, segundo o autor, ter voltado suas preocupações para disputas pelo mercado de educação, para sua própria manutenção ou para o aumento de sua respeitabilidade. Esqueceram-se de que eram “*social institutions*”, e não apenas “*intellectual institutions*”, conforme dizia Peter Drucker¹² (citado por KHURANA, 2007, p.312).

Apesar das críticas – em grande parte provenientes da mídia de negócios e do mundo acadêmico - as hoje denominadas competências gerenciais continuam em voga. Em episódio marcante e exaustivamente divulgado, recentes acontecimentos no Vaticano parecem ter levantado a discussão sobre um perfil de competências do novo Papa. A escolha deveria recair não apenas em alguém de brilhante trajetória intelectual, um "homem santo", mas também de evidentes competências gerenciais:

Mas a santidade e a inteligência não bastam. Ele precisa parecer santo e ser capaz de explicar os ensinamentos da igreja às pessoas de hoje em linguagem que elas compreendam. Por fim, ele precisa ser um bom administrador, capaz de reformar a burocracia do Vaticano.

Em outras palavras: eles querem **Jesus Cristo com um MBA** (o grifo é nosso) (REESE, 2013, p.1).

No Brasil, as escolhas referentes à formação dos gestores parecem obedecer às “ondas paradigmáticas”, citadas no texto de Fischer (2003). Elas influem na definição de currículos e formas disciplinares, bem como na capacitação e disponibilidade de professores.

¹² DRUCKER, P. The Graduate Business School. *Fortune*, 42, August 1950, 92-94

Os programas de pós-graduação, que foram implantados em sua maioria durante as décadas de 60 e 70 no regime militar e sob influência desenvolvimentista, não escaparam às críticas.

No entender de Nicolini (2003), o ensino da administração, surgiu em momento histórico de ênfase na gerência científica e formação de uma burocracia especializada. Incorreu no modelo de uma *fábrica de administradores*, imagem que guardaria semelhança com o que Freire (1980, 1983) denominou concepção *bancária* da educação¹³. A formação dos gestores é questionada hoje como incapaz de atender às demandas sociais, históricas e econômicas deste início do século XXI. Deveria, segundo Martins (1992), ser questionada junto com um novo modelo de organizacional.

Os questionamentos quanto à formação do profissional para o século XXI parecem ser, então, recorrentes, estendendo-se aos professores e Escolas responsáveis por esta formação e à produção do conhecimento. A aproximação é inspirada em Barnard (1979) que nos autoriza a afirmar que, que uma organização – uma Escola, no caso – são as pessoas que dela participam.

Vasconcelos (2012, p. 1435) afirma que "o trabalho do pesquisador brasileiro em Administração se afigura então como cada vez mais complexo, interdisciplinar, internacionalizado e com crescentes demandas de rigor e relevância". Segundo o autor, sob forte pressão de competidores, a produção nacional já apresenta um padrão compatível com seu deslocamento para a esfera de discussão internacional. Para que isso aconteça, o autor advoga a criação de estruturas e processos gerenciais que demonstrem a utilização, na academia, dos princípios da teoria administrativa utilizados nas melhores organizações públicas e privadas. O estabelecimento de estratégias bem definidas, objetivos claros e base de recursos para atingi-los conduziram as Escolas de Administração – e seus professores-pesquisadores - para além da eficiência e eficácia, à "tolerância cada vez menor com desempenho abaixo das expectativas" (VASCONCELOS, 2012, p.1435).

Ao final dos anos 90, Bertero, Caldas e Wood Jr. (1998, p.153), já apontavam para rigor, regras claras e aceitas, "ação esclarecida de *gatekeepers*" como componentes da fórmula para melhorar a qualidade da pesquisa em administração de

¹³ Exemplo de educação antidialógica, a "concepção bancária da educação" diferencia os detentores do conhecimento daqueles que nada sabem. Aos primeiros - os professores – cabe ensinar, falar, realizar escolhas, ser sujeito do processo educacional. Os alunos são os "depositários" (FREIRE, 1980, p.79) daquele conhecimento, cabendo-lhes a passividade, submissão e acriticidade. A educação bancária não reconhece a historicidade ou a consciência do homem. Segundo o autor, educandos e educandas - depositários, recebem pacientemente, memorizam e repetem o que os educadores e educadoras - os depositantes, lhes oferecem.

empresas no Brasil. Afirmavam os autores que, mesmo sendo um novo campo científico, seu crescimento quantitativo não era acompanhado pela qualidade da produção, considerada de duvidosa, pouco original, fortemente influenciada por uma visão de mundo organicista e de inclinação funcionalista.

As peculiaridades da profissão acadêmica pareciam, em parte, segundo os autores, responder pela qualidade da produção. Com poucos profissionais com atividade de tempo integral, vinculação institucional exclusiva e dedicação ao ensino e à pesquisa, a profissão de acadêmico em Administração era, nos anos 90, apenas emergente. Diferentemente de outros programas de pós-graduação *stricto sensu* onde o mercado de trabalho para os acadêmicos era quase exclusivamente a academia, os docentes em Administração atuavam, em sua maioria, em regime de tempo parcial. Divididos em atividades paralelas tais como consultoria, treinamento, exercício de cargos executivos, dentre outras, pesquisar e publicar parecia ter pouca relevância em suas vidas profissionais (BERTERO; CALDAS; WOOD JR. 1998).

À medida que a educação superior em Administração no Brasil se expandiu, cresceu o mercado de trabalho para os respectivos professores e o número de cursos de pós-graduação que lhes conferiam o título de especialista – também aceito para o exercício do magistério universitário. A atividade de muitos professores universitários da área de Administração continuava a ser exercida por profissionais com carreiras mistas – executivos ou consultores que, à noite, trabalhavam como professores (BERTERO, 2008).

Na primeira década dos anos 2000, o mercado de trabalho para docentes havia se comoditizado e proletarizado. A "universidade de resultados" (PAES DE PAULA, 2001) apresentava um processo de "macdonaldização" do ensino (ALCADIPANI; BRESLER, 2002).

Acima deste mercado, entretanto, havia o outro, restrito, que se distinguia: uma "boutique de alta classe", onde os professores seriam escassos, "de difícil imitação e custosa substituição" (BERTERO, 2008, p.2). Era o mercado dos NDP's¹⁴, onde, diferentemente das exigências das "shawlas"¹⁵ havia cobrança por artigos, *papers* e relatórios de pesquisa. Ali, entretanto, rigor e relevância por vezes, se defrontavam

¹⁴ A sigla para Núcleo Docente Permanente é utilizada também pela CAPES nos documentos de avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) das Instituições de Ensino Superior brasileiras

¹⁵ Termo pejorativo para definir a "aula show", onde o professor "comoditizado" se esmera como "entertainer", para oferecer aos alunos momentos agradáveis, descontraídos e sem ameaças de execução de trabalhos, leituras ou apreensão de conteúdos (BERTERO, 2008).

desfavoravelmente, expondo a lacuna quanto ao que o autor denomina "taxa de conversão"¹⁶. Além do mais, as obras expunham ainda marcas de produções originárias em outras sociedades e culturas, e os estudos seguiam "temas de momento" dos países de origem das ideias, acarretando "modismos". (BERTERO; KEINERT, 1994).

Nesses professores-pesquisadores do NDP concentra-se esta pesquisa.

1.4. Percurso e motivações pessoais

A princípio, esta seria uma tese sobre o ensino da Administração – mais exatamente, sobre Formação Gerencial.

Ao me candidatar a um programa de Doutorado no início dos anos 2000, motivavam-me dúvidas contemporâneas sobre a capacidade dos programas de formação atenderem às demandas sociais, históricas e econômicas do início do século XXI. Críticas direcionadas aos cursos sustentavam não estarem eles gerando gestores capazes de romper com antigas regras, de ter visão para explorar novos mercados e otimizar os capitais investidos (NICOLINI, 2003). Recentes desordens e escândalos corporativos, aumentaram a necessidade de controlar e dar transparência às iniciativas de executivos ampliando o debate sobre seu perfil e a formação adequada. Ao mesmo tempo, o gestor era inserido em ações de Governança Corporativa¹⁷ como também na Responsabilidade Social¹⁸, no discurso ético e no mundo da financeirização.

O ensino da administração era então retratado por Nicolini (2003) e chamado *fábrica de administradores* era assim retratado: um professor, que leciona seu conteúdo (sua peça) de forma estanque, dissociado de outros conteúdos (outras "peças") existentes no currículo, sendo este modelo utilizado em momento histórico de ênfase na "gerência científica". Tal como operários, cada professor monta, no conjunto (o aluno) a peça de sua

¹⁶ Considerada indicador importante na avaliação da competência científica e tecnológica de um país, "taxa de conversão" seria, para Bertero (2008), a capacidade de transformar o conhecimento em produtos e serviços que dinamizem a economia e favoreçam a sociedade como um todo.

¹⁷ A Governança Corporativa começa a tomar corpo nos Estados Unidos, nos anos 80, buscando exercício, pelos proprietários efetivos, de maior vigilância sobre as operações das organizações. Grün (2005, p.68) resume seus pilares gerais como sendo: "1. Respeito aos direitos dos acionistas minoritários; 2. Transparência nos procedimentos das empresas; 3. Possibilidade de aquisição do controle acionário das empresas através da compra de suas ações nos mercados financeiros".

¹⁸ Responsabilidade Social é vista por Sartore (2006, p.21) como "um conjunto de ações que as empresas desempenhavam, na tentativa de ouvir os interesses dos seus diversos *stakeholders* e assim adquirir legitimidade e reputação". A autora ressalta o recente encontro da Responsabilidade Social com as ações de Governança Corporativa, como um novo estágio na evolução do conceito, que irá culminar na criação do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), fiel representante da "sociedade pautada em valores culturais financeiros" (SARTORE, 2006, p.29).

responsabilidade. Estas peças nem sempre se encaixam, uma vez que se tornam individualmente mais complexas e mais densas. Ao dificultar a compreensão do todo administrativo para o aluno, este fato passa às apreensões de professores. O autor vê semelhanças entre a *fábrica de administradores* e o que Freire (1980, 1983) denominou *concepção bancária* da educação.

Como Ciência Social aplicada que é, a Administração não escapava também aos conflitos oriundos da dualidade teoria/ prática. A sensação de que havia muita “teoria” e alguns executivos contando suas histórias (MOREIRA, 1995, p.44), levava a reações contra um suposto afastamento da “realidade empresarial” – não importando o que isso quisesse dizer.... . Alunos e empresas empregavam os termos referentes a esta dualidade – aqui propositalmente retratados tal como utilizados no senso comum – de modo a associar a “teoria” ao ensino tradicional, fragmentado, baseado na apresentação de dados históricos e conceitos, e a “prática” às metodologias ativas, envolvendo estudos de caso, experiências práticas e, mais recentemente, os informatizados “*business games*”.

No final dos anos 90, a literatura e as instituições de ensino divulgavam a utilização dos *games* como um diferencial, embora a ferramenta tenha rapidamente se generalizado, obedecendo a uma perspectiva isomórfica de adoção da retórica do que é “novo”, “mais atual” na formação de gestores.

Posicionando-me resistente¹⁹ a princípio, vi surgirem aí novas motivações e interesses: a experiência²⁰ levava-me a questionar o rumo que iam tomando currículos e metodologias de ensino, especialmente no que passei a questionar como excessivas exigências de associação do conteúdo teórico com a prática. A utilização de recursos computacionais concentrou, por algum tempo meus esforços de crítica por representarem uma “prática” que, a meu ver, aproximava-se de uma *fábrica de administradores*.... pós-moderna²¹.

¹⁹ Ver CARVALHO, A. M. C. Business games na formação gerencial: por que games? In: V EDUCERE - III Congresso Nacional na Área de Educação, 2005, Curitiba - PR. **Anais...** Curitiba - PR: Editora da PUC-PR, 2005, e

CARVALHO, A. M. C. Dinamizando programas de ensino: uma crítica à adoção de jogos de empresa na formação gerencial In: XII Simpósio de Engenharia de Produção - SIMPEP, 2005, Bauru - SP. **Anais...** Bauru - SP: UNESP, 2005.

²⁰ Refiro-me aqui a minha trajetória como professora em cursos de Graduação (PUC-RJ) e Pós-graduação (PUC-RJ, FGV-RJ), e, especialmente, à atuação como Coordenadora Pedagógica (FGV-RJ) de diversos cursos de extensão e pós-graduação.

²¹ Termo usado, criticado e discutido à época.

Se, por um lado era importante a discussão do atendimento às exigências do cliente nos cursos de gestão, por outro achei importante também dirigir a pesquisa para o próprio cliente, e seu estilo de aprendizagem.

Entretanto, mover-me na tênue fronteira entre teoria e prática ou entre ensino e aprendizagem não satisfazia ainda, meus interesses. A meu ver, não levava ao modelo de ensino capaz de formar o gestor para os desafios das organizações contemporâneas – nem afastava o perigo de voltá-lo para a *fábrica de administradores*.

Enveredar por diversas interfaces multidisciplinares contribuiu para o *insight* de que, parafraseando Argyris e Shön (1978) não adiantaria focalizar os efeitos – no caso, os programas de formação gerencial ou a “dosagem” adequada entre teoria e prática - e permanecer com os mesmos pressupostos quanto ao gestor. A superação desta abordagem *single loop*²² parece ocorrer quando redefino o ponto de partida. No momento em que se discute quebra de verdades anteriores e “crise de paradigmas” (BRANDÃO; BONAMINO, 1997; PLASTINO, 1997; MARCONDES, 1997), o *double loop* me leva a questionar não qual é o currículo ideal ou a formação adequada para administrar as organizações contemporâneas, mas sim **o que é Administração e como ocorrem os processos de atualização e desenvolvimento no mundo contemporâneo.**

1.5. Organização da tese

A tese está dividida em duas partes.

Na PARTE I - Contexto & condicionantes - exponho a questão norteadora da pesquisa, objetivos, motivações, justificativa, etc. Detalho ainda termos e conceitos envolvidos no texto, o aparato teórico metodológico utilizado e a metodologia. Esta parte é composta por quatro capítulos.

O primeiro capítulo é reservado a esta apresentação

No segundo capítulo exponho termos e conceitos relacionados à Administração e à gestão; bem como às especificidades de sua utilização na prática do gestor. Trato, ainda, de surgimento, difusão e legitimação dos termos, bem como de etimologia, polissemia e

²² Ao tratarem da aprendizagem organizacional, os autores identificaram dois tipos, que denominaram: aprendizagem de uma volta (*single-loop learning*) e aprendizagem de duas voltas (*double-loop learning*). Enquanto a primeira implica em detectar um problema, corrigir o erro, mas não mudar o modelo mental que governa a ação (*theory-in-use*), a segunda leva à correção do erro depois que os valores inerentes ao modelo são revistos – o que implica num ciclo de aprendizagem para a organização, que leva à mudança em suas normas.

metáforas. Finalizo com definições de Administração e consolido minhas opções de utilização e questionamentos nesta tese.

A influência da sociologia de Pierre Bourdieu na condução da investigação e da análise propostas na tese é demonstrada no terceiro capítulo. Ali, discuto ainda a apropriação das obras de Bourdieu por pesquisadores da área de Administração, e finalizo com críticas e supostas limitações de sua obra.

No quarto capítulo demonstro os procedimentos metodológicos da pesquisa. Apresento as reflexões iniciais e dificuldades para a construção do objeto da pesquisa para, em seguida, classificá-la quanto ao tipo, relatar especificidades da coleta de dados e da configuração da investigação empírica, bem como possíveis limitações decorrentes do processo ou das escolhas apresentadas.

Na PARTE II - Estudos do campo, transformações e alternativas do século XXI – apresento o conteúdo da pesquisa expresso nos estudos do campo, sua constituição e transformações. Finalizo com reflexões sobre possibilidades para novos léxicos e temáticas na área e com as conclusões sobre as transformações percebidas. Esta parte é composta por quatro capítulos.

No quinto capítulo exponho a constituição do espaço do ensino e da produção de conhecimento em Administração no Brasil. Assumo que o campo não pode ser compreendido fora do contexto histórico de sua formação; assim, inicio a pesquisa no Brasil Colônia, pois acredito que o passado pode fornecer explicações para o presente e demonstrar traços característicos que permaneceram no mundo moderno, chegando ao momento atual. Outra posição adotada é a da observação das disputas entre diversos indivíduos e grupos que, conforme a posição ocupada no espaço, determinam as relações de força que ali têm lugar.

No sexto capítulo apresento as fragilidades e discussões quanto à cientificidade e autonomia da Administração em sua relação com o campo científico. Ao final, demonstro os avanços no campo da epistemologia da Administração e seu processo de institucionalização.

No sétimo capítulo contextualizo os Estudos Críticos nos movimentos de Administração. Utilizo a metáfora da “arena” para retratar as disputas no campo apresentando a abordagem funcionalista contrapondo-se às alternativas críticas e pós-modernas. Ao final do capítulo exponho dados da pesquisa empírica que permitem mapear professores e respectivas IES, identificando suas propriedades e estratégias de ação.

No oitavo capítulo discuto as condições de introdução de novos léxicos na literatura da Administração, a possível convivência desses diferentes léxicos ou se eles são incomensuráveis. Para isso, recorro metaforicamente à expressão “mundos possíveis”, e ao diálogo com a Filosofia da Ciência. A seguir, apresento o fechamento do trabalho, com conclusões que abrangem não apenas os novos léxicos, mas as transformações na Administração do pós anos 90, conforme me propus nesta pesquisa.

2. OS ‘NOMES’ DA DISCIPLINA: CONSTRUÇÃO E DIFUSÃO DE SENTIDO NA ADMINISTRAÇÃO E NA GESTÃO

Neste segundo capítulo exponho termos e conceitos relacionados à Administração e à gestão; bem como às especificidades de sua utilização na prática do gestor.

Ancoro-me, a princípio, no sugestivo “*Les mots de la gestion*”, de Daniel Gouadain (2001), onde o autor argumenta que os termos utilizados na gestão - e nas ciências da gestão – não são apartados ou indiferentes às atividades sociais e ao momento histórico de sua utilização²³.

Especificamente em relação ao tema, acompanho Bourdieu (1984) e acolho sua adjetivação em termos do *flou*, do indeterminado, do que é sujeito a variações em termos de tempo e significação, enquanto construção histórica.

Trato, então, de surgimento, difusão e legitimação de termos, bem como de etimologia, polissemia e metáforas. Finalizo com definições de Administração e consolido minhas opções de utilização nesta tese. Dentre os autores com quem dialogo destacam-se Goudain, Mazza e Alvarez, Motta, Wood Jr e Paes de Paula, Morgan e Martins.

2.1. Da produção acadêmica ao pop management

Gouadain (2001) atribui o surgimento e a difusão dos termos da gestão a três atores:

- Gestores e dirigentes
- Universidades e centros de pesquisa
- Conselheiros e consultores

Segundo o autor, é fundamental entender este jogo triangular para delinear como evoluem práticas e vocabulários de gestão: as grandes organizações teriam o monopólio da dianteira - universidades, centros pesquisa financiados pelo poder público e empresas onde as pesquisas são aplicadas – atribuindo aos “conselheiros” / consultores prosperidade relacionada à difusão de inovações (GOUADAIN, 2001, p.70)

Este grupo de atores guarda semelhança com aqueles apresentados por Mazza e Alvarez (2000), que abordam não apenas os ‘nomes’ mas o processo de criação e difusão das teorias e práticas de gestão. Na criação – que consideram como o processo de construção da legitimidade do conhecimento administrativo -, identificam três fases:

²³ Ver, por exemplo, considerações sobre o termo participação em Donadone e Grün (2000).

- Produção – quando experiências e teorias gerenciais são interpretadas por acadêmicos e firmas de consultoria criando novas propostas codificadas nos padrões acadêmicos. É a fase em que já se busca a ‘tradução’ do conhecimento para uma linguagem menos acadêmica que facilite sua difusão;
- Difusão – quando o conhecimento é disseminado para a comunidade de negócios por instituições de educação e consultoria que, por utilizarem uma linguagem menos técnica, combinam conhecimento científico com práticas e princípios fartamente usados. Nesta fase, o conhecimento em administração começa a sair da comunidade de negócios, devido à legitimação social e aos vínculos daquelas instituições;
- Legitimação, quando o conhecimento em administração é difundido fora da comunidade de negócios; é o momento em que os argumentos técnicos são substituídos pelas afirmações ideológicas, baseadas em narrativas de sucesso e mitos empresariais. Nesta fase, pode virar ‘modismo’, popularizado por revistas e jornais, sendo então tratado com chamadas ideológicas e retórica baseada em símbolos socialmente aceitos. Como é veiculado numa mídia que não é técnica, a efetividade deste conhecimento é tida como certa e intrínseca.

Os autores constataam que outro ator, a imprensa popular, passa a ocupar, neste momento, o espaço entre a academia e o usuário final. Embora sem *status* acadêmico, revistas e jornais passam a produzir e reciclar seu próprio conhecimento (por eles denominado *prêt-à-porter*), legitimando-se por veicularem ideias com suporte de políticos e empresários bem sucedidos. O conhecimento acadêmico (por eles denominado *haute couture*), gerador de modelos científicos e sofisticados, não estaria resistindo – e respondendo - à alternância entre crises e bonanças. Por isso, contribuiria para busca de fontes alternativas de conhecimento prático, mais confortáveis e acessíveis.

Pesquisas semelhantes apresentaram Wood Jr. e Paes de Paula (2000, 2001, 2002a e b). Segundo os autores, globalização da economia, críticas ao papel do Estado, valorização do mercado, desregulamentações e demais mudanças sócio-econômicas da década de 80, parecem ter impulsionado a disseminação do empreendedorismo e das ideias de *management* para além das fronteiras estadunidenses e da esfera empresarial.

O capitalismo flexível manifestava-se na difusão do empreendedorismo que expandia sua “colonização” (WOOD JR.; PAES DE PAULA; 2001, p.3) na vida social - seja na administração pública, no mundo das artes ou na área acadêmica - junto ao culto da excelência. A valorização das receitas prontas oferecidas pelo mercado e as soluções gerenciais davam escopo à cultura do *management*, que era caracterizada ainda:

... por artefatos como livros, revistas e outros objetos de consumo presentes no mundo dos negócios, bem como por símbolos que permeiam as organizações e a mente dos indivíduos que com elas se relacionam, como é o caso dos gurus, dos gerentes-heróis, dos consultores e outros portadores de “fórmulas infalíveis” (WOOD JR.; PAES DE PAULA; 2001, p.3)

A colonização de outras esferas da vida social pelo discurso do empreendedorismo motiva superficialidade e inconsistência. O próprio ambiente de mudanças, propiciaria, segundo os autores, ênfase em tudo que se refere à fugacidade e à aparência. O sujeito passa a existir em um mundo “nihilista e espetacular”²⁴ (DEBORD, 1967 citado por WOOD JR.; PAES DE PAULA, 2001, p.1)²⁵

Alçado ao *status* de setor de negócios e organizado como uma indústria, o *management* passa a ir além de uma simples área de conhecimento e, finalmente, gera o *pop management*, “versão “divertida” da cultura do *management* que lhe apóia na popularização” (WOOD JR.; PAES DE PAULA, 2001, p.1).

Quatro pilares interrelacionados constituem a indústria do *management*:

- As escolas de administração, beneficiadas pelas condições ambientais (mesmo que imaginárias) de incerteza e turbulência e pela “natureza fugaz do conhecimento na área” (WOOD JR.; PAES DE PAULA, 2002, p.7). Na busca pelo conhecimento instrumental, pelo discurso gerencial, pela legitimidade do diploma, pela vantagem competitiva em relação a outros profissionais, pela reação à obsolescência profissional e ao desemprego, as escolas passaram a ser vistas como “portos seguros”, “templos de reciclagem” e de positivas reviravoltas profissionais. Os autores afirmam que muitos cursos foram criados à semelhança de restaurantes *fast-food*, que seus professores oferecem muitas

²⁴ DÉBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. São Paulo: Contraponto, 1992

²⁵ Thomaz Wood Jr. retoma a inspiração em Guy Débord e na expressão “Sociedade do Espetáculo” em outras publicações, tais como no artigo “Organizações de simbolismo intensivo” (1999) – cuja emergência associa à ‘teatralização’ da experiência humana e à consolidação da ‘sociedade do espetáculo’ e no livro “Organizações espetaculares”

vezes informações de qualidade duvidosa, baseadas em leituras de *pop-management*, com aulas-*show*, cursos que apelam ao humor e retórica salvacionista no lugar de postura crítica;

- As empresas de consultoria, também beneficiadas pelo cenário incerto e pela insegurança daí decorrente que lhes fornece maior mercado de trabalho à medida que crescem os problemas das empresas. Uma vez que seu modelo de negócios é baseado na economia de escala e escopo, suas soluções são pacotes que, com pequenas adaptações, podem atender a grande gama de problemas. São profundamente influenciadas por novidades que surgem nas escolas e na literatura *pop-management*;
- Os gurus de gestão → emblemáticos na cultura do *management*, demonstram confiança e certeza em tudo que dizem, buscam impressionar a plateia e impulsionam o consumo da literatura *pop-management*, produzida por eles mesmos;
- A mídia de negócios → composta por livros, jornais, revistas de negócios e gestão. Os autores citam o livro *In search of excellence* de Tom Peters e Waterman, de 1982, como uma oportunidade percebida, num momento em que os EUA tinham sua economia em crise, e em que eram divulgadas as 'maravilhas' do modelo japonês de gestão. Naquele momento, em que os americanos estavam cansados de ler sua incompetência diante dos japoneses, os autores passaram a mostrar empresas americanas liderando mercado e ganhando dinheiro. Em diferentes momentos diferentes abordagens gerenciais surgiram, algumas bastante próximas da auto-ajuda, da ficção científica e outros gêneros – alguns bastante exóticos.

No Brasil, a indústria do *management* exerce o papel de produtora de artefatos de *pop-management* e, conseqüentemente, de agente de legitimação da cultura do *management*. Seus quatro pilares passaram por grande desenvolvimento, acompanhando a internacionalização de propostas que têm como padrão um ciclo que vai do desenvolvimento ao enfraquecimento da 'onda', passando, a seguir, por sua substituição.

Ao se transformarem em modismos, muitas soluções passam a ser adotadas indistintamente - mais por pressões institucionais e políticas que por razões substantivas - podendo levar, devido à falta de critérios, a efeitos colaterais.

Chanlat (2000) compartilha com os autores já apresentados estudos sobre o compartilhamento da linguagem do *management*. Ao lado do jogo de relações em sua criação e difusão, o que caracteriza o vocabulário da administração, segundo o autor, é a extensão em que é compartilhado. Longe de estarem confinadas a locutores e atividades profissionais específicos, a linguagem organizacional e o pensamento administrativo têm imperado na sociedade contemporânea, como resposta à centralidade conferida às organizações pela lógica capitalista. A hegemonia do econômico; o culto da empresa; a influência do pensamento empresarial sobre as pessoas, são três das transformações sociais citadas por Chanlat (2000), que favoreceram a difusão dos discursos e práticas de gestão na moderna “sociedade de organizações” (CHANLAT, 2000; RAUFFLET, 2005). Gouadain (2001) aponta a tendência de considerar os ‘nomes’ da gestão como referência de nossa época, equivalentes – guardadas as devidas proporções – aos vocábulos de conotação religiosa no período anterior à Revolução Francesa ou àqueles de cunho político no século XIX e primeira metade do século XX.

Investigar os ‘nomes’ da gestão ultrapassa conhecer os discursos ou razões da disposição de seus elementos. Significa indagar sobre as práticas da gestão - e reflexões que elas suscitam; implica em conhecer aqueles que os empregam; perscrutar sociedades e organizações que os utilizam, a fim de conhecer mais sobre a origem ou o significado do que está sendo revelado.

Gouadain (2001, p. 69) ressalta que muitos termos da gestão poderiam ser qualificados de “*mots à succès*” tal o número de domínios alcançados por eles. Por outro lado, o mesmo atributo os coloca em outro extremo: pela extensão em que são compartilhados e pela variedade de interlocutores que os utilizam pode ser difícil tanto evitar equívocos quanto conjugar expansão e rigor.

O autor associa ainda os ‘nomes’ às questões de poder. Assim, revelariam influências assimétricas, seriam veículos de uma ideologia e vetores de diferenciação econômica e social.

Ao exemplificar o primeiro caso, cita o idioma: os Estados Unidos como emissores – por serem berço de inovações em matéria de gestão – e outros povos como receptores, devendo importar não apenas a técnica, mas também vocabulário que a

acompanha. Esta assimetria assume contornos temporais uma vez que por cerca dos últimos 200 anos, segundo o autor, países de língua inglesa têm sido reconhecidos como locais de criação de ferramentas e técnicas de gestão: os Estados Unidos e, antes deles, o Reino Unido. Embora Alemanha, por volta de 1914, Japão, nos anos 60, entre outros, tenham disputado o papel pioneiro, faltou vigor a seus modelos para uma influência mais longa. Por razões semelhantes, quanto à questão linguística (ou, como sublinha o autor, linguístico-política), o idioma dos países anglo saxões ocupa – salvo eclipses passageiros, conforme citei acima – o posto de principal veículo das inovações no campo da gestão.

Como veículos de ideologia, o autor lembra que os termos da gestão, além de envolverem ação organizada, designam técnicas e conceitos relacionados principalmente às empresas privadas, ou seja, aos atores econômicos que ocupam posição central na formação econômica e social em nossa sociedade. Assim, os nomes da gestão não são neutros; o uso que deles se faz está a serviço de uma ideologia.

Assim como a linguagem em geral, esses ‘nomes’ têm função de diferenciação social e econômica: a associação à ideologia dominante, além de ter facilitado sua expansão fora de seu campo original, contribui para o prestígio daqueles que os empregam, independente disso ocorrer em situação profissional ou não²⁶. O domínio da linguagem da gestão funciona especialmente como capital simbólico, em situações em que competência técnica e situação financeira mantêm-se semelhantes (GOUADAIN, 2001).

2.2. Etimologia

A etimologia de administração é latina: Sua forma histórica era *mjstraçõ*, *aministraçon*, nos séculos XIII e XIV respectivamente. *Mjnjstraçõ* e *aministraçom* foram adotados no século XV. A grafia *administração* foi adotada a partir do séc. XV. No Dicionário Houaiss (2001, p. 86), é definida como a “ação de prestar ajuda, execução, administração, gestão, direção”.

De forma semelhante, a etimologia dos correlatos gestão e gerência é latina. Em Cunha (2007) ambos remetem ao verbete *gerir*, sendo que gerência data de 1881 e gestão, do latim *gestiō-ōnis*, data de 1858. No Dicionário Houaiss (2001), a primeira é apresentada como função ou exercício de gerente; administração, gestão e a seguinte como ato ou efeito de gerir; administração, gerência.

²⁶ Seguindo o mesmo raciocínio de diferenciação e influência através do idioma, ver a análise de Norreklit (2003) para a ferramenta *Balanced Scorecard* (BSC).

2.3. Polissemia

Aqui, tratarei do caráter polissêmico dos termos administração, gestão e gerência. Ao mesmo tempo, abordarei mecanismos como metáforas e metonímias – tão familiares à área – que, embora garantam a inteligibilidade, são ambíguos e incompletos.

É particularmente aplicável ao vocábulo administração - e seus correlatos – a observação de Bechara (1967) de que nem sempre um vocábulo guarda seu sentido etimológico no decorrer de sua história. Por variados motivos, este sentido ultrapassa os limites da originária esfera semântica, assumindo novos valores e significados. É o caso da freqüente - e autorizada por léxicos do vernáculo – sinonímia no emprego dos termos *administração*, *gestão* e *gerência*, especialmente por seu caráter polissêmico.

Polissemia é a propriedade do signo linguístico que possui vários sentidos. Neste caso, a unidade linguística é considerada polissêmica (DUBOIS et al, 1973). A polissemia é, no entender de Bechara (1967, p.422) “base de muitos jogos de palavras e de quiproquós” (grafia original).

Correia (2000) acrescenta que, além da identificação de mais de um significado, é possível estabelecer uma relação entre as várias acepções da palavra polissêmica por princípios semântico-referenciais de derivação: há um significado básico, que dá origem a significados derivados. Assim, a palavra passa a ser usada em sentido figurado, conforme as exigências de adaptações semânticas nas diversas situações em que é usada – sem, contudo, deixar de se ligar ao significado básico inicial (ROCHA, 2008).

Para caracterizar a polissemia a Correia (2000) ressalta:

- A economia linguística – trata-se da polissemia vista como uma condição de eficiência, economia e flexibilidade da língua. Caso não fosse possível atribuir diversos sentidos a uma palavra, isso corresponderia a uma grande sobrecarga à memória dos indivíduos, uma vez que seria necessário possuir termos separados para cada tema concebível sobre o qual se quisesse falar.
- A polissemia afeta a maioria das palavras da língua, sendo gerada por mecanismos mais ou menos regulares que garantem a inteligibilidade dos usos polissêmicos das palavras; dentre estes mecanismos estariam a **metáfora** e a **metonímia**. A autora refere-se ainda à possibilidade de processos como a

“abstracção ²⁷ (ou abstractização) e concreção (ou concretização)” (CORREIA, 2000.p.10) serem fonte de criação de polissemia. A *abstracção analógica* surge na utilização de um substantivo mais concreto simbolicamente; a *concretização actancial* pode ocorrer quando, no lugar de designar 'o fato de', ou 'a ação de', ou 'o estado de', um substantivo passar a designar um de seus actantes²⁸: o actante fonte /agente, o actante objeto, o actante instrumento, local ou tempo; por sua vez, a *concretização objectal* conduz determinada propriedade ao objeto que a possui (MARTIN²⁹, 1996, citado por CORREIA, 2000).

A metáfora é o mecanismo semântico que “consiste na designação de uma entidade A pelo nome da entidade B, sendo que $A \neq B$, mas ambas as entidades mantêm entre si relações de semelhança (de forma, cor, função, textura, etc.)” (CORREIA, 2000, p.10). Partindo-se de uma entidade concreta, cujas características físicas são completamente conhecidas, denomina-se, através da mesma palavra, entidades que pertencem a domínios de referencia distintos. Segundo a autora, a metáfora vai muito além de ser um recurso estilístico ou de discurso: é um mecanismo semântico, gerador de significado lexical. Altamente disponível em qualquer língua, é eficaz ao permitir que se fale sobre entidades de vago conhecimento – abstratas, distantes, ou de difícil apreensão pelos sentidos – com termos de entidades mais próximas e conhecidas.

Prática corrente nas Ciências Sociais, a metáfora é utilizada quer por sua força comunicativa, quer para revelar e nomear fenômenos complexos. Morgan (1996), autor de um dos mais conhecidos estudos sobre a utilização de metáforas na teoria organizacional³⁰, considera que análises e diagnósticos das organizações estão sempre baseados em leituras ou interpretações da realidade para as quais são formuladas imagens e explicações que ajudam a dar sentido à natureza fundamental das situações. Utilizou diversas metáforas – *máquina; organismo; cérebro; cultura; sistema político; prisão psíquica; fluxo e transformação; e instrumento de dominação* -, cada uma traduzindo uma forma de ver e pensar a organização e de compreender o homem que nela se insere. Admite, entretanto, que ao levar a compreender o fenômeno administrativo de forma específica, as metáforas tornam-se também, incompletas.

²⁷ Original em língua portuguesa europeia

²⁸ Conforme o Dicionário Houaiss (2001), agente da ação indicada pelo verbo.

²⁹ MARTIN, R. (1996). «Le fantôme du nom abstrait». In: FLAUX, N., GLATIGNY M. & SAMAIN, D. (eds.). *Les noms abstraits, histoire et théories*. Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaires du Septentrion, pp. 41-50.

³⁰ Refiro-me ao livro “Imagens da Organização”.

Sua força reside, segundo Cavalcanti (2005) – em consonância com o que afirmava Correia (2000), na sintonia das analogias inspiradoras com a natureza do fenômeno em foco, embora algumas metáforas ajustem-se melhor a certas situações.

Morgan defende que o esquema analítico por ele apresentado ultrapassa o modelo estático, sendo um processo de sensibilização e interpretação que revela padrões de múltiplos significados e inter-relações. Esta condição será definitiva para a formação dos gestores, já que...

...as melhores leituras intuitivas feitas por administradores e outros membros da organização possuem a mesma qualidade. Estes indivíduos estão abertos para o tipo de perspectiva que se origina da constatação de que qualquer situação tem capacidade de ser muitas coisas diferentes ao mesmo tempo (MORGAN, 1996, p.343).

Enquanto Morgan utiliza metáforas como representativas do fenômeno organizacional, Cavalcanti (2005) vale-se da ação gerencial em si como fenômeno pesquisado e, a partir de histórias de vida, identifica a integração das diversas dimensões organizacionais – estrutural, técnica, política, cultural e humana. Ao cunhar a afirmação metafórica “o gerente é um equalizador” o autor afirma buscar novos *insights* para a pesquisa da gestão pública em questões onde as relações entre gerente e estrutura requerem maior discernimento. O recurso à metáfora “permitirá diferentes formas de percepção daquelas relações e fará a introdução teórica de terminologia que previamente não existia” (CAVALCANTI, 2005, p.210). Assim, além de maior força, intensidade e beleza, além do impacto na sensibilidade, da força evocativa e emotiva, a metáfora extrai implicações baseadas em similitudes e analogias percebidas entre dois sujeitos pertencentes a diferentes domínios. Embora seja a ambiguidade um subproduto do poder sugestivo da metáfora (BLACK³¹, 1979, citado por CAVALCANTI, 2005), seu emprego em contexto científico não fica limitado a um estágio pré-teórico do desenvolvimento de uma disciplina, uma vez que desempenha importante papel no desenvolvimento e articulação em ciências relativamente maduras e exerce o papel de introduzir terminologia teórica onde nenhuma existia previamente (BOYD³², 1979, citado por CAVALCANTI, 2005).

Voltando a Correia (2000, p.12), o outro mecanismo gerador de polissemia é a metonímia: mecanismo semântico que “consiste em denominar uma entidade A por meio da

³¹ BLACK, M. **Modelos y metáforas**. Madrid: Tecnos, 1966.

³² BOYD, R. Metaphor and theory change: what is a metaphor? In: ORTONY, A. (Ed.). **Metaphor and thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

denominação de uma entidade B, sendo que $A \neq B$, mas ambas as entidades mantêm entre si uma relação de contiguidade (de conteúdo a continente, de parte a todo, de matéria a produto, etc.)”. Seguindo o mesmo argumento aplicado à metáfora, a metonímia não se resume a ser um recurso de estilo: ao gerar significações, configura-se como mecanismo semântico que contribui decisivamente para a polissemia das palavras.

Donadone e Grün (2001) acrescentam a extensão sociológica à interpretação lingüística da polissemia apontada por Correia (2000). Como tal, identificam a polissemia como o “sentido parcialmente compartilhado para um determinado conceito, sob o qual os entendimentos implícitos em torno de sua definição se fixam” (DONADONE; GRÜN, 2001, p. 113). O compartilhamento parcial evita crise, ao mesmo tempo em que garante um mínimo de acordo entre as partes, evoluindo a seguir para o conflito simbólico.

O consenso parcial em torno da palavra *administração* – ou seus correlatos – permite, portanto, a construção da disciplina. Por outro lado, dá-se o conflito simbólico em torno, por exemplo, do que é mais novo, ou atual, configurando o que Grey (2004) denomina fetiche da mudança’ para se referir ao que considera uma ‘metanarrativa’ nos discursos sobre gestão e organização. Cada grupo busca registrar como correta sua denominação, o que é identificado quando Motta (1991, p. 14-16) ressalta que mudanças de terminologia assinalaram “a introdução de alguma novidade técnica ou uso diverso de ideias antigas” Assim, segundo o autor, embora o desgaste de um termo possa ser suplantado pela nobreza de um novo, “no rigor vernacular, as palavras administração, gerência e gestão são sinônimas” (p.14).

Para exemplificar seu argumento, recorre à função dos dirigentes: até a década de 70, a palavra *administrador* tinha mais importância que *gerente* e designava dirigentes de alto nível. Gerente representava uma hierarquia mais baixa, sendo, entretanto, mais nobre em agências bancárias. A situação inverteu-se com o passar do tempo. Nos últimos anos, para compensar desgastes terminológicos, o termo *gestão* passa a ser utilizado no lugar de gerência e administração. Embora introduzido para qualificar formas participativas de administração – autogestão ou co-gestão, passou a ser utilizado como um termo genérico, para sugerir decisão ou direção.

Segundo o autor, *gerência*, pela origem organizacional, é relacionada à alta direção ou à transferência de tecnologia entre os setores público e privado. *gestão*, é um termo

de uso mais recente na linguagem administrativa e, por isso mesmo ainda não atingido pelos preconceitos que pesam sobre os anteriores.

De modo semelhante, Silva (1974) assinala a inicial utilização dos termos *administração* e *direção* como sinônimos na linguagem coloquial, para referência ao grupo dirigente ou à direção-geral. Distinção entre ambas apenas viria a ocorrer quando Fayol (1970) identificou a *direção-geral* como função especializada, privativa do grupo de dirigentes e a *administração* como função generalizada, distribuída entre chefes e chefiados, ao longo da escala hierárquica; todos, em cada nível da hierarquia a desempenham.

Bourdieu (1980) ressalta que o sacrifício do rigor em prol da simplicidade e da generalidade propicia o uso da polissemia. A utilização, sem contradições, de objetos e práticas simbólicas, em diferentes relações estabelecidas a partir de diferentes pontos de vista, leva estes objetos e práticas a se tornarem indeterminados, imprecisos e, por isso mesmo, praticamente equivalentes. É o que está na raiz da polissemia, que caracteriza as relações que guardam diversas referências do sistema simbólico.

Nesse sentido, cabe referência ao termo *management*, adotado quase universalmente. Criação americana, onde a administração originou-se como campo de conhecimento e reflexão, caracteriza-se pelo caráter polissêmico, assim como seu correlato, *administration*.

Segundo Braverman (1977), o verbo *to manage* vem do latim *manus*, que significa mão. Antigamente seu significado era relacionado a adestrar um cavalo para fazê-lo praticar o *manège*. Assim como o cavaleiro que utiliza rédeas, espora, chicote e adestramento para impor sua vontade ao cavalo, o capitalista, através da gerência (*management*) empenha-se em controlar. Reforça o autor que o controle é o conceito fundamental dos sistemas gerenciais. Já Motta (1991), ratifica o uso da palavra *management* em português, no sentido de gerência. Segundo o autor, o francês e o inglês britânico utilizam (com a mesma grafia) *management* para referir-se à gestão privada e *administration* - traduzida para o português como 'administração' – para a gestão pública. A linguagem técnica norte-americana, ao usar quase que indistintamente *management* e *administration* (MOTTA, 1991, KAST; ROSENZWEIG, 1992), necessita qualificar administração e gerência como pública ou privada; por esse motivo emprega as expressões *business administration* – administração de empresas – e *public management* – gerência pública.

Lacombe (2004), que apresenta os termos *gestão* e *administração*, como sinônimos, refere-se à pessoa do *gerente* como uma “autoridade de linha” (p.160), ressaltando a diferença já demonstrada por Motta (1991) entre a utilização europeia e americana: enquanto os americanos consideram o *manager* como um administrador de nível superior – acima do *superintendent* - os europeus colocam-no abaixo do *superintendent* - seu maior nível hierárquico.

A observação de Mintzberg (1980) mostra-se definitiva no suporte aos argumentos sobre o caráter polissêmico dos ‘nomes’ da gestão: Em pesquisa sobre o a natureza do trabalho gerencial afirmava que, ao descrever seus resultados, utilizaria o termo ‘organização’ como sendo a unidade diretamente sujeita à autoridade formal do gerente. Nas palavras do autor:

Therefore, the words “manager” and his “organization” can mean a “president” and his “company”, a “supervisor” and his “branch”, or a “foreman” and his “shop”. The manager’s organization may in fact be a subunit of a larger organization (a division of a company, for example), and “outsiders” may in fact be other members of the larger organization who are not in a direct line relationship with the manager in question (MINTZBERG, 1980, p.29)

2.4. A construção do sentido: O que faz em gestor? O que é Administração?

Neste momento do capítulo, estarei tratando de representações e do que venho chamando de ‘construção do sentido da gestão’. Recorro especialmente a Durkheim para tratar de representações e, ao final do bloco, utilizo referências de Mintzberg, autor conhecido por diversos trabalhos, seja em termos de metáforas ou associados à função gerencial - mais exatamente, a como os gestores percebem sua função e seus papéis. Termino com Motta e Martins que contribuem com discussões sobre o processo decisório e sobre representações retiradas da definição de Administração.

Para apresentar representações e construção do conceito de Administração, recorro primeiramente a Durkheim (2007, p. XXIII), para quem conceitos são “representações coletivas.”, ou seja, são produtos de elaboração coletiva, criados no meio social a fim de exprimir a “forma como o grupo se pensa em suas relações com os objetos que o afetam”.

Pinheiro Filho (2004), em estudo sobre as representações coletivas no conceito durkheimiano afirma que, para aquele autor, “representação” é tudo aquilo que, afetando a mente ou emanando dela, é capaz de fixar-se com menor ou maior grau de estabilidade. No

primeiro caso estariam as representações sensíveis, individuais; no segundo, as representações coletivas - que derivam da associação entre os homens.

Os conceitos, como representações coletivas, opõem-se às representações sensíveis – sensações, percepções, imagens – que se encontram em fluxo constante, em função do instante em que ocorrem. Conforme o autor, jamais estamos seguros de fazer a experiência de uma percepção tal como da primeira vez; porque “se a coisa percebida não mudou, nós é que não somos mais o mesmo homem” (DURKHEIM, 2008, p. 511). O conceito, ao contrário, está situado em região diferente do espírito; mais serena e mais calma. É uma maneira de pensar mais fixada e cristalizada, que muda quando há nele alguma imperfeição que deve ser retificada. É expresso pelo vocabulário da língua materna, que é fixa, mudando apenas lentamente, assim como acontece na organização conceitual. Um cientista que busca inovar a terminologia empregada pela ciência e, conseqüentemente o sistema de conceitos correspondente, incorre em uma espécie de violência à maneira de pensar instituída.

Além de relativamente imutável, o conceito é universalizável. Não é o conceito de um indivíduo em particular, mas é comum a outros indivíduos e pode lhes ser comunicado.

Sua transmissão e troca estão na essência do diálogo intelectual, ao contrário da sensação que não pode ser transmitida de uma consciência para a consciência de outrem. O conceito é impessoal e não traz a marca de uma inteligência particular, uma vez que é elaborado por uma inteligência única, na qual as outras se encontram. A intervenção da coletividade impondo-se às inteligências particulares é notada ao pensarmos com conceitos presentes no vocabulário: a linguagem e o sistema de conceitos que traduz, são produto de elaboração coletiva.

Uma vez que o grupo é constituído de forma distinta do indivíduo, aquilo que o afeta também é de outra natureza. Portanto, é preciso considerar a natureza da sociedade - e não dos indivíduos isoladamente - para compreender a maneira como ela representa a si e ao mundo à sua volta. E, conforme o que é esta sociedade assim serão os símbolos com os quais ela se pensa (DURKHEIM, 2007).

As representações coletivas são, entretanto, apenas viabilizadas pela dualidade da natureza humana, expressa na imagem do homem como um ser dividido em corpo e alma. Esta cisão opõe dois mundos distintos: as sensações e tendências egoístas – de base orgânica e

individual -, e as atividades do espírito, tais como o pensamento conceitual e a ação moral - universais.

Durkheim (2008) percebia uma proximidade entre conceitos e categorias. Da mesma forma que os conceitos, categorias são representações coletivas e têm sua gênese na religião. Correspondem a noções essenciais e estão na raiz dos julgamentos que dominam a vida intelectual. São propriedades mais universais das coisas, configurando o que o autor denomina “ossatura da inteligência”, cuja função é “dominar e envolver os outros conceitos” (PINHEIRO FILHO, 2004, p.146).

Ginsburg (1991) apresenta a representação como uma palavra antiga, relacionada à devoção, que recentemente tomou novos sentidos. Em artigo sobre a representação do corpo do rei por seus súditos franceses entre os séculos XV e XVII, busca desconstruir a familiaridade que o termo sugere. Representação possui, para o autor, duas vertentes aparentemente contraditórias: por um lado, demonstra uma *ausência*, que supõe uma clara distinção entre o que representa e o que é representado. Neste caso, a representação é o instrumento de um conhecimento que substitui um objeto ausente por uma imagem capaz de trazer o ausente à memória; por outro lado, exibe uma *presença*: a apresentação pública de uma coisa ou uma pessoa que remete a uma relação simbólica, exigindo que se decifre a relação entre o signo visível e o referente por este signo representado.

Le Goff³³ (1995, citado por MAKOWIECKY, 2003) considera representação uma tradução mental da realidade exterior percebida, relacionada ao processo de abstração. O imaginário faz parte da representação que, ao expressar o pensamento, manifesta-se por imagens e discursos que não são exatamente o real – ou expressões literais da realidade – como um espelho.

Complementando referência anterior, cabe citar Bourdieu (1982), que afirma que as representações do mundo social classificam a realidade. Deste modo, não são neutras e levam a atribuições de sentido conforme relações sociais e de poder.

Subjacentes às práticas da gestão estão crenças, percepções e representações cujo conhecimento possibilita a compreensão da construção de significados pelos sujeitos sociais e para eles (PIMENTEL, 2007).

Mintzberg, (1980, p.8) buscou suprir lacunas da literatura para função gerencial que, no seu entender, destacava, por vezes, “especulações gerais” e em outras

³³ LE GOFF, J.. **A civilização do ocidente medieval**. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

muitas focava apenas um aspecto do trabalho do gerente - geralmente a liderança ou o processo decisório – e dificultava sua compreensão.

Com a utilização de estudos empíricos, além de identificar semelhança nas funções gerenciais em diversos níveis e locais, distinguiu e descreveu seis características e dez papéis gerenciais. Quanto ao primeiro caso, concluiu:

- Gerentes raramente deixam de pensar em seu trabalho, o que se deve à natureza “sem limites” da função gerencial; ele é responsável pelo sucesso da organização,; não há um marco tangível como referência de que seu trabalho terminou. Assim, há *demasiada e incessante quantidade de trabalho*;
- Ao contrário de outras profissões, o gerente não consegue concentração no trabalho: são rápidos – telefonemas, reuniões, memorando, etc. – e diferentes contatos, tratando de diferentes assuntos, e que não podem ser postergados. Esta atividade caracterizada pela *brevidade, variedade e fragmentação* leva os gerentes a desenvolverem uma personalidade particular, que o autor caracteriza como “competência em superficialidade”;
- Gerentes atuam num contexto de estímulo-resposta; daí, desenvolverem preferência por *tarefas que envolvem ação*, concretas e pouco rotineiras;
- Gerentes preferem *comunicação verbal*. Mesmo informais - como telefonemas e reuniões não agendadas - são consideradas parte importante de seu trabalho. Desenvolvem especial habilidade em perceber e utilizar informações adicionais - transmitidas por gestos, expressões faciais e entonação de voz - contidas nas comunicações verbais, especialmente face a face;
- Devida a sua *atuação entre a organização e uma rede de contatos*, gerentes possuem grande variedade de relações, o que envolve conhecimento e participação em atividades cerimoniais. Informações e solicitações fluem para dentro e para fora da organização, são utilizadas e repassadas por eles;
- Gerentes vêem-se diante de uma *composição de direitos e obrigações*. O autor encontrou evidências conflitantes sobre o fato do gerente poder ou não controlar suas atividades. Mintzberg reproduz a conhecida metáfora de Peter Drucker (1954) da orquestra sinfônica, para evidenciar que a função gerencial leva à criação de um ‘todo’ maior que a soma das partes. O gerente é o

maestro, cuja visão e liderança fazem com que o som de cada instrumento individual transforme-se na música. O maestro é um intérprete, servindo ao compositor; mas um gerente é ao mesmo tempo compositor e maestro. O grau de liberdade com que exerce suas funções pode ser a distinção entre um gerente bem sucedido ou não. Alguns parecem ser guiados por acontecimentos fora de seu controle, incapazes de explorar a seu favor as tensões ambientais e engolidos por trabalhos envolventes. Outros, priorizam objetivos pessoais, buscam vantagens nas atividades em que irão se engajar, e oportunidades em obrigações.

Quanto aos papéis gerenciais, o autor identificou:

- Papéis *interpessoais*, que lidam com relacionamentos: o gerente é a *figura de proa*, que representa a organização para efeitos formais. Este status o coloca na posição de *elo de ligação* entre seus pares e pessoas fora da organização. O terceiro papel, de *líder*, define a relação do gerente com seus subordinados;
- Papéis *informacionais*, que lidam com a transferência de informação: favorecido por seus papéis interpessoais, o gerente têm uma posição única para conhecer sua organização pelas informações de que dispõe. Ele é o *monitor* que recebe e coleta informações, é o *disseminador* que transmite o que é preciso para a organização e é o *porta-voz*, que fala da organização para o ambiente;
- Papéis *de decisão*: diante de seu acesso à informação e a sua posição de liderança e autoridade, o gerente é figura central no sistema no qual as decisões estratégicas são tomadas. Ele é o empreendedor que inicia mudanças, é o controlador de distúrbios que atua quando a organização é ameaçada, é o administrador de recursos que decide onde a organização vai alocar esforços e é o negociador em situações que favorecerão a organização. (MINTZBERG, 1980).

Sua conclusão é de que a função gerencial demanda a utilização de habilidades inatas. Não se trata de ciência. Ao contrário, os cientistas da gestão, em sua busca por eficiência e elegância, distanciavam-se do dia-a-dia do gerente e de sua participação na

resolução de problemas.

No sugestivo “*Stories managers tell: why they are as valid as science*”, Hummel (1991) rechaça críticas à pouca cientificidade na aquisição dos conhecimentos gerenciais. Ancorado em Mintzberg (1980) e em Kanter (1977) o autor confirma que os gestores priorizam os canais de contato verbal ou a observação, além das fontes formais de informação. Nos negócios ou na gestão pública, sua habilidade em obter aceitação e alcançar uma comunicação efetiva é considerada mais importante que a aquisição substantiva de conhecimento. Relatos de casos e experiências, longe de ser “ingênuos”, atendem a necessidades e objetivos que o conhecimento “científico” esteve aquém em suprir. Ao contrário, gerentes são capazes de definir sua realidade, julgar os conhecimentos que lhes são úteis e desenvolver parâmetros válidos em seu mundo. Para tanto, apóiam-se em intuição e mesmo em julgamentos baseados em sua presença na situação. Conforme o autor, “*they can critically think about their own thinking*” (HUMMEL, 1991, p. 32).

Gerentes contrapõem válidas alternativas provenientes de suas experiências às propostas ditas científicas, puramente objetivas e racionais. Valorizam a sensibilidade de estar em contato com o evento, mais do que opções disponíveis resultantes de análises distanciadas. Em seu mundo, são mais que observadores, são participantes: uma vez que situações-problema surgem da interação e da diferença nas equipes de trabalho, gerentes encorajam seus membros a defini-las levando em consideração intersubjetividades. Assim obtêm o consenso sobre a definição do problema e a síntese que dirige a solução. O mundo gerencial baseia-se - conclui o autor - em síntese, não em análises.

Motta (1991) ressalta que, muito embora gerentes rendam-se à fragmentação e ao imediatismo, gostariam de ser mais racionais. Entretanto, a carga inesperada de tarefas imprevistas, trabalhos intensos descontínuos e variados fragmenta sua ação e torna-se a causa da intermitência em seu processo decisório. A partir dessa constatação, na mesma linha de Hummel (1991), o autor relata o processo decisório gerencial como objeto de interações diversas – embora deixe espaço às decisões solitárias e, por vezes, pouco coerentes. Reforça a aproximação dos problemas à medida que surgem, as soluções baseadas em informações parciais e incertezas que cercam a função gerencial.

Com relação à definição de *administração*, Martins (2001) recorre a sua semântica em duas publicações: o Dicionário de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas (1987) e o Dictionary of Business and Management (Dicionário de Administração de

Negócios e Gestão – tradução do autor) de Jerry Rosenberg (1983). Da análise efetuada, o autor extrai representações e propões sua própria definição.

Na primeira publicação, o autor ressalta que a *administração* é definida “genericamente, em texto de duas laudas e meia” (MARTINS,1999, p. 45) como o termo usado para certos casos especiais de ação em que uma coisa é servida por uma pessoa a outra; por exemplo, a administração de um sacramento, ou de um medicamento, ou da lei (ou justiça) [...]” (FGV³⁴, 1987, citado por MARTINS, 1999, p. 45-46). Outras acepções e seu emprego em contextos sociais e políticos - onde são identificadas atividades de gestão e direção bem como funções de planejamento e supervisão - são destacados a seguir. O vocábulo *administração* pode ser usado ainda no sentido de Governo em exercício ou Poder Executivo; para mencionar os funcionários administrativos governamentais; ou, como destaca o autor, em seu uso corrente, “as atividades concernentes à ação cooperativa dentro de uma organização que se destina a atender a certos fins que não são forçosamente os dos participantes cooperadores e que é organizada hierarquicamente para essa finalidade, podendo não só desfrutar de autoridade. Já do Dicionário especializado referenciado, o autor distingue a apresentação da *administração* como: geral – para designar quem determina propósitos e políticas numa organização -, e como ‘lei de negócios’ (tradução livre) – referindo-se à gestão e à ordem atribuídas à autoridade competente. O verbete remete a outro, a *administração pública*: geral – em relação ao quadro de servidores e/ou à gestão das agências governamentais e de organizações sem fins lucrativos -, ou ‘governo’ (no sentido de gestão) – em relação ao processo de coordenação da ação de pessoas e grupos que implementarão as políticas públicas, o que envolve habilidades e técnicas específicas.

Analisando a construção das definições apresentadas, o autor identifica 15 representações sociais nucleares ou exclusivas³⁵ que serão distribuídas em cinco categorias básicas, retiradas das respectivas definições de administração. Estas categorias são:

- Ação/ função
- Espaço/ locus
- Finalidade/ objetivo

³⁴ FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Dicionário de Ciências Sociais**. 2ª ed. Rio de Janeiro:ED. FGV, 1987.

³⁵ Esta denominação é empregada por Martins (2001) com inspiração em: Abric (1994) – que desenvolveu a Teoria dos Núcleos Centrais e Sistemas Periféricos; em Moscovici (1978) – que utilizou a expressão *representações sociais*; nos trabalhos de Durkheim (1983) sobre *consciência ou representações coletivas*; e em Möeller (1995) que argumentava ser o núcleo central da representação constituído por elementos cognitivos que não só lhe conferem identidade, mas também a organizam. Segundo este último autor, os núcleos periféricos da representação seriam a interface entre representação e condições concretas cotidianas.

- Hierarquia/ classificação dos atores
- Atores/ pessoas

As representações nucleares comuns ou exclusivas estão demonstradas no Quadro 1.

Finalizada a análise, o autor apresenta preliminarmente, a seguinte definição:

Administração é um fenômeno de ação cooperativa (trabalho societário – envolve no mínimo dois atores/ pessoas) em que um (ns) ator (es) tem ascendência hierárquica (autoridade) sobre o (s) outro (s) e que se desenvolve nas organizações (espaço político: Estados nacionais, suas unidades-membros e agências; empresas e outras organizações, com ou sem fins lucrativos) para alcançar missões, objetivos e/ou propósitos específicos. Esse fenômeno engloba as seguintes funções principais: planejamento, organização, direção (coordenação) e acompanhamento (controle) (MARTINS, 2001, p.54) (grifo nosso)

Quadro 1 – Representações

REPRESENTAÇÃO		DCS	DBM
		a	b
DISCRIMINAÇÃO	CATEGORIA		
	c		
1. → Ação de uma pessoa sobre outra	H	X	X
2. → Ações cooperativas	A	X	
3. → Autoridade	H	X	X
4. → Coordenação	A		X
5. → Direção	A	X	
6. → Gestão	A	X	X
7. → Governo/ Administração pública	P/E	X	X
8. → Hierarquia	H	X	
9. → Objetivos/ Finalidades/ Propósitos/ Políticas	F	X	X
10. → Organização(ões)/ Ordenação	A/E	X	X
11. → Organizações sem propósito de lucro	E		X
12. → Planejamento	A	X	
13. → Poder Executivo (ministérios e Presidência)	P/E	X	
14. → Quadro de servidores/ Funcionários	P	X	X
15. → Supervisão	A	X	

Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de Martins (2001)

Notas:

a – Dicionário de Ciências Sociais

b – Dictionary of Business Management

c – A: Ação/ Função; E: Espaço; F: Fim/ Objetivo; H: Hierarquia; P: Ator/ Personalidade

A ênfase nos estudos de Martins (2001) vai ao encontro de objetivos específicos no escopo deste trabalho. **Paulo Emílio Matos Martins**³⁶ é Engenheiro Mecânico pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Mestre em Administração Pública pela FGV/ EBAPE e Doutor em Administração pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas (FGV/ EAESP). Consta também em sua trajetória acadêmica uma licenciatura em Desenho, ainda na UFPA. Atualmente faz parte do grupo de professores-pesquisadores do NDP da Universidade Federal Fluminense (UFF) e atuou por muitos anos em docência na Escola de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (FGV/EBAPE), onde também exerceu diversos cargos de coordenação. Sua tese de Doutorado, *A reinvenção do Sertão: a estratégia organizacional de Canudos - 1893/1897*, foi aprovada com láurea, no ano de 1999. A orientação coube a Paulo Roberto de Mendonça Motta, da FGV/ EBAPE e a co-orientação a Carlos Osmar Bertero, da FGV/ EAESP. Ambos realizaram seus estudos de Doutorado em universidades americanas, na *University of North Carolina* e na *Cornell University*, respectivamente.

O tema, da realidade brasileira, exigiu do professor-pesquisador profunda imersão na história de Canudos e seus personagens. Entre pesquisas à historiografia, entrevistas com sobreviventes e utilização de diversas fontes primárias e secundárias, chama a atenção a emocionada imersão do autor no tema e os diversos frutos de suas pesquisas e viagens: exposições fotográficas, poemas livros e artigos, seja na área da Administração, seja voltadas ao que chamarei de arte *stricto sensu*.

Em Administração, destaco a publicação de sua tese no livro *A Reinvenção do Sertão: estratégia organizacional de Canudos*, pela FGV Editora e, especialmente, o fato da tese ter sido a “pedra fundamental para a construção da disciplina Administração Brasileira” (MARTINS, 1999; 2001). O professor é ainda coordenador do Núcleo de Estudos de Administração Brasileira na UFF - ABRAS/PPGAd/UFF.

Acredito ser Paulo Emílio M. Martins um exemplo consistente a ser citado em minha pesquisa como agente participante das transformações no campo dos estudos em administração no Brasil pós anos 90. O fato ter seu trabalho laureado em diversas instâncias por seus pares confere legitimidade ao que o próprio autor chamava à época de “sonho acadêmico” e às ideias ali veiculadas – sob a inspiração também, diga-se, de autores seminais dos chamados *CMS*. Disciplinas desenvolvidas, além do grupo de pesquisa citado, bem como

³⁶ Informações constantes em, <http://lattes.cnpq.br/3032793983046393> - acesso em dezembro/ 2013

os inúmeros encontros de discussão organizados pelo autor, parecem demonstrar que a aproximação sistematizada de temas brasileiros têm tornado concreto o então – em 1999 - declarado 'sonho':

O sonho acadêmico é aqui apenas esboçado: estudar administração a partir dos erros e acertos de nossas organizações e da experiência administrativa e criatividade de nossa gente. Quem sabe um dia veremos nas gôndolas de nossas livrarias textos analisando as lutas, o sucesso e os erros do barão, depois visconde de Mauá; dos cubanos; de Roberto Simonsen; da organização dos povos missionários; do Quilombo dos Palmares e de tantos outros movimentos e personagens, lado a lado com os muito conhecidos depoimentos dos Moritas, Iacocas etc. e suas histórias na Sony, Chrysler... (MARTINS, 1999)

Pelos motivos apresentados, interessa-me a indagação proposta pelo autor: *Seria a Administração uma ciência, uma técnica ou uma arte?* (MARTINS, 1999), provocação à qual recorri no início da pesquisa.

Sem entrar em seus argumentos epistemológicos– o que será abordado no próximo capítulo, reproduzo aqui a posição do autor:

Partilhamos a convicção de que essa disciplina é uma arte (do latim *artis* = conjunto de preceitos para a execução de qualquer coisa) que, como as demais, utiliza-se de técnicas as quais, por sua vez, se baseiam em conhecimentos científicos ou comuns (MARTINS, 1999).

Na bibliografia tradicional, há pelo menos dois enfoques para classificar a Administração: *ciência e arte*.

Por um lado, é vista como *científica* e racional, com ênfase em análises e relações de causa e efeito para prever e antecipar ações (MOTTA, 1991); busca conhecer, compreender e explicar a realidade passada. Chiavenato (1987) admite, entretanto, como uma complementação à classificação como ciência, a introdução da categoria *técnica*. Enquanto a primeira conhece, compreende e explica, a técnica complementa-a operando ou manipulando esta realidade segundo procedimentos e regras. Para o autor, Administração é ciência, técnica e arte.

Por outro lado, a Administração é classificada como arte, no sentido de que depende de habilidades. Maximiano (2000) afirma que as grandes organizações despersonalizam as realizações individuais; entretanto, sempre há talentos por trás das realizações coletivas. Arte encerra um conjunto de atitudes diferentes da ciência, uma vez que se realiza de forma individual, subjetiva, vivencial; comunica-se sem imposições, admitindo a flexibilidade da personalidade e do estilo de cada um.

Koontz e O' Donnell (1974, p.12) afirmam que o conhecimento da ciência/teoria não é a garantia de uma prática bem sucedida: “Os que diagnosticam *segundo o manual*, ou projetam seguindo estritamente a fórmula, ou administram por memorização de princípios, quase certamente, descuidarão das realidades práticas”. Acreditam ainda que a situação a ser enfrentada pode não ser exatamente o que é abrangido pelo princípio teórico. É preciso fazer ajustes para alcançar o resultado desejado. A capacidade de compreender conseqüências indesejáveis é, em si, uma arte.

Barnard (1979) afirma que o conhecimento prático para o exercício da arte é uma questão de *know-how* e é necessário para se fazer coisas em situação concreta. Mais do que em outra área, o *know-how* é indispensável nas artes executivas, sendo adquirido pela experiência e freqüentemente chamado de intuitivo.

Um estudo de Goodrick (2002) sobre as origens e evolução da formação gerencial nos EUA apontou uma fase inicial em que a Administração era considerada uma *arte*, que dependia da personalidade e da experiência. Os programas de curso eram dedicados a cavalheiros por cujas ricas famílias eram patrocinados e o modelo de educação era consistente com seus valores. Nos anos 30, a orientação passou a ter como base a vocação e os programas passaram a enfatizar práticas de negócio e as então especificadas habilidades gerenciais. Com o advento da Administração Científica de Taylor e as reflexões sobre as próprias experiências – como em Fayol - um corpo de conhecimentos na área vai se formando e a educação gerencial firma-se como uma área de conhecimento de base científica.

Motta (1991, p.28) identifica a necessidade de maior amplitude e lateralidade do pensamento e por isso mesmo recomenda aos dirigentes que estimulem sua mente e sua curiosidade em busca de novos horizontes ou perspectivas sobre sua realidade. Segundo o autor, a “aquisição de novos conhecimentos e valores se faz de forma assistemática, em conversas, leituras, experiências de trabalho, atividades culturais ou mesmo de lazer.” Portanto, o autor confirma Koontz e O' Donnell e Barnard ao concordar que o aprendizado gerencial não se dá apenas em conhecimentos sistematizados pela teoria, mas também na capacidade de usufruir da experiência individual e enriquecê-la. Especialistas em técnicas administrativas não são difíceis de se encontrar no mercado; mais raro é encontrar a capacidade gerencial que exige a “arte” e se traduz em habilidades mais complexas (segundo o autor, habilidades cognitivas, comportamentais analíticas e habilidades de ação). Observa ainda que os profissionais de administração, ao serem formados segundo uma lógica ou

natureza científica, têm chances de tornarem-se bons ou maus dirigentes da mesma forma que profissionais de outra formação. O diferencial será a dimensão *arte*, de pensar, julgar, decidir e agir melhor.

Na Introdução à Edição Brasileira do livro *A Arte da Administração*, de Ordway Tead, datado de 1972³⁷, Benedito Silva admitia haver diversas interpretações para o estudo da Administração. Segundo o autor, dúvidas e controvérsias presentes desde a época de clássico ensaio de Woodrow Wilson³⁸ ainda se faziam presentes. Cinco pontos de vista distintos são apontados por Silva (1972) para referir-se à Administração, conforme resumido no Quadro 2.

Sobral e Peci (2008) apresentam a Administração como um campo de conhecimento e prática cujo estudo sistemático remonta ao final do século XIX, relacionado a necessidades de modernização, industrialização e urbanização das sociedades ocidentais. Expandindo-se no século XX, chega ao século XXI em busca de identidade intelectual e de delimitação de suas ainda tênues fronteiras perante as outras ciências sociais ou as engenharias. Os autores não tratam Administração como uma ciência; entretanto, reconhecem que há muito conhecimento sistematizado e validado nesses anos de prática e pesquisa gerencial, não podendo esse conhecimento ser ofuscado pelo senso comum. Ressaltam a interdependência entre a qualidade da administração e o sucesso das organizações³⁹, especialmente no mundo globalizado e competitivo. Para os autores, Administração é “um processo que consiste na coordenação do trabalho dos membros da organização e na alocação dos recursos organizacionais para alcançar os objetivos estabelecidos de uma forma eficaz e eficiente” (SOBRAL; PECI, 2008, p.5)

³⁷ Trago, propositalmente, referências de distintos períodos dos estudos de Administração.

³⁸ WILSON, Woodrow. The study of Administration, *Political Science Quarterly*, v.l. 2, p. 197-222, 1887.

³⁹ Entendendo-se como tal os grupos estruturados de pessoas que se reúnem em busca de um objetivo comum. Organizações surgem como resposta dos indivíduos à necessidade de alcançar metas que isoladamente não conseguiriam atingir devido à complexidade e variedade das tarefas inerentes ao trabalho a ser desenvolvido (SOBRAL; PECI, 2008).

Quadro 2 - Cinco pontos de vista distintos para o estudo da Administração

A ADMINISTRAÇÃO VISTA COMO	PESQUISADOR	PRESSUPOSTOS
CIÊNCIA SOCIAL	<i>Luther Gullick (1), Rafael Bielsa (2)</i>	(1) Neo-fayolismo; POSDCORB ⁴⁰ (2) Legalismo: Ciência da Administração através do Direito Administrativo
ARTE LEIGA	<i>Pesquisadores que se notabilizaram nas Ciências Exatas (o autor não especifica nomes)</i>	Não há ciência nos negócios sociais. Ciência requer experimentação e método; não é o domínio do <i>deve ser</i> , onde há juízos de valor que o homem aceita ou não por influência carismática ou conforme sua escala de valores abstratos.
CIÊNCIA E ARTE	<i>Dwight Waldo Leonard White, Pfiffner Marshall</i>	Administração é simultaneamente um campo de inquérito intelectual, uma disciplina de estudo e um processo prático ou atividade
CIÊNCIA APLICADA	<i>Herbert Simon</i>	O processo administrativo utiliza o conhecimento das regularidades empíricas para determinados propósitos, mas não pode escapar dos valores abstratos
UMA DAS BELAS ARTES	<i>Ordway Tead</i>	Caráter pluralístico do esforço administrativo; cooperação antagônica. A arte da administração exige grande habilidade, discernimento e fortaleza moral; deve ser reconhecida como uma das <i>belas artes</i> – uma combinação de talentos especiais a serviço de uma obra colaborativa.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Silva (1972)

⁴⁰ POSDCORB: acrônimo inspirado em Henri Fayol; do inglês **P**lanning, **O**rganizing, **S**taffing, **D**irecting, **C**oordinating, **R**eporting and **B**udgeting.

Segundo o autor, referenciando-se em Gulick e Urwick (1937) “Ciência da Administração é o sistema de conhecimento através do qual nos capacitamos a compreender as relações de causa e efeito, a prever a ocorrência dessas relações e influir no seu curso, em qualquer situação em que seres humanos se associem para trabalhar juntos, em busca de um fim comum” (SILVA, 1972, p.39)

Ao finalizar este capítulo, acredito ter alcançado meu objetivo de mostrar que pesquisadores encontram na Administração um campo complexo, onde as certezas não são muitas. De Caravantes (1998), retiro imagem bastante conhecida no campo, constante de artigo, novamente, dos anos 60: em *Organization theory: an Elephantine Problem*, Dwight Waldo descrevia a Teoria da Administração como um elefante examinado por um grupo de cegos; a medida que cada um segurava e descrevia uma parte distinta do animal, variedade e riqueza de descrições aumentavam – conforme apresentado na Figura 1.

Figura 3: Ilustração para **Organization theory: an Elephantine Problem**, de Dwight Waldo



Fonte: Caravantes, 1998

Acompanho Caravantes (1998) em seu argumento de que, por não haver tantas certezas, abre-se ali um veio de possibilidades e novas oportunidades de pesquisas e ações. Enfim, trata-se de um mundo em construção.

3. TRABALHANDO COM BOURDIEU: DECISÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Neste capítulo exponho a influência da sociologia de Pierre Bourdieu na condução da investigação e da análise propostas na tese. As interpretações da teoria sociológica do autor que permeiam a pesquisa são, entretanto, 'reflexões de uma outsider'⁴¹ que cogitam a possibilidade de leitura do campo da Administração sob aquela influência.

Ao final do capítulo exponho a recente apropriação das obras de Bourdieu por pesquisadores da área, e finalizo com críticas e supostas limitações de sua obra.

Dentre os autores a quem recorro no capítulo estão, principalmente, Golsorki e Huault, Thiry-Cherques, Catani, Misoczky, além do próprio Bourdieu.

3.1. Sobre apropriações

A possível pretensão do título deste capítulo pode ser minimizada ao admitirmos a retórica emprestada da categorização do sociólogo Bernard Lahire⁴², citado por Neris (2008), que propõe um triplo *pensar com Bourdieu*, *pensar contra Bourdieu* e *pensar diferente de Bourdieu*. O primeiro caso implicaria em apropriar-se seriamente da obra do autor, o segundo, avaliar seus conceitos e o terceiro, prolongar seu pensamento sob influência da crítica e da imaginação sociológica. O autor assinala, entretanto, as limitações que o próprio Bourdieu identifica quando 'operações de leitura' que aplicam categorias de percepção alheias a trabalhos de campos distintos, criam “oposições fictícias entre coisas semelhantes e falsas semelhanças entre coisas diferentes”. A circulação de textos sem o seu contexto, sem o campo de produção do qual são produto e com receptores inseridos em campo de produção diferente, leva a reinterpretções em função do campo de recepção, o que é “gerador de mal entendidos colossais” (BOURDIEU⁴³, 2002, citado por NERIS, 2008, p.2). Além do mais, ao exame da lógica das escolhas, poder-se-á, provavelmente, desvendar o que Bourdieu (2002, p.4) denominou de “os benefícios da apropriação”, submetendo aquelas importações a possíveis usos excessivamente instrumentalistas.

Em artigo sobre a apropriação da obra de Bourdieu no campo educacional brasileiro, Pereira, Catani e Catani (2001), utilizaram o termo ‘*apropriação*’, para se referir às diversas formas de recepção e interpretações na leitura do autor. A explicitação das

⁴¹ Inspirando-me em GREEN, N. Reflexões de uma *outsider*. In: **Trabalhar com Bourdieu..** ENCREVÉ, P. e LAGRAVE, R. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

⁴² LAHIRE, B. **L’homme pluriel: les ressorts de l’action.** Paris: Nathan, 1998.

⁴³ BOURDIEU, P. **As condições sociais de circulação internacional de ideias.** Revista Enfoques, Rio de Janeiro, v.01, n.º01, 2002.

características de tal apropriação foi realizada mediante análise dos textos onde houve referência a Bourdieu, incorporação de seus conceitos, bem como assimilação de seu modo de trabalho. Assim, os autores identificaram, três formas de apropriação: apropriação *incidental*, apropriação *conceitual tópica* e apropriação *do modo de trabalho*. A primeira forma seria caracterizada por referências rápidas ao autor, sem relação com a argumentação principal desenvolvida; na segunda, seriam utilizados conceitos e citações do autor, sem, entretanto, haver uma utilização mais sistemática. A apropriação *do modo de trabalho* seria a utilização sistemática de conceitos de Bourdieu, com preocupação com o *modus operandi* da sua teoria.

Bourdieu oferece, no entender de Misoczky (2003), uma obra de quadro teórico robusto, testado empiricamente de modo abundante e sistemático. Após sua morte, a aura do autor não parou de crescer, por vezes em leituras "enamoradas" (MISOCZKY, 2003), por outras em um 'efeito Bourdieu', nem sempre bem sucedido, reduzindo-o a uma utilização instrumental e seletiva: "*une boîte à outils*" (GOLSORKI; HUAULT, 2006, p.28).

Thiry-Cherques (2006) concorda que a dificuldade na forma de investigar de Bourdieu deriva de não ser possível estudar o método separadamente das pesquisas onde é utilizado. Assim, argumenta que é parte do estruturalismo genético ou construtivista daquele autor a convicção de que as ideias são tributárias de sua condição de produção. A crença na existência de um método ou de uma filosofia pura separada não passaria de "ilusão escolástica" (DORTIER⁴⁴, 2002, citado por THIRY-CHERQUES, 2006, p. 28). É o que corroboram Golsorki e Huault (2006) ao afirmarem que os conceitos de Bourdieu apenas se exprimem plenamente caso estejam situados numa lógica global de interação e interdependência.

3.2. A dinâmica do pensamento de Bourdieu

Em estudo sobre as contribuições de Bourdieu, Thiry-Cherques (2006, p.28) apresenta sua obra sociofilosófica como uma teoria das estruturas sociais que se utiliza de conceitos-chave e constrói uma variante modificada do estruturalismo:

Segue a tradição de Saussure e Lévi-Strauss, ao aceitar a existência de estruturas objetivas, independentes da consciência e da vontade dos agentes. Mas deles difere ao sustentar que tais estruturas são produto de uma gênese social dos esquemas de percepção, de pensamento e de ação. Que as estruturas, as representações e as práticas constituem e são constituídas continuamente.

⁴⁴ DORTIER, JF. À propos de *Méditations Pascaliennes*. *Sciences Humaines*, p. 54-57, 2002. (Numéro Spécial — Pierre Bourdieu).

O estruturalismo de Bourdieu é crítico, buscando o revelar a articulação do social e rejeitando a redução objetivista que nega a prática dos agentes. É fundado na noção de estruturas sincrônicas e inconscientes, porém históricas. É um estruturalismo dinâmico, genético e construtivista (THIRY-CHERQUES, 2006).

A noção de campo parecer ser o metaconceito que estrutura o pensamento de Bourdieu, sendo a porta de entrada que induz ao estudo de cinco outros conceitos a ele estreitamente associados: *habitus*, capital, práticas, *doxa* e *illusio*.

Bourdieu apreende o mundo de modo relacional. Assim, no espaço social – seu equivalente ao nível macro de análise sociológica (JENKINS, 1992) - existem posições ocupadas pelos indivíduos, cuja relação é justamente determinada por diferentes posições no espaço.

A ideia de campo remete a uma característica especial do espaço social. Segundo Bourdieu (1983, p.155), campos são “espaços estruturados de posições cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes”. A ação de indivíduos e grupos, constituídos e constituintes dessas relações de força determina este conjunto de relações sociais (GRÜN, 1999; THIRY-CHERQUES, 2006), ancorado na própria estrutura do campo – que é marcada por oposições entre posições antagônicas.

As ações de homens e mulheres, o que se é, o que se quer, no que se crê, o que se faz, são determinados por sua posição no espaço social, que é caracterizado pelo princípio da diferenciação – distinção – como um princípio de distribuição de poder, distinguindo dominantes e dominados. Gostos, preferências, interesses, margem de manobra (GOLSORKI; HUAULT, 2006), etc., dependem da posição que ali se ocupa. Como os diferentes indivíduos encontram-se sempre em luta por melhores posições, esse espaço pode ser descrito como um ‘campo de lutas’ ou mesmo um ‘campo de forças’, uma vez que o poder é ali distribuído de maneira assimétrica.

O campo é um microcosmo relativamente autônomo, dotado de leis próprias. Da mesma forma que o macrocosmo, ele é submetido a leis sociais. Estas não são, entretanto, as mesmas: embora não escape às imposições do macrocosmo, o campo dispõe, em relação a ele um certo grau de autonomia. Esse grau de autonomia manifesta-se ou não na natureza das pressões externas sobre o campo (ou o subcampo), na forma como são exercidas e quais

mecanismos de resistência o microcosmo aciona para se libertar de imposições externas e reconhecer apenas suas determinações internas (BOURDIEU, 2004).

Cada campo é dotado de regras próprias de funcionamento, objetos, interesses e *enjeux* característicos, bem como de agentes que compartilham o *habitus* específico do campo.

Bourdieu (1983) utiliza o conceito de capital, como determinante da posição relativa na estrutura do campo. Seu conceito, “etimologicamente o mesmo que cabedal ou conjunto de bens” (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 38) abrange:

- Capital econômico – que se refere à renda e aos recursos patrimoniais;
- Capital cultural – relativo às qualificações intelectuais provenientes da família e das instituições escolares; Golsorki e Huault (2006) reconhecem-no como incorporado (cultura, linguagem, conhecimento de códigos sociais) ou institucionalizado (diplomas e títulos);
- Capital social – que compreende relacionamentos e rede de contatos; e
- Capital simbólico – que corresponde ao “existir para os outros” ser “percebido” (LEBARON, 2005, p. 73 – tradução livre da autora) e, especialmente, a intensidade deste “existir” em determinado contexto social. O capital simbólico é a expressão da autoridade e legitimidade de um agente em determinado campo.

Além das quatro formas de capital, um campo pode possuir ainda capitais específicos - Golsorki e Huault (2006) citam como exemplo o capital científico para o campo da pesquisa.

Para Bourdieu, o *habitus* de um agente é incorporado, de modo duradouro, sob a forma de disposições adquiridas durante o processo de socialização; é ele que gera, organiza e limita as práticas e representações dos indivíduos. O *habitus* é intimamente relacionado ao campo; é dinâmico – pois se atualiza de modo incremental e histórico; traduz-se por estilos de vida e julgamentos (GOLSORKI; HUAULT, 2006).

Segundo o próprio Bourdieu (2007, p. 191) corresponde a um “sistema das disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes”.

As práticas se referem à atividade social concreta dos agentes, produzida a partir do *habitus* adquirido em determinado campo. São resultado de condições históricas e sociais. Supõem o ajuste do *habitus* às condições objetivas do campo, embora o *habitus*, por sua vez, enquadre as práticas no campo determinado.

A *illusio*, segundo Bourdieu, implica na imersão do agente na lógica do campo; e adesão imediata às suas crenças. Uma crença que crê que o jogo "merece ser jogado, que ele vale a pena, e que define os objetos dignos de interesse, interessantes, importantes, capazes, portanto, de merecer o investimento" (BORDIEU, 2004, p.30). Essa adesão aos pressupostos do campo implica haver questões sobre as quais todos os agentes estão de acordo, aquilo que leva-os a verem "*le monde social comme monde naturel et allant de soi*" (BOURDIEU, 2000, p. 234), questões essas a que o autor denomina *doxa*.

A *doxa* "formata" (GOLSORKI; HUAULT, 2006) a interpretação e guia a compreensão do mundo social conforme o campo ao qual se pertence; delimita o espaço de construção legítimo e exclui tentativas não previstas. A *doxa* naturaliza a situação no campo, como assinala Bourdieu (1992) ao referir-se ao campo literário:

Les hommes cultivés sont dans la culture comme dans l'air qu'ils respirent et il faut quelque grande crise (et la critique que l'accompagne) pour qu'ils se sentent tenus de transformer la doxa en orthodoxie ou en dogme et de justifier le sacré et les manières consacrés de le cultiver" (BOURDIEU, 1992, p.261)

A *doxa* revela ainda um viés político, uma vez que normaliza e legitima uma ordem social dada (GOLSORKI; HUAULT, 2006).

Uma lógica global de interação e interdependência permeia os conceitos bourdieusianos, que podem ser expressos através da dinâmica micro-macro e da relação (*habitus*) (capital) + campo = práticas (GOLSORKI; HUAULT, 2006, p.21).

A reprodução das práticas depende de parâmetros como:

- Manutenção da estrutura do campo em termos de posição e volume de capital dos agentes;
- Manutenção da *doxa* e da *illusio* pelos dominantes;
- Grau de autonomia do campo e capacidade dos dominantes em não permitir que os dominados tenham acesso aos capitais valorizados; essa barreira seria criada pela fixação de regras que se naturalizam (*doxa*) tornando-se disposições cuja obediência cria interesses (*illusio*);

- *Habitus* primário e secundário: o primeiro, produto histórico-cultural da socialização relacionado às primeiras experiências, orienta e facilita a admissão em um campo (por ex., campo profissional); o segundo, relacionado à vida adulta, onde o campo inculca outras disposições mais específicas no agente (GOLSORKI; HUAULT, 2006).

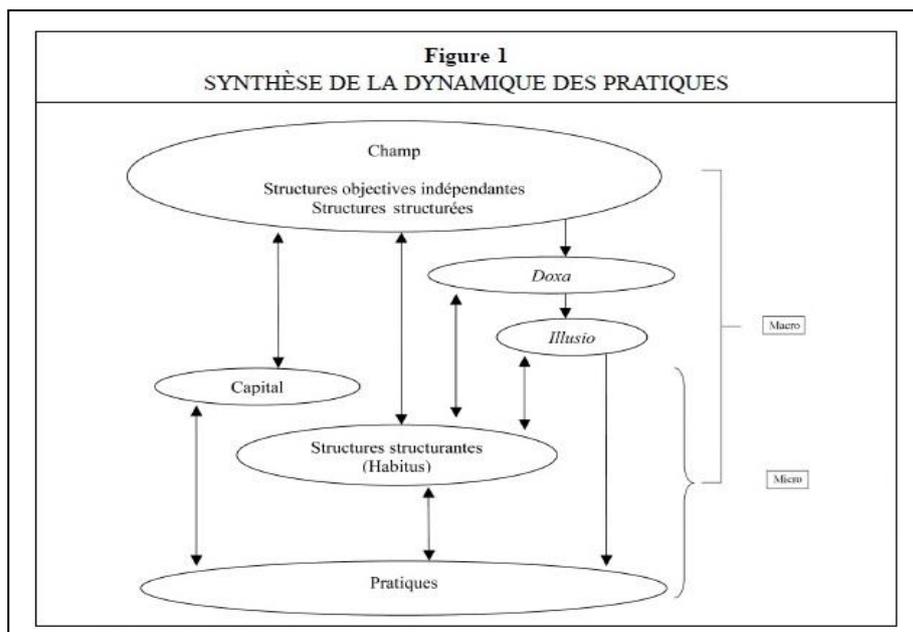
As práticas – e também a capacidade de adaptação e improvisação - tornam-se possíveis ao nível dos agentes graças ao *habitus* e sua extensão, bem como ao volume de capital de que dispõem.

O *habitus*, a estrutura estruturante, é formado pela integração de estruturas objetivas do mundo social – o campo, a estrutura estruturada, onde o indivíduo se desenvolve. Assim, o agente possui capacidade de adaptação e improvisação relativamente aos dois tipos de estrutura e dentro do limite da *doxa* e da *illusio*.

As práticas seriam, neste modelo, transformadas, caso os dominados pudessem mudar as regras do jogo de modo a alterar tipo e modalidade de dotação dos capitais valorizados naquele campo. Isso dependeria de sua capacidade de obter capitais provenientes de outros campos para criar perturbações e novas regras do jogo, desta feita não controladas pelos dominantes. Com a modificação da dotação de capitais, do *habitus*, das práticas e estrutura do campo, modificam-se a *doxa* e a *illusio*.

Esta dinâmica pode ser visualizada na Figura 4:

Figura 4 – Synthèse de la dynamique des pratiques



Fonte: Golsorki, 2005

A estrutura do campo é um estado da relação de forças entre agentes e instituições engajadas na disputa. Traduz-se na distribuição do capital específico, acumulado em disputas anteriores e orientador de estratégias futuras. Aqueles que estão numa posição onde detêm maior parte do capital específico para exercer poder e autoridade aproximam-se das estratégias de conservação – que no campo de bens culturais tendem à *ortodoxia* (BOURDIEU, 1983, p.91); os de menor capital aproximam-se das estratégias de subversão – ou *heresia*. Entretanto, já menos visível segundo o autor, é a cumplicidade objetiva subjacente aos antagonismos de dominantes e dominados: uma vez que todas as pessoas engajadas num campo têm um certo número de interesses fundamentais em comum – relacionados à existência do campo – a luta pressupõe um acordo entre os antagonistas sobre o que merece ser disputado. Este fato, entretanto, fica escondido por detrás das aparências. Recém-chegados devem pagar um “direito de entrada” que consiste no reconhecimento do valor do jogo e conhecimento de seu funcionamento. Podem adotar estratégias de subversão – dentro de certos limites - que podem levar, nos campos onde não estão perfeitamente explícitos os fundamentos do jogo, a *revoluções parciais*.

Em que pese a importância e propriedade dos conceitos-chave de Bourdieu, eles são meios para se chegar à sua Sociologia Reflexiva⁴⁵, que utilizo como inspiração nesta pesquisa.

Ao apresentar reflexões sobre seu fazer sociológico, o autor afirma que “o *homo academicus* gosta do acabado”, no sentido de que pesquisas prontas, com foco no resultado e pouca atenção ao processo tornam-se mais atrativas. Apesar desta observação, Bourdieu defende, entretanto, o desarme, a exposição e o possível proveito decorrente da discussão, apesar do rigor na construção do objeto científico.

Outra reflexão que abraço é a necessidade de pensar relacionalmente. Defensor da indissociabilidade entre teoria e método, Bourdieu afirma que “as opções técnicas mais empíricas são inseparáveis das construções mais teóricas de construção do objeto” (BOURDIEU, 2007, p.19). As técnicas de coleta de dados também são objeto de cuidados do autor, uma vez que a redução à escolha de apenas uma técnica pode tornar impossível a compreensão do contexto na estruturação social. Bourdieu reforça que “o real é relacional” (BOURDIEU, 2007, p. 28), requerendo a pesquisa, rigor, vigilância das condições e adequação do problema. Segundo o autor, a noção de campo funciona como um sinal para

⁴⁵ Ver o segundo capítulo, “Introdução a uma Sociologia Reflexiva” em BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico** - 11ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

verificar que o objeto em questão não é isolado de um conjunto de relações das quais retira o essencial de suas propriedades.

Complementando características de sua Sociologia Reflexiva, Bourdieu acrescenta: a necessidade de construir o objeto científico com uma postura de “dúvida radical”, a fim de romper com o senso comum, ou seja, “... com representações partilhadas por todos, quer se trate dos simples lugares-comuns da existência vulgar, quer se trate das representações oficiais, frequentemente inscritas nas instituições...” (BOURDIEU, 2007, p.34). Para esta ruptura, não basta estar alerta; é preciso aprofundar-se na história social dos problemas, objetos e instrumentos de pensamento que se realiza no próprio mundo social ou em campos especializados.

A atitude de constantemente por em dúvida a própria tradição culta, visa evitar “substituir a *doxa* ingênua do senso comum pela *doxa* do senso comum douto, que atribui o nome de ciência a uma simples transcrição do discurso de senso comum” (BOURDIEU, 2007, p.44). O cuidado em buscar ameaças no mundo social nunca é exagerado: “A força do pré-construído está em que, achando-se inscrito ao mesmo tempo nas coisas e nos cérebros, ele se apresenta com as aparências de evidência, que passa despercebida porque é perfeitamente natural” (BOURDIEU, 2007, p. 49). A ruptura é obtida mediante a *conversão do olhar*, dando à pesquisa em sociologia “novos olhos”, construindo, assim um *olhar sociológico*. Há necessidade de uma revolução mental, uma mudança de toda a visão do mundo social.

Finalmente, a *conversão do olhar* se alia ao que o autor chamou de *objetivação participante*, que requer a ruptura com o que muitas vezes constitui interesses específicos associados ao pertencimento ao campo e à ocupação particular de uma posição neste campo. Bourdieu ressalta a necessidade de fugir à estratégia discursiva dos diferentes atores; de adotar uma postura de abertura com rigor e esforço, desvencilhar-se de hierarquias acadêmicas e preservar a vontade de obter a verdade.

Nesta pesquisa, adotar uma postura que buscasse a proximidade com o fazer sociológico de Bourdieu exigiu-me esforço considerável. Apesar do já admitido olhar “enamorado” e sua possível superficialidade, a postura mais ampla do *pensar com Bourdieu* vem requerendo longo investimento. Possíveis inconsistências atribuo ao que qualifiquei como uma posição de *outsider* – quer pelo recente contato com a obra do autor, quer por não

possuir formação na disciplina da Sociologia. Atuante área da Administração, certamente imbuída do *habitus* daquele campo e “erigindo-me em observador de um jogo que eu continuava a jogar” (BOURDIEU, 2007, p.52), lidei com limitações e interesses:

A consciência dos limites da objetivação objetivista levou-me a descobrir que existe no mundo social, em especial no mundo universitário, toda uma série de instituições que produzem o efeito de tornar aceitável a distância entre a verdade objetiva e a verdade vivida daquilo que se faz e se é – tudo o que os sujeitos objetivados pretendem lembrar quando opõem à análise objetivista que “isso não se passa assim” (grifo do autor) (BOURDIEU, 2007, p.53).

Grosso modo, e com certeza não ignorando o caráter reducionista da aproximação, compararia o trabalhar com Bourdieu ao aprendizado de um idioma: não basta entender, falar, escrever, conhecer particularidades gramaticais, etc. É necessário pensar no – e com – o idioma, absorvê-lo de forma nativa e aprofundada.

Assim, o *pensar com Bourdieu*, palavras com as quais abri este capítulo, vem exigindo esforço, vigilância, rigor, distância ‘desinteressada’. É o que busco na exposição e condução da investigação.

3.3. Bourdieu na Administração

Golsorki e Huault (2006, p.22) assinalam que a análise bourdieusiana pode ser adotada em vários tipos de pesquisa relacionados à Administração tenham elas como tema o *marketing*, a teoria das organizações, os estudos de estratégia a gestão de recursos humanos, etc. Os autores exemplificam: caso se esteja tratando de elementos visíveis como cultura, rotinas, práticas, resistências, etc., o pesquisador que não se contenta apenas com o “visível” buscaria compreender o que causa e mantém a cultura (*habitus, doxa, illusio*), a origem da reprodução das práticas (*habitus*, detenção de capitais, *doxa*), o porquê de certos agentes lutarem para manter as regras do jogo naquele campo (detenção de capitais e posições no campo), ou mesmo a causa de alguns agentes se interessarem por regras do jogo já fora de uso (*illusio*). Segundo os autores, mesmo as organizações que parecem ser democráticas podem chegar a modos de dominação camuflados em processos de socialização ou crenças. Os autores enxergam aí um trabalho de naturalização da relação de dominação.

Özbilgin e Tatli (2005), por sua vez, acrescentam que a obra de Bourdieu contribui em três aspectos para os estudos sobre gestão e organizações: fornecendo um arcabouço conceitual para uma agenda multinível; apresentando uma estrutura epistemológica e metodológica para lidar com questões de reflexividade na pesquisa; e propondo um caminho

epistemológico e metodológico para superar dualidades entre estrutura e agência, objetivismo e subjetivismo.

Peci (2003) reforça a observação sobre romper com dualismos, considerando a proposta de Bourdieu como

...uma alternativa conciliadora de se pensar o mundo social (e mais tarde as organizações que também o compõem) na medida em que se propõe a superar dicotomias como objetividade/ subjetividade, ação/ estrutura, e indivíduo/ sociedade, além de receber influências de diversas perspectivas teóricas, como da fenomenologia, do estruturalismo ou do marxismo (PECI⁴⁶, 2003, citado por BRULON, 2013, p.3).

Emirbayer e Jonhson (2008) identificaram o emprego cada vez maior do conceito de campo nos estudos organizacionais, especialmente para temas que incluem poder e dominação que os campos representam. A razão dessa aproximação parece ser a possibilidade de ganhos conceituais maiores do que as noções de ambiente, contexto e população com as quais os pesquisadores em Administração estão acostumados a trabalhar. Assim, ao permitir que as organizações sejam situadas em seu contexto relacional, o conceito de campo torna-se central em seu estudo. Entretanto, uma vez que pesquisadores em Administração têm tendência a focar indústrias particulares ou população de organizações, a operacionalização do conceito de campo impõe desafios, pois as fronteiras do campo não são dadas de antemão, devendo ser determinadas empiricamente. Segundo os autores, para que a Administração incorpore as contribuições que a sociologia de Bourdieu pode oferecer, ainda há muito a explorar, uma vez que a tendência a aplicar conceitos de forma fragmentada impede a completa apreensão de seu modo relacional (EMIRBAYER; JONHSON⁴⁷, 2008, citado por BRULON, 2013).

No entender de Alvesson e Willmott (2003), a sociologia de Bourdieu abre a possibilidade de abordagens críticas para a Administração, nas quais a preocupação seria não um conhecimento *para* a gestão, mas *sobre* a gestão. Assim, utilizar possibilidades de análises que se aproximem de posições não positivistas ou funcionalistas, parecia, em determinado momento – especialmente a partir da década de 90 (FOURNIER; GREY, 2007) – fornecer

⁴⁶ PECCI, A. Estrutura e ação nas organizações: algumas perspectivas sociológicas. **Revista de Administração de Empresas**, v.43, n.1, jan./fev./mar., 2003.

⁴⁷ EMIRBAYER, M.; JOHNSON, V. Bourdieu and organizational analysis. **Theory and Society**, v. 37, p. 1-44, 2008

respostas mais adequadas, quando se avolumavam críticas à gestão e seu papel na disciplina e controle do trabalho.

Ao confundir-se com poder político e social, a gestão sempre esteve sujeita a alguma análise crítica. As condições sob as quais se tornou possível a conjunção da crítica com a gestão são, entretanto, mais recentes. Segundo Fourneir e Grey (2007.), no final dos anos 60, a publicação da obra *A construção social da realidade*, de Berger e Luckmann⁴⁸ (1966, citado por FOURNIER; GREY, 2007, p.341), abriu caminho para a fragmentação das ciências sociais numa série de perspectivas alternativas, consolidando a “virada linguística” iniciada por Kuhn (1962) no início dos anos 60, com sua obra seminal, *A estrutura das revoluções científicas*. Unificadas num só nome, essas críticas deram origem, nos anos 90, aos chamados CMS⁴⁹.

Golsorki e Huault (2006) reforçam a opção crítica assinalando que, ao analisar os fenômenos como a reprodução e a lógica da dominação, o projeto bourdieusiano favorece o reconhecimento dos efeitos nocivos que as estruturas sociais exercem nos agentes: além das relações econômicas, sua sociologia enfatiza a percepção de dimensões histórico-culturais e simbólicas. Entretanto, analisando sua realidade local – a França, os autores observam que, embora fornecendo quadros teóricos robustos, testados empiricamente de modo sistemático em seus campos de origem, Bourdieu e demais sociólogos franceses são pouco utilizados em seu país, ao contrário de países estrangeiros, onde são abundantemente citados.

Para verificar a situação no Brasil, optamos pela consulta aos eventos da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD) (http://www.anpad.org.br/busca_resultado.php, em 10/10/14). Encontramos 23 artigos como resposta à pesquisa pela palavra Bourdieu. O resultado apresenta os artigos em cujo título está o nome do autor. Sem minimizar aqueles que o citam em referências e extensões diversas, acreditamos já ter aí uma mínima base para entender sua participação nos textos de pesquisadores da área. O resultado e a distribuição das respostas encontram-se na Tabela 1. Os temas inserem-se, dentre outras, em áreas como *Marketing/ Consumo*, Turismo, Educação, Gestão de Pessoas e, em número maior, Estudos Organizacionais. Ao examinarmos os artigos, percebemos que a busca por inspiração no referencial de Bourdieu é baixa, especialmente se olharmos o número e a longevidade desses eventos.

⁴⁸ BERGER, P.; L., LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1996.

⁴⁹ Retomarei o assunto nos próximos capítulos

Tabela 1 – Artigos apresentados nos eventos da ANPAD – pesquisa pelo nome de Bourdieu (número de artigos)

Evento/ Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	TOTAL
ENANPAD	1	-	1	1	2	2	2	-	-	1	1	1	2	1	15
ENEO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	3	-	2	6
ENEPQ	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
EMA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
TOTAL	1	-	1	1	2	2	2	-	1	2	1	4	2	4	23

Fonte: Elaborado pela autora

O Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ENANPAD), por exemplo, é considerado hoje o maior evento da comunidade científica e acadêmica de administração no Brasil. É um evento anual e ocorre desde 1997. Acrescentando o fato de ser o evento mais abrangente em termos de temas e divisões acadêmicas, e o que recebe maior quantidade de submissões, provavelmente encontramos aí a causa de ali estar a maioria dos artigos que se inspiram em Bourdieu.

Já o Encontro da Divisão de Marketing da ANPAD (EMA) e o Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade (EnEPQ) são bianuais e tiveram início em 2004 e 2007 respectivamente. O Encontro da Divisão de Estudos Organizacionais da ANPAD (EnEO) também bianual, é realizado desde 2010. O número mais elevado de artigos deste Encontro que se inspiram em Bourdieu pode ser explicado pela referida Divisão ser herdeira da chamada Divisão Acadêmica 'Organizações' onde eram incluídas as discussões sobre teoria, práticas gerenciais, mudança organizacional, etc.

A relação total de artigos e autores encontra-se no Quadro 3

Quadro 3- Artigos apresentados nos eventos da ANPAD – pesquisa pelo nome de Bourdieu (relação de artigos e autores)

ARTIGO	AUTOR	IES ⁵⁰	EVENTO
Campo de poder e ação em Bourdieu: implicações de seu uso em estudos organizacionais	Maria Ceci A. Misoczky	UFRGS	ENANPAD 2001
Pelo primado das relações nos estudos organizacionais: algumas indicações a partir de leituras enamoradas de Marx, Bourdieu e Deleuze	Maria Ceci A. Misoczky	UFRGS	ENANPAD 2003
Carnaval, Bourdieu e Teoria Institucional	Gustavo M. da Silva, Flávia Lopes Pacheco	UFPE UFPE	ENANPAD 2004
A Teoria do Gosto de Bourdieu Aplicada ao Consumo de Marcas de Luxo Falsificadas.	Suzane Strehlau	-----	ENANPAD 2005
Desconstruindo a <i>Colonização</i> (ops!), ou Melhor, A <i>Globalização</i> : uma Análise Crítica com Base em Bourdieu	Michelle Helena Kovacs	-----	ENANPAD 2005
Considerações sobre um campo científico em formação: Bourdieu e a “nova ciência” do turismo	Fábio Bittencourt Meira, Mônica Birchler Vanzella Meira	FGV/ EAESP PUC/SP	ENANPAD 2006
Estudos Críticos e Pesquisa Organizacional: Uma Proposta Teórico-Metodológica a Partir da Análise Crítica do Discurso e da Teoria do Discurso de Pierre Bourdieu	Alexandre Reis Rosa, César Tureta, Elcemir Paço-Cunha	UFLA UFLA UFJF	ENANPAD 2006
Apropriações da Obra de Pierre Bourdieu no Campo do Marketing no Brasil	Rodrigo Bisognin Castilhos	-----	ENANPAD 2007
Alguns Conceitos de Bourdieu e Propostas de Estudos em Marketing	Suzane Strehlau	-----	ENANPAD 2007
Como a Escola Mantém o <i>Status Quo</i> ? Alguns dos Principais Ensinamentos de Bourdieu e Passeron sobre a Educação Crítica	Ívina Pereira da Silva, Carolina M. S. de Albuquerque Maranhão, Felipe M. C. Gontijo	-----	ENEPQ 2009
Fatores considerados para escolha de parceiros de pesquisa: uma proposta teórico metodológica para estudos em redes colaborativas de pesquisa por meio dos	Juliana Cristina Teixeira	-----	ENANPAD 2010

⁵⁰ Dado nem sempre disponível no site dos eventos da ANPAD

capitais simbólicos de Pierre Bourdieu			
Relendo a VBR a partir de Bourdieu: Novas Perspectivas de Pesquisas no Campo dos Estudos Organizacionais e Gestão de Pessoas	José Coelho de Andrade Albino, Carlos Alberto Gonçalves, Silvana Prata Camargos	-----	ENEO 2010
A Gênese da Resistência Criativa nas Ideias de Agência de Certeau e de <i>Habitus</i> de Bourdieu	Eliane Bragança de Matos	-----	ENANPAD 2011
Durável e/ou Modificável? Reflexões Acerca da Noção de <i>Habitus</i> em Pierre Bourdieu	Luis Claudio Miranda Mangi	-----	ENANPAD 2012
Tipos de Empreendedores em Dinâmicas de Reconversão de Funções Econômicas de Cidades: Uma Análise sob a Perspectiva de Bourdieu	Anderson de Souza Sant'Anna, Fátima Bayma de Oliveira, Reed Elliot Nelson, Daniela Martins Diniz	-----	ENEO 2012
O Simbólico em Construções: Estudando a Vila Barrageira da UHE Engenheiro Sérgio Motta à luz de Pierre Bourdieu	Elisângela Domingues Michelatto Natt, Elisa Yoshie Ichikawa	-----	ENEO 2012
Sobre a distância entre Discurso e Prática de Ação Social Empresarial: Uma Análise da Refinaria Duque de Caxias (REDUC) a partir de Pierre Bourdieu	Celina Maria Frias Leal Martins, Rejane Prevot Nascimento	-----	ENEO 2012
Transpondo Bourdieu para as Organizações: um Convite à Sociologia Reflexiva em Estudos Organizacionais	Vanessa Brulon	FGV/ EBAPE	ENANPAD 2013
Proposta de Diálogo entre o Campo de Estudos sobre Empresas Familiares e as Concepções Teóricas de Pierre Bourdieu	Carolina Lescura, Mônica C. A. Cappelle, Alex Fernando Borges	UFLA/ UFF UFLA/ UFLA/ UFU	ENANPAD 2013
O Estudo da Cultura Organizacional por meio das Práticas: uma Análise à luz do Legado de Bourdieu	Eda Castro L.de Souza, Renato Fenili	UnB UnB	ENANPAD 2014
Jogos de Poder em Arcoverde-PE: um Exercício da Teoria dos Campos Sociais de Pierre Bourdieu e de seu Método Subjacente	Danielle de Araújo Bispo, Débora Coutinho Paschoal Dourado, Elisabeth Cavalcante dos Santos	UFPE UFPE UFPE	ENEO 2014

O Papel das Instituições de Ensino Superior na Transformação das Classes Sociais de Estudantes de Cursos de Administração em Regiões Distantes dos Centros do Brasil: Uma Análise à Luz dos Conceitos de Bourdieu e da Teoria Institucional	Lindomar Pinto da Silva, Taiz Vieira A. Pinheiro, Luciana Costa F. Dias, Janayna Souza da Silva	UNIFACS e FAT FAT UNIFACS FAT	ENEO 2014
Interdisciplinaridade em Marketing: Perspectivas de Aplicação dos Conceitos Teóricos de Campo e <i>Habitus</i> de Pierre Bourdieu às Pesquisas em Marketing	Liciane Roling, Francisco G. D. Vieira	UEM UEM	EMA 2014

Fonte: elaborado pela autora

O primeiro ano em que a palavra Bourdieu aparece nos eventos da ANPAD é 2001, em artigo apresentado no ENANPAD: "Campo de Poder e Ação em Bourdieu: Implicações de seu Uso em Estudos Organizacionais", de autoria de Maria Ceci Araujo Misoczky professora do NDP da Escola de Administração da UFRGS. Ali, a autora alerta para que fossem trazidos novos referenciais de análise e práticas de pesquisa na Administração, visando “Não apenas enfatizar a já suficientemente revisada limitação da teoria sistêmica e funcionalista, assim como as da perspectiva institucionalista, mas apontar a possibilidade de um outro olhar e, com ele, a possibilidade de outras visões e compreensões” (MISOCZKY, 2001, p. 13). Chama atenção o fato do artigo ter obtido o prêmio da ANPAD – em indicação de seus pares - como destaque na então denominada Divisão Científica em que foi apresentado, Organizações/Teoria das Organizações.

Dois anos mais tarde - em 2003, a autora retorna, também ao ENANPAD, apresentando outro trabalho com inspiração em Bourdieu: "Pelo Primado das Relações nos Estudos Organizacionais: Algumas Indicações a Partir de Leituras Enamoradas de Marx, Bourdieu e Deleuze". Neste último, Misoczky (2003, p.15) opõe-se novamente à tradição da pesquisa em estudos organizacionais e aponta “tendo como pano de fundo a noção de transdisciplinariedade e a pretensão de que se possa produzir conexões entre disciplinas de modo a desenvolver densidades novas e criativas” três abordagens com potencial para apoiar o desenvolvimento de estudos críticos: "o materialismo dialético de Marx, a teoria na prática de Bourdieu, e a alegria da prática Deleuze”.

Misoczky (2003, p.1) objetiva ressaltar a possibilidade de produzir conhecimento crítico em administração bem como de reconhecer a existência de “intelectuais orgânicos orientados para a crítica em organizações de ensino e pesquisa em administração”.

O posicionamento da autora neste artigo pareceu-me claramente demonstrar o jogo dos ‘recém-chegados’ - nesta tese, aqueles que estou denominando ‘pesquisadores críticos’ - em romper com convenções em vigor – no caso, a tradição positivista e funcionalista do *mainstream* da Administração.

Ao convocar seus pares para utilizar novos referenciais de análise sem, entretanto, “colocar em questão as regras do jogo e o próprio jogo” (BOURDIEU, 2004, p.121), Misoczky parece estabelecer estratégias de distinção para os estudos críticos, especialmente ao aproximar-se de disciplinas como filosofia⁵¹ antropologia e sociologia. Esta estratégia, que será reforçada mais tarde por Paes de Paula (2008), parece afastar-se da técnica, da prática do dia a dia gerencial, em cuja aproximação baseou-se o conhecimento ortodoxo que dominou o campo da Administração. Assim, “é fugindo às posições dominantes que a produção crítica se faz e, ao fazer-se, produz ela mesma uma minoria” (MISOCZKY, 2003, p.1).

Maria Ceci Araujo Misoczky é graduada em Medicina, com especialização em Saúde Pública. Seu Mestrado foi obtido em Planejamento Urbano e Regional, com a dissertação “A luta dos trabalhadores rurais do Rio Grande do Sul pelo direito à saúde: a conquista que não houve”. O doutorado, em Administração, foi obtido com a tese “O campo da atenção à saúde após a Constituição de 1988: uma narrativa de sua produção social”, quando foi orientada por Luis Roque Klering, também professor na UFRGS, cujos estudos de doutorado foram na Universidade de São Paulo (USP). Toda a formação de Misoczky foi na UFRGS, onde atualmente faz parte do NDP da Escola de Administração.

Atuação e capacitação multidisciplinares chamam atenção, assim como sua militância pela postura crítica na Administração. A valorização de estudos da realidade brasileira aproximou-a de Paulo Emílio Matos Martins, com quem dividiu, em 2012, a coordenação do III Encontro Nacional Pensamento Social Brasileiro e Administração Pública. Sua atuação acadêmica teve, entretanto, um momento que acredito seja importante mencionar, uma vez que protagonizou uma série de debates - com réplica e tréplica. Ao apresentar o artigo “Uma crítica à crítica domesticada nos estudos organizacionais (MISOCZKY; AMARANTINO DE ANDRADE, 2005), onde destacou diferentes concepções para os chamados Estudos Críticos em Administração, a autora deu origem a um debate que gerou réplicas – “Ampliando questionamentos sobre crítica em administração” (FARIA, 2005), "A singularização do plural" (ALCADIPANI, 2005) – e uma

⁵¹ Foucault, por exemplo, será presença recorrente em diversos artigos dos novos entrantes – vide Vieira e Misoczky (2003), dentre outros.

tréplica: “Quem tem medo do fazer acadêmico enquanto práxis?” (MISOCZKY; AMARANTINO DE ANDRADE, 2005).

Os artigos foram veiculados na Revista de Administração Contemporânea (RAC), periódico científico editado pela ANPAD. Podemos afirmar, com base em Bourdieu (1976), que, como um movimento de novos entrantes – no caso, os ‘pesquisadores críticos’, o que estava em pauta era a luta pelo que seria a definição ‘correta’ do que são estudos críticos em Administração.

3.4. Possíveis limitações e críticas a Bourdieu

Ao lado da admiração suscitada, Bourdieu coleciona também críticas, que, por vezes, focam mais seu engajamento político do que seu trabalho científico (GOLSORKHI; HUAULT, 2006). Esta observação é compartilhada por Silva (2010) que se refere à militância científica e política expressa pelos detratores do autor, para quem a obra de Bourdieu, influenciada por paradigmas cientificistas como estruturalismo e marxismo, é inspirada no “sistema de dominação” que dominava os anos 50 e 60. Nesse contexto, sua sociologia teria sido concebida como uma “arma teórica” ou um “esporte de combate”, em constante relação com a história. A compreensão do objeto estudado dependeria assim, do constato de que “todo objeto histórico é social e todo objeto social é produto da história” (SILVA, 2010, p. 118).

Um exagero no foco em mecanismos de reprodução alegado por alguns críticos dificultaria explicar mudanças, evolução de posições de agentes e produção de novos *habitus* num sistema social interiorizado. O “determinismo social” estaria, assim, implicado no seu trabalho, tornando os indivíduos “marionetes” animados por uma lógica que os ultrapassa (BONNEWITZ⁵², 1998, citado por THIRY-CHERQUES, 2006). Partidários do individualismo metodológico – segundo o qual os fenômenos sociais são resultados de escolhas racionais, relacionadas ou não a razões econômicas – recusam a concepção unilateral da pessoa “como agente de e a partir de grupo social, de um campo de forças que não leva em conta atores, agentes e instituições sem papel relevante no jogo concorrencial como, por exemplo, os atores do universo familiar” (THIRY-CHERQUES, 2006, p.50).

Golsorkhi e Huault (2006) ressaltam ser este determinismo social presente em situações onde os agentes – dominados, principalmente – são desprovidos de qualquer espírito crítico. Citam Favereau⁵³ (2001 citado por GOLSORKHI; HUAULT, 2006) que, de modo mais

⁵² BONNEWITZ, P. Entre enthousiasme et contestation. *Magazine Littéraire*, Paris, n. 369, oct. 1998.

⁵³ FAVEREAU, O. L'économie du sociologue ou: penser (l'ortodoxie) à partir de Pierre Bourdieu. In: *Le Travail Sociologique de Pierre Bourdieu. Dettes et Critiques*, Paris, La Découverte, 2004.

radical ainda, acredita que a interpretação bourdieusiana considera as sociedades como máquinas de reprodução e oculta níveis intermediários – como organizações, entidades de decisão e regulação – onde há processos de negociação que podem permitir escapar à reprodução.

Uma vez que a obra de Bourdieu é permeada pela tensão entre *habitus* e estratégia, seus defensores afirmam não ser o *habitus* um automatismo de repetição, uma vez que a força de seu poder depende de condições sociais de sua formação no passado e das condições sociais de sua atuação no presente: a margem de manobrados agentes depende de sua capacidade de ter consciência da situação das relações sociais. Assim, conhecer determinismos é um fator que ajuda a enfrentar transformações, sendo capaz de propiciar liberdade e emancipação (GOLSORKHI; HUAULT, 2006).

Outros críticos apropriam-se dos conceitos de Bourdieu discutindo-os, como é o caso de Kaufman⁵⁴, (2001 citado por THIRY-CHERQUES, 2006) e Lahire (1998, citado por THIRY-CHERQUES, 2006). Os autores discutem os conceitos de campo e *habitus* a fim de introduzir a noção de ‘ator social plural’, cujas disposições interiorizadas não seriam unas, mas variáveis ao longo da vida.

Para concluir, em que pesem as críticas e possíveis limitações a Bourdieu, sua aplicação aos estudos de Administração vem acrescentando um novo olhar e enriquecendo seu léxico com a incorporação de um arcabouço teórico sofisticado e complexo. A tendência a aplicar a teoria de Bourdieu de modo fragmentado (EMIRBAYER; JONHSON, 2008) , descolado de exemplos empíricos (THIRY-CHERQUES, 2006) , ou mesmo como "*une boîte à outils*" (GOLSORKHI; HUAULT, 2006) parece vir sendo superada à medida que cresce a consciência dos desafios e que uma maior variedade de trabalhos busca as vantagens a ela inerentes. Foi o que demonstrou Brulon (2013) em recente trabalho apresentado no ENEO sobre a transposição de Bourdieu para os estudos organizacionais em trabalhos publicados nos principais periódicos internacionais da área: a possível dificuldade em aplicar a tríade conceitual de Bourdieu seguindo sua perspectiva relacional parece vir sendo superada pela insistência em alternativas de análise que escapem às amarras do *mainstream*.

⁵⁴ KAUFMAN, JC. *Ego*: pour une sociologie de l'individu. Paris: Nathan, 2001.

4. METODOLOGIA

Neste capítulo busco delinear os procedimentos metodológicos da pesquisa para responder à questão: *Como agentes e instituições - no caso, os professores-pesquisadores que compõem o chamado Núcleo Docente Permanente (NDP) das Instituições de Ensino Superior (IES), têm promovido as transformações observadas no campo dos estudos de Administração no Brasil pós anos 90?*

Apresento as reflexões iniciais e dificuldades para a construção do objeto da pesquisa para, em seguida, classificá-la quanto ao tipo, relatar especificidades da coleta de dados e da configuração da investigação empírica. Ao final do capítulo descrevo possíveis limitações decorrentes do processo ou das escolhas apresentadas.

4.1. Considerações sobre a pesquisa

A construção do objeto de pesquisa foi motivo de especial atenção nesta tese. Seja pela complexidade do tema – e seu caráter "*flou*" - pelo pouco material disponível sob o enfoque escolhido, ou mesmo pelo meu excesso de proximidade, enquanto pesquisadora, do objeto estudado, a ruptura com meu próprio referencial e sua consequente reconstrução guiaram as escolhas metodológicas para aproximação do objeto de pesquisa.

As inquietações que me trouxeram ao Doutorado estão aí refletidas.

Se durante o século XX organizações e gerentes ganhavam a atenção da sociedade em apogeu identificado por Chanlat (2000) na década de 80, se a "mão visível" da Administração que se sobrepunha ao mercado na coordenação das atividades econômicas e na alocação de recursos (CHANDLER, 1977) a partir daí, escândalos, prisões e questionamentos sobre o papel gerencial passam a marcar a trajetória dos gestores. A instabilidade das organizações onde constroem suas carreiras passa a ser retratada junto às consequentes estratégias de sobrevivência, junto à fragmentação, às incertezas e ao "mal-estar" (DAVEL; MELO, 2005) que passam a ser identificados na função gerencial. Enquanto isso, o 'mundo da financeirização' marcava a entrada de novos donos desprovidos de lealdade à família dos fundadores e pouco dispostos a defender a empresa e seus componentes (USEEM, 1993). A abordagem da 'firma' afastava o gestor do modelo clássico de empreendedor para priorizar abordagens gerenciais que focassem na motivação desse 'agente' que controla, mas não detém a propriedade (FAMA, 1980). Finalmente, é sugerido que razão e sensibilidade dividam espaço na complexa e desafiadora formação do administrador (FISCHER; et al.2007).

Naquele momento, órgãos governamentais (CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO, 2014) exaltavam a dimensão significativa alcançada pelo ensino de Administração na sociedade brasileira, comprovada no crescimento do número de Escolas de Administração, conforme tabela 2

Tabela 2- Evolução do número de cursos de Administração desde a década de 60

DÉCADAS	NÚMERO DE CURSOS
Antes de 1960	2
1960	31
1970	247
1980	305
1990	823
2000	1.462
2010	1.805

Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de Conselho Federal de Administração

Elogios a este crescimento não eram unânimes, entretanto. Alcadipani e Bessler, em 1999, traduziam as reações da academia ao alegar que o ensino brasileiro passava por um processo de 'McDonaldização', com expansão de faculdades-negócio e utilização da lógica fordista no mundo acadêmico, resultando em cursos 'enlatados', professores mal remunerados, material de baixa qualidade, tornando o país o paraíso das escolas *fast-food* (ALCADIPANI; BESSLER, 1999). Mais adiante, em 2011, Alcadipani questionava a introdução da lógica gerencialista na avaliação de professores, argumentando que isto aproximava a academia de uma "fábrica de sardinhas": estaríamos "enlatando sardinhas em forma de *papers*" no lugar de produzir conhecimento. Embora assumindo a reação, os autores continuavam a conclamar seus pares a tomarem posição, uma vez que "como academia de Administração temos lidado muito pouco, apesar da importância do tema". (ALCADIPANI, 2011, p.1175),

Finalmente - dentre as indagações que me influenciavam nos antecedentes da tese - o mundo dos anos 90 questionava-se sobre uma possível ruptura com "formas modernas de existir" (ZAJDSZNAJDER, 1992, p. 1), ou seja, com um 'paradigma subjetivista' que parecia perder-se em suas próprias dificuldades internas ao ver o homem como o centro do sistema de conhecimento, dotado de uma luz natural e de uma racionalidade que lhe permitia conhecer o real e agir livre em busca de seus fins. Segundo Marcondes (1997), o sujeito pensante é isolado do real, é fechado em si mesmo; seu grau de certeza não é mantido ao

contato com o mundo natural. Tentativas de ruptura deste paradigma buscariam valorizar: (1) o sentimento e a intuição na forma romântica de privilegiar a relação entre o homem e o real; (2) a socialização e a formação cultural, numa concepção de intersubjetividade, em que a consciência e o sujeito são resultado de um processo de interação com outras consciências.

Em contrapartida Bauman (2007) identificava, na vida em sociedade, uma liquefação dos valores mais elevados da condição humana. Haveria, segundo o autor, uma dificuldade de relacionamento com a pessoa do outro compreendendo a sua subjetividade e singularidade. A tendência em valorar a figura do outro tal como ela se apresenta diante de nós e não nela mesma, levaria a preconceitos, manifestações de intolerâncias, incompreensão da subjetividade do outro, que, ao final, perderia sua natureza humana, singular, única, para se tornar algo com o qual nos relacionamos de modo frio, egoísta e superficial. (BAUMAN, 1998).

Brandão e Bonamino (1997) discutindo aquele momento e seus efeitos sobre a Educação, propunham a reavaliação do significado pedagógico do modelo firmado na verdade científica. Já Plastino (1997) apontava que, ao admitir-se à época uma crise *de* paradigmas, se estaria questionando não apenas a crise de determinado paradigma, mas a especialização e autonomia das disciplinas científicas frente às questões sociais, políticas, econômicas e culturais das sociedades nas quais se realizam. A crise de paradigmas, exigiria a ampliação do conhecimento em vários campos do saber e o rompimento de delimitações reducionistas.

Influenciada por este contexto e por minhas atividades em docência e coordenação de cursos, iniciei meus estudos no doutorado propondo-me a repensar a formação do gestor – e aí incluía alunos em curso de graduação ou de pós⁵⁵ – "de modo a adequar teoria e prática, preparando-o para superar com originalidade os desafios de mudança e garantindo-lhe a clareza conceitual dos pressupostos que orientarão sua prática?"⁵⁶ Nesta fase, eram foco de minhas críticas os então reverenciados business games, e os chamados treinamentos comportamentais.

⁵⁵ Embora tendo, para efeito desta afirmação, incluído-os no mesmo bloco, as preocupações à época pareciam refletir a necessidade de maior consistência e foco aos cursos de graduação em Administração; por outro lado, os cursos de pós-graduação atraíam (conforme meus registros docentes em diversas experiências nos cursos de Especialização, por exemplo, na FGV – MBA em Gestão Empresarial), em sua maioria, alunos de formação em engenharia, em busca, conforme declaração própria, da flexibilidade e da amplitude características do administrador.

⁵⁶ Palavras constantes em meu projeto inicial

Embora alternando a abrangência da pesquisa entre professor/ ensino e futuro gestor/ aprendizagem, continuava a acreditar não estar nem indo ao encontro das necessidades das organizações contemporâneas nem escapando à ameaça da "fábrica de administradores" (NICOLINI, 2003). Assim, ampliei meu foco para discutir não o currículo ideal ou a formação adequada para administrar organizações contemporâneas, mas sim, o que é esta disciplina que concentrava meus esforços? O que é a Administração? Quais as transformações pelas quais havia passado – ou deveria passar – para atender ao contexto da época? Voltando às definições dos primeiros manuais: seria a Administração pós anos 90 ciência, técnica ou arte?

Por algum tempo a questão Arte invadiu minhas reflexões. Não a retórica "A Arte de..." referindo-se a habilidades e potencialidades como nas primeiras sistematizações; num momento em que trabalhos de congressos, revistas acadêmicas e os títulos dos livros das editoras mais respeitadas falavam em razão e sensibilidade, administração com arte, estética na administração, etc., pareceu-me que a arte propagava-se para além do seu sentido *stricto sensu*. Assumia, assim, a prerrogativa de não apenas dar distinção e singularidade a um grupo de pesquisadores, mas de trazer um novo léxico, e, conseqüentemente, um novo olhar – alternativo – para o fenômeno administrativo e especialmente para a formação do gestor.

A partir daí, esta possibilidade do 'novo' levou-me à filosofia da ciência, a retomar discussões kuhnianas sobre a possibilidade ou não de compatibilidade de paradigmas (KUHN, 1970; 2006) e a questionar supostos "mundos possíveis" (GOODMAN, 1978).

Enquanto isso, na área de Administração, a inquietação refletia-se em críticas internas e no surgimento de novas abordagens apartadas do *mainstream* de natureza funcionalista e sob hegemonia da literatura americana. Foi quando passei a acompanhar os chamados *Critical Management Studies (CMS)*, movimento gerado no contexto anglo-saxão que teve grande aceitação no Brasil. Nossos Estudos Críticos em Administração pareciam tornar-se a voz predominante daqueles que se propunham “abandonar o mundo seguro do funcionalismo” e propor possibilidades de renovação para os estudos organizacionais. (PAES DE PAULA, 2008, p. XI; WOOD JR., 2007).

O incômodo inicial para a construção do objeto de pesquisa pareceu minimizar-se à medida em que, admitindo forte influência das leituras de sociologia e especialmente de Bourdieu, passei a utilizar a lente da ‘arena’ – termo nativo, ou do ‘campo de lutas’/ ‘campo de forças’ – termo da sociologia de Bourdieu, para observar o espaço da

Administração estudado. Uma síntese dessas influências e da leitura da obra daquele autor foi apresentada no capítulo III da tese.

Verificando e relacionando condições sociais e estratégias dos agentes naquele espaço foi possível esboçar posições e lutas internas. Tomei como universo empírico prioritário da pesquisa o sub-campo dos professores-pesquisadores em Administração – NDP -, em suas respectivas IESs considerando-os responsáveis pelas transformações no campo, pela criação do conhecimento e, em última instância, pelas conseqüentes escolhas referentes à formação do gestor. Assim, acompanhando transformações que se multiplicavam no pós anos 90 em torno especialmente dos *Critical Management Studies* e o protagonismo de um grupo cuja atuação no campo fortalecia-se dia após dia, o objeto de estudo foi se tornando palpável.

Para melhor delimitação, busco ressaltar a oposição dos dois polos concorrentes: pesquisadores *mainstream* – ortodoxos, de tradição positivista-funcionalista e inspiração na literatura gerencial americana, e pesquisadores críticos – polo melhor delineado no pós anos 90, que se opõe ao *mainstream* inspirando-se em propostas alternativas como os *CMS*.

O ponto de partida para identificar diferenciações foram os estudos de Fischer (2003). Ao estudar os currículos dos cursos de graduação em Administração, com foco nas mudanças da disciplina denominada Estudos Organizacionais (EO)⁵⁷ a autora argumenta que mudanças ocorridas nos anos 80 e 90 deveram-se mais a fatores externos do que a iniciativas e resoluções provenientes do Ministério da Educação e do Conselho Federal de Educação:

A influência americana começa, de fato, a ser contestada por radicais críticos como Maurício Tragtemberg e culturalistas como Alberto Guerreiro Ramos (filiado ao nacional desenvolvimentismo que abrigou também Paulo Freire) na década de 70. No final dos 70 e início dos 80, professores brasileiros retornaram de bolsas de pós-graduação na França, Inglaterra e Canadá, influenciados por outras lideranças e comunidades de interesse.

John Child, Stuart Clegg, Engéne Enriquez, Omar Aktouf, Jean François Chanlat são nomes representativos, entre outras influências exercidas sobre os bolsistas brasileiros, hoje também líderes de pós-graduação e de pesquisa em E.O e da (re)construção do campo (FISCHER, 2003, p. 53).

A autora sinaliza, entretanto que, embora com papel relevante na pós-graduação e na criação de grupos de pesquisa, esses professores não foram tão influentes, naquele momento, nos cursos de graduação. Conquistas pontuais e substituição de conteúdo em rótulos antigos – "vinho novo em garrafas velhas" (FISCHER, 2003, p. 54) – marcaram as

⁵⁷ Considerações sobre o nome da disciplina serão apresentadas nos próximos capítulos

reações no período, geralmente associadas à pessoa de determinados professores, sem alcançar, porém, formalização no documento curricular.

Embora possa ser identificada a influência de “ondas paradigmáticas” na escolha de conteúdos e formas disciplinares, as forças de determinantes políticos também são “igualmente fortes, com questões relacionadas a poder, conflitos, coalizações, negociações e compromissos dentro e fora da academia” (FISCHER, 2003, p.58). Assim é que, segundo a autora, ao final dos anos 90 e o início de 2000, intensa mobilização ocorria na comunidade brasileira de Estudos Organizacionais, o que podia ser comprovado pelo número de trabalhos submetidos e aprovados em eventos e revistas nacionais e internacionais, bem como em livros publicados. Uma vez que a pesquisa nacional e a comunidade de interesses crescia, o ponto a ser debatido seria então seus reflexos no ensino. Ou, comprovando a relação que estabeleci para chegar até aqui, professores-pesquisadores questionavam-se, diante do novo contexto: “o que é relevante ensinar?” (FISCHER, 2003, p.59).

O primeiro passo na composição do referencial teórico foi estabelecer os pressupostos que iriam nortear a pesquisa, qual seja, o material teórico metodológico que defini, no capítulo anterior, como *pensar com Bourdieu*.

Martins e Theóphilo (2009) ressaltam que o material teórico orienta a busca de fatos e estabelece critérios para a observação empírica, auxiliando o pesquisador a perceber problemas e possíveis explicações. Teorias seriam como um quadro de referências, metodicamente sistematizado, a sustentar e orientar a pesquisa.

A outra vertente que dirigiu nosso referencial visava a explicitação de estudos alternativos, em especial os *CMS*, em termos de sua origem, influências, configurações de identidade para seu *core*, características dos pesquisadores por eles atraídos, etc. Para tanto, o livro Cris Grey e Hugh Willmott, *Critical Management Studies: a reader* foi uma referência inspiradora durante todo o processo. Para discussões sobre a possível transposição do referencial crítico para a academia brasileira e, especialmente, para estudos sobre a diversidade de perspectivas atuais e emergentes no campo dos Estudos Organizacionais, foi utilizado o *Handbook de Estudos Organizacionais*, organizado por Stewart Clegg, Cynthia Hardy e Walter Nord. Publicada em 2007, a edição brasileira foi dividida em três volumes e contou com a participação de diversos pesquisadores nacionais em comentários e traduções.

4.2. Tipo de pesquisa

Para fins classificatórios, é tomada como base a taxionomia proposta por Vergara (1997), onde os critérios para a qualificação da pesquisa são apresentados com relação aos fins e aos meios.

Quanto aos fins, trata-se de pesquisa exploratória, descritiva e explicativa.

É exploratória por ser realizada em área de pouco conhecimento acumulado e sistematizado (VERGARA, 1997). Recorrendo a Gil (2006, p.43) acrescentamos que a pesquisa exploratória "tem como principal finalidade esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação dos problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores". Assim, ao explorar transformações e configuração do campo sob o viés das trajetórias de seus professores-pesquisadores e respectivas instituições, configura-se sua originalidade. Por outro lado, o processo de análise e interpretação abre caminho e possibilita novas alternativas de pesquisa às existentes no referencial abordado.

É uma pesquisa descritiva pois expõe características e busca correlações (VERGARA, 1997; GIL, 2006) ao 'mapear' agentes e instituições no campo, assim como sua dinâmica. Dessa forma, proporciona – novamente - outra visão, sob nova inspiração, para uma realidade já conhecida.

É explicativa à medida que busca tornar inteligível e esclarecer fatores que contribuem para a ocorrência das transformações ressaltadas. A pesquisa explicativa explica porquê através dos resultados oferecidos, sendo, geralmente continuação de outra descritiva, uma vez que a identificação de fatores que determinam um fenômeno pressupõe que este esteja suficientemente descrito e detalhado (VERGARA, 1997; GIL, 2006).

Com relação aos meios, além da investigação empírica, a pesquisa é bibliográfica, documental e telematizada.

A pesquisa telematizada, busca informações, segundo Vergara (1997, p.46) "em meios que combinam o uso de computador e de telecomunicações". Considero importante destacar esta classificação, uma vez que recorri extensamente a sites governamentais como opção para obter informações sobre Instituições de Ensino Superior e seu Núcleo Docente Permanente, e sobre os professores-pesquisadores daquele Núcleo – disponíveis respectivamente nas páginas das organizações na Internet, como a CAPES (<http://lattes.cnpq.br>), para o primeiro grupo de informações e o CNPQ (<http://lattes.cnpq.br>) para demais informações curriculares.

A pesquisa documental incluiu levantamento de informações sobre Educação, Administração e cursos de graduação e pós-graduação, envolvendo legislação na CAPES e no MEC, principalmente.

A pesquisa bibliográfica traduziu-se em um estudo sistematizado com base em material publicado em livros, teses, revistas especializadas, anais de congressos e demais trabalhos científicos. A bibliografia apresentou-se em fontes primárias – aquelas que tratam de informações de primeira mão - que foram, muitas vezes cotejadas com material de outros autores que descreviam ou analisavam seu conteúdo – fontes secundárias.

Na pesquisa empírica, para observação e análise da constituição do espaço da Administração e do campo de seus professores-pesquisadores recorro a dados e séries históricas⁵⁸.

Para os dados relativos aos pesquisadores foi utilizada a prosopografia. Trata-se de um método auxiliar à história, que tem como objetivo estudar a biografia de membros de categorias específicas da sociedade como elites sociais e políticas. Utiliza um enfoque de tipo sociológico em pesquisa histórica, buscando revelar as características comuns (permanentes ou transitórias) de um determinado grupo social em dado período histórico (HEINZ⁵⁹, 2006, citado por MONTEIRO, 2009).

Para a passagem do micro ao macro de interpretação por meio da biografia coletiva, considera-se que a biografia não se refere apenas a uma pessoa singular, mas a um indivíduo que concentra as características de um grupo, reproduzida, assim, a estrutura social. Descrever, portanto, a sociedade em que está inserido revelará não apenas a estrutura de dominação, bem como o grau e a natureza dos movimentos que se dão no seu interior (MONTEIRO, 2009).

⁵⁸ Acho importante registrar, conforme artigo de Sauerbronn e Faria (2009, p.78), tem havido “maior engajamento por parte dos pesquisadores com abordagens históricas no estudo das organizações e sua gestão, bem como alguns sinais na literatura de apreciação por abordagens ou metodologias históricas”. Este movimento parece ser, conforme os autores, uma reação ao caráter aistórico de áreas da Administração em sua configuração como disciplinas separadas na segunda metade do século XX. A então inspiração em inclinações americanas bem como a importação acrítica desse conhecimento passaram a ser contestadas por pesquisadores brasileiros mais recentemente.

⁵⁹ HEINZ, Flávio. O historiador e as elites – à guisa de introdução. In: HEINZ, Flávio (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

4.3. Design e configuração da investigação empírica

O trabalho de campo representa não apenas a oportunidade de aproximação com o que se deseja estudar, mas também a possibilidade de criar conhecimento a partir da realidade ali presente.

Em momento anterior de levantamento e discussão da produção bibliográfica sobre o tema de interesse, havia sido possível articular conceitos e sistematizar a produção sobre determinada área de conhecimento. À incorporação e à superação do que foi coletado, acrescenta-se o surgimento de novas questões que incentivam a aproximação com o campo, o que irá representar, então, um recorte que o pesquisador faz "representando uma realidade empírica a ser estudada a partir das concepções teóricas que fundamentam o objeto da investigação" (CRUZ NETO, 2004, p. 53).

Refletindo sobre seu delineamento, a pesquisa começou com uma proposta ampla, sobre os rumos da Administração no pós anos 90. Assim, o escopo de leituras abrangia não apenas o estudo de realidades alternativas – como as discussões de Thomas Kuhn sobre paradigmas, de modo mais amplo, e o modelo de Burrell e Morgan, mais especificamente, questionando a aceitação quase hegemônica do paradigma funcionalista a limitar os estudos de Administração.

Embora o processo possa parecer linear, isso, de fato, não aconteceu. Das propostas alternativas não especificadas, passando pelas discussões e sistematizações próprias da epistemologia em Ciências Administrativas⁶⁰, ao mergulho nos *CMS*, o caminho foi repleto de idas e vindas, ensaio e erro, exigindo flexibilidade no delineamento da pesquisa, que foi sendo organizada à medida que se realizava.

4.3.1. Coleta de dados

A pesquisa teve início com o levantamento bibliográfico. É importante ressaltar que, uma vez que os livros que abordavam a literatura pesquisada foram se tornando mais escassos diante das inovações no tema e do encadeamento que buscava apresentar, passei a recorrer a artigos, debates e fóruns apresentados em revistas técnicas, bem como a anais de congressos⁶¹. Cito, por exemplo, o Fórum Estudos Críticos em Administração

⁶⁰ Aí incluídas análise paradigmática, discussões metodológicas, fundamentos e pressupostos de teorias, conforme será abordado no próximo capítulo.

⁶¹ Embora aqui retratado como material de levantamento bibliográfico, trata-se, na verdade, de consistente exemplo de estratégias daqueles novos entrantes, qual seja, do grupo de pesquisadores que aqui denomino 'pesquisadores críticos'.

promovido pela Revista de Administração de Empresas (RAE) – eletrônica, publicado no volume de jul/dez 2004, sob a coordenação de Rafael Alcadipani e Ana Paula Paes de Paula, que afirmavam:

A ideia de realizar este fórum surgiu da necessidade de verificar o perfil dos estudos organizacionais críticos no Brasil. Nas últimas décadas, as transformações tecnológicas, sociais e políticas trouxeram consigo um crescente questionamento da influência das atividades do *management* na vida humana. A preocupação com o seu caráter instrumental e ideológico institucionalizou um movimento chamado *Critical Management Studies* que se consolidou após a publicação do livro de Alvesson e Willmott (1992) (ALCADIPANI; PAES DE PAULA, 2004, p.1).

Ao final da Apresentação do número da revista dedicada ao Fórum, os coordenadores ressaltavam e estimulavam a "iniciativa inédita" (ALCADIPANI; PAES DE PAULA, 2004, p. 4) de permitir comentários escritos sobre os textos a serem enviados por e-mail, havendo possibilidade de publicação no mesmo espaço. Além do mais, um *e-group* foi criado visando estimular o desenvolvimento da linha de pesquisa. Embora não tenha sido possível acompanhar os desdobramentos daquela iniciativa – se houve - em termos do *e-group* ou de respostas por e-mail, a simples ‘iniciativa inédita’ já me parece uma clara tentativa de consolidar este movimento alternativo, especialmente se veiculada em revista que é unanimidade no campo como a RAE.

Um pouco a seguir, em 2005, RAC veiculava debate com réplica e tréplica⁶², entre Maria Ceci Misoczky e Jaqueline Amarantino-de-Andrade, com o mesmo Rafael Alcadipani.

Com relação à pesquisa em anais de congressos, já ocorria a discussão de abordagens alternativas na ANPAD. Ali, o maior evento da área, o EnANPAD, passou a tratar do tema em uma de suas Divisões Acadêmicas, EOR – Estudos Organizacionais, destacando-o em 2007 como Teoria Crítica em Estudos Organizacionais, mudando seu nome para Teoria Crítica e Práticas Transformadoras em Organizações em 2009 e Estudos Críticos e Práticas Transformadoras em Organizações em 2010. No ano 2000 havia sido criado o Encontro Nacional de Estudos Organizacionais – EnEO, onde era proposto, dentre outros temas, a discussão sobre a evolução do campo e sua inserção no desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro. Cada vez mais, ambos - EnEO e Divisão Acadêmica EOR no EnANPAD - vêm recebendo, conforme relato de seus organizadores, quantidade considerável

⁶² Citado no capítulo III

de trabalhos submetidos nos encontros e congressos e constituíram fonte bibliográfica consultada nessa tese. Destaco, além dos anais, artigos em revistas acadêmicas que trataram de material apresentado na ANPAD em termos de fontes inspiração, escolhas metodológicas, etc., que fizeram parte do levantamento bibliográfico.

Dados da pesquisa quantitativa foram obtidos, por opção, em material institucional. A coleta teve início no primeiro trimestre de 2013. As informações foram retiradas da página⁶³ da CAPES, fundação do MEC, que centraliza os dados das IES brasileiras para fins de acompanhamento e avaliação dos programas de Pós-Graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado). Ali são disponibilizadas as informações sobre o corpo docente: professores-pesquisadores que compõem o NDP das respectivas Instituições.

Conforme critérios adotados pela CAPES em seus procedimentos de avaliação e acompanhamento, a Administração situa-se na área Administração, Ciências Contábeis e Turismo, inserida na Grande Área de Ciências Sociais Aplicadas. Para efeito da pesquisa foram retirados os programas que se inseriam nas áreas de Ciências Contábeis e Turismo. A área de Administração foi examinada na totalidade de seus cursos e de seus professores. O objetivo neste momento era, seguindo ‘pista’ proposta por Fischer (2003), mapear professores-pesquisadores quanto a sua formação em geral e especialmente em termos de orientadores, local e ano de sua formação doutoral. As informações passaram a compor Banco de Dados de professores e respectivas IES, que depois foram complementadas com demais dados prosopográficos também de fonte institucional, o Currículo Lattes⁶⁴.

Os dados mais recentes então disponíveis sobre as IESs e professores referiam-se a outubro de 2009 e fizeram parte da avaliação do período 2007-2009. Foram identificados 73 programas de pós-graduação *stricto sensu*, dentre os quais 22 de mestrado profissional e 51 de mestrado acadêmico e doutorado, (sendo 23 programas com mestrado e doutorado; e 28 só com mestrado)⁶⁵.

Ao buscar material comparativo para uma série histórica, verificamos que o período mais antigo sobre o qual eram disponibilizados os dados que nos interessavam – em especial sobre o corpo docente - era o ano de 2004, do qual faziam parte as avaliações do triênio 2001-2003. Foram identificados 50 programas de pós-graduação *stricto sensu*. Assim, dados de 2004 foram comparados àqueles de 2009.

⁶³ <http://www.capes.gov.br>, acesso em fevereiro/ 2013

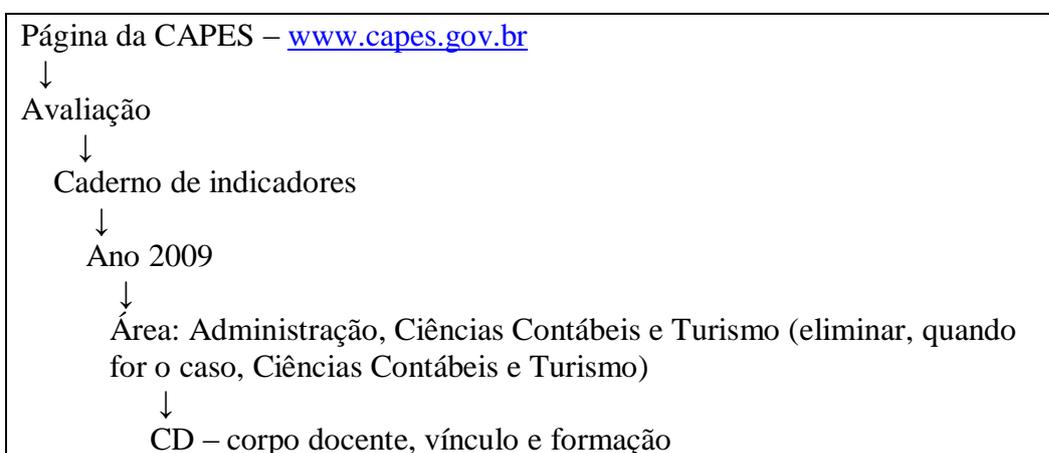
⁶⁴ <http://lattes.cnpq.br/>

⁶⁵ Informação obtida fora do Caderno de Indicadores.

Com relação aos docentes atuantes nas três modalidades de curso *stricto sensu*, chegamos a um total de 1162 indivíduos estatísticos nos dados consolidados em 2009 e 974 naqueles de 2004. Cabe notar que este número significa que, em caso de participação em mais de um programa na mesma instituição, o professor-pesquisador foi considerado uma só vez. Esta opção, se por um lado pode distorcer o número de docentes por programa – o que não é foco da pesquisa - por outro lado evita que as propriedades obtidas no levantamento prosopográfico sejam superdimensionadas.

Para o acesso principal às IESs e seu corpo docente, foi adotado caminho conforme demonstramos no quadro 4:

Quadro 4 – Resumo dos passos iniciais da pesquisa



Fonte: elaborado pela autora

A segunda parte da coleta de dados prosopográficos de professores-pesquisadores, já não envolveu mais a totalidade dos indivíduos. Informações foram obtidas à medida que professores-pesquisadores eram identificados como participantes de determinado evento, ou autores em determinadas publicações – livros e artigos – em determinados veículos já identificados como engajados nas transformações estudadas. Essa população amostral é definida por Vergara (1997, p.49) como amostra por acessibilidade, quando, “longe de qualquer procedimento estatístico, seleciona elementos pela facilidade de acesso a eles”. Martins e Theóphilo (2009, p. 123) também expressam esta opção metodológica como amostragem acidental – formada por aqueles elementos que “vão aparecendo, que são possíveis de obter até completar o número desejado de elementos da amostra”, e amostragem intencional – quando, “de acordo com determinado critério é escolhido intencionalmente um grupo de elementos que irão compor a amostra”.

Outra técnica utilizada para a obtenção de dados em campo foi a observação. Segundo Vergara (2012), embora pareça de fácil realização, a observação requer cuidados especiais, em relação a planejamento e distanciamento. Atenção e reflexão constantes são necessárias quer no momento mesmo da observação, quer no exame das notas do campo. Destaco a utilização desta técnica em especial na participação em dois eventos. Ambos foram identificados através do Currículo Lattes de pesquisadores ou de citações diversas; ambos fogem dos padrões das reuniões anuais da academia e são eleitos por aqueles que buscam abordagens alternativas. No Colóquio Internacional sobre Poder Local, da UFBA e no SCOS – Standing Conference on Organizational Symbolism, pude observar participantes, inspirações, ‘heróis’, escolhas alternativas, e sentido de ‘distinção’. No primeiro evento, estive presente na XIª edição, em Salvador, em dezembro de 2009; no segundo, na XXVIIª edição, que teve lugar em Copenhague and Malmö em julho de 2009. Neste último, além de observadora, apresentei trabalho⁶⁶ com forte referencial de Paulo Freire - que depois vim a saber tratar-se de uma das ‘inspirações’ do grupo – o que me permitiu grande interação com os participantes durante e após minha exposição.

Dentre as publicações coletadas no campo que considero essenciais para identificação de grupos com propostas transformadoras, destaco:

- O já citado *Handbook de Estudos Organizacionais*, especialmente pelos pesquisadores brasileiros que se envolveram em sua tradução e nos comentários;
- O livro *Gerência em ação: singularidades e dilemas do trabalho gerencial* de 2005, organizado por Eduardo Davel e Marlene Catarina Melo, pelos temas veiculados, bem como pelos pesquisadores envolvidos;
- O livro *Administração com arte*, organizado por Eduardo Davel, Sylvia Vergara e Djahnchah Ghadiri, que apresentou uma aproximação do ensino da Administração com a linguagem da Arte (*stricto sensu* – grifo meu), dando espaço para professores de escolas de primeira linha relatarem experiências vividas ao explorar, em sala de aula, dimensões transformadoras proporcionadas pela Arte.

⁶⁶ CARVALHO, A. M. C. *Connecting people*. In: 27th Standing Conference on Organizational Symbolism, 2009, Copenhagen. **Anais...** Copenhagen: SCOS, 2009.

Finalmente, destaco experiências, bem como material coletado e desenvolvido durante meu estágio de Doutorado Sanduiche realizado na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS/ Paris/ France) sob orientação do professor Afrânio Garcia. A frequência às disciplinas, o material obtido, o contato com colegas – na maioria sociólogos e antropólogos - e pesquisadores do *Groupe de Réflexion sur le Brésil Contemporain* e, especialmente, o *feedback* obtido na apresentação de minha pesquisa, me proporcionaram mais segurança e embasamento nas escolhas, e novos *insights* para o trabalho. Outro grupo de pesquisa do qual participei, desta vez situado na *École Normale Supérieure (ENS)*, foi a *Équipe PRO - Professions, Réseaux, Organisations*, liderada pelo professor Michel Villette. Ali, novamente, as reuniões de estudo e a apresentação de seminários tiveram importante papel no compartilhamento de informações e na busca de novos caminhos de reflexão. A apresentação de minha pesquisa, desta vez no seminário *Pour une sociologie de l'entreprise par ceux qui y travaillent*, em 16 de fevereiro de 2012, e para um público mais próximo às questões da gestão e da Administração, trouxe importantes subsídios e revelou-se um teste eficaz para minhas então inacabadas propostas. A discussão sobre abordagens alternativas em gestão enriqueceu-se com das experiências e insumos obtidos na EHESS e na Equipe PRO. A partir daí, busquei aprofundar o conhecimento sobre a posição que ocupam os Estudos Críticos na França, e os principais agentes ali envolvidos. Esta busca levou-me à Université de Dauphine e ao contato com a professora Isabelle Huault, uma das figuras proeminentes no estudo do tema na França e ao livro *Les études critiques en management – une perspective française*, organizado por Huault, Damon Golsorkhi e Bernard Leca.

4.3.2. Tratamento dos dados

Os dados foram tratados de forma quali-quantitativa.

Na vertente quantitativa foi elaborado material destinado a sintetizar informações retiradas dos dados prosopográficos dos pesquisadores. Não há incursões estatísticas aprofundadas embora os gráficos apresentados auxiliem a sumarização e descrição dos dados (MARTINS; THEÓPHILO, 2009).

Uma das características que distinguem a pesquisa qualitativa da quantitativa é justamente um aspecto por diversas vezes apontado em meu relato: a necessidade de delimitação progressiva do foco de estudo à medida que é desenvolvida a coleta de dados.

Assim, na análise qualitativa dos dados coletados, além do contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente no qual está inserido, o produto dessa interação apresenta:

- Predominância de descrição;
- Preocupação com o processo e não apenas com os resultados finais;
- Análise dos dados à medida que são coletados;
- Preocupação com os diversos pontos de vista e perspectiva dos envolvidos na pesquisa.

Embora ciente dos riscos que envolvem a complexidade do tema e minha proximidade do objeto pesquisado, acredito que qualquer tendência à simplificação seria empobrecer a pesquisa incorrendo em desvios mecanicistas. Assim, ao correr o risco, procuro ancorar-me no rigor da descrição que me leva às interpretações amparando-me por diversas vezes na ‘fala’ dos pesquisadores expressa aqui em diversas citações de documentos e artigos consultados. Desta forma, dando ‘voz’ aos agentes, procuro expressar a construção social em que estão envolvidos, conhecendo de qual lugar falam naquele espaço e quais as relações de força envolvidas.

4.4. Limitações

Veio do campo a primeira constatação sobre as limitações do trabalho, especialmente quando falamos em abordagens alternativas como os *Critical Management Studies*. Ao contrário do que havíamos interpretado diante do artigo de Fischer (2003) sobre características prosopográficas daqueles que se dedicam a abordagens alternativas, não foi possível identificarmos unanimidade – ou no mínimo predominância nos dados da pesquisa quantitativa. Assim, a hipótese de que ‘ser Crítico’ poderia estar associado aos estudos de doutorado no exterior - Canadá ou Europa - com orientadores com postura crítica à literatura hegemônica americana, não se mostrava totalmente verdadeira.

A disputa no campo pela definição do que é ‘ser Crítico’, embora identificada como mais um dado para análise, trouxe dificuldades à pesquisa. Fournier e Grey (2000) argumentam, que desde que a Administração surgiu como uma prática social no final do século XVIII, várias formas de ‘crítica’ lhe foram imputadas. Nos anos 90, entretanto, iniciativas consistentes foram tomadas no sentido de unificar as críticas. A reunião de léxicos alusivos aos termos *critical* e *management*, gerou uma nova disciplina, batizada de *Critical*

Management Studies (CMS). Polissêmicos e, segundo os autores, sujeitos a rápida proliferação, os CMS pareceram ser importante objeto de estudo, que se tornava, por vezes, crítico: “*Indeed, we have some misgivings and concerns about it, so that this is also an occasion to be a little critical of critical management*” (Fournier e Grey, 2000, p. 8).

Wood Jr.(2009) e Vieira e Caldas (2007, p.298) identificavam a tendência no Brasil, embora afirmassem a relutância da assunção direta a posturas alternativas. Afirmavam que, embora o espaço em que era trabalhada a crítica fosse grande, pesquisadores terminavam por optar pela “crítica institucionalizada” (p.299). Nesta busca pela legitimidade, enquanto buscava se constituir um espaço institucional, a crítica “perdia força” e adquiria caráter de “crítica autorizada” (p.298).

Às dificuldades de identificar pesquisadores críticos, somavam-se indefinições epistemológicas quanto à própria disciplina. Este fato levou-me à decisão de abandonar intenção inicial de realizar pesquisa em Administração inspirada no que Engelmann (2004) havia feito no espaço jurídico e Lebaron (2001) e Cantu (2008) no campo dos economistas – francês e brasileiro respectivamente. A opção envolveu ainda adiar o “quantifying Bourdieu”⁶⁷ – que será tratado em projetos futuros.

Assumi, assim, que as chamadas transformações pós-anos 90 no campo deviam boa parte dessa categorização aos avanços da Administração enquanto ciência. Dessa forma, considerei que, aqueles que denominei ‘novos léxicos’, vinham igualmente do fato de ocorrerem propostas alternativas mas também da busca pela maior cientificidade na disciplina. Disciplina que, concordando com Martins (2007) e Caravantes (1998), qualifico como 'em construção'.

⁶⁷ Vide ROBSON, Karen e SANDERS, Chris. **Quantifying theory**. Pierre Bourdieu. Canada: Springer, 2009

PARTE II – ESTUDOS DO CAMPO, TRANSFORMAÇÕES E ALTERNATIVAS DO SÉCULO XXI

5. CONSTITUIÇÃO DO CAMPO

Neste capítulo exponho a constituição do espaço do ensino e da produção de conhecimento em Administração no Brasil.

Para tanto, adoto uma perspectiva histórica e inicio a pesquisa no Brasil Colônia, pois acredito que o passado pode fornecer explicações para o presente. Nele encontro traços característicos que permaneceram no mundo moderno, chegando ao momento atual. Assumo que o campo não pode ser compreendido fora do contexto histórico de sua formação. Outra posição adotada é a da observação das disputas entre diversos indivíduos e grupos que, conforme a posição ocupada no espaço, determina as relações de força que ali têm lugar.

Dialogo, a princípio, com professores que pesquisam a sociologia e história da Educação no país, tais como Maria de Lourdes Fávero, Maria Elisabeth Blank Miguel e José Maria de Paiva, Arabela Campos Olive, dentre outros. Ao final, já com autores e literatura da área, trato da institucionalização de ensino, pesquisa e Administração no Brasil.

5.1. Primórdios do ensino brasileiro: a herança clássico-medieval e a influência jesuíta nas raízes do ensino do Brasil colônia

Explorar um universo social específico – em nosso caso, o espaço de produção do conhecimento em Administração no Brasil - implica em revelar o contexto histórico e as condições que contribuíram para a legitimação de instituições, práticas e conhecimentos daquele espaço. Requer ainda a compreensão de sua inserção e fragilidades perante o mundo social que o cerca.

Escola, escolarização e termos afins têm um sentido típico em cada época e em cada contexto social. Assim, sua compreensão se dá como parte de uma totalidade, de um processo social amplo, de uma problemática geral do país, na ótica da dimensão política. (FÁVERO, 2006). Diferenças do quadro organizacional são marcadas não apenas pelas relações de poder, mas também pela *explicação* que delas se dá (PAIVA, 2011).

No entender de Miguel (2007), a história da educação no Brasil possui tendências definidas, onde imprimiram suas marcas a Igreja, o Estado e o mercado. É da história portuguesa e seus desdobramentos em terras brasileiras que partiremos, portanto, para

a compreensão do lugar que difusão de conhecimento, escola e universidade ocuparam na organização social.

Seco, Ananias e Fonseca (2006) afirmam que o início da organização escolar no Brasil colônia esteve diretamente vinculado à política colonizadora dos portugueses. Para acompanhá-la é preciso configurar a escola jesuítica no naquele contexto e compreendê-la como instituição.

Num primeiro momento, a escola jesuítica visava a preparação de novos missionários. Embora pensada para acolher "os filhos dos gentios e cristãos para ensiná-los e doutrinar" (NAVARRO, 2006, p.98), a catequese dos índios passa a ser vista, em determinado momento, como desnecessária, voltando-se os colégios para a educação dos filhos dos "principais"⁶⁸, (colonos) que seriam padres, advogados, ocupariam cargos públicos e possibilitariam à sociedade portuguesa se reproduzir (PAIVA, 2011).

Paiva (2011) ressalta que portugueses colonizadores possuíam uma visão única de sociedade: sua sociedade e seu relacionamento com as demais culturas eram tidos como modelo. A sociedade portuguesa tinha estrutura centrada na religião, e por isso mesmo rígida - avessa a mudanças - e centrada na hierarquia. Os parâmetros das ações sociais eram o "serviço de Deus e o serviço d'El Rei". Em terras brasileiras buscavam sua preservação - ainda que em cenário diferente⁶⁹ (PAIVA, 2011, p.44).

A adesão à cultura portuguesa era veiculada pelos jesuítas por meio das *letras*; por meio delas eram também determinados os graus de acesso social. Montanhini (s/d) afirma serem as letras o espelho de um Estado mercantilista, não de interesse mercantil apenas, mas de valorização social da ideologia *orbis christianus*, ou seja, na crença de que o mundo é de Deus, e seu representante na terra é a Igreja Católica. Por meio das *letras* os colégios jesuítas se voltavam para a cultura hegemônica no então novo universo cultural, econômico e político das navegações: os *letrados*, tendo feito seus estudos nos colégios, obteriam o direito ao reconhecimento de sua função em sociedade, por meio de um *status quo* definidor. Assim "as letras possuem uma conotação forte nesse mundo quinhentista e seiscentista em formação na *terra brasilis*. O letrado era a sociedade falando pelo homem da nova terra" (MONTANHINI, s/d, p.1). Segundo o autor, a cultura se refere ao espaço de convivência social, "ao cultivo de

⁶⁸ Segundo Paiva (2011) a expressão era utilizada à época para referência aos letrados, estudantes de Humanidades

⁶⁹ Segundo Paiva (2011, p.45), "Havia os nativos, com tudo que isso possa significar. Havia a floresta virgem, os bichos, o vazio. Havia as distâncias, a rarefação de população, a falta de recursos de toda ordem. E, nessa situação, a premência de produzir riqueza"

qualidades humanas dentro de uma historicidade feita pelos seus próprios habitantes". O ser humano é um ser cultural porque produz cultura e porque é produto de uma cultura, onde se manifesta a luta entre dominantes e dominados. Nessa luta de interesses, a história cultural só poderia ser pensada dentro de um sistema complexo, contraditório e dinâmico. Nesse sentido, o mundo das letras é uma cultura baseada nas Humanidades, num ideal de formação adquirida na leitura, comentário e imitação de grandes autores greco-latinos, sendo seu objetivo a arte acabada da composição oral e escrita. Ao sair do colégio jesuítico, aos letrados caberia a função de vigilantes da cultura, na sociedade hierarquizada, onde a vigilância deveria ser permanente para que a ordem fosse preservada.

Orientador do ensino das *letras*, o currículo dos colégios era organizado pelo *Ratio Studiorum* (PAIVA, 2011; SHIGUNOV NETO; MACIEL, 2008), que norteava as ações educacionais dos padres jesuítas, seja na colônia, na metrópole, ou onde desempenhassem suas atividades. Com elaboração definitiva em 1599, expressava formas de organização e administração, currículos e métodos de ensino e orientava o professor na organização de sua aula. Shigunov Neto e Maciel (2008) destacam que o *Ratio Studiorum* serviu como veículo para concepções da cultura clássica e da escolástica medieval:

O método educacional jesuítico foi fortemente influenciado pela orientação filosófica das teorias de Aristóteles e de São Tomás de Aquino, pelo Movimento da Renascença e por extensão, pela cultura europeia. Apresentava como peculiaridades a centralização e o autoritarismo da metodologia, a orientação universalista, a formação humanista e literária e a utilização da música (SHIGUNOV NETO; MACIEL, 2008, p. 180).

Sua proposta curricular dividia-se em duas partes: os 'estudos inferiores', ou ensino secundário, com duração entre cinco e seis anos, destinando-se à formação eminentemente literária e humanista; e os 'estudos superiores' referentes aos cursos de filosofia e ciências, que recebiam também a denominação de curso de 'artes'. Tinham duração de três anos e formavam filósofos, uma vez que as disciplinas de lógica, metafísica, matemática, ética e ciências físicas e naturais compunham os estudos.

O ensino elementar não era contemplado no *Ratio Studiorum*. Mesmo assim, constava nos estabelecimentos jesuítas pois não havia outras instâncias que se responsabilizassem pelo ler, escrever e contar (MENEZES, 1999, p. 188). O usual até o século XIX era que esses primeiros conhecimentos fossem adquiridos na própria família.

Gilberto Freyre⁷⁰ (1989 citado por MENEZES, 1999.) relatava o costume dos meninos de engenho estudarem em casa, com o capelão ou o mestre particular.

Segundo o *Ratio Studiorum*, os estudos universitários visavam à formação profissional do homem, enquanto que os cursos secundários buscavam formar o humanista, o homem para viver em sociedade.

O objetivo do curso de humanidades – considerado alicerce da estrutura educacional jesuítica – era:

[...] a arte acabada da composição, oral e escrita. O aluno deve desenvolver todas as suas faculdades, postas em exercício pelo homem que se exprime e adquirir a arte de vazar esta manifestação de si mesmo nos moldes de uma expressão perfeita. As classes de gramática asseguravam-lhe uma expressão clara e exata, a de humanidades, uma expressão rica e elegante, a de retórica mestria perfeita na expressão poderosa e convincente “ad perfectam aloquentiam informat”. (LEONEL FRANCA⁷¹, 1952, p. 49 citado por SHIGUNOV NETO; MACIEL, 2008,)

O plano de estudos elaborado para o Brasil com base no *Ratio Studiorum* atendia à diversidade de interesses e de capacidades: incluía o aprendizado do português, o ensino da doutrina cristã, além de ler e escrever. Em caráter opcional, havia o ensino de canto orfeônico e de música instrumental, e uma bifurcação tendo em um dos lados, o aprendizado profissional e agrícola e, de outro, aula de gramática e viagem de estudos à Europa.

Paiva (2011) identifica no Brasil colônia a presença de um formalismo pedagógico e de um formalismo cultural.

No primeiro caso, refere-se ao contraste entre prática e princípios. Validado por aprovação social, correspondia à interpretação da sociedade sobre seus próprios comportamentos. Educação e ensino se pautavam por princípios que não prevaleciam *extramuros* – onde a vida era feita de *pecados*. Entretanto, não havia percepção da incoerência entre discurso e prática, sendo considerado natural que esta última fosse moldada pelos interesses da vida. À época, a guerra, ou, segundo o autor, o estado de guerra, era outro ingrediente da vida no Brasil. Os próprios jesuítas achavam natural essas condições, e, por sua vez, buscavam *boas palavras* (PAIVA, 2011, p. 47) para trazer os índios a serviço dos portugueses. Embora penetrasse no colégio jesuítico, aquela guerra não abalava o currículo ou a disciplina:

⁷⁰ FREIRE, G. *Casa-Grande & Senzala*. 26ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1989.

⁷¹ LEONEL FRANCA, S. J. *O método pedagógico dos jesuítas: o Ratio Studiorum*. Rio de Janeiro: Agir, 1952.

A vida do colégio parecia continuar, impávida, como se não estivesse envolvida pelo mesmo ambiente colonial. Todos falando latim, assuntando falas piedosas, recitando poesias e textos clássicos, afeiando-se na arte da disputa como um cavaleiro medieval na arte da espada, reunindo-se em academias, devotando-se com empenho à virtude e à prática de atos piedosos. A realidade ali parecia estar suspensa. O mundo ali dentro funcionava com perfeição, não havendo falhas na distribuição das funções. Um mundo perfeito. Uma sociedade perfeita.

O formalismo pedagógico era acompanhado pelo formalismo cultural. A cultura baseada em um mundo teocêntrico e hierarquizado impunha a correção individual, mesmo que se verificassem desvios. Não havia espaço para se pensar em transformação estrutural da sociedade; daí, princípios de um lado e práticas divergentes de outro conviviam. Na visão do mundo do *orbis christianus* as pessoas se dividiam entre ação – conforme seus interesses, e a explicação do funcionamento do mundo – cuja justificativa bastava para garantir sua validade social e, por consequência, sua manutenção. Neste momento, os letrados "jogavam com argumentos e recompunham a ação" (PAIVA, 2011, p.49), de modo a dar validade à ação; daí, a importância do colégio.

Convém notar que por 322 anos – de 1500 a 1822 -, enquanto o Brasil foi colônia de Portugal, a educação feminina era voltada para o cuidado da casa e dos filhos. A instrução destinava-se aos filhos homens de indígenas e colonos – esses últimos normalmente completando seus estudos na Universidade de Coimbra ou tornando-se padres. Mulheres brancas – ricas ou pobres, bem como negras e indígenas não tinham acesso à leitura e à escrita. Ribeiro (2011) atribui essa proibição à tradição ibérica - que Portugal transpõe para a colônia brasileira: os portugueses sofreram, durante quase 800 anos, a influência da cultura dos árabes - que consideravam as mulheres como seres inferiores⁷².

Menezes (1999) realiza minucioso estudo sobre a origem da escola no Brasil e seu perfil. Ali, a autora refuta o que considera "cristalizações operadas pela nossa historiografia educacional" (MENEZES, 1999, p. 5) sobre o ensino dos jesuítas quanto a sua inadequação ou alheamento à realidade. Ao contrário, a serviço da Igreja Católica na reação contra a reforma protestante e acompanhando o Renascimento econômico e cultural, envolviam-se na expansão mercantilista que inseria a península ibérica no processo de acumulação capitalista.

⁷² O *imbecilitus sexus*, categoria à qual pertenciam mulheres, crianças e doentes mentais (RIBEIRO, 2011)

5.1.1. Raízes e legados das Artes Liberais

Com esta introdução sobre o período jesuítico no Brasil colonial minha intenção, além da compreensão da gênese dos movimentos educacionais, foi buscar a inserção do estudo das Humanidades, aqui também referidas como *letras* no universo escolar brasileiro. Interessava-me sua relação com as mais recentemente chamadas Artes Liberais. Termo e expressão reconhecidamente polissêmicos, as artes⁷³ e as Artes Liberais vêm galgando posições de destaque nas discussões sobre o papel e a formação do gestor – daí meu interesse.

O texto de Ferreira Jr. e Bittar (2012) - *Artes liberais e ofícios mecânicos nos colégios jesuíticos do Brasil colonial* – vai ao encontro dos argumentos que busco construir. Além de reforçar a diferença que fica mais patente em língua inglesa – *arts* e *crafts*⁷⁴, sua pesquisa me autoriza à aproximação declarada acima:

Portanto, o ideal pedagógico era formar alunos para o **pleno domínio das artes liberais (humanidades)** por meio da língua latina. Tal vocação estava ligada ao contexto histórico em que transcorreu a formulação do *Ratio Studiorum*, isto é, o convulsionado século XVI das reformas religiosas. Foi então que a educação fundada nas chamadas humanidades (história, poesia, geografia, política etc.), com base nas obras filosóficas e literárias do período clássico greco-romano (Virgílio, Horácio, Cícero, Luciano, Ovídio e outros), consolidou o latim como a língua oficial da cristandade fiel ao papado num duplo sentido: língua sagrada do catolicismo apostólico romano, mantendo fidelidade à versão bíblica denominada *Vulgata latina*, e língua do humanismo renascentista. (FERREIRA JR.; BITTAR, 2012, p.701).

No estudo exploratório sobre relação com a formação gerencial que me instigava há algum tempo, empreendi a pesquisa inicialmente nas chamadas *Liberal Arts* no contexto americano. Useem (1989, p. xvi) define como *liberal arts graduate* aquele que detém "*a four year undergraduate degree in the humanities, social sciences or natural sciences (including physics, chemistry, biology and mathematics)*".

⁷³ Às quais venho me referindo nesta pesquisa com o constructo "arte *stricto sensu*".

⁷⁴ Os autores desenvolvem argumentos no sentido de explorar uma outra face da atuação pedagógica jesuítica no Brasil: o ensino de ofícios manuais. Nas terras do Novo Mundo, a missão jesuítica, instalada em um complexo composto de fazendas, colégios, residências e igrejas necessários à evangelização, precisou organizar também oficinas de artes mecânicas anexas para fabricar as manufaturas essenciais que garantissem a sua existência.

Os cursos em *Liberal Arts* são ministrados nos chamados *colleges* isolados ou em *colleges* dentro de universidades⁷⁵. A titulação é em *arts and sciences*, embora, segundo o autor, *liberal arts* ou outras variantes sejam também comuns, conforme consenso na educação superior.

Em 1958, Charles Nelson, já discutia em artigo da *Harvard Business Review*, os benefícios em termos aquisição e amplitude de conhecimentos e os possíveis riscos em associar *Liberal Arts* à formação de executivos – uma vez que se tornarão propensos a propor maiores mudanças.

Useem (1989) relata que grande parte dos cursos de *business* ou engenharia incentivam seus alunos a cursarem disciplinas em *Liberal Arts*, enquanto enfatizam a importância das humanidades. Em pesquisa com empresas e executivos americanos, que contratam ou possuem equipes com formação em *Liberal Arts*, o autor encontrou forte presença dessa formação em altos executivos. Destacou ainda a propensão da maior parte dos gestores em valorizar habilidades de comunicação, capacidade de liderança, inovação, cuidados éticos e saber lidar com pessoas, nos egressos de cursos que envolviam as *Liberal Arts*.

O tema tem envolvido diversas manifestações.

Em 2004, um simpósio da divisão *Critical Management Studies* da *Academy of Management*, associação que reúne pesquisadores e estudantes em Administração de 115 países, teve como tema *The Arts and Liberal Arts in Management: Beyond the Rational Functionalist Model*. Ali, participantes eram estimulados a apresentar exemplos e discussões sobre a aproximação das artes e das *Liberal Arts* com a formação do gestor. Temas como teatro, poesia, literatura, metáforas, dentre outros eram estimulados como alternativas às abordagens racional-funcionalistas tradicionais, no sentido de formar gestores mais críticos e reflexivos.

No contexto da mídia americana, entretanto, Cohen (2009) questionava se uma educação elitista e que não preparasse para uma carreira específica teria espaço em situações de crise. No artigo *In Thought Times, the Humanities Must Justify Their Worth*, a autora expunha a necessidade de executivos, engenheiros e cientistas para atuação em diversas áreas deficientes da então economia americana. Manifestava-se ainda sobre a necessidade das

⁷⁵ Como exemplo, o autor cita: na Universidade de *Washington* a unidade é chamada *College of Arts and Sciences*, enquanto na Universidade de *Michigan*, curso é oferecido no *College of Literature, Science and the Arts*.

Humanidades saírem de sua *Ivory Tower* para se envolverem com valores econômicos do dia a dia.

No Brasil, a Revista Ensino Superior da UNICAMP veicula textos relacionados às *Liberal Arts* – de autores brasileiros ou não: O artigo de Pécora (2011) é uma resenha do livro *Not for Profit: Why Democracy Needs the Humanities*, de Martha Nussbaum, onde a autora critica as tentativas de reduzir a educação à capacitação para o negócio, destacando o papel do que chama de *capabilities*, que seriam aptidões individuais tomadas como base para uma política educacional mais justa e inclusiva. A base das Humanidades ali defendida é uma educação generalista, que leve o aluno a pensar criticamente e à compreensão do 'outro'. No mesmo veículo, Peterson (2011), após argumentar que a educação liberal vinha sendo deixada de lado em prol de disciplinas voltadas para o mercado, ressalta o impacto por ela sofrido com o crescimento da pós-graduação e o que julgava ser a excessiva departamentalização do conhecimento. Identifica, entretanto, após os anos 60, uma retomada das discussões sobre amplitude e maior aprofundamento nos programas acadêmicos, bem como iniciativas de expansão desses cursos para além do continente americano. De Strauus (2012) a revista republicou discurso proferido quando da cerimônia de graduação de programa de Educação Liberal para adultos e concebendo-a, à época, como um antídoto para a cultura de massa.

O breve relato e a pesquisa exploratória sobre o tema *Liberal Arts* nos autoriza a algumas aproximações e conclusões:

- O tema não é suficientemente disseminado ou adotado no Brasil atual, onde a prioridade parece ser para capacitações que se voltem para resultados e para o mercado;
- Em 1965, Newton Sucupira, então parte do grupo de intelectuais que compunha o Conselho Federal de Educação, foi responsável pelo parecer 977/65, que orientava sobre os cursos de pós-graduação no Brasil. Ali, complementando definição legal, esclarece dúvidas sobre denominações então utilizadas e reforça sua interpretação para cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*. Ao demonstrar a inspiração para estes últimos, refere-se às universidades norte-americanas e às titulações Bachelor (ou Master) of Arts e Bachelor (ou Master) of Science: B.A./M.A. e B.Sc/ M.Sc, argumenta que "seria de todo inconveniente adotar a expressão Mestre das Artes (M.A.) uma

vez que o termo Artes perdeu, entre nós, a significação primitiva de artes liberais, isto é, o conjunto das disciplinas científicas e literárias que formavam o conteúdo da Faculdade das Artes da Universidade Medieval" (Parecer 977/65)

- Por outro lado, é comum encontrar-se informalmente referência às titulações Master of Arts (M.A.) e Master of Science (M.S. ou M.Sc), especialmente esta última;
- Não encontramos divulgados nas IESs brasileiras, menção a algum programa que se estruture nos moldes das *Liberal Arts*. Podemos dizer, entretanto, que a maior aproximação a que podemos nos referir são as chamadas abordagens generalistas nos cursos que se intitulam multi ou interdisciplinares;
- Ao sinalizar para abordagens alternativas ao *mainstream* da administração e buscar maior distinção no conhecimento acadêmico e no saber mais amplo (PAES DE PAULA, 2008) o atual momento dos estudos em Administração parece sinalizar para uma aproximação maior com o que tradicionalmente englobavam as chamadas Humanidades;

5. 2. Da tendência humanista às articulações tecnicistas

Os jesuítas e sua Companhia de Jesus mantiveram-se no Brasil até 1759. As causas de sua expulsão foram ao mesmo tempo políticas e ideológicas: detentores de poder econômico e riquezas cobiçadas pela coroa, foram considerados empecilho aos interesses do Estado Moderno e às transformações que estavam por vir. Um novo homem, não mais o homem cristão, mas o homem burguês, começava a ganhar espaço na sociedade, exigindo nova filosofia de vida e nova formação (SHIGUNOV NETO; MACIEL, 2008).

A partir da segunda metade do século XVIII tem início o período de reformas lideradas pelo Marquês de Pombal – primeiro ministro português que buscou recuperar a economia modernizando a cultura portuguesa e concentrando o poder real. Sob a influência e o exemplo da Inglaterra, já uma nação burguesa e industrial, Pombal buscava colocar o reinado português em condições econômicas de competir com as nações estrangeiras, e essa era a mais forte razão de suas reformas (SECO; ANANIAS; FONSECA, 2006)

Em relação à educação, com a extinção dos colégios jesuítas, a reforma de Pombal buscou uma proposta educacional consistente mediante a aprovação do chamado Alvará Régio em 1759, primeiro esforço para manter a continuidade do trabalho pedagógico interrompido pela expulsão dos jesuítas voltando-o, entretanto, a novos objetivos. O ensino em Portugal e suas colônias passa a ser dirigido e mantido por um poder central a fim de corresponder aos fins da ordem civil. Esta ingerência do Estado na educação faz parte dos processos político-sociais de consolidação dos Estados Nacionais europeus que começa a ganhar vulto neste período.

A reforma pombalina atingiu especialmente as classes abastadas. Buscando formar o nobre, simplificou os estudos, abreviou o tempo do aprendizado de latim, e facilitou o ingresso nos cursos superiores, imprimindo-lhe natureza científica e tornando os estudos mais práticos.

Apesar de outras reformas pontuais tais como a criação de um imposto para a manutenção do ensino primário e secundário⁷⁶ e das chamadas aulas régias, que viriam a substituir o ensino da religião - sendo a primeira experiência de ensino promovida pelo Estado na história brasileira, a saída dos jesuítas da colônia significou, entretanto, "a primeira grande e desastrosa reforma de ensino no Brasil" (SECO; ANANIAS; FONSECA, 2006, p.70).

Seco, Ananias e Fonseca (2006) lembram que, apesar da denominação de cursos, muitos deles correspondiam a aulas, de organização isolada. Embora ocorrendo em alguns aspectos, a ruptura com o ensino jesuítico colonial não foi total, não havendo reformulações maiores no primeiros níveis escolares, onde a maioria dos cursos seguia ainda padrões literários (retóricos) e não científicos.

Esse período, entretanto, implantou as raízes do que viria a ser a estrutura do ensino imperial, composta dos três níveis – o primário, o secundário e o superior.

A vinda da Família Real e da Corte Portuguesa para o Brasil trouxe profundas modificações e evolução cultural para a colônia, especialmente no campo educacional.

A vinda da Corte trouxe a necessidade de suprir deficiências coloniais para a instalação da sede da administração do Reino. Entretanto, quanto à administração escolar praticamente nada mudou em relação ao período anterior:

⁷⁶ O denominado "Subsídio Literário", que permitiu que o ensino público fosse financiado pelo Estado e para o Estado (SECO; ANANIAS; FONSECA, 2006)

[...] as aulas avulsas continuavam sendo organizadas, fiscalizadas e controladas pelo poder central, representado pelo Diretor Geral dos Estudos, nos níveis primário e secundário, sendo que no nível superior havia os diretores, que eram os próprios professores dos cursos superiores que se submetiam diretamente às ordens do governo, o Imperador (SECO; ANANIAS; FONSECA, 2006, p.70).

O período imperial foi uma fase de significativas rupturas políticas e socioculturais que levou a educação novamente à prioridade das discussões, devido à necessidade de formação de quadros administrativos, de formação de uma nova elite burocrática e de constituição de uma estrutura mínima educacional que trouxesse modernidade à sociedade

Neste momento, retornamos a Miguel (2007) em seu trabalho sobre as tendências e instituições que imprimiram sua marca na história da educação no Brasil. A partir da fase da administração do Marquês de Pombal a centralização no Estado é nítida. Já na segunda metade do século XIX, mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais capitaneadas pelo incremento da lavoura cafeeira fizeram surgir duas classes sociais: a burguesia industrial e o operariado, para quem a educação revestiu-se de maior importância. Além de novas oportunidades de cargos abertas com o comércio e as instituições financeiras, a educação torna-se responsável pela redução das diferenças entre a elite e o povo. E a escola torna-se a formadora do homem produtivo, nela começando o mercado a imprimir sua marca.

Na classificação elaborada por Saviani⁷⁷ (1987, citado por MIGUEL, 2007), a história da educação pode ser apresentada levando em conta os fundamentos da Filosofia da Educação em cada época, bem como as correspondentes concepções de homem e de mundo que a influenciaram. Assim, embora os períodos sejam aproximados e as fases não sejam homogêneas e fixas, houve, segundo o autor:

- do século XVI até 1930 – predomínio da tendência humanista tradicional;
- de 1930 a 1945 – equilíbrio entre as tendências humanista tradicional e humanista moderna;
- de 1945 a 1960 – predomínio da tendência humanista moderna;
- de 1960 a 1968 – crise da tendência humanista moderna e articulação da tendência tecnicista

⁷⁷ SAVIANI, D. Tendência e correntes da educação brasileira. In: MENDES, Durmeval Trigueiro (Coord.). **Filosofia da educação brasileira**. 3 ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987. p. 19-47.

- a partir de 1968 – predomínio da tendência tecnicista e a concomitante emergência de críticas à pedagogia oficial e à política educacional que busca implementá-la (SAVIANI, 1987, p. 33)

A década de 20 caracterizou-se por reformas que consistiam em propostas de "alfabetização, transmissão de conhecimentos básicos de História, Geografia e Ciências Naturais, aquisição de hábitos de higiene e formação moral, com ênfase em Trabalhos Manuais (trabalhos de agulha para as meninas e pequenos trabalhos com madeira para os meninos)" (MIGUEL, 2007, p.79). Interessante notar que esses trabalhos não eram mais destinados a desenvolver habilidades, mas sua ênfase passou a ser a formação de hábitos de disciplina para o futuro cidadão e trabalhador.

A industrialização transformou a família patriarcal ao retirar do ambiente doméstico mulheres e crianças. Uma nova pedagogia, a Pedagogia da Escola Nova, consolidou-se em sintonia com a sociedade moderna voltada para o desenvolvimento do homem produtivo e do trabalho eficiente, da interiorização de normas otimizadas em termos de tempos e movimentos e da valorização da perspectiva científica do trabalho humano (MIGUEL, 2007; VIDAL, 2011).

Iniciada na Europa, propagando-se para os Estados Unidos - que após a segunda guerra mundial firma-se como país capitalista hegemônico - e daí para a América Latina, a Escola Nova teve como inspirador entre nós o americano John Dewey (1859-1952) e a adesão no Brasil de humanistas e figuras respeitáveis de nossa história pedagógica, como por exemplo Anísio Teixeira (1900-1971).

Vidal (2011) afirma que apesar do discurso renovador da Escola Nova ter produzido enunciados que desqualificavam o "tradicional", seu "novo" era, no entanto, uma apropriação de modelos anteriores ressignificando materiais e métodos (VIDAL, 2011, p.497). Seu mérito, entretanto, estava em discutir o pensamento exógeno e investigá-lo sob a ótica da criança e do adolescente brasileiros.

Nessa concepção de educação, o professor passa a ser visto como aquele que utilizaria o método científico na sua tarefa educativa, levando para a sala de aula experiências do campo pedagógico. Dele seria exigido não apenas vocação, mas uma formação mais sólida, a fim de ser um 'facilitador' da aprendizagem do aluno - este sim, o principal foco do modelo.

Miguel (2007) reconhece que, embora tendo convivido com a estrutura patriarcal e oligárquica e, conseqüentemente, com o Humanismo Tradicional, a Escola Nova, apesar de ter negociado muitas de suas teses, conseguiu avanços incontestáveis que marcaram a história da educação e abriram-lhe novo rumo.

Ao finalizar a classificação apresentada, a autora destaca a articulação da tendência tecnicista que, ao passar a dominar a educação brasileira, desloca o sujeito da educação: se na tendência Humanista Tradicional o sujeito é o professor e na tendência Humanista Moderna o aluno, no Tecnicismo o sujeito desloca-se para a técnica, em virtude de mudanças no contexto socioeconômico e político. Assim, "sob influência americana, viabilizada pelos acordos MEC-USAID⁷⁸, adotou-se a concepção do homem enquanto recurso humano" (MIGUEL, 2007, p.82).

Aliada à abordagem taylorista de trabalho, a concepção do homem como capital/ recurso humano, mudou o sistema educacional. As mudanças expressas na legislação educacional resultaram em novas mudanças estruturais em todos os níveis: "[...] os conteúdos, a formação de professores, a relação professor-aluno, os métodos e as técnicas de ensino. Mas, modificou, sobretudo, os objetivos da educação nacional, atrelando-a definitivamente ao mercado de trabalho voltado para o capital internacional" (MIGUEL, 2007, p.82).

5.3. Considerações sobre a institucionalização dos cursos superiores no Brasil

As instituições de ensino superior no Brasil apenas foram criadas no início do século XIX. Antes disso, estudantes da elite colonial portuguesa deslocavam-se até a metrópole para frequentar a Universidade de Coimbra e graduarem-se em Teologia, Direito Canônico, Direito Civil, Medicina e Filosofia. Confiada aos jesuítas, a Universidade tinha como uma de suas missões a unificação cultural do império português. Fávero (2006) ressalta que pode-se inferir que Portugal exerceu, desse modo, profunda influência na formação de nossas elites, inibindo iniciativas de independência cultural e política da Colônia.

Em 1808, com a transferência da corte portuguesa para o Brasil, algumas escolas são criadas, sendo, entretanto, de caráter profissionalizante. É o caso do Curso de Cirurgia, Anatomia e Obstetrícia em Salvador. Com a transferência da Corte, o Rio de Janeiro

⁷⁸ Série de acordos produzidos, nos anos 1960, entre o Ministério da Educação brasileiro (MEC) e a *United States Agency for International Development* (USAID). Visavam estabelecer convênios de assistência técnica e cooperação financeira à educação brasileira (http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_mec-usaid%20.htm acesso em 01/11/2014)

passa a sediar uma Escola de Cirurgia, Academias Militares, a Escola de Belas Artes, além do Museu Nacional, Biblioteca Nacional e Jardim Botânico. Ambos os centros médicos deram origem às futuras faculdades de Medicina da UFBA e da UFRJ respectivamente.

Somente em 1915 as primeiras faculdades brasileiras foram criadas: Medicina, Direito e Politécnica; eram independentes umas das outras e de orientação profissional elitista. Seguiam o modelo de estrutura de poder baseado em cátedras vitalícias: o catedrático, "lente proprietário" (OLIVE, 2002, p.32) que dominava um campo do saber, escolhia seus assistentes e ficava durante toda a vida no topo da hierarquia acadêmica. Em 1920, a instituição da Universidade do Rio de Janeiro (URJ) reuniu as três unidades sem maior integração entre elas. Apesar das restrições, entretanto, foi a primeira Universidade criada legalmente pelo governo federal e teve o mérito, segundo Fávero (2006), de intensificar o debate sobre o problema universitário no país, iniciado anteriormente e fortalecido pela Academia Brasileira de Ciências (ABC) – criada em 1916, e pela Associação Brasileira de Educação (ABE) – criada em 1924.

As lutas pela configuração e pela melhor proposta para um modelo universitário brasileiro seguiram-se a partir daí. A partir dos anos 30 acentuam-se, devido às tendências políticas, as medidas de centralização. Nesse contexto, é criado o Ministério da Educação e Saúde onde, em 1931, com primeiro titular, Francisco Campos, é aprovado o Estatuto das Universidades Brasileiras, que vigorou até os anos 60. Questões como a integração de escolas ou faculdades na estrutura universitária, a cátedra como unidade operativa de ensino entregue a um professor, a maior ou menor autonomia universitária, foram questões que permearam o período.

Pressões para a manutenção da atuação da Igreja Católica como formadora do caráter humanista do estudante universitário – no caso ainda a elite brasileira faziam parte dos projetos discutidos. Nos anos 30, a Igreja manifestava interesse em criação de uma universidade independente do Estado que oferecesse cursos nas áreas humanas com base em princípios ético-religiosos da moral católica. Olive (2002) relata a força dessas manifestações e seu resultado, com a obtenção por decreto, da autorização para a primeira universidade católica no Brasil, sendo-lhe outorgado no ano seguinte, pela Santa Sé, o título de Pontifícia.

Do lado dos defensores do ensino leigo, público e liberal, Anísio Teixeira – então Diretor de Instrução do Distrito Federal, criou, em 1935, através de Decreto Municipal, a Universidade do Distrito Federal, de breve existência devido provavelmente ao clima

político autoritário existente à época no país. Extinta no ano de 1939, seus cursos foram transferidos para a então Universidade do Brasil, mais tarde denominada Universidade do Rio de Janeiro.

Os anos 60 presenciaram a ingerência autoritária dos militares nas universidades, afastando, inclusive, grande número de professores. Por outro lado, havia discussões sobre reforma universitária que vinham sendo gestadas até então, com reivindicações de professores e demandas de estudantes e postulantes a estudantes universitários. A decorrente Lei n. 5540/68, dentre outras medidas, extinguiu as antigas cátedras, substituindo-as por departamentos com chefias de caráter rotativo; constituía o sistema de créditos; criava o ciclo básico; estabelecia a indissociabilidade entre atividades de ensino, pesquisa e extensão; fixava o regime de tempo integral e a dedicação exclusiva; e, finalmente, valorizava titulação e produção científica.

Ao propiciar a profissionalização dos docentes, essa legislação criou condições propícias para o desenvolvimento de atividades científicas e da pós-graduação no país.

Contrariando expectativas quanto à expansão do ensino público, o aumento de vagas se deu com o crescimento do setor privado, tendo sido criadas inúmeras faculdades isoladas após 1968. Assim, em regiões de maior demanda como a periferia de grandes metrópoles e cidades de médio porte do interior de estados mais desenvolvidos, a expansão atingiu tal nível que, em 1980, mais da metade dos alunos do terceiro grau matricularam-se em estabelecimentos isolados, 86% em universidades privadas.

As reformas estruturais não atenderam a várias reivindicações das propostas sobre a universidade. Dentre suas maiores críticas incluem-se a tentativa de inviabilizar um projeto de universidade crítica e democrática. Por outro lado, a Reforma Universitária propiciou a tecnificação do ensino e a criação de uma mão de obra especializada, pronta para atendimento às multinacionais e à expansão capitalista (GERMANO, 1994; CHADDAD; CHADDAD, 2010).

Os debates para a promulgação da Constituição Federal de 1988 pareceram ser um espaço de discussões para grupos que se opunham aos rumos então impostos à educação na legislação do período militar. Assim, embora a defesa da educação pública pudesse mais abertamente manifestar-se pela destinação de verbas, por outro lado, um forte grupo ligado ao setor privado buscava diminuir a interferência do Estado nos negócios educacionais e também

candidatar-se às verbas públicas. A autonomia universitária foi assegurada, bem como a indissociabilidade de atividades de ensino, pesquisa e extensão em nível universitário.

A conseqüente Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em sua versão pós Constituição de 1988, dentre suas medidas mais marcantes, introduziu a avaliação dos cursos de graduação – o chamado Provão - e das instituições de ensino superior, condicionando futuros credenciamentos e reconhecimentos ao desempenho mensurado. A autonomia conquistada exige que a IES tenha, no mínimo, um terço de seus professores com titulação de mestre ou doutor e um terço contratado em tempo integral. Melhorias na qualificação, condições de trabalho, avaliações periódicas e credenciamento a elas atrelado foram condições para a institucionalização da pesquisa nas IES.

5.4. Ensino, pesquisa e as atividades da pós-graduação em Administração

Se a pesquisa é geradora ou produtora de conhecimento, o ensino consiste primordialmente em transmitir os conhecimentos adquiridos e acumulados em determinada área. Bertero (2006) enfatiza a importância de ambos estarem combinados para que o ensino transmita o conhecimento acumulado pela pesquisa.

Embora o ato de administrar seja antigo na história da humanidade, sua transformação em objeto de escolarização – especialmente no interior de universidades – é relativamente recente. Tanto Estados Unidos, com a Wharton School, quanto a França, com a École des Hautes Études Commerciales – ambos no século XIX – reivindicam sua introdução.

Nos EUA, a educação em administração de empresas instalou-se na universidade - fato só ocorrido na Europa após a Segunda Guerra Mundial. As *business schools* foram criadas como desdobramentos dos departamentos de economia ou mesmo como novas escolas no interior dos *campi*. Os programas surgiram, entretanto, na *graduate school*, ou seja, como cursos de pós-graduação, na condição de mestrados profissionais; esta é a origem do *Master of Business Administration (MBA)*.

Logo após, com a expansão dos cursos de graduação em administração, as grandes universidades passaram a manter ambos os níveis: a graduação em quatro anos e o MBA em dois anos, em regime de tempo integral. Os cursos de doutorado, criados a seguir, chamaram-se inicialmente *Doctor of Business Administration (DBA)* ou *Doctor of Commercial Sciences (DCS)*, em Harvard, para posteriormente adotarem também a denominação *Philosophy Doctor (PhD)*.

Quanto à administração pública, sua gênese foi nos departamentos de *government* – nome dado a um conjunto de disciplinas que incluía sociologia política, história americana, direito público e constitucional, e organização do governo. Os programas preparavam para carreiras no funcionalismo público, dando origem às escolas de administração pública ou *public affairs*, diferentes das *business schools* em termos de inspiração e objetivos.

Durante o século XX, não apenas os EUA se consolidaram como grande potência, como houve um grande crescimento do ensino de administração. O que se conhece no mundo como *management* é, em grande parte, criação norte-americana, cujos autores são mundialmente traduzidos e adotados.

O Brasil foi um dos primeiros países a escolarizar a Administração com cursos, escolas, departamentos e faculdades, movimento que se inicia em São Paulo, com a administração de negócios e no Rio de Janeiro, com a administração pública. O processo percorrido pela disciplina nos EUA é aqui reproduzido, com forte influência daquele país: após a Segunda Guerra Mundial um grande otimismo em relação ao futuro pregava uma "nova ordem" que implicava em modernizar tanto o mundo empresarial quanto o aparato administrativo público (BERTERO, 2006; FADUL; MAC-ALLISTER DA SILVA, 2008).

Alcadipani e Bertero (2012) identificam o desenvolvimento e difusão do pensamento e do ensino do *management* com o período da Guerra Fria, que teria exercido sua influência desde o final da Segunda Guerra Mundial até o colapso da União Soviética em 1991. Nesse contexto histórico e econômico específico, a forma específica de administrar - que passa a ser denominada *management*, preza a eficácia, a eficiência e a maximização de resultados; auxilia o desenvolvimento do projeto de supremacia masculina e influencia sua formação como uma área de conhecimento pragmática, orientada por uma lógica empiricista, tecnocrática e supostamente neutra em termos políticos (COOKE⁷⁹, 1999, citado por ALCADIPANI; BERTERO, 2012).

Em que pese as iniciativas desse período terem ocorrido no âmbito de instituições de ensino superior, "estudos sistemáticos de administração" (PIZZINATTO, 1999, p. 175) no Brasil já eram identificados desde 1930 no âmbito do Instituto de

⁷⁹ COOKE, B. Writing the left out of Management theory: the historiography of the management of change. **Organization**. v.6, n.1, p. 81-105, 1999.

Organização Racional do Trabalho (IDORT) e 1931, no Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), cuja Escola de Serviço Público data de 1938⁸⁰.

No Rio de Janeiro, com a assistência técnica da Organização das Nações Unidas, é criada, em 1952, a Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP), no âmbito da Fundação Getulio Vargas. Seu currículo enfatizava a modernização da sociedade brasileira à época, bem como o desenvolvimento econômico e social do país. O currículo da Escola preparava o preenchimento de cargos no serviço público com base em um sistema de mérito. Incluía formação em ciências sociais e disciplinas funcionais da administração. Inicialmente apenas curso de graduação, a EBAP desenvolveu programas de pós-graduação e em incorporou também o ensino da administração de empresas, alterando seu nome, a partir de 2002 para Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE)

Em São Paulo, o ensino da administração de empresas ou negócios teve início na década de 40 com a Escola Superior de Administração e Negócios (ESAN), criada por um padre jesuíta que se beneficiava de seu contato com a Harvard Business School. Junto à ESAN foi criada a Faculdade de Engenharia Industrial (FEI) e a mantenedora de ambas – e, até hoje, de outras instituições de ensino – a Fundação de Ciências Aplicadas (FCA). O pano de fundo para essas iniciativas era o lema de que a educação deveria ser "um caminho e um instrumento para o desenvolvimento" (BERTERO, 2006, p.6).

Em 1954, cumprindo compromisso assinado no ano anterior entre a Fundação Getulio Vargas e a CAPES, um acordo entre a FGV e o governo brasileiro de um lado e o governo norte-americano e a Michigan State University de outro⁸¹, foi o passo inicial para a

⁸⁰ Barros (2014), Nicolni (2003), Peres (2011) buscaram encontrar antecedentes dos cursos superiores de Administração brasileiros nas Escolas de Comércio do século XIX. Embora tenham relatado a baixa quantidade de material disponível com este viés, os autores apontam a relação do futuro bacharelado em Administração com os momentos históricos característicos da estruturação econômica do país. Daí, a criação de cursos comerciais, sua organização em ramo de ensino secundário, o curso técnico em administração a consequente possibilidade de ingresso em estabelecimento de ensino superior e a trajetória de institucionalização dos cursos superiores em Administração seriam temas que poderiam estar relacionados, carecendo, portanto, de maior investigação.

⁸¹ O acordo com os norte-americanos parece ter sido decidido em meio à disputa pelas diretrizes na constituição do campo: Alcadipani e Bertero (2012) revelam que, tendo como pano de fundo o projeto do nacional desenvolvimentismo, teriam ocorrido, em momento anterior – 1944 - entendimentos entre a FGV e o conde Francisco Mattarazzo, empresário que tinha interesse em criar escola similar. Os autores revelam, entretanto, após exame de atas de reuniões de Congregação e do Conselho de Administração da FGV à época, que um dos itens principais para o entrave das negociações era a escolha do modelo a ser seguido: o conde não desejava que a orientação acadêmica fosse controlada pelos norte-americanos, mas sim pela escola de negócios denominada Institui Bocconi di Milano. Segundo relatos contidos nas atas, o modelo europeu foi considerado "atrasado" frente ao discurso do *management*, tido como mais moderno que a alternativa europeia. Cabe notar que a modernização de países como forma de combate ao comunismo era um dos pontos recorrentes do discurso norte-americano na Guerra Fria, posicionando o país como o mais inovador modelo a ser seguido (ALCADIPANI; BERTERO, 2012).

criação da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP), cuja escolha já demonstrava a importância da cidade em termos de crescimento e base eminentemente industrial.⁸²

Como era de praxe na época, a universidade americana enviou uma missão que permaneceu no Brasil por cerca de dez anos, implantando a escola. O primeiro curso criado foi de educação executiva, seguido da graduação e da pós-graduação. O currículo de graduação da EAESP foi posteriormente modelo para diversos cursos no país. Com quatro anos de duração, os dois primeiros anos eram dedicados às disciplinas de base, introdutórias: naquele momento, eram privilegiadas as ciências sociais - "também recentemente chegadas ao Brasil pelo momento que o país atravessava" (BERTERO, 2006, p.7), tais como sociologia, ciência política, psicologia, direito e economia. Enquanto isso, os dois últimos anos eram dedicados às disciplinas funcionais da administração: finanças, vendas administração de pessoal, contabilidade, etc.

Ainda em São Paulo, foi criada em 1946, dentro da Universidade de São Paulo (USP), a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (FCEA), onde o estudo da administração tinha papel secundário, sendo os dois cursos iniciais Ciências Econômicas e Ciências Contábeis e Atuariais. O fortalecimento da administração foi fruto de uma reforma estrutural interna, em 1964, que reorganizou a Faculdade em cinco graduações distintas: Ciências Econômicas, Ciências Contábeis, Ciências Atuariais, Administração de Empresas e Administração Pública. Em 1969, a Reforma Estrutural da USP muda o nome de FCEA para Faculdade de Economia e Administração (FEA) subdividindo-a em departamentos de Economia, Administração e Contabilidade (USP, 2013). Bertero afirma que o curso, assim como o da EAESP, era abrangente em termos de conteúdo e que "as duas escolas paulistas acabaram por abeberar-se na mesma fonte norte-americana" (BERTERO, 2006, p.8).

Assim, dois grandes eixos norteavam a formação do administrador nos primeiros cursos. O primeiro era a ênfase na administração como profissão modernizadora. Até os anos 50, a proposta de que cursos de graduação deveriam formar administradores profissionais soava estranha no Brasil pois havia o entendimento de que administrar uma empresa cabia aos herdeiros – não importando exatamente suas qualificações. Na área

⁸² Estudo de Covre (1981) discute a posição da EAESP próxima aos interesses de classes dominantes. Referindo-se à Escola como sendo de "vanguarda" na defesa dos interesses dominantes (COVRE, 1981, p 89), a autora ressalta a formação de bons profissionais, no sentido de candidatos a cargos mais importantes na empresa – e para o funcionamento do sistema socioeconômico, o que pressupõe uma clientela de bom nível intelectual, ou seja, de nível socioeconômico privilegiado.

pública, as resistências eram menores. Entretanto, foram as demandas por treinamento escolarizado, aliadas ao fato das empresas estarem crescendo, ao aumento da competitividade e à necessidade de melhores desempenhos, que ampliaram as exigências de escolarização e de conhecimentos adquiridos além da experiência e do bom senso. A imagem do administrador profissional passa a ser associada à modernidade, à mudança e ao alinhamento com o chamado Primeiro Mundo. O segundo eixo era o embasamento nas ciências sociais, que já haviam conquistado lugar de destaque nas universidades europeias e norte-americanas por volta dos anos 30. No Brasil, o interesse decorre da possibilidade de fornecerem nova maneira de se entender o país e suas peculiaridades, bem como de evitar que o curso de graduação se tornasse meramente instrumental ou um conjunto de técnicas vinculadas a áreas funcionais. Assim, diversos cientistas sociais que forneciam interpretações da realidade brasileira – tais como Celso Furtado, Caio Prado Junior, Florestan Fernandes, etc. – foram fartamente consumidos na formação dos primeiros administradores.

Os currículos parecem ser um ponto importante na disputa pela definição do que é um administrador e como deve ser sua formação. Embora sendo a EAESP inspiração para os currículos das demais escolas, nos anos 60, um outro agente, o então Conselho Federal de Educação, através do Parecer nº 307, de 08/07/1966, fixa o primeiro **currículo mínimo** do curso de Administração no Brasil. Seu referencial era a legislação que, no ano anterior havia regulamentado a profissão de técnico de administração no país, a Lei n.º 4.769, de 09/09/1965. Junto ao perfil do profissional, a mesma Lei cria o Conselho Federal de Técnicos de Administração (C.F.T.A.) e os Conselhos Regionais de Técnicos de Administração (C. R. T. A) e define seus direitos, prerrogativas e deveres:

- elaboração de pareceres, relatórios, planos, projetos, arbitragens e laudos, em que se exija a explicação de conhecimentos inerentes às técnicas da organização;
- pesquisas, estudos, análises, interpretação, planejamento, implantação, coordenação e controle dos trabalhos nos campos de administração e seleção de pessoal, organização, análise, métodos e programas de trabalho, orçamento, administração de materiais e financeira, relações públicas, administração mercadológica, administração da produção, relações industriais, bem como outros campos em que estes se desdobrem ou com os quais sejam conexos;
- exercício de funções e cargos de Técnicos de Administração do Serviço Público Federal, Estadual, Municipal, Autárquico, Sociedades de Economia Mista, empresa estatal, paraestatal e privada, em que fique expresso e declarado o título do cargo abrangido;
- o exercício de funções de chefia ou direção, intermediária ou superior, assessoramento e consultoria em órgãos, ou seus compartimentos, da Administração Pública ou de entidades privadas, cujas atribuições envolvam principalmente a aplicação de conhecimentos inerentes às técnicas de administração;

- o magistério em matérias técnicas do campo de administração e organização (PIZZINATTO, 1999, p.176).

Pizzinatto (1999) relata a prevenção dos que atuavam na área com relação ao título de técnico. Nesse período, o CFTA iniciou movimento que culminou com a Lei 7.321 de 16/06/1985, que substituiu *técnico em administração* por *administrador* – sem alterar, entretanto, sua atividade profissional.

As matrículas nos cursos continuavam a crescer, demonstrando que o modelo de desenvolvimento à época requeria um administrador gestor do capital, profissional que fosse capaz de enfrentar a realidade de expansão, bem como seu processo de centralização e burocratização.

Nos anos 80, a então Secretaria de Educação Superior do MEC criou um grupo de trabalho para produzir um anteprojeto que tratasse da reformulação curricular dos cursos de administração a fim de submetê-lo à apreciação de universidades, associações de profissionais e demais grupos de interesse. Nesse momento nota-se o forte papel de dois agentes:

- O CFA, que promoveu seminário nacional, na tentativa de rever o currículo único e difundir entre as instituições de ensino superior o currículo pleno, seja para atender ao mercado de trabalho, seja para mudar o enfoque da atuação do administrador "de solucionador de problemas, reprodutor de forças produtivas e das relações sociais, para produtor de novas relações sociais" (PIZZINATTO, 1999, p. 178); e
- A Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração (ANGRAD), criada em 1991 Atualmente, seus sócios institucionais somam mais de 800 IESs - representando mais da metade do universo destas com cursos de Administração - e, os sócios individuais, que totalizam aproximadamente 600. Os contatos nas IESs envolvem, no mínimo, 4 profissionais: Diretores do Curso, Coordenadores e dois Professores. Há, portanto, o envolvimento de no mínimo 4 profissionais por IES, além dos sócios individuais.

Prestes Motta (1983) e Covre (1981) associaram os cursos da Administração não apenas ao avanço das grandes empresas modernas cujos sistemas de produção exigiam o

técnico – administrador, mas também aos anseios de ascensão social da baixa classe média. Barrado dos vestibulares das grandes escolas, que pressupunham cursos anteriores em bons – e caros – colégios, este grupo constituiria o público por excelência das “faculdades de bairro”, ou “caça-níqueis” (PRESTES MOTTA, 1983, p. 54) ⁸³.

Os autores criticavam os rumos das escolas de administração no Brasil, cujos melhores cursos lembravam "cursos norte-americanos de 15 anos passados", que se baseavam na crença aos benefícios do desenvolvimento capitalista e produziam uma "visão monolítica do administrador" (PRESTES MOTTA, 1983, p.53). O autor apontava a transmissão de uma ideologia 'managerialista' que carecia de informações a respeito de relações de trabalho, dimensões internacionais da administração, informática e transferência de tecnologia. Ressaltava ainda as dificuldades dos docentes, seja pelos baixos salários, seja pela ausência de tradição de pesquisa no Brasil. Enfatizava que a escola deveria estar atenta à [não] delimitação de esferas de atuação para o administrador, devendo ser flexível e diferenciada.

Siqueira (1987), por sua vez, a propósito do currículo mínimo dos cursos de Administração, discutia a importância das chamadas disciplinas de 'embasamento', ou seja, disciplinas de cultura geral compostas de temas da área humanística – direito, psicologia, sociologia, filosofia, política, história. Contrapondo-as às disciplinas 'profissionalizantes' da área temática de Administração (vendas, finanças, pessoal, etc.) e às disciplinas 'instrumentais' (matemática, estatística, teoria econômica, etc.). No entender da autora, as disciplinas de embasamento visavam formar hábitos rigorosos de pensar, desenvolver a capacidade analítica e esquemas de compreensão da realidade. Ao defender uma concepção de universidade que não fosse um local neutro e isolado da realidade social, acreditava que os problemas a ela se impõem e exigem integrantes "com formação científica ampla e sólida, capaz de permitir a apreensão da complexidade que é a realidade social" (SIQUEIRA, 1987, p.53). A universidade deveria, então, zelar pela formação do profissional como ser social inserido naquela realidade, dotado de capacidade analítica e consciência crítica.

A participação de diversos agentes no 'jogo' parece ter tido como resultado uma reorganização de forças que resultou em novo currículo – pleno – e na disponibilização de espaço para adequação dos currículos a necessidades regionais e locais mediante habilitações

⁸³ Note-se que o autor, ao distinguir as escolas afirma, seguindo as palavras de Covre (1981): "Além da diferenciação entre as grandes escolas ou **escolas de vanguarda** e as faculdades "caça-níqueis"... [...]" PRESTES MOTTA, 1983, p. 54 – o grifo é da autora para ressaltar a associação da grande escola com a 'vanguarda'.

específicas. As IESs adquiriram maior autonomia para a criação de projetos pedagógicos visando maior qualidade, legitimidade e competitividade. Essas medidas foram aprovadas pela Resolução nº 2 de 04/10/1993 do CFE e pelo Parecer CES/CNE nº 134 de 07/06/2003. A Resolução nº 1 de 02/02/2004 estabeleceu a denominação 'curso de Bacharelado em Administração', para evitar a descaracterização e como forma de conter os cursos correlatos à ciência de Administração. Esta Resolução é retificada e a Resolução nº 02/93 revogada pela Resolução nº 4 de 13/07/2005, que põe fim às denominações que abrangiam segmentos e áreas especializadas como uma extensão do curso – por ex Administração Agroindustrial, Administração Bancária, etc.; as linhas de formação específica não poderiam mais ser uma extensão do nome do curso, constando apenas no projeto pedagógico.

Pizzinatto (1999, p.180) considera como "última influência ambiental de peso" a inclusão, em 1996, da Administração entre as áreas cujos formandos deveriam ser submetidos ao Exame Nacional de Curso (ENC), conhecido como Provão e parte da avaliação do ensino superior no Brasil.

Têm sido consensuais as opiniões sobre o crescimento significativo dos cursos de administração a partir de sua criação (BERTERO, 2006; PRESTES MOTTA, 1983; CASTRO, 1981).

Bertero (2006) afirma que a massificação dos cursos não se coaduna com a natureza da profissão: em nenhuma sociedade haveria número de oportunidades suficientes para empregar a massa de administradores que recebem o diploma nos programas brasileiros. Entretanto, o autor afirma ser a administração um curso que exige poucos investimentos e que pode ser lecionado em meio período, abrindo espaço aos cursos noturnos. Além do mais, a profissão atrai não apenas jovens de classe alta e média alta, como também de extratos inferiores.

Bertero (2006) ressalta ainda que em várias IESs privadas há objetivos empresariais, sendo os cursos tratados como negócios. Segundo o autor, os "Provões" ao estabelecerem uma classificação por meio de conceitos emitidos, ressaltaram uma estratificação na qual "de curso docente e discente, os cursos de graduação em administração não constituem infelizmente o que há de melhor na educação universitária em nosso país" (BERTERO, 2006, p.23).

Um outro aspecto a ser ressaltado é que enquanto os cursos que ocupam as primeiras posições na estratificação continuavam a formar quadros administrativos, a

massificação provocava a saída de bacharéis que jamais ocupariam um posto de gestão seja pela falta de capital intelectual, seja pela ausência de capital social para exercer a carreira. Nesse aspecto sofriam ainda a concorrência de engenheiros cujo curso não havia se massificado e cujos formandos tinham maior possibilidade de acumular os capitais de que os egressos do curso de administração careciam.

Com relação aos cursos de pós-graduação, sua regulamentação no Brasil data dos anos 60, quando parecer do então Conselho Federal de Educação estabeleceu a distinção entre *stricto sensu* e *lato sensu*. Delimitava, assim, desde a introdução, dois caminhos alternativos após a graduação:

- A formação acadêmica (professores/ pesquisadores)
- O aprimoramento profissional

A força e a presença do referido parecer ainda é tanta que explica a resistência aos chamados mestrados profissionais, que parecem contraditórios. Bertero (2006) ressalta, entretanto, que

Apesar da distinção [*stricto* e *lato sensu*], muito programas instituídos como *stricto sensu*, ou seja, mestrados acadêmicos destinados, em princípio, à formação de professores e pesquisadores, acabaram se viabilizando apenas com um corpo docente misto, incluindo profissionais e acadêmicos. Essa mescla, dando caráter híbrido aos programas, apesar de formalmente acadêmicos, só termina bem mais tarde, à medida que critérios originados na própria comunidade científica e executados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) acabam por forçar a separação efetiva" (BERTERO, 2006, p.25)

Um importante fomentador para a pós-graduação *stricto sensu* foi o I Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG), datado de 1973. Especificamente na área de Administração, houve o Programa Nacional de Treinamento de Executivos (PNTE). Desenvolvido e executado pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) aportou recursos a diversos programas como a FGV-SP, Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia-Administração (COPEAD) da UFRJ, Fundação João Pinheiro da UFMG e UFRGS. Todos eles, exceto a Fundação João Pinheiro existem até hoje.

Desses programas, saíram mestres – e posteriormente doutores – que garantiram a reprodução de docentes e pesquisadores de diversas universidades públicas e privadas no país.

Em pesquisa realizada durante os anos de 1976 e 1977, Fisher (1977) buscou conhecer estrutura e organização dos cursos de pós-graduação em Administração existentes

no país. À época, a orientação dos cursos de mestrado voltava-se para a formação de um administrador generalista cuja atuação poderia ser como executivo de alto nível, ou ainda professor e pesquisador para suprir as necessidades dos quadros docentes das universidades. A orientação para sua formação era baseada em princípios de flexibilidade e mudança e situava-se entre dois polos: estabilidade e inovação. O futuro mestre deveria ser um 'agente de mudança'. Havia uma preocupação de ensinar de modo coerente com a natureza e estrutura da Administração, o que significava oferecer:

"a maior variedade possível de situações onde se possam viver os problemas de distintos sistemas organizacionais e experienciar a instabilidade e turbulência destes mesmos sistemas que apresentam, outrossim, componentes estruturais comuns, tais como funções administrativas, áreas e níveis de atuação executiva (FISCHER, 1977, p. 248).

Os programas de doutorado iniciaram-se na década de 70 em duas instituições: FGV-SP e USP.

A pós-graduação foi se desenvolvendo junto à reforma da universidade brasileira, norteadas pela legislação de fins de 69. O término da cátedra vitalícia e a criação de departamentos de ensino e pesquisa como unidade básica da universidade brasileira passaram a estruturar as carreiras em vários níveis de acesso, que, por sua vez, seguiriam um sistema de mérito. Nesse contexto os docentes foram levados a se titular, o que assegurava a demanda por cursos *stricto sensu* de mestrado e doutorado, articulando-se desta forma a Reforma Universitária com a pós-graduação.

Com relação aos cursos *lato sensu*, sua expansão tem sido grande nas últimas décadas. Bertero (2006) ressalta nessa categoria os cursos de educação executiva que cresceram muito, não apenas no Brasil, mas também nos Estados Unidos e na Europa Ocidental. Eram cursos raramente supervisionados pelas autoridades educacionais dos países, voltados para os mais diversos segmentos e conteúdos, absolutamente dependentes do mercado. Caracterizavam-se por seu dinamismo, crescimento e elevada competitividade entre as instituições envolvidas.

Anteriormente, nos EUA, existiam apenas os MBAs, considerados *degree courses*. Fora isso, a educação executiva limitava-se a poucos cursos de verão, número restrito de alunos (executivos) e pouco envolvimento de recursos docentes.

Na década de 70 e especialmente na década de 80⁸⁴, diversas grandes escolas decidiram incrementar seus programas de educação executiva alocando-lhes instalações, docentes e pessoal administrativo com perfil adequado àqueles alunos.

Nessa época, com as mudanças ocorridas nas organizações, a competitividade e a busca por soluções, desenvolveu-se a crença de que a academia era um centro de conhecimento e que ali as informações poderiam ser encontradas. As escolas passaram a desenvolver cursos e pesquisas que apoiavam o trabalho de executivos e ofereciam soluções aplicáveis próximas à prática. A aplicabilidade passou a ser a tônica dos programas.

Sua diversidade, entretanto, levou também a um processo de estratificação entre as escolas. A educação executiva tornou-se importante fonte de receita para instituições e de renda para os professores que lecionavam naqueles programas. Os preços da educação executiva eram maiores que aqueles praticados em cursos de graduação, mestrado e doutorado. Nos EUA, permitiram à maioria das escolas de administração um resultado superavitário. No Brasil, tornaram a educação executiva importante fonte de recursos para as IESs públicas e para as IESs privadas que não eram "operadas exclusivamente como um negócio" (BERTERO, 2006, p.29) e que possuíam cursos de graduação, mestrado e doutorado operando de modo deficitário.

Os programas de educação executiva foram responsáveis pela transformação das escolas de negócios em negócios, a começar pela dinâmica de mercado e pela competição entre elas por clientes e instrutores. Parâmetros para as escolas de administração passam a ser estabelecidos por esses programas:

Não seria exagero afirmar que técnicas de apresentação, formas de prelecionar, uso de recursos didáticos com utilização de TI, e ainda os chamados efeitos estéticos nasceram em programas de *executive education* e foram depois transferidos para os programas mais formais de MBA. O professor capaz de atuar teatralmente, se possível como *showman*, tem sua origem e forma-se na educação continuada (BERTERO, 2006, p.69)

Se a especialização *lato sensu* teve sua expansão devida a alterações no exercício profissional e demandas sociais, os programas *stricto sensu* tiveram seu crescimento relacionado à reforma universitária e à necessidade de prover docentes e historiadores para o sistema, uma vez que a legislação e os critérios de avaliação passaram a privilegiar as IESs cujos docentes possuíssem mestrado e doutorado.

⁸⁴ No Brasil, USP, UFRJ – por meio do COPPEAD, e FGV já haviam inaugurado seus programas antes dos anos 80.

Segundo o autor, uma outra forma de olhar esta rede seria considerar esses últimos cursos como 'bens públicos' por levarem à capacitação e melhoria do nível educacional da sociedade como um todo – especialmente mestrado e doutorado, por seu nível multiplicador e por formarem professores e pesquisadores. Por outro lado, a educação executiva e seus programas seriam considerados 'bens privados' por beneficiarem as empresas e os indivíduos treinados.

O conjunto de atividades e organizações que envolvem ensino e pesquisa em administração ficou conhecido – com algum apelo crítico – como *management industry*. Ali estariam contidas atividades de ensino regular, cursos de pós-graduação acadêmicos e executivos, firmas de consultoria e editoras voltadas para a publicação de livros e revistas. Estariam ainda as empresas de educação executiva e promoção de eventos – por vezes megaeventos em torno de temas da moda e de gurus, portadores das últimas novidades e inovações⁸⁵.

Com relação à pesquisa em Administração, trata-se de atividade geradora ou produtora de conhecimento. Deve estar combinada ao ensino para que este transmita à comunidade o conhecimento obtido pela pesquisa. Ambos caminharam juntos desde o início da Administração, uma vez que os trabalhos pioneiros de Frederick Taylor – engenheiro norte-americano - eram baseados em pesquisa aplicada.

No Brasil, embora o ensino tenha sido baseado em textos e casos produzidos nos EUA, professores sentiam a necessidade de material inspirado na realidade brasileira. Os precursores foram os casos utilizados na educação executiva.

Remontando à época do Estado Novo, a Revista do Serviço Público (RSP) era editada pelo antigo DASP, estando atualmente no âmbito da ENAP. Na década de 60, a FGV-SP já havia iniciado um núcleo de pesquisas e publicações; além dos trabalhos de pesquisa, a escola pública, desde 1961, a Revista de Administração de Empresas (RAE).

⁸⁵ Grey (2004) utiliza a expressão de “fetiche da mudança” para se referir ao tema que considera uma “metanarrativa” nos discursos sobre gestão e organização. Estudiosos e executivos parecem persuadidos pela ideia de que não apenas a sobrevivência das organizações mas também o trabalho dos executivos deva girar em torno das mudanças. Segundo o autor, a literatura de negócios, e os discursos sobre gestão, evocam sempre o mesmo “mantra”. As metáforas, comumente utilizadas na área seriam “legitimadoras” do fetiche da mudança: os livros alimentam-se uns dos outros, cada qual fornecendo ideias e suporte às ideias dos outros, criando um consenso sobre o “fato” da mudança. Mais que isso, criando a expressão técnica “gerenciamento da mudança” para as consequentes respostas organizacionais, mais uma vez estimulam reações que alimentam novas mudanças. As organizações geram coletivamente, uma “rotina de mudanças” considerada um ambiente problemático ao qual a organização deve responder. A mudança torna-se então uma construção afetada pela atuação das próprias organizações.

Bertero (2006) relata, entretanto, que a importância e a intensificação da pesquisa apenas ocorreram quando da institucionalização da pós-graduação *stricto sensu*. O modelo adotado pelo então Conselho Federal de Educação (CFE) - que pregava a inseparabilidade entre ensino e pesquisa - chegou-nos através dos EUA, embora fosse a reprodução de um formato da Universidade de Berlim no início do século XIX. Os cursos deveriam se estruturar em 'linhas de pesquisa', enquanto mestres e doutores treinados em pesquisa formariam os quadros docentes das universidades. Apesar da conseqüente influência do MBA norte-americano, o modelo adotado pelo CFE parece ter-se gradativamente imposto: apesar da presença de disciplinas funcionais nos cursos de mestrado e doutorado, essas são entendidas como instrumentos conceituais e instrumentais a serem aplicados às linhas de pesquisa, em torno de cuja consistência e produtividade se dá a avaliação dos programas (BERTERO, 2006).

A CAPES passou a aplicar critérios de avaliação à área de Administração no final da década de 1990. Como consequência, houve o fortalecimento das linhas de pesquisa, o redirecionamento dos programas e uma separação mais clara entre programas acadêmicos - de formação de professores e pesquisadores - e de formação profissional.⁸⁶

Embora considerando atividades como docência, orientação de alunos e outras, o sistema de avaliação da CAPES prioriza as publicações que resultem de pesquisa - em conformidade com as linhas do programa. Essas publicações devem ocorrer em periódicos acreditados, de formato científico, que se diferenciem de revistas profissionais ou de informações de cunho jornalístico.

Embora a união entre pesquisa, ensino e a pós-graduação *stricto sensu* possa explicar o aumento da produção científica na última década, outro agente parece ter contribuído para essa expansão: trata-se da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD).

Criada formalmente em 20 de dezembro de 1976, por ocasião do lançamento do I Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG), a ANPAD chamou-se anteriormente Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração. Como parte integrante dos esforços de institucionalização da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil,

⁸⁶ Note-se que, de um papel normativo, ao estabelecer critérios que norteariam a pós-graduação, a CAPES passou a ter um papel coercitivo. Poderia mesmo proceder ao descredenciamento de programas, cujas consequências para a IES iriam da impossibilidade de acesso a recursos federais para a pesquisa à impossibilidade de registro de diplomas. A reintegração do programa ao ciclo de avaliações requer tempo e reformulações.

recebeu estímulos de órgãos governamentais envolvidos na sua implantação. O que se pretendia era reunir os programas visando a troca de experiências e inserção no sistema onde duas agências governamentais federais – a CAPES e o CNPq – já existiam. Na administração e em outras áreas de conhecimento, comitês se formalizaram e era consenso que, em cada área, ...

... uma Associação de Programas poderia melhor dar cumprimento às tarefas de representação e exercício da arte de influenciar favoravelmente, noutras plagas chamadas legitimamente de *lobbying*, também praticado entre nós, mas não com este nome, que permanece estigmatizado (FACHIN, 2006).

Segundo Bertero (2006), o importante papel que a ANPAD vem representando deve-se à pontuação dos trabalhos apresentados em seus encontros anuais. Diferentemente de outras áreas, a Administração pontua as apresentações em encontros e congressos, pontos esses computados na avaliação dos docentes e dos respectivos programas *stricto sensu*. Essa medida tem visado o aumento da pesquisa e a resultante produção científica. Ao criar um espaço para a apresentação da produção científica, a ANPAD destaca-se e tem sua importância aumentada, o que se pode medir pelo crescente número de trabalhos apresentados em seus encontros. O autor assinala, entretanto, que, para equiparar-se às demais áreas de conhecimento, a Administração provavelmente não poderá manter essa pontuação por muito tempo.

Com relação ao financiamento das pesquisas em Administração, o assunto passou a receber atenção governamental na década de 1950. Tanto a CAPES quanto o CNPq são importantes agências quer para a concessão de bolsas a mestres e doutores quer para financiamento de projetos. Ainda no nível federal, a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) apoiou a implantação da pós-graduação *stricto sensu* auxiliando programas de mestrado acadêmico na década de 70. No nível estadual é consensualmente reconhecido o papel da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), criada na década de 60 e inspiradora de organizações similares em Minas Gerais, no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro.

Dentre outras fontes utilizadas, as próprias IESs por vezes alocam parte das despesas de custeio às pesquisas da pós-graduação; fontes internacionais geralmente beneficiam organizações e estudos sobre o terceiro setor; e, finalmente, o setor privado nacional é fonte esporádica de recursos, podendo haver negociações de projetos isolados que beneficiem diretamente à empresa.

6. UMA DISCIPLINA EM BUSCA DA CIENTIFICIDADE

Neste capítulo apresento as fragilidades e discussões quanto à cientificidade e autonomia da Administração em sua relação com o campo científico. Neste momento, recorro novamente a Bourdieu, especialmente ao chamar atenção para a agitação no campo pós anos 90, incluindo aí as chamadas “estratégias de subversão” daqueles que abraçam propostas alternativas ao *mainstream*.

Ao final do capítulo demonstro os avanços no campo da epistemologia da Administração e seu processo de institucionalização. Ali, o pesquisador com o qual dialogo prioritariamente é Mauricio Serva, autor de extensa produção naquele tema.

6.1. A ciência como um campo social

A fragilidade da Administração no Brasil como área de conhecimento preocupava pesquisadores e agitava o campo ao final dos anos 90. Assim, ser ou não ciência - e até onde a posição escolhida poderia ser sustentada - eram oposições que caracterizavam estas discussões.

Por um lado, os argumentos a favor de uma resposta afirmativa esbarravam em fraca argumentação quando relembavam o cabedal teórico pouco consolidado se comparado a outras Ciências de evolução também recente (BERTERO; CALDAS; WOOD JR, 2005). Da mesma forma, a facilidade de difusão na comunidade de negócios, alinhada ao pop-management, bem como esta estreita relação, parecia aproximar a Administração dos ‘práticos’, mais interessados no dia a dia dos negócios do que no tipo de conhecimento ali gerado.

Identificava-se, por outro lado, movimentos que buscavam um distanciamento crítico em relação às demandas práticas do campo, tornando a Administração um “fenômeno de academia” (BERTERO; CALDAS; WOOD JR, 2005, p.13). Professores pesquisadores a bordo deste movimento ensaiavam aproximações com disciplinas como Filosofia, Antropologia, Sociologia, Arte *stricto sensu*, etc, investindo em reconhecimento e distinção.

Posições díspares quando se tratava de perspectiva epistemológica, da teoria da ciência e da metodologia da pesquisa somavam-se a modismos e tornavam problemático falar em conhecimento científico em Administração no Brasil (BERTERO; CALDAS; WOOD JR, 2005).

Os autores expõem que produção de conhecimento e produção científica referem-se a realidades diferentes. Produtores de conhecimento relacionados a teatro, cinema, arte, etc., não são necessariamente cientistas. Citando Henry Mintzberg ⁸⁷ em trabalho em que critica produtores na área de estratégia empresarial, afirmam que peças que podem ser elegantes, podem conter pouco conhecimento, enunciando e explicitando “intuições e sínteses ocorridas anteriormente” (BERTERO; CALDAS; WOOD JR, 2005, p.2).

Para ser reconhecida como conhecimento científico os autores defendem que uma produção deve ser:

- Canônica – ou seja, deve “obedecer regras claras e aceitas pela comunidade científica”. Embora em períodos anteriores da história os cânones tenham sido mais duradouros e pouco contestados, atualmente diversos cânones são aceitos. Assim, nas Ciências Sociais, ao lado das regras do positivismo lógico, deve-se “exercitar a tolerância” e acatar diversas outras;
- Cumulativa – no sentido de que esta produção ocorre no tempo, tendendo a ser uma cadeia, onde novos esforços completam a obra por outros iniciada.

Bourdieu (1976, p.123) confirma a obediência e aceitação da comunidade científica ressaltando que a verdade científica se apoia em condições sociais de produção:

O universo “puro” da mais “pura” ciência é um campo social como outro qualquer, com suas relações de força e monopólios, suas lutas e estratégias, seus interesses e lucros, mas onde todas essas invariantes revestem formas específicas.

No campo científico, o que está em jogo é o monopólio da autoridade científica, entendida como competência científica, que inclui capacidade técnica e poder social, representando a capacidade socialmente outorgada de falar e agir legitimamente. Na luta científica, “os dominantes são aqueles que conseguem impor uma definição da ciência segundo a qual a realização mais perfeita consiste em ter, ser e fazer aquilo que eles têm, são e fazem” (BOURDIEU, 1976, p. 128).

Nessa luta, aos dominantes cabem estratégias de conservação – no sentido de rejeitar e desencorajar iniciativas heréticas, assegurando a ordem científica da qual

⁸⁷ MINTZBERG, Henry. **The rise and fall of strategic management: reconceiving roles for planning, plans, planners.** New York: The Free Press, 1994.

comungam. Essa ordem não se refere apenas à “ciência oficial”, ou seja, aos recursos científicos herdados do passado e reconhecidos em “estado objetivado” na forma de instituições, obras, etc. Refere-se também aos recursos que existem em “estado incorporado” ou seja, sob a forma de costumes científicos, sistemas de percepção, apreciação e ação, produto de ação pedagógica que influi na solução e avaliação de problemas. Incluem-se ainda, as instituições que asseguram produção e circulação de bens científicos, bem como reprodução e circulação de produtores e consumidores – em especial o sistema de ensino,

[...] “único capaz de assegurar à ciência oficial a permanência e a consagração, inculcando sistematicamente *habitus* científicos ao conjunto dos destinatários legítimos da ação pedagógica, em particular a todos os novatos do campo da produção propriamente dito” (BOURDIEU, 1976, p. 138).

Recusando cauções e garantias que a antiga ordem oferece, bem como participação no capital coletivamente garantido, aqueles que rompem o contrato então vigente e as trocas de reconhecimento que asseguram a transmissão da autoridade científica recorrem a estratégias de subversão. Buscando “vencer os dominantes em seu próprio jogo”, esses “novatos” (BOURDIEU, 1976, p. 138) empenham-se, a princípio, em investimentos cujos lucros não se farão notar a curto prazo, uma vez que desafiam a lógica do sistema.

Ao tratar de estudos organizacionais, Clegg e Hardy (2007) identificaram uma série de conversações entre uma comunidade de pesquisadores – incluindo periódicos e instituições - que ajudam a constituí-la. Estas conversações são progressivas e utilizam vocábulos e termos que apresentam vários graus de continuidade. Reproduzem ou contestam tradições do discurso que tem moldado as práticas, refletindo o engajamento dos membros das organizações. Quando pesquisadores escolhem como representarão a organização em seus trabalhos, participam do próprio processo de transformação e interpretação das organizações, uma vez que a representação envolve como e quais aspectos serão caracterizados – formalização, padronização, variação, etc.

Uma especificidade do campo científico é que pretendentes não podem apenas distinguir-se de seus antecessores; é preciso desacreditar e desqualificar os detentores do seu capital de legitimidade, remetê-los ao “desclassificado” e “integrar suas aquisições na construção distintiva que os supera” (BOURDIEU, 1976, p.127; BOURDIEU, 2004).

Ao privilegiar certos termos do discurso e do estágio das conversações, as representações funcionam, ainda, como meio de “não ver” ou “não reconhecer” outros

atributos possíveis. É o que também admite Fligstein (2001) ao afirmar que, para dar significado ao campo, cada teoria toma posição criticando teorias existentes: se uma é correta, a outra é errada. Para que os *outsiders* não considerem este debate exageradamente complexo, é preciso compreender que modelos são criados em oposição uns aos outros: daí ser necessário identificar com quem o pesquisador está dialogando. O autor observa ainda que o crescimento das teorias organizacionais relacionou-se aos estudos empíricos para testá-las, sem que isto resultasse em consenso entre elas, ou em sua aplicação. Trabalhos empíricos focalizavam apenas as variáveis identificadas com determinado modelo teórico.

Na leitura dos agentes do campo, as organizações são, então, efeito da interação recíproca de conversações múltiplas, que preparam uma “arena” de disputas (CLEGG; HARDY, 2007) ou um “campo historicamente contestado” (REED, 2007). São locais de ação social, mais ou menos abertas ao conhecimento formal e às práticas que o alimentam, onde não se pode dizer que há uma análise mais correta - já que as possibilidades são diversas.

Apoiados na leitura de Bourdieu, entretanto, podemos identificar, no pós anos 90, o acirramento das tomadas de posição na arena, ou, mais organizadas estratégias de subversão. Assim é que Wood (2007), ao usar seu espaço de comentários no *Handbook* de Estudos Organizacionais (ali denominado Nota Técnica), considerou ambas abordagens alternativas, no caso referindo-se aos Estudos Críticos em Administração e ao Pós-modernismo como possibilidades de renovação. Destacava, entretanto, que nenhuma delas era nova. Seriam "frutas maduras nesse supermercado de ideias mofadas"⁸⁸, mas ainda estão em tempo de serem consumidas" (WOOD JR, 2007, p. 265). O autor reconhecia que a empreitada era exaustiva, uma vez que "o material disponível é numeroso, multidisciplinar, contraditório e, muitas vezes (especialmente no caso do Pós-modernismo) confuso" (p. 264). Destacava ainda que, ao contrário dos Estudos Críticos, o Pós-modernismo não havia conquistado muitos adeptos no Brasil.

A disputa pela abordagem ‘legítima’ para os Estudos Críticos surge em trabalho de Vieira e Caldas (2006) que questionam a indicação do Reino Unido como espaço de origem e disseminação dos Estudos Críticos. Assim, a natureza da crítica estaria dirigida e

⁸⁸ Alusão à metáfora do "supermercado de ideias" com a qual Burrell (2007) critica os rumos dos trabalhos de Morgan alegando que este estaria alegando – em seu livro *Imagens da Organização* – que metáforas não são incompatíveis. Assim, segundo Burrell, para Morgan, as metáforas poderiam "ser apanhadas conforme se queira das prateleiras de um supermercado" (BURRELL, 2007, p.451)

uma visão colonialista da questão seria adotada. Acreditavam que, ao construir-se um espaço institucional, a crítica perderia força, adquirindo “caráter de “crítica autorizada”, legitimada e preocupada em ser positiva” (VIEIRA; CALDAS, 2007, p.63).

Os mesmos autores, ao retratarem a disputa já comentada entre Misoczky, Alcadipani, etc, afirmam:

Um ótimo exemplo do vigor, das perspectivas e dissonâncias da teoria crítica no Brasil pode ser visto no recente debate realizado na *Revista de Administração Contemporânea (RAC)*, no primeiro número de 2005, entre Maria Ceci Misoczky e Jackeline Andrade, Alexandre Faria e Rafael Alcadipani. Nele os autores expõem suas ideias, deixando claras suas diferenças e abrindo, dessa forma, o mundo das diferentes possibilidades de se fazer crítica em Administração em geral, e particularmente nos estudos organizacionais (VIEIRA; CALDAS, 2007, p.63).

6.2. Discussão sobre autonomia e heteronomia do campo

Um campo de conhecimento segue suas próprias leis e goza de uma autonomia não absoluta, mas relativa, no macrocosmo social em que se insere. A relativa autonomia possibilita distinguir o microcosmo do macrocosmo, o campo de conhecimento do seu contexto social (FADUL; MAC-ALLISTER DA SILVA; PINTO DA SILVA, 2012). Ao sofrer influência do contexto, um campo de conhecimento não se constitui em ciência pura, totalmente livre. Entretanto, isso não significa que seja uma ciência escrava, sujeita a todas as demandas político-econômicas e em absoluta simbiose com o contexto social que a envolve (BOURDIEU, 2004). Uma das manifestações de relativa autonomia do campo é sua capacidade de refratar as pressões externas, transfigurando-as, traduzindo-as conforme sua lógica própria. Por outro lado, a heteronomia manifesta-se pelo fato de problemas exteriores – especialmente problemas políticos – exprimirem-se diretamente no campo, a ponto de pessoas que desconhecem suas normas específicas nele intervirem sem serem imediatamente desqualificadas (BOURDIEU, 2004).

A Administração encontra-se estruturada atualmente no Brasil em duas grandes vertentes – Administração Pública e de Empresas (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2013). A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD, 2014) distribui a Administração em onze divisões acadêmicas. São elas:

- 1) Administração da Informação
- 2) Administração Pública

- 3) Contabilidade
- 4) Estudos Organizacionais
- 5) Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade
- 6) Estratégia em Organizações
- 7) Finanças
- 8) Gestão de Ciência, Tecnologia e Inovação
- 9) Gestão de Operações e Logística
- 10) Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho
- 11) Marketing

A Administração Pública, por outro lado, fica restrita a uma única divisão, com o mesmo nome. Embora cientes das diferenças entre ambas as vertentes, e das discussões acerca de termos e objeto de estudo⁸⁹, a opção metodológica deste trabalho foi uni-las na denominação Administração⁹⁰.

Com relação ao conhecimento, parecem apontar para a heteronomia do campo sua perspectiva multi e interdisciplinar. Mais fortemente ainda, sua inserção no grupo "Ciências Sociais Aplicadas": a Administração seria então um 'saber aplicado' onde coexistem, entretanto, oposição entre teoria e prática, pesquisa acadêmica 'pura e 'aplicada', produtores intelectuais desvinculados da prática e executivos ávidos por conhecimentos de imediata aplicação (ENGELMANN, 2008).

Quando da ainda frágil constituição do campo, Cláudio Moura Castro, então diretor da CAPES, em artigo sobre os dilemas do ensino da administração, declarava:

⁸⁹ Bertero (1994) optava pela expressão "Análise Organizacional" - onde englobava estudos referentes à Teoria Organizacional, Teoria Geral da Administração e Comportamento Organizacional. Já Prestes Motta (2001) falava em teoria das organizações como uma evolução da teoria da administração. A expressão 'teoria da administração' é relacionada pelo autor à preocupação com a produtividade, em seu momento inicial, na época da Revolução Industrial. Representaria, então, as técnicas administrativas na busca da racionalização e do aumento da produção. A seguir, quando a eficiência do 'sistema social' onde a administração se exerce passa a se prioridade, prevalece a expressão 'teoria das organizações'. Quando lhe são agregados novos campos de conhecimento, com respectiva adoção de conceitos e teorias, o objeto 'organização' amplia-se e torna-se mais complexo, levando a uma multiplicidade onde ainda se mantém, entretanto, a hegemonia das proposições neoclássicas. A expressão adotada atualmente seria Estudos Organizacionais (FADUL; MAC-ALLISTER DA SILVA; PINTO DA SILVA, 2012). Já Santos (2001), ao defender o conceito de 'Administração Política', afirma que "as organizações/ instituições constituem os gêneros que contêm elementos essenciais do objeto da disciplina administração, elas são espaços particulares onde habita apenas o objeto" (SANTOS, 2001, p.62). O autor defende, então, ser a gestão, e não a organização, o objeto da administração.

⁹⁰. A ANPAD, ao atuar em conjunto com a comunidade científica, fala em Ciências Administrativas.

Parece haver sérios problemas no ensino de administração. Frequentemente, as disciplinas práticas não são práticas e as teóricas não são de administração. Questiona-se o desempenho da pós-graduação no seu papel de abastecer docentes à graduação (CASTRO, 1981, p.58).

Nas empresas, valoriza-se ainda a "organização criadora de conhecimento" e suas ações no sentido de criar condições para que o mesmo seja apreendido, gerado e compartilhado na espiral que envolve conhecimento tácito e explícito (NONAKA e TAKEUCHI, 1997). Enquanto isso, parece haver, esforço da comunidade de pesquisadores em compreender as transformações ambientais e iniciativas gerenciais, utilizando-as como inspiração para a produção de conhecimento (MAZZA; ALVAREZ, 2000). No Estado, os processos de Reforma ou modernização administrativa sugerem uma estreita associação entre pesquisas acadêmicas e agendas de governo. (FADUL; MAC-ALLISTER DA SILVA; PINTO DA SILVA, 2012)..

A construção do campo interligada à formação histórica do contexto é observada no tratamento de temas que estão em moda. Pesquisas tratam de fenômenos em curso, por vezes em "tempo real" sem observarem distanciamento necessários para uma análise mais criteriosa. Fadul, Mac-Allister da Silva e Pinto da Silva, (2012) fornecem um bom exemplo dessa disfunção na Administração Pública. Segundo os autores, é comum identificar na formação da administração pública brasileira diversas reformas empreendidas por governantes no começo de seus mandatos. Essas reformas tiveram impactos e abrangências maiores ou menores e geraram impactos nas estruturas administrativas e institucionais do Estado. Talvez por essa razão,

... [...] para a maioria dos autores brasileiros que discutem o tema da formação da administração pública como máquina de ação do governo, resgatar essa história significa, em geral, associá-la aos episódios de reforma que ocorreram no país (FADUL; MAC-ALLISTER DA SILVA; PINTO DA SILVA, 2012, p.1443).

Da mesma forma, Bertero, Caldas e Wood Jr.(2005) ressaltam que a dimensão temporal da produção científica em Administração passou a ser considerada recentemente. Assim, percebê-la como historicamente produzida aproxima-se de uma forma de relativismo, onde teorias, variáveis e relevância são determinadas historicamente. Ainda segundo os autores, essas "influências momentâneas" teriam

... [...] um caráter avassalador, não se permitindo que se trate de algo que não seja relevante de um ponto de vista administrativista ou de gestão. Assim, isto explicaria

as rápidas mutações do campo, oscilações de interesse e no limite os modismos que marcam a área de administração (BERTERO; CALDAS; WOOD JR. 2005).

Podemos, entretanto considerar, que os mesmos argumentos a favor da heteronomia, terminam por comprovar um posicionamento dos agentes no sentido da autonomia do campo.

Assim é que Engelmann (2008, p.11), ao tratar expansão e legitimação da formação acadêmica em Administração no Brasil nas décadas de 90 e 2000, relata a tensão "teoria" x "prática". O autor, que apresenta o ensino de graduação no Brasil como "historicamente hegemônico por "práticos" sem formação doutoral" especula que esta pode ser a uma das causas da incipiente legitimação da carreira acadêmica como ocupação principal de um profissional de administração. Identifica ainda um padrão de endogeneização na formação de pós-graduação, em contraste com a internacionalização do mundo dos negócios. Entretanto, relata no artigo a expansão das pós-graduações em ciências sociais aplicadas e um ritmo de maior profissionalização do ensino. A consequência disso foi que, agentes cuja ocupação principal é a carreira acadêmica, passam a investir "na obtenção de títulos universitários e em estudos mais longos no exterior, aproveitando os incentivos institucionais para a especialização do campo universitário, tais como as bolsas concedidas por CNPQ e CAPES, entre outras agências de fomento" (ENGELMANN, 2008, p. 11).

Ao tratar dos temas estudados no exterior, o autor constatou grande diversificação, creditando-a à "heteronomização disciplinar, correspondente à ampliação do campo das práticas profissionais" (ENGELMANN, 2008, p. 14). Entretanto, ao focalizar as estadias mais longas, tais como o Doutorado no exterior, admite que os dados das décadas de 90 e 2000 reforçam – em relação a décadas anteriores – a hipótese de que a população estudada apresenta estratégias profissionais predominantemente voltadas para a área acadêmica. Mesmo assim, o autor identificava na multiposicionalidade dos profissionais o efeito de correspondência entre o conhecimento produzido nesse espaço e o universo dos "práticos".

Os argumentos sobre a alegada heteronomia do campo parecem começar a se enfraquecer quando o autor aponta o "hiato" entre a pesquisa em Administração e os interesses de executivos e gerentes. Assim, "embora acadêmicos sejam influenciados por

praticantes [*practitioners*], pouca influência passa dos acadêmicos à indústria" (PFEFFER; FONG⁹¹, 2002, citados por ENGELMANN, 2008).

Ao invés de considerar este hiato um insucesso, acreditamos tratar-se de uma demonstração – ainda que pouco enfática – do enfraquecimento da heteronomia do campo.

Ainda nessa linha, são recorrentes (BERTERO; KEINERT, 1994; MACHADO-da-SILVA; CARNEIRO DA CUNHA; AMBON, 1990; ROESCH, 2003) os trabalhos que apontam a pouca atenção da produção brasileira com a aplicabilidade, ou mesmo com o universo e os problemas gerencialistas, considerando-a de inclinação predominantemente acadêmica. De modo semelhante, no *Handbook* de Estudos Organizacionais – publicação que, em sua versão brasileira, assumia a iniciativa de mapear terreno e iniciar conversações nos Estudos Organizacionais (CLEGG; HARDY, 2007) – essas tendências já eram identificadas. Assim, Bertero e Keinert (1994) identificavam "um certo 'aristocracismo' científico que é exatamente o oposto do pragmatismo da 'mão na massa' ou *hands on*" (FACHIN; RODRIGUES, 2007, p. 101).

Já com foco na Administração Pública, Fadul, Mac-Allister da Silva e Pinto da Silva (2012, p. 1442), contestam a completa aplicação do rótulo de "ciência escrava", uma vez que as respostas deste campo de conhecimento ao contexto social em que se insere não são completamente satisfatórias, havendo um "descompasso significativo entre a teoria e a prática da administração pública, e ainda a administração pública na prática" (p.1442).

Bertero, Caldas e Wood Jr (2005, p.13) potencializam esta constatação ao afirmarem que "**a produção nacional seria um fenômeno de academia, nela gerada e por ela consumida**" (grifo nosso). Essa afirmação parece aumentar o efeito de refração do campo, como identifica Bourdieu (1996, p.61) ao referir-se ao campo literário:

O campo exerce um efeito de refração (como um prisma): portanto, apenas conhecendo as leis específicas de seu funcionamento (seu "coeficiente de refração", isto é, seu grau de autonomia) é que se pode compreender as mudanças nas relações entre escritores, entre defensores dos diferentes gêneros (poesia, romance e teatro, por exemplo) ou entre diferentes concepções artísticas (a arte pela arte e a arte social, por exemplo), que aparecem, por exemplo, por ocasião de uma mudança de regime político ou de uma crise econômica).

⁹¹ PFEFFER, J.; FONG, C. T. **The end of business schools?** Less success than meets the eye. *Academy of Management and Education*, v. 1, n. 1, p. 78-95, 2002.

Em discussão sobre a fragilidade da Administração como área de conhecimento, Bertero, Caldas e Wood Jr (2005, p.6) arriscam respostas para propor condições necessárias para a produção científica em Administração:

- Acreditar na possibilidade de produção científica ao invés de reduzir a área ao pragmatismo vulgar e dar importância apenas àquilo que produz resultados imediatos;
- Manter distanciamento crítico com relação à prática e às demandas do administrador profissional. Isso significa evitar posicionamentos extremos do total afastamento ou da importância às demandas gerenciais. Segundo os autores, a aplicabilidade não pode ser esquecida, e "isto não depõe contra a ciência, pois é grande o número de ciências consolidadas que também servem à prática em diversos campos de atividade";
- Ter uma atitude de tolerância com relação à metodologia e abordagens diferentes, uma vez que a realidade administrativa não comporta unicidade de paradigma ou metodologia;
- Estar atento, entretanto, ao contingencialismo sem reservas.

Ao contrário das dificuldades encontradas por Lebaron (2001), as fronteiras do campo dos professores-pesquisadores - foco deste estudo - parecem estar melhor delimitadas. Na "boutique de alta classe" (BERTERO, 2008) onde operam os NDPs, a *illusio* - o investimento no jogo, parece exprimir-se na forma de preservar e aumentar o reconhecimento e a distinção obtida pelos agentes do campo.

Assim é que Bertero (2008) ao tratar da capacidade brasileira de transformar conhecimento em produtos e serviços em prol da dinamização da economia e benefícios à sociedade ⁹², ressalta o possível papel para os NDPs, afirmando:

Talvez devêssemos pensar numa taxa de conversão para que o universo do *strictu sensu* convertesse conhecimentos para os colegas que ensinam no grande universo onde aguardam centenas de milhares de alunos. Isto ajudaria a diminuir a lacuna entre os dois mundos e a talvez fundir rigor e relevância (BERTERO, 2008, p.2).

⁹² A que o autor se refere como "taxa de conversão"

A delimitação de fronteiras aparece ainda na pesquisa de Engelmann (2008) ao demonstrar a crítica "acadêmica" aos "gurus" e à literatura "profana", ou, especialmente quando o autor se refere aos periódicos científicos. O autor apresenta a necessidade de "jogar entre dois mundos, reconhecendo-se que são distintos" (ENGELMANN, 2008, p.9) com o exemplo de duas publicações da FGV: a *GV Executivo* e a *RAE*: a primeira indica em seu site tratar-se de uma publicação generalista, voltada para artigos inovadores da "prática administrativa", tendo como público-alvo a comunidade empresarial; a segunda, tem como público alvo a comunidade interessada no debate científico na área da administração. Se a oposição teoria/ prática e a existência das duas publicações na mesma instituição poderiam ser argumentos a favor da heteronomia, a estratégia de legitimação da Escola parece apontar para um movimento inverso, ao menos em relação ao campo foco desta pesquisa. Assim é que, embora voltando-se para um público não acadêmico, a *GV Executivo* delimita espaço que a distingue das revistas editadas pela grande mídia, destacando buscar fugir ao "lugar comum das revistas de gestão" (ENGELMANN, 2008, p.9), numa demonstração clara de busca pela preservação da excelência acadêmica, opondo-se aos gurus ou aos executivos de sucesso no mercado.

O mesmo raciocínio parece explicar a separação entre pesquisa/ ensino e consultoria nas Escolas de Administração. Tomando como exemplo a própria FGV, em sua estrutura há uma clara separação entre Educação, Pesquisa e a chamada Assessoria Técnica. Esta última envolve a os grupos e órgão da estrutura que se encontram em forte relação com a prática seja para prestar consultorias, ou para cursos *in-company*, cursos on-line, índices, etc. A forte relação é expressa na apresentação, por ex., do órgão encarregado das consultorias: "A FGV Projetos é a unidade de extensão de ensino e pesquisa da Fundação Getulio Vargas, responsável pela aplicação do conhecimento acadêmico, gerado e acumulado em suas escolas e institutos". Nesse caso, a excelência ("todo o conhecimento da FGV a seu favor") e o atendimento às necessidades do cliente são valores destacados.

Já Paes de Paula (2008) – uma das representantes de movimento emergente que parece balançar o *mainstream* da Administração – ao apresentar a perspectiva crítica, que abandona o "mundo seguro do funcionalismo", retrata a busca de distinção e as crenças do campo afirmando que:

...[...] é fundamental algum grau de maturidade do pesquisador para lidar com essas ambivalências e também a consciência de que ser crítico implica buscar uma identidade intelectual, pois a autonomia é uma de suas características distintivas. Por

outro lado, a perspectiva crítica envolve leituras desafiantes, bem como conhecimento de filosofia, o que à primeira vista pode parecer uma barreira, embora na realidade nada mais seja do que uma questão de domínio de uma linguagem e de um repertório de definições básicas que nos permitam caminhar dentro dos textos para, depois, assumir nossa própria voz (PAES de PAULA, 2008, p. XI).

Um conjunto de argumentos empíricos utilizados por Lebaron (2001) pode ser utilizado para reforçar a discussão sobre a autonomia do campo dos pesquisadores em administração:

- A linguagem distanciada do senso comum – no caso do NDP;
- Os procedimentos de integração dos iniciantes – diríamos, no caso, além do concurso específico, a avaliação feita pelos pares para ingresso na IES; e
- Os critérios próprios de avaliação e um sistema de gratificação. Neste último caso, embora sendo a CAPES uma instância externa e governamental, não se pode esquecer o papel da ANPAD, que veio a tornar-se o principal órgão de interação entre programas associados, grupos de pesquisa da área e a comunidade internacional. Abrigando em seus congressos propostas e grupos emergentes, possuindo critérios próprios de premiação - os Prêmios ANPAD-, seus eventos e publicações são, ainda, o veículo através do qual são expressos descontentamentos quanto às orientações que regem as Escolas de Administração e a produção dos docentes - critérios e decisões que se situam no âmbito da CAPES. Citamos, como exemplos, as diversas referências à "macdonaldização do ensino" (ALCADIPANI; BRESLER, 2000; PAES DE PAULA, 2001) e à "lata de sardinhas", em relação às exigências de produção do corpo docente (ALCADIPANI, 2011), críticas essas que refletem as lutas no campo.

6.3. Debates epistemológicos e sua influência na ciência da Administração no Brasil

O estudo da epistemologia de um campo científico defronta o pesquisador com ele mesmo, seus pares, seu campo de trabalho, transformando-se numa oportunidade de autoconhecimento e de discussão sobre problemas coletivos por vezes considerados apenas no âmbito individual. Abre a possibilidade de avanço da ciência a partir daqueles que a produzem (SERVA; PINHEIRO, 2009).

Nas últimas décadas, diversos temas de estudo que compõem debates e sistematizações próprios da epistemologia vêm sendo abordados pela Administração, tais como análise paradigmática, discussões metodológicas, fundamentos e pressupostos de teorias.

Na última edição do EnEO, Ma (2014) questionava no título de seu texto: *Se administração é ciência, qual o seu objeto de estudo?* Em sua revisão bibliográfica das principais obras do pensamento administrativo, a autora identifica no surgimento da Administração, interesses em profissionalizar cada vez mais a produção dentro das organizações, garantindo a continuidade da acumulação capitalista. Os teóricos do período preocupavam-se, então, com a maximização do lucro do capitalista através das empresas; os modelos de gestão desenvolvidos definiam-se como uma prescrição para o sucesso da empresa privada. Embora tenha aumentado seu escopo de análise e incluído organizações de dinâmicas diversas se comparadas às empresas, a Administração não ampliou da mesma forma seu arcabouço teórico. A ampliação do objeto de estudo e a necessidade de entender essas organizações para garantir-lhes a sobrevivência levou a Administração a aproximar-se de disciplinas como Sociologia, Psicologia, Antropologia, etc. Neste momento, a prescrição de modelos de lógica instrumental passa a não se adequar às novas formas de organização, sendo necessário novo arcabouço teórico para compreender a dinâmica das novas organizações; essa construção teórica exige, então, uma característica analítica. Assim, a autora conclui que uma vez que analisar e prescrever são atividades complementares, porém distintas, nesta dupla função o objeto da Administração se confunde: Quando assume sua função prescritiva, a Administração se propõe a lidar com os modelos de gestão; quando, por outro lado assume sua função analítica, busca estudar fenômenos organizacionais diversos para melhor elaborar aqueles modelos. Em sua conclusão, reconhece o atual contexto estimulante para que convivam ambos os objetos de estudo: a gestão como prática administrativa e a organização como locus de ação administrativa personalizada. No mesmo contexto cabem e convivem a lógica da manutenção do conhecimento e a lógica da transformação do *status quo*.

Reflexões sistematizadas tiveram seu início no final dos anos 70 e começo dos anos 80. Segundo Serva (2012), entre 1979 e 1981, algumas obras inspiraram os avanços na epistemologia das ciências administrativas. Destaca-se neste conjunto o livro *Sociological Paradigms and Organizational Theory*, de Gibson Burrell e Gareth Morgan, publicado em

1979, que trouxe a discussão sobre a identificação dos paradigmas⁹³ como realidades alternativas nos estudos organizacionais. Isso acontece quando Gibson Burrell e Gareth Morgan – então professor e orientando, respectivamente – apresentaram à academia norte-americana um modelo de categorização paradigmática. Amplamente aceito e utilizado entre os pesquisadores brasileiros, o trabalho argumentava que o desconhecimento da realidade paradigmática, bem como a aceitação quase hegemônica do paradigma funcionalista limitavam os estudos em Administração. Segundo os autores, os estudos organizacionais cresceriam em reflexividade e riqueza se os pesquisadores pudessem se reconhecer, dialogar e desvendar caminhos metateóricos além do funcionalismo dominante (CALDAS, 2007).

O modelo de Burrell e Morgan (1979) apresenta escolas de pensamento diferenciadas por abordagens e perspectivas, mas que compartilham alguns pressupostos fundamentais sobre a natureza da realidade com a qual lidam. A tese central dos autores é que a teoria social em geral e a teoria das organizações em particular podem ser analisadas em termos de quatro visões de mundo que divergiam sobre a natureza da ciência (objetiva/ subjetiva) e a natureza da sociedade (regulação/ mudança radical). A partir daí, mapearam quatro paradigmas: funcionalista, interpretativista, humanista radical e estruturalista radical, que refletem diferentes perspectivas, questões e problemas para estudo, e são baseados num conjunto de pressupostos que refletem sua visão particular da natureza do objeto de investigação.

A dimensão objetivo/ subjetivo polariza hipóteses sobre a natureza da ciência e como ela deve ser investigada: há pressupostos ontológicos, epistemológicos, sobre a natureza humana (e seu relacionamento com o meio ambiente) e sobre implicações metodológicas, que levarão a visões alternativas sobre a realidade social. A dimensão sociologia da mudança radical/ sociologia da regulação revela posições de pesquisadores do campo que buscam explicações para mudanças radicais, conflitos, modos de dominação e contradições estruturais ou que estão comprometidos em explicar a sociedade em termos de união e coesão.

Os quatro paradigmas são:

⁹³ Kuhn (1970, p. 13) considera paradigmas “as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”.

- Paradigma funcionalista – baseia-se na pressuposição de que a sociedade tem existência concreta e real; esta perspectiva é fundamentalmente reguladora e prática;
- Paradigma interpretativista - vê o mundo social como não existente em sentido concreto sendo produto da experiência subjetiva e intersubjetiva dos indivíduos. Entende a sociedade do ponto de vista do participante da ação. A ciência é considerada uma rede de jogos de linguagem baseada em conceitos e regras que os participantes seguem;
- Paradigma humanista radical - enfatiza a sociedade socialmente criada e socialmente sustentada. Crê em modos de dominação ideológica no processo de criação da realidade como sendo influenciados por processos psíquicos e sociais;
- Paradigma estruturalista radical – vê a sociedade como uma força potencialmente dominadora. O estruturalista busca compreender as tensões intrínsecas e como os detentores do poder buscam controlá-las com modos de dominação.

Cada paradigma define modos antagônicos de análise social e tem implicações diferentes para o estudo das organizações. A Figura 5 resume o modelo:

O livro de Burrell e Morgan (1985) foi alvo de diversas críticas, desde a apresentação da matriz do modelo, considerada por Clegg (1982) uma abordagem tipicamente funcionalista. A presumida ausência de regras de tradução que conduzia à exclusividade mútua dos paradigmas era interpretada como a possibilidade de alguma tradução estar disponível – o que, segundo Burrell (2007), teria o apoio do próprio Kuhn em suas últimas publicações⁹⁴

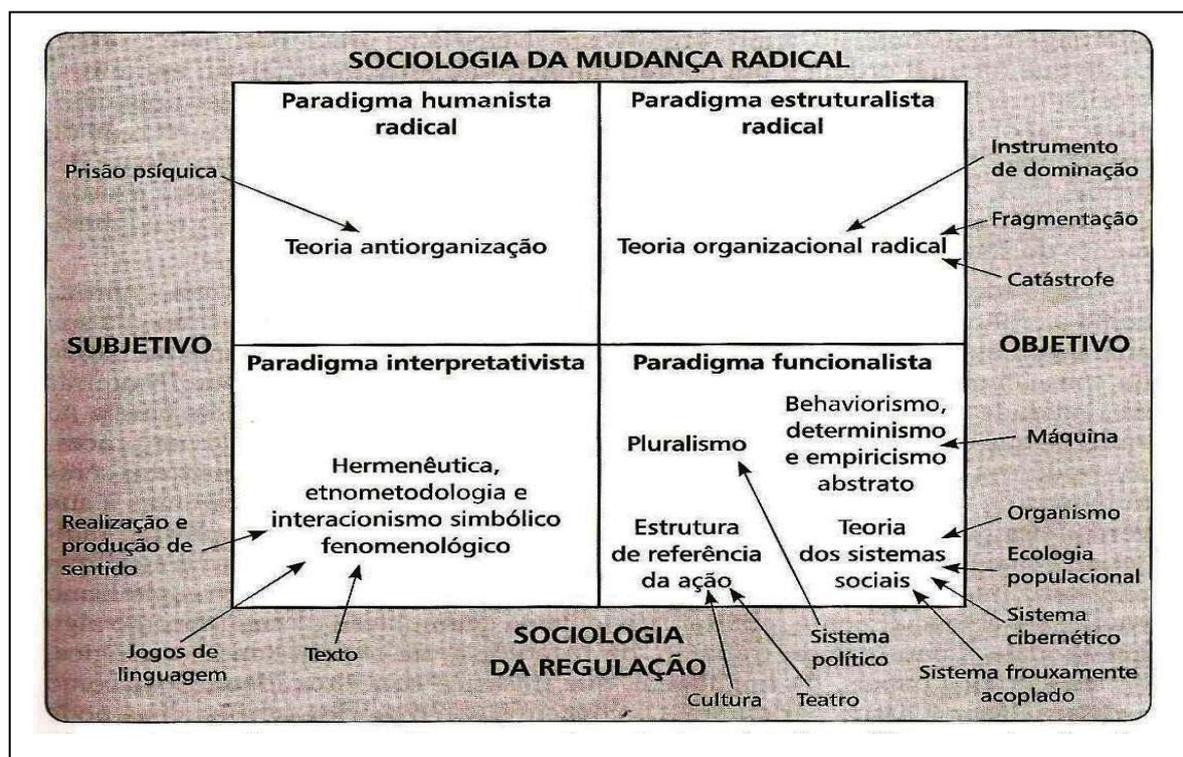
Burrell (2007) esclarece também que o argumento no livro de ambos não afirma ser o funcionalismo representativo da ciência normal ⁹⁵ nas teorias organizacionais, e que seria substituído – *à la* Kuhn - após um período de ‘revolução’. Ao contrário, o autor ressalta que o livro argumenta que o estado normal da ciência organizacional é pluralístico:

⁹⁴ KUHN, Thomas S. *O caminho desde A Estrutura*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

⁹⁵ KUHN, Thomas S. *A Estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1970.

O que não significa que a análise organizacional seja "imatura" ou esteja, com o fôlego suspenso, aguardando sua fase de ciência normal. É tão somente que uma pluralidade de legitimações e perspectivas que competem deve ser esperada em todas as ciências, especialmente nas sociais (BURRELL, 2007, p.446)

Figura 5 – Paradigmas, metáforas e escolas relacionadas de análise organizacional



Fonte: Burrell; Morgan, 1985.

Pouco depois do lançamento do livro conjunto, Morgan começa a explicitar sua visão metafórica da teoria e realidade organizacionais, em trabalho que marca a separação entre mestre e aluno: a partir do trabalho conjunto, Morgan procurou identificar visões dominantes dentro de cada paradigma, transformando-as em veículo pelo qual os paradigmas são atualizados nas mentes dos teóricos (BURRELL, 2007). Enquanto Morgan apresenta sua visão metafórica da teoria e realidade organizacionais – divulgada no Brasil no livro *Imagens da Organização*, datado de 1996, Burrell parte para a exploração de caminhos alternativos aos próprios quatro paradigmas, enveredando pela divulgação do movimento pós-modernista e da corrente feminista em organizações.

Burrell tece ácidas críticas a Morgan e a seu *Imagens da Organização*. Segundo ele, após identificar a importância da metáfora como forma de ver o mundo dentro dos quatro paradigmas em sua tese – orientada por Burrell – na Universidade de Lancaster,

Inglaterra, ao mudar para a América do Norte houve um deslocamento "concomitante e bem delineado de sua posição intelectual" ⁹⁶ (BURRELL, 2007, p.450): Morgan teria transformado a metáfora no meio pelo qual os paradigmas são atualizados nas mentes dos pesquisadores e buscado identificar aquelas que dominavam dentro de cada paradigma.

Embora admita que o livro foi escrito de modo persuasivo, demonstrando erudição na literatura e que teve impacto considerável no ensino da Administração, Burrell critica o que considerou uma metáfora implícita no livro de Morgan: a ideia de supermercado.

Está claro que incompatibilidade não é mais central nas ideias de Morgan, porque nos estudos das organizações, metáforas podem ser apanhadas conforme se queira nas prateleiras de um supermercado. Claro que elas trazem consigo todos os tipos de suposições, mas isso é apenas parte do produto (BURRELL, 2007, p.451).

O livro de Burrell e Morgan inaugurou uma série de diversos trabalhos sobre o tema 'paradigma', além de extensa reflexão sobre a ciência administrativa. Serva (2012) elenca, a partir daí, exemplos como: o livro de Chanlat e Séguin (1992), *Les Analyses des Organisations*, onde os autores propõem dois paradigmas para o exame das teorias organizacionais: o funcionalista e o crítico; os trabalhos de Lewis e Grimes (1999), que sugerem a criação de teorias administrativas por meio do que chamam de metatriangulação, ou seja, o emprego simultâneo de vários paradigmas.

O autor cita ainda o brasileiro Guerreiro Ramos que, em seu livro *A Nova Ciência das Organizações* (1981), no começo dos anos 80, havia empreendido uma análise sobre a ciência administrativa onde, além de criticar a teoria da Administração dominante à época, dedicava-se à discussão epistemológica antes de propor nova abordagem para a teoria:

A disciplina organizacional contemporânea não desenvolveu a capacidade analítica necessária à crítica de seus alicerces teóricos e, em vez disso, em grande parte toma emprestadas capacidades exteriores. Por essa razão, condenou-se a si mesma a permanecer pré-analítica e, para sempre, na periferia da ciência social. Dificilmente um campo disciplinar atingirá o nível sofisticado de conhecimento requerido para o ensino em grau superior, se não for capaz de desenvolver um caráter crítico de si mesmo, extraídas as suas bases epistemológicas (GUERREIRO RAMOS⁹⁷, 1981, p. 118 citado por SERVA, 2012).

Ainda no universo francófono, são citadas iniciativas francesas e canadenses. No primeiro caso, trata-se de obra publicada no ano seguinte à de Burrell e Morgan: intitulava-se *La Science Administrative*, de autoria de Chevalier e Loschak, que, embora

⁹⁶ Note-se que autor, à época, foi alçado à condição de *superstar*...

⁹⁷ GUERREIRO RAMOS, A. **A nova ciência das organizações**. Rio de Janeiro: FGV, 1981.

focado na realidade francesa, iniciava o debate sobre a constituição do campo científico da Administração e os obstáculos epistemológicos a superar. Já a obra canadense, *La Production de Connaissances Scientifiques de l'Administration*, de Audet e Malouin, data do final dos anos 80, discute o campo e a possibilidade de utilização deste conceito bourdieusiano para tratar de desenvolvimento e conteúdo da ciência administrativa.

O desenvolvimento da epistemologia da Administração tem seguido várias direções, seja pelo viés da produção do conhecimento no campo como um todo, seja nas áreas específicas – marketing, finanças, estratégia, etc.- com questionamento sobre método e validade do que é produzido.

No Brasil, seu processo de institucionalização vem evoluindo rapidamente nas últimas décadas. A introdução de metodologias administrativas importadas é notada desde a criação das primeiras escolas de Administração na década de 50 (SERVA, 1992). Diversos trabalhos (BERTERO; KEINERT, 1994; VERGARA; PINTO, 2000; VERGARA; 2001) ainda demonstram a predominância de autores americanos a embasar a produção nacional. Não faltam relatos sobre a produção nacional (MARTINS 1997; ALCADIPANI, 2011), críticas ao órgão responsável por fomento e avaliação (SPINK; ALVES, 2011) - a CAPES - ou mesmo constatações bem humoradas como, por exemplo, o relato da relação dos docentes com mestrados desprovidos de formação epistemológica básica, como demonstra o sugestivo "Paradigmas e Metodologias: Não Existe Pecado do Lado de Baixo do Equador" (CARRIERI; LUZ, 1998).

O movimento tem evoluído. Serva (2012) relata a adoção da disciplina Epistemologia da Administração em currículos de alguns programas de mestrado e doutorado existentes no Brasil, tais como na Universidade Federal do Paraná, na Pontifícia Universidade Católica do Paraná e na Universidade Federal de Santa Catarina. Revistas consagradas na área, tais como a Revista de Administração de Empresas (RAE) da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a Organizações e Sociedade (O&S) da Universidade Federal da Bahia, a Revista de Administração da Universidade de São Paulo (RAUSP) – dentre outras - têm aberto espaço para este tipo de discussão em suas edições. Observa-se ainda o crescimento do número de trabalhos enviados à Divisão Acadêmica Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade, na subdivisão Estudos Gerais e Reflexivos do Campo – criada em 2007 - do EnANPAD conforme estudos de Serva e Pinheiro (2009).

Segundo o Diretório de Grupos de Pesquisa da Plataforma Lattes (2014), há dois grupos que atendem à consulta pelo termo ‘epistemologia’ em sua linha de pesquisa. Um deles, é o grupo Administração Política do Desenvolvimento da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), cujos líderes são Wesley Gusmão Piau Santana e Elinaldo Leal Santos. O grupo foi formado em 2013, surgindo a partir de discussões iniciadas na UFBA e vem desenvolvendo “ações voltadas para o fortalecimento dos estudos críticos em Desenvolvimento e em Administração, com foco em questões epistemológicas, metodológicas e empíricas” (PLATAFORMA LATTES, 2014). O outro grupo denomina-se Organizações, Racionalidade e Desenvolvimento, localizado na UFSC. Seu líder é Maurício Roque Serva de Oliveira e sua formação foi em 2007. O chamado Núcleo de Pesquisa Organizações, Racionalidade e Desenvolvimento (ORD), construiu a Rede ORD, “visando agregar a grande quantidade de informações sobre os assuntos ligados às suas linhas de pesquisa e disponibilizá-las em um ambiente virtual”.

Cabe notar que o líder do segundo Grupo, Maurício Serva, possui extensa produção publicada e frequente participação em congressos da área. **Maurício Roque Serva de Oliveira** é graduado em Administração de Empresas pela UFBA. Seu mestrado e doutorado, ambos também em Administração de Empresas, foram obtidos na Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP-FGV) sob a orientação de Peter Spink – cujos estudos de Graduação e Doutorado foram, respectivamente, na área de Psicologia, na University of London, Inglaterra, e Psicologia, Organizacional no Birkbeck College, também da University of London. Serva fundou e coordena o Núcleo de Pesquisa em Organizações, Racionalidade e Desenvolvimento, e é líder de grupo de pesquisa no CNPq com o mesmo nome – um dos poucos identificados no Diretório do CNPq como possuindo o tema epistemologia da ciência da administração em sua Linha de Pesquisa. Criou na UFSC em 2011 e coordena até o presente o Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração. Em 2013 fundou a Revista Ciências em Debate e é o seu editor. Professor atualmente integrante do NDP da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), já atuou na UFBA, UFPR e FGV- EAESP. Em diversos eventos da ANPAD – como EnANPAD e EnEO – foi responsável pelo tema Ontologia, Epistemologias, Teorias e Metodologias nos Estudos Organizacionais, especialmente no triênio 2010-2012. Cabe notar que, embora tratando de questões como complexidade, renovação das bases epistemológicas

da teoria das organizações, necessidade de realização de estudos organizacionais numa perspectiva crítica, etc., não identificamos, na obra do autor, filiação direta aos *CMS*

Enquanto ciência, o campo da Administração é formado por pesquisadores que compartilham um paradigma – resultante de escolhas epistemológicas calcadas em bases científicas. A atuação desse pesquisador parece assemelhar-se aos colegas de outros campos científicos, o que significa dizer que a produção do conhecimento acadêmico é "um tipo de prática social legitimada e reconhecida como tal" (HEY, 2008, p.15). Por ser o campo um ‘espaço objetivo de um jogo’, a distinção entre determinações científicas e sociais, ou entre interesse intrínseco e interesse extrínseco termina por ser artificial e mesmo impossível: o trabalho do cientista deve não apenas ser interessante para ele, mas também importante para os outros. É o que confirma Louvel (2005) ao destacar cinco dimensões do mundo dos pesquisadores que podem auxiliar sua legitimação:

(1) Mobilizar o mundo; (2) Criar colegas; (3) Aliar-se a autores que se interessem pelas duas operações precedentes (a escola, o Estado, a indústria.); (4) Evidenciar a atividade científica pelas relações públicas, pela confiança, pela ideologia; (5) O quinto horizonte designa o conteúdo da atividade científica (LOUVEL⁹⁸, 2005, citado por SERVA; PINHEIRO, 2009, p.6).

Finalmente, não se pode esquecer a relação desses agentes com transformações sociais, uma vez que seu desenvolvimento é estreitamente ligado à evolução da sociedade industrial. Essa constatação leva Audet⁹⁹ (1986, citado por SERVA; PINHEIRO, 2009) a identificar a diversidade do campo expressa em dois grupos de agentes: os praticantes e os não praticantes. Por outro lado, a expansão do questionamento sistematizado parece abrir espaço para maior diálogo entre os produtores de conhecimento, podendo-se incluir aí os gestores profissionais. Nesse sentido, poderia favorecer também a aproximação teoria/ prática, pesquisador/ praticante tão bem recebida numa Ciência Social Aplicada. Finalmente, o crescimento desses estudos parece apontar para uma postura epistemológica que vá além de uma contra-força ao paradigma funcionalista dominante - fazendo dele sua razão de existência – e que busque autonomia na construção da ciência e compreensão de sua história e dos agentes envolvidos nessa construção (SERVA, 2012).

⁹⁸ LOUVEL, S. Le monde des chercheurs - Les Travailleurs du savoir. **Sciences Humaines**, Paris, v.34, n.157, fev.2005.

⁹⁹ AUDET, M. Le procès des connaissances de l'administration. In : AUDET, M. ; MALOUIN, J.-L. (orgs.) **La production des connaissances scientifiques de l'administration**. Quebec : Les Presses de l'Université Laval, 1986.

7. TRANSFORMAÇÕES PÓS ANOS 90

Neste capítulo contextualizo os Estudos Críticos nos movimentos de Administração e exploro, reportando-me ao trabalho de Burrell e Morgan, a atualidade – ou não - da abordagem funcionalista, contrapondo-a às alternativas críticas e pós-modernas, reforçando a metáfora da “arena” para retratá-los.

Exploro os Estudos Críticos, seu histórico, principais pressupostos e os professores-pesquisadores que a eles aderiram. Ao final do capítulo exponho dados da pesquisa empírica que permitem mapear professores e respectivas IESs, identificando suas propriedades e estratégias de ação.

7. 1. Antecedentes históricos

A criação do conhecimento em Administração caracteriza-se como uma atividade intelectual necessariamente envolvida com o contexto histórico e social em que é criada e recriada.

Com suas raízes históricas fincadas num conjunto de trabalhos do final do século XIX, os estudos organizacionais foram estruturados em torno do triunfo modernista sobre os discursos tradicionais. Consolidava-se a emancipação em relação ao mito, à autoridade e aos valores tradicionais, por meio do conhecimento, da razão e das capacidades elevadas do ser humano (SILVA, 2000; ALCADIPANI, 2002).

A partir daí, as metanarrativas fundadoras, baseadas na ordem coletiva e liberdade individual alcançada através da organização racional e do progresso material, fragmentaram-se em ‘discursos’ - muitos dos quais sem força moral ou coerência analítica (REED, 2007). Na perspectiva histórica final do século XX, estudos e prática organizacionais já haviam incorporado muitas transformações. Acompanhavam, assim, crenças compartilhadas por críticos ligados às convicções e conhecimentos de caráter científico difundidos em cada período (AKTOUF, 1996).

Aktouf (2003) afirmava que os estudos sobre Administração não eram mais únicos, monolíticos. A Administração nascida no século XIX na Inglaterra e aperfeiçoada enquanto “doutrina” e “teoria” nos Estados Unidos (AKTOUF, 2003, p.15), já não estava mais sozinha em cena.

Clegg e Hardy (2007) salientam estas múltiplas conversações com o uso da metáfora da “arena” de disputas. Bertero (1994), por sua vez, identifica aí um campo de conhecimento que carrega marcas de produções originárias em outras sociedades e culturas, e cujos estudos seguem “temas de momento” dos países de origem das ideias, acarretando “modismos”. Segundo o autor, apesar do predomínio norte-americano, contribuições europeias - embora sofrendo a mesma influência - teriam desenvolvido postura mais crítica. Conceitos, variáveis e teorias das Ciências Sociais também foram importantes - especialmente no Brasil - ao contribuir para o distanciamento do funcionalismo e da ideologização inseparáveis da aproximação da posição hegemônica.

Trata-se de movimento que parece tomar corpo nos anos 90, em adesões individuais e institucionais, e que aqui vou denominar de “novos entrantes”. Sua sistematização carece de atenção especial, especialmente quando se coloca em perspectiva a produção já existente sobre a influência da literatura americana.

Fischer (2003) considera os Estudos Organizacionais o “eixo estruturante” da área, reflexivo da estabilidade ou transformações paradigmáticas das disciplinas que contribuem para o campo. Já Bertero (1994), admite haver amplitude considerável nos chamados Estudos Organizacionais por englobarem temas referentes à Teoria Organizacional, Teoria Geral da Administração e Comportamento Organizacional. O autor, por sua vez, declara preferir a expressão Análise Organizacional.

Diversos autores buscam percorrer os estágios do conhecimento científico em Administração, no Brasil. As pesquisas envolvem questionários e entrevistas com pesquisadores de análise da produção dos principais veículos e congressos da área, tais como: Anais do ENANPAD; RAE - da FGV- São Paulo; RAP, da FGV- Rio; e RAUSP, da Universidade de São Paulo.

Conclusões recorrentes giravam em torno de pouca visão crítica da realidade (MACHADO-DA-SILVA ET AL, 1990; BERTERO; CALDAS; WOOD JR. 1999;); do excesso de estudos associados a modelos americanos (BERTERO; KEINERT, 1994; VERGARA; PINTO, 2000; VERGARA; 2001); da pouca força argumentativa (HEMAIS; VERGARA, 2000)

Vergara (2001) ressalta outras consequências além do empobrecimento nas fontes de referência: o material produzido é adotado em escolas de administração, gerando discussões pouco adequadas ao contexto cultural brasileiro. A autora ressalta que o domínio

da língua inglesa e a – ainda - maior quantidade de referências americanas predominam, quer pela iniciativa do pesquisador brasileiro, quer por sua inércia em buscar outras referências. Lembra também Guerreiro Ramos (1983) que já denunciava a imitação daquilo que é estrangeiro, por parte dos países marginais do capitalismo e aconselhava maior preocupação em formar uma administração mais contextualizada.

Conforme o modelo de paradigmas delineado por Burrell e Morgan (1985), o funcionalismo – localizado no quadrante da objetividade e da sociologia da regulação – representava a “ortodoxia” nos estudos organizacionais.

Entretanto, ao propor aquele modelo pela primeira vez em 1979, os autores não imaginaram que nos anos 80 e 90 fosse tornar-se tão nítida a inflexão crítica e o conseqüente crescimento de outras vertentes. Mesmo assim, o funcionalismo manteve sua hegemonia – em grande parte devido à força dos pesquisadores americanos e sua produção.

Guillén (1994) considera a Escola Científica, a Escola de Relações Humanas e o Estruturalismo como importantes momentos paradigmáticos na Teoria Organizacional, configurando um conjunto de teorias e leituras dos fenômenos organizacionais.

Na Escola Científica a organização é observada como um sistema autônomo, centrado na eficiência interna e capaz de operar satisfatoriamente em limites bem específicos. Considerava a eficiência organizacional passível de ser assegurada a partir de controles objetivos sobre o trabalho. A partir das ideias de Frederick Taylor e, posteriormente, de Frank Gilbreth, Henry Fayol e Henry Ford, os problemas de planejamento e controle da produção foram reduzidos a sua vertente técnica. Nunca superaram a ideia simplista de assegurar o equilíbrio organizacional a partir da estrutura empresarial, da organização do trabalho e da atenção ao bom relacionamento entre objetivos das pessoas e das organizações. Conflitos e divergências de interesses eram vistos como anomalias a serem sanadas. Os pressupostos de racionalidade que marcaram esse momento foram estendidos a toda a organização: todos deveriam e poderiam se comportar de uma forma estritamente técnica e racional.

A Escola de Relações Humanas manteve os pressupostos da abordagem que lhe antecedeu, dando ênfase, entretanto, aos aspectos informais das interações entre indivíduos e grupos nos contextos produtivos. Garcia e Bronzo (2000) ressaltam que esta ênfase desviou a atenção para as necessidades de uma verdadeira transformação institucional.

A seguir, partindo da derivação metodológica do positivismo lógico, o funcionalismo impactou fortemente a análise do campo organizacional: primeiro, com as contribuições de Weber (1967) em sua obra “A ética protestante e o espírito do capitalismo” e em seus estudos sobre as burocracias. A partir de Weber, diversos pesquisadores, em especial cientistas sociais buscaram o entendimento dos fenômenos administrativos em perspectiva mais ampla e menos restritiva. (GARCIA; BRONZO, 2000).

A abordagem funcionalista, até aqui fechada e menos crítica, centrava-se no pressuposto de que as funções deveriam ser desempenhadas satisfatoriamente para o bem de toda a estrutura; daí, sua atenção a normas, estruturas de papéis e ação dos atores organizacionais empregando uma racionalidade tipicamente instrumental. Seu enfoque é formalista, analítico e sistêmico: uma formulação ingênua ao não considerar as fissuras na lógica hegemônica do poder institucional (GARCIA; BRONZO, 2000).

A lógica estrutural-funcionalista via sociedades e organizações produtivas como estruturas estáveis, que tendiam ao equilíbrio e ao consenso. Assim o consenso entre indivíduos e a convergência de valores eram vistos como possibilidade real que levaria a uma sociedade integrada pelo funcionamento ótimo de seus elementos constituintes.

As bases para as discussões do poder nas organizações já existiam nos anos 60. Esta perspectiva começa a sobressair-se à lógica estrutural-funcionalista levando, nos anos 70, ao reexame das instituições como centros de poder. Os efeitos dessa reorientação epistemológica tiveram impacto na análise das organizações, nos estudos sobre a classe trabalhadora e sobre a divisão social e técnica do trabalho. Isto se deveu à influência de Marx e dos neo-marxistas, que viam a ação do homem como estruturalmente determinada e o mundo social como expressão dos processos produtivos.

Com o desenvolvimento da gerência capitalista e do trabalho técnico ocorreu um reposicionamento teórico de correntes que propunham analisar classes sociais e ocupacionais. Ênfases na proletarianização do trabalho técnico e na valorização das virtudes da técnica passaram a sugerir resistência e mobilização frente às práticas de poder do capital. Duas claras influências neste momento, Marx e Weber possuíam diferenças metodológicas claras: o primeiro reforçava as bases do coletivismo metodológico; o segundo, destacava a composição da sociedade com ênfase na realidade individual, inscrevendo-se, assim, no individualismo metodológico.

Garcia e Bronzo (2000, p.9) assinalam que o interesse sociológico à época voltou-se para dualidades como: consenso ou conflito, individualismo metodológico ou coletivismo, dialética ou funcionalismo.

Caldas e Fachin (2007) destacam que, no Brasil, a adoção do paradigma funcionalista teve qualidade questionável e atualização duvidosa. Assim, entre nós, no lugar de buscar os debates mais recentes, uma geração de pesquisadores de orientação funcionalista manteve-se na ortodoxia funcional-sistêmica – que dominava o funcionalismo até os anos 70, sobretudo no contingencialismo. Pouco era debatido sobre o neo-institucionalismo, a ecologia populacional, a teoria da agência, e demais abordagens intrafuncionalistas. Os reflexos puderam ser sentidos, segundo os autores, quer na pesquisa, quer no ensino da teoria organizacional: na graduação e na pós-graduação era ensinado um funcionalismo desatualizado, que formava novos pesquisadores e docentes, refazendo o ciclo. As exceções foram os principais programas de pós-graduação filiados à ANPAD, cujos pesquisadores atualizavam-se quer pelo acesso a publicações estrangeiras mais importantes, quer por terem desenvolvido seus estudos de doutorado em instituições no exterior.

Caldas e Fachin (2007, p.71) destacam que, embora o funcionalismo estivesse “entrincheirado” ou, mais ainda, no determinismo contingencialista, a constatação de que não era mais consensual animava os debates nos anos 80 fazendo surgir novas ideias. Dentre elas, quatro debates:

- O primeiro debate entre adaptação e seleção – de natureza ainda determinística;
- O segundo entre perspectivas deterministas e voluntaristas;
- O terceiro entre ação individual e ação coletiva e
- O último entre modelos racionais e normativos institucionais, resumidos na dicotomia organizações versus instituições.

Do primeiro debate surge a separação entre contingencialistas (adaptação) e teóricos da ecologia populacional (seleção), cujo argumento central é de que não são as organizações que se adaptam ou não ao ambiente, mas as “populações organizacionais” que têm ou não esta adaptação – ou já estão ou não adaptadas às variações ambientais que ocorrem.

No segundo, os deterministas assumem que organizações apenas sobrevivem quando obedecem a ditames – de eficiência ou ambientais – exógenos. Neste caso, são representados pelo contingencialismo, pela ecologia populacional e pelas teorias econômicas da organização. Os voluntaristas questionam a dependência passiva da organização às exigências externas, como, por exemplo, na corrente das escolhas estratégicas. Também o neo-institucionalismo e a teoria da agência surgiram desse impasse.

O terceiro debate sinalizou um novo caminho nas teorias das organizações; uma expansão do campo em direção ao ambiente como unidade de análise, em direção especialmente às redes organizacionais. Caldas e Fachin (2007) citam como exemplo as redes feitas a partir da UFBA, da FGV/EAESP, do CEPPAD/UFPR desde a década de 90.

O quarto debate, embora já tenha se iniciado quando das discussões provocadas pelo conceito da “racionalidade limitada” no interior do próprio funcionalismo, tem inspirado interesse crescente nos estudos sobre cultura organizacional e no desenvolvimento de teorias sociológicas como o interacionismo simbólico, o construtivismo social e a etnometodologia, que têm provocado debates internos. Este desenvolvimento distanciou os funcionalistas que defendiam abordagens objetivo-racionalistas daqueles que se aproximaram da corrente que Burrell e Morgan (1985) chamaram de Interpretacionismo. Os primeiros continuaram a defender – conforme a tradição funcionalista dominante - que os atores organizacionais eram objetivos e racionais: respondiam a ditames técnicos e ambientais como instrumentos de eficiência e racionalidade. A outra corrente, já vinha desde os anos 70 questionando esta natureza exclusivamente técnica do ator racional e salientando questões políticas, cognitivas, culturais e normativas que limitariam uma ação organizacional racional - e neutra - em prol de outros elementos internos e externos. Novas explicações passam a atribuir significado, valor simbólico ou político à ação organizacional o que explicaria – conforme exemplo de Caldas e Fachin (2007) – porque organizações ineficientes conseguem sobreviver e outras eficientes não.

7.2. Revigorando a “arena” de estudos: os “novos entrantes” dos CMSs

É importante deixar claro que a utilização da expressão “abordagem *mainstream*” deve-se, neste trabalho, à opção por enfatizar a hegemonia do funcionalismo, cuja expansão se deve, especialmente à representatividade institucional do *mainstream* norte-americano - como fonte hegemônica de alicerce epistemológico (VERGARA; CALDAS,

2007, p.223). Deixa-se de lado, ao adotar a expressão, os “focos de resistência” à corrente funcionalista, dentre os quais destacam-se: aqueles que têm espaço próprio no referencial de Burrell e Morgan, a teoria crítica das organizações, que se afasta da sociologia da regulação e é mais orientada para a mudança social e a abordagem pós-moderna – que não se enquadra exatamente naquela tipologia – embora surja da contradição da ortodoxia positivista.

Vieira e Caldas (2007) enfatizam que estudos críticos e pós-modernismo não tratam das pretensas verdades neutras e distanciadas, típicas da hegemonia funcionalista. Ambos representam alternativas e afastam-se do positivismo lógico; entretanto, praticamente fica por aí sua semelhança.

Os autores lembram ainda que, embora abracem a tendência, muitos pesquisadores destes modelos em formação fizeram seus estudos sob o viés funcionalista.

Wood considerava ambas as abordagens como possibilidades de renovação nos estudos organizacionais. Destacava, entretanto, que nenhuma delas era nova. Seriam "frutas maduras nesse supermercado de ideias mofadas¹⁰⁰, mas ainda estão em tempo de serem consumidas" (WOOD JR, 2007, p. 264). Comentando artigo sobre ambas as abordagens no *Handbook* de Estudos Organizacionais, o autor reconhecia que a empreitada era exaustiva, uma vez que "o material disponível é numeroso, multidisciplinar, contraditório e, muitas vezes (especialmente no caso do Pós-modernismo) confuso". Destaca ainda que, ao contrário da Teoria Crítica, o Pós-modernismo não conquistou muitos adeptos no Brasil -

Com relação ao pós-modernismo, Vieira e Caldas (2007) afirmam que a primeira dificuldade é sua definição, uma vez que se trata de movimento multidisciplinar, com presença na filosofia, na estética, artes, sociologia e chegando aos estudos organizacionais. Várias são as referências a uma *era* pós-moderna e várias são também as críticas, sendo a maioria delas dirigida por aqueles que não consideram a pós-modernidade uma ruptura com a modernidade, e sim um estágio “tardio” dela. Diversos elementos, tais como a globalização; o relativismo e o pluralismo (o que significa a dissipação da racionalidade e da objetividade, característicos da modernidade); a espetacularização da sociedade, marcada pela centralidade da mídia e da imagem; a cultura de massa; a

¹⁰⁰ Alusão à metáfora do "supermercado de ideias" com a qual Burrell (2007) critica os rumos dos trabalhos de Morgan alegando que este estaria propondo – em seu trabalho *Imagens da Organização* – que metáforas não são incompatíveis. Assim, segundo Burrell, para Morgan, as metáforas poderiam "ser apanhadas conforme se queira das prateleiras de um supermercado" (BURRELL, 2007, p.451)

normalização da mudança com a ênfase no volátil e transitório; o indivíduo consumidor; e a comodização do conhecimento – marcam o pós-modernismo.

A base da análise pós-moderna nos estudos organizacionais começa com a oposição à crença "modernista" de que a humanidade poderia aperfeiçoar a si mesma por meio da "razão e do progresso" (VIEIRA; CALDAS, 2007, p. 301). Quatro vertentes teóricas parecem ser herdeiras do pós-modernismo, segundo os autores: teorias feministas (ou de gênero) pós-estruturalistas; análises pós-colonialistas; teoria do *actor network*; e análise desconstrutiva de discursos e narrativas sobre conhecimento.

No Brasil, apesar de serem poucos os adeptos, sua produção é relevante, embora seja mais fácil encontrar sinais de influência do movimento por meio da influência de seus expoentes (como Foucault, Derrida, Latour) do que pelos pesquisadores assumirem diretamente o rótulo: poucos declaram claramente esta inclinação, enquanto outros limitam-se às referências ou metodologias de inspiração pós-moderna.

Do mesmo modo que o pós-modernismo, a teoria crítica não admite a neutralidade positivista. Embora atraia a vários autores a ideia de opor-se ao *mainstream* funcionalista os teóricos críticos sofreram resistência no mundo anglo-saxão. No Brasil, a aceitação da teoria foi grande. Entretanto, definir territórios e excluir desavenças é desafio de qualquer grupo pretenda impor-se. A falta de espaço editorial e de debate para uma abordagem não positivista foi contornada com a organização do grupo - restrito e restritivo - (VIEIRA; CALDAS, 2007, p.296) denominado *Critical Management Studies* (CMS) há cerca de duas décadas.

Segundo Paes de Paula (2008, p. XI) opção pela abordagem Crítica não pode ser considerada fácil. “Abandonar o mundo seguro do funcionalismo” - onde as pesquisas derivam do trabalho empírico - para trabalhar com a incerteza e a reflexividade colocando em xeque as próprias conclusões pode gerar desconforto. Exige, por isso, certo grau de maturidade e identidade intelectual, uma vez que a autonomia é uma das características que distinguem os pesquisadores críticos.

Fournier e Grey (2000), argumentam que desde que a Administração surgiu como uma prática social no final do século XVIII, várias formas de “crítica” lhe foram imputadas. Segundo os autores, uma vez que a Administração sempre esteve envolvida com poder político e social, não causa muito espanto que tenha sido objeto de análises críticas. Entretanto, nos anos 90, iniciativas consistentes foram tomadas no sentido de unificar as

críticas. Cite-se a reunião de léxicos alusivos aos termos *critical* e *management*, bem como o surgimento de uma nova disciplina, batizada de *Critical Management Studies (CMS)*. Embora de modo polissêmico, sua identificada proliferação pareceu ser importante objeto de estudo, que se tornava, por vezes, crítico: “*Indeed, we have some misgivings and concerns about it, so that this is also an occasion to be a little critical of critical management*” (Fournier e Grey, 2000, p. 8).

Embora seja consenso (ALCADIPANI; TURETA, 2008; FOURNIER; GREY, 2000; DAVEL; ALCADIPANI, 2003; MISOCZKY; AMARANTINO-DE-ANDRADE, 2005) apontar o contexto anglo-saxão como berço dos estudos críticos nos anos 90 – especialmente devido à publicação do livro *Critical Management Studies*, dos professores Mats Alvesson (do Business Administration Department da University of Lund, Sweden) e Hugh Wilmott (do Judge Institute of Management da University of Cambridge, UK). - Alvesson e Willmott (1992) -, Fournier e Grey (2000) recorrem aos anos 80 para ali inserir possíveis influências para o desfecho que veio a ocorrer 10 anos depois.

O trabalho de Alvesson e Wilmott (1992) parece ter sido um catalizador de várias iniciativas que ocorriam desde os anos 70, especialmente na Europa e no Reino Unido: da teoria do Processo de Trabalho inglesa (HASSARD; HOGAN; ROWLINSON, 2001) às diversas abordagens alternativas à perspectiva funcionalista (DAVEL; ALCADIPANI, 2002), esse corpo de conhecimentos sistematizou-se a partir de então, dando origem também à conferência com o mesmo título. Conforme argumentam Vieira e Caldas (2006) os *CMS* representam uma visão parcial da teoria crítica em estudos organizacionais, mas talvez possam considerados o lado mais visível dos estudos críticos na área de Administração. São, no entender de Alcadipani (2005) e Misoczky e Amarantino-de-Andrade (2005), a "logomarca" que simboliza o reconhecimento de que existem aspectos inadequados na teoria e na prática organizacionais ou ainda, o colapso da certeza e da confiança de pesquisadores e administradores em sua base de conhecimento. Ou ainda, representam - num movimento de forte viés político - o casamento de conveniência de inúmeros parceiros, que, embora apresentando divergências teóricas, conseguem construir suas carreiras dentro deste universo e gerar, de certa forma, a aceitação de um "gueto" pelo *mainstream* (ALCADIPANI, 2005).

Fournier e Grey (2000) identificam como fatores que contribuíram para a maior ressonância dos *CMS*, a ascensão e crescimento do managerialismo¹⁰¹ associado à hegemonia do *New Right*¹⁰² a crise da gestão ocidental – especialmente de inspiração americana- diante das exigências do capitalismo globalizado; a conseqüente crise da orientação positivista e o decorrente recurso a alternativas metodológicas e epistemológicas.

Seria ingênuo, entretanto, segundo os autores, acreditar que a institucionalização dos *CMS* ocorreu apenas no âmbito seus apoiadores – ou não -, de suas atividades organizadas e demais manifestações, sem perceber sua relação com um contexto institucional mais amplo, que inclui as escolas de gestão, a educação superior e a sociedade capitalista.

A partir do movimento denominado *Critical Management Studies*, os estudos críticos vêm conquistando espaço na produção acadêmica internacional com publicações como diversos *journals*, na organização de *workshops* e, desde 1999, com a *Critical Management Studies Conference* de periodicidade bianual. A Universidade de Lancaster (Inglaterra) oferece ainda um *Ph.D.* em *Critical Management Studies* (DAVEL; ALCADIPANI, 2002)

Segundo Fournier e Grey (2000), sob o alcance das políticas conservadoras e neoliberais do *New Right*, produto da vitória do governo de Margareth Thatcher em 1983, as universidades britânicas deixam de ser as “*Ivory Towers*” elitizadas e passam a sofrer pressões econômicas e políticas para desenvolver um sistema de educação de massa – o que resultou num modelo de “*McUniversity*” (BARRY; CHANDLER ; CLARK, 2001; HALSEY, 1995). A partir daí, teria se configurado a chamada “segunda revolução gerencial”: a diminuição de restrições representada, por exemplo, pela diminuição do poder dos sindicatos, teria aberto caminho para uma gestão “eficiente e inovativa”. O setor público, também influenciado pelo gerencialismo, passou a ser direcionado à eficiência e *accountability*, além de ser palco de minimização de poderes profissionais. No Brasil, este movimento tomou o nome de “administração pública gerencial”, proposta disseminada por Bresser Pereira (BRESSER PEREIRA; SPINK, 1998).

¹⁰¹ Chanlat (2000) chama de *managerialismo* a descrição e interpretação do mundo a partir das categorias da gestão: uma sociedade de gestores que busca racionalizar as esferas da vida social.

¹⁰² *New Right* é uma expressão usada em vários países para referir-se a grupos ou políticas cujos conteúdos ideológicos estivessem associados à agenda da então considerada tendência mundial de renovação da direita observada nos países capitalistas avançados. Capitaneado pela então primeira-ministra Margareth Thatcher, o movimento gerou uma onda de oposição na academia britânica, especialmente pela managerialização da administração governamental (VIEIRA; CALDAS, 2006).

Os autores consideram que a reestruturação ideológica e os controles de custos foram suas principais consequências, especialmente para os governos locais.

O pano de fundo para o corpo teórico que embasa os Estudos Críticos são os paradigmas humanista radical e estruturalista radical (BURREL; MORGAN, 1979). Diversas tradições intelectuais geram uma arena de debates em que “os críticos se criticam” (DAVEL; ALCADIPANI, 2005).

Com base em Fournier e Grey (2000) e em Alvesson e Deetz (1999), são identificados três conjuntos de tradições teóricas na dinâmica dos Estudos Críticos:

- Tradições modernistas desenvolvidas no âmbito do marxismo, do neomarxismo e da Escola de Frankfurt – caso em que os estudos críticos buscarão aliviar as “dores” do mundo atual;
- Tradições pós-analíticas – termo que os autores identificam como “apropriadamente impreciso”, mas que é capaz de dar conta de “múltiplas correntes contemporâneas de pensamento social, - por exemplo, o pós-estruturalismo, pós-modernismo, pós-colonialismo – que podem ser unidas por aquilo que as diferencia: o pensamento analítico” (DAVEL; ALCADIPANI, 2005, p.71); neste caso, os estudos críticos concebidos sob a perspectiva pós-analítica enfatizarão os significados conferidos às ações dentro de uma rede social que pode ser lida como se fosse um texto. Certos textos privilegiam alguns aspectos da vida organizacional descartando outras;
- Teorias feministas – caso em que os estudos críticos buscarão elaborar formas de lidar com a exclusão e a opressão feminina no âmbito das organizações.

Os Estudos Críticos levam os teóricos da Administração a procurar na filosofia e nas ciências humanas em geral, novas formas de pensar a organização e a administração (OLIVEIRA et al., 2003).

Segundo Paes de Paula (2008), a pluralidade de temas apresentados como críticos é tão ampla que, no limite, "crítico é tudo que não é funcionalista" (p.XII). Entretanto, na tentativa de sistematizar pontos em comum, são identificados predominantemente três, que dão coerência aos Estudos Críticos em Administração (FOURNIER ; GREY, 2000; DAVEL; ALCADIPANI, 2002, OLIVEIRA et al., 2003):

- Intenção desvinculada da performance: em perspectivas não críticas, a performance é a um imperativo em volta do qual todo conhecimento ou prática deve ser gerado sem deixar espaço para questionamentos. Governadas por princípios de eficiência, subordinam o conhecimento e a verdade ao aumento da produtividade. Nestas perspectivas, relacionadas ao *mainstream* funcionalista, os conhecimentos devem melhorar a relação input/output das organizações. Já nos Estudos Críticos, há o afastamento da lógica instrumental de cálculo de meios em relação a fins e da melhoria do desempenho econômico das organizações. Não buscam melhoria da performance, mas sim emancipar os homens dos mecanismos de opressão, tendo o aspecto humano como ponto fundamental;
- Desnaturalização: a perspectiva *mainstream* utiliza palavras de ordem como globalização e competição, de modo a tornar natural e inquestionável as práticas dominantes da administração. Formações sociais são abstraídas do contexto histórico e conflituoso de sua origem e são tratadas como entidades concretas e relativamente fixas. Arranjos institucionais não são vistos como escolhas, mas como naturais e evidentes por si próprios, alheios às relações de poder. Os Estudos Críticos, por sua vez, buscam alternativas para as práticas dominantes, tornando questionáveis as práticas tidas como naturais. Consideram as organizações construções sócio-históricas, sendo importante compreender como são formadas, consolidadas e transformadas;
- Intenção emancipatória: os textos dos Estudos Críticos não são positivistas; buscam promover a reflexão de maneira crítica sobre práticas opressivas e facilitar a extensão dos níveis de autonomia e responsabilidade das pessoas. Autonomia é utilizada no sentido da capacidade de produzir julgamentos não-deformados por dependências sociais inúteis associadas à subordinação, às desigualdades de riqueza, de poder e de conhecimento. Responsabilidade refere-se ao desenvolvimento de uma consciência de interdependência social e à compreensão da responsabilidade coletiva para com os outros. À medida que as pessoas procuram mudar – pessoal, coletiva e progressivamente – seus hábitos e as instituições que impedem o desenvolvimento de sua autonomia e responsabilidade, ocorre a transformação emancipatória.

Resumidamente, de acordo com Fournier e Grey (2000), pode-se definir os Estudos Críticos em Administração como uma abordagem crítica, influenciada por diversas tradições intelectuais, reunidas pela irrelevância da performance, pela desnaturalização e pela intenção emancipatória.

7.3. A institucionalização dos CMS: transformações através dos agentes do campo

Em literatura legitimada como das principais representantes de estudos seminais sobre os CMS, Grey e Wilmott (2005) relembram que o modelo das Escolas de Negócios americanas era, nos anos 50, copiado em todo o mundo. Baseava-se em métodos e filosofia positivistas, sendo influenciado pelo clima opressivo da Guerra Fria e pelas dúvidas quanto às referências e à respeitabilidade das ciências ditas “sociais”. Para compor essas escolas eram recrutados professores de departamentos já existentes nas universidades, mas que se sentissem atraídos pela nova oportunidade de unir disciplinas acadêmicas a uma abordagem prática e a fronteiras disciplinares menos rígidas.

Os anos 60 e 70 presenciaram um crescimento das Escolas de Negócio e sua influência no mundo empresarial acompanhado de certa desilusão com a aplicabilidade do conhecimento produzido pela ciência positivista. Por seu lado, as ciências sociais, pluralizavam as bases epistemológicas. Se a dominância do modelo positivista de ciência havia contribuído para afastar das Escolas de Negócio pensadores de tendências mais críticas, o enfraquecimento daquela hegemonia levou a que os *top management journals* passassem a publicar pesquisas de bases ampliadas e alternativas – o que se reflete nas Escolas e em seus quadros que passaram a abrigar grupos de orientação metodológica -e também política - crítica.

Nos anos 80 e 90 parece ter importado menos a orientação que a inserção nas publicações de prestígio: editores e avaliadores passam a ser mais receptivos a estudos de orientação crítica. Por outro lado Escolas de Negócio promoviam seus membros com base em suas publicações. Embora os *top journals* ainda publicassem o *mainstream* prioritariamente, a apresentação de trabalhos críticos nas mesmas fontes legitimava a orientação; conseqüentemente, o ensino que ocorria sob essa influência.

Embora se possa questionar que a educação para o *management* se dá também de outras formas além - e fora - das universidades, seu *status* pode estar associado à capacidade de premiar e atestar o domínio das qualificações reconhecidas em determinada

área de conhecimento. Assim, o próprio capital simbólico dos *business man* aumentava, à medida que lhes era conferido um diploma universitário. Além do mais, as escolas de negócio continuavam sendo as principais instituições a promoverem a mobilidade social e a transformarem simples homens de negócio em atores do capitalismo global (WILMOTT; GREY, 2005).

Em relação às universidades a hesitação inicial em abrigar Escolas de Negócio – devia-se ao fato de que, ao se envolverem com a prática dos *trades*, afastavam-se de disciplinas respeitáveis no mundo acadêmico, como as tradicionais medicina, arquitetura, etc. (GREY; WILLMOTT, 2005). A condição para sua entrada naquele espaço era a concordância com cânones e exterioridades das disciplinas da educação acadêmica. Daí, a preocupação com as condições necessárias para acolher e recrutar um corpo de professores com formação respeitada que pudesse preencher as Escolas de Negócio com bases analíticas e científicas reconhecidas no mundo acadêmico. Por outro lado, as universidades buscavam escapar da qualificação de "*ivory towers*" mostrando-se empreendedoras e capazes de trazer benefícios à sociedade. Sem esquecer que cresciam as pressões para que os cursos dessem lucros.

Uma vez em conformidade com as normas acadêmicas e publicados em revistas reconhecidas (no modo *peer-review*), os trabalhos críticos forneceriam o capital cultural necessário para justificar, defender e expandir a crítica. Da mesma forma, legitimariam os CMS como atores na elevação do status acadêmico das *business schools* (GREY; WILLMOTT, 2005).

Os debates no âmbito das ciências sociais sobre a construção do conhecimento aliavam-se perfeitamente à desilusão com o modelo de ciência positivista como base para a educação em business. Crescia o *gap* entre o que era considerado relevante por aqueles que se dedicavam à prática e o que os programas com apenas uma orientação epistemológica podiam fornecer. Ou seja, à crença no conhecimento aplicável a todas as situações, opunham-se as necessidades da prática, que demandava temas particulares e contextualizados.

Os CMS, segundo os autores, propiciaram o desenvolvimento de um conhecimento que, menos distante e com menor apelo ideológico, encorajava o exame de modo crítico de crenças e práticas da gestão.

Além das escolas de negócio e das instituições de educação superior, contexto mundial também favorece que os CMS se tornem mais relevantes e atrativos: depois do 11 de

setembro e dos escândalos pós-Enron, há uma consciência de que o conhecimento ocidental é relativo e contingente, e há um grande ceticismo em relação a antigos dogmas e tipos de autoridade. Cresceu a consciência sobre temas como ética nos negócios, diversidade, meio-ambiente, neo-imperialismo, etc.. Os CMS tornaram-se uma alternativa para aqueles que acreditavam que os estudos de gestão vão bastante além dos livros e publicações então existentes; trouxeram uma abordagem política e epistemologicamente afastada daquela do *mainstream*

Assim, nas últimas 2 décadas, segundo os autores – acompanhando Aktouf (2003), o conhecimento em gestão desmembrou-se e desintegrou-se enquanto diversas teorias, perspectivas e abordagens surgiram para terminar de vez com o desejo de uma abordagem unificada.

A busca por tornarem-se relevantes e não apenas mais uma voz, os CMS reuniram perspectivas importantes e que pudessem ser ouvidas além de empreenderem tentativas de institucionalização: A “logomarca”, o “selo” CMS é uma parte importante de um processo que incluía conferências, grupos, publicações, etc., nos últimos anos. Mas além disso, era necessário que atingir uma comunidade mais ampla que as Escolas de Negócio para que se aprofundasse seu projeto de mudança da teoria e prática da gestão. E isso incluía a busca de leitores.

Alguns poucos trabalhos e publicações anteriores aos CMS fizeram um estudo crítico do *management*, antes que o termo CMS entrasse em uso. Esses trabalhos deveriam, no entender de Wilmott e Grey (2005), ser valorizados pois, ao contrário da miopia do *mainstream*, os CMS buscam valorizar e conhecer sua própria história.

No Reino Unido especialmente – mas também na Escandinávia, havia influente tradição marxista nas ciências sociais. Com o acelerado crescimento das Escolas de Negócio nos anos 80, espaços foram abertos e pesquisadores formados em tradições de fora do *management* – como as ciências sociais –tradicionalmente de orientação mais “crítica” (GREY; WILLMOTT, 2005) foram recrutados.

Pesquisadores de saídos inclusive de programas de graduação e pós-graduação – e não apenas de MBAs - passaram a apoiar-se mutuamente. Saiam, assim, do isolamento característico dos críticos e conferiam uma aura de legitimidade às Escolas de Negócios, que careciam de “massa crítica”. Uma vez que as figuras centrais do movimento crítico publicavam em revistas reconhecidas, recebiam prêmios e assumiam posições de destaque nas

universidades, identificar-se com os *CMS* deixa de ser uma opção arriscada e pouco atrativa para pesquisadores que não se identificavam ou se desiludiam com o mainstream.

Algumas características e ambiguidades facilitavam a expansão dos *CMS*. Em primeiro lugar, o movimento não se restringia a um ramo específico da Administração: pode-se falar em perspectiva crítica em áreas mais restritas como no marketing ou na contabilidade, mas também em áreas mais generalistas como comportamento organizacional ou estratégia. Por outro lado, os “estudos” – e não “o estudo” - admitem considerável diversidade e fluidez. Finalmente, o “*critical*” dos *CMS* pode ser dirigido para as manifestações da gestão ou para o estudo da gestão; ambas as formas estariam, entretanto, reunidas numa tentativa de desafiar ou substituir a ortodoxia dominante ou ser suplementar aos vários estudos existentes em Administração.

Misoczky e Amarantino de Andrade (2005) afirmam ter havido uma conscientização crescente – seja entre aqueles que se identificavam com o movimento ou não – de que a “logomarca” *CMS* passou a representar, de alguma forma, uma abordagem, ou uma teoria, ou um movimento que englobava diferentes vozes.

Grey e Willmott (2005), afirmam entretanto, que dentre os limites que contribuem para diferenciar os *CMS* de posições ortodoxas ou managerialistas, está sua posição “marginal” nas Escolas de Gestão, no sentido de que os conteúdos de livros e demais publicações da área de gestão, enfatizam e apoiam os valores do capitalismo, o que não é o caso dos *CMS*.

Os *CMS* tiveram boa repercussão no Brasil, onde o desenvolver da abordagem parece especialmente promissor (WOOD JR, 2007).

A crítica no Brasil já vinha conquistando espaço antes dos anos 90, considerada de forma pontual e esparsa, porém original e aprofundada (DAVEL; ALCADIPANI, 2005), e como tradição autônoma, com suposições sobre a produção nacional (PAES DE PAULA, 2008). É consenso que os principais representantes dessa vanguarda são Guerreiro Ramos, Maurício Tragtenberg e Fernando Prestes Motta.

Os Estudos Críticos também têm conquistado espaço nas principais revistas de Administração. Do debate Alcadipani (2005) e Misoczky e Amarantino-de-Andrade (2005^a, 2005^b) na RAC que deu origem à expressão “crítica domesticada”; ao Fórum, em 2004, na RAE, além de artigo publicado sobre a produção científica em Estudos Críticos na década de

90. Segundo seus autores (DAVEL; ALCADIPANI, 2005), dentre 3.702 artigos examinados¹⁰³, 80, ou seja, 2% foram considerados críticos.

Note-se que o interesse pelos Estudos Críticos no Brasil, aumentou após o lançamento do *Handbook* de Estudos Organizacionais, que trata, dentre outros, de temas emergentes em estudos organizacionais (PAES DE PAULA, 2008).

Outra expressão da importância dos Estudos Críticos no Brasil foi a disseminação do tema na ANPAD, onde foi criado, em 2000 o Encontro Nacional de Estudos Organizacionais. Além disso, em uma de suas Divisões Acadêmicas, EOR – Estudos Organizacionais, foi introduzido o tema Estudos Críticos e Práticas Transformadoras em Organizações.

7.3.1. O caso brasileiro e o mapeamento dos professores-pesquisadores do Núcleo Docente Permanente (NDP) das Instituições de Ensino Superior Brasileiras (IES) no pós anos 90

Abordar o “campo” dos estudos em administração no Brasil como tal, implica em tratá-lo como um espaço de concorrência em torno do poder de ditar as regras e impor um discurso legítimo ao campo. No espaço, instala-se um

Verdadeira luta para classificar o que pertence ou não a esse mundo e onde são produzidos distintos *enjeux* de poder. As diferentes naturezas de capital e as disposições acadêmicas geradas e atuantes no campo materializam-se nas toadas de posição, é dizer, no sistema estruturado das práticas e das expressões dos agentes (CATANI, 2011, p.198).

O espaço engloba o aparato institucional assegurado pelo Estado brasileiro que envolve o conjunto das IESs; agências financiadoras e de fomento à pesquisa – como, por ex., CNPq, FINEP e FAPESP; órgãos estatais de avaliação de políticas educacionais, como o CNA e a CAPES; o Ministério da Educação e institutos de pesquisa; setores ou câmaras dos Conselhos de Educação; associações e entidades de classe, como o CRA e a ANPAD, comissões governamentais.; etc. Ressalto ainda ser importante para a constituição do campo a presença de premiações, como os Prêmios da ANPAD para melhores teses e melhores artigos em seus congressos. Publicações relacionadas às IESs e à classificação orientada segundo

¹⁰³ Os autores examinaram os Anais do ENANPAD e as revistas: Organização e Sociedade – O&S, Revista de Administração de Empresas - RAE, Revista de Administração Pública - RAP, Revista de Administração Contemporânea – RAC, Revista de Administração da USP – RAUSP.

critérios da CAPES, podem ser consideradas como instâncias de consagração (CANTU, 2008).

Nesse espaço, a fim de atender nosso objetivo de explorar as transformações ocorridas sob o viés das trajetórias dos agentes, o foco da pesquisa concentrou-se nos professores-pesquisadores dos programas de Pós-Graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) que compõem o NDP das Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, conforme disponibilizado pela CAPES para fins de acompanhamento e avaliação dos programas.

Ao apresentar estes dados, provenientes da pesquisa empírica, anoro-me novamente nas palavras de Clegg e Hardy (2007, p. 18) sobre “mapear o terreno”. Se os autores ali se referiam às conversações entre os diversos colaboradores do *Handbook* quanto à “diversidade de perspectivas atuais e emergentes que compreendem o campo de Estudos Organizacionais”, a pesquisa atual apresenta trabalho exploratório semelhante, dessa vez, porém, buscando mapear agentes e instituições nos pressupostos de suas escolhas. Ao apresentar esta visão panorâmica, apresentamos possíveis demarcações que caracterizam o presente e podem sinalizar futuros possíveis. Mapas, nesse sentido, são importantes uma vez que precisamos “compreender antes de ir adiante”.

Os dados são da pesquisa empírica realizada no primeiro semestre de 2013.

Conforme critérios adotados pela CAPES (2010) para fins de avaliação e acompanhamento, a Administração situa-se na área Administração, Ciências Contábeis e Turismo, inserida na Grande Área de Ciências Sociais Aplicadas. Informações do relatório daquela instituição expõem o acentuado crescimento da área traduzido em seus 26 cursos de mestrado profissional, 44 cursos de mestrado acadêmico e 30 de doutorado. No total, envolvem 1.368 docentes permanentes ¹⁰⁴.

Conhecimentos gerados em outras áreas – filosofia, antropologia, sociologia, ciência política, direito, história, geografia, psicologia, educação, economia, engenharia, matemática, ciência da computação, dentre outras - beneficiam Administração, Ciências Contábeis e Turismo, levando à conclusão de que se trata de uma área multidisciplinar. Por outro lado, há programas que apresentam propostas interdisciplinares, onde docentes de diferentes áreas de conhecimento integram saberes e métodos de pesquisa de suas áreas de origem buscando novas perspectivas de análise e expansão de fronteiras. Há, portanto, em

¹⁰⁴ No decorrer do trabalho serão desconsiderados os números relativos a cursos e docentes de Turismo e Ciências Contábeis.

Administração, Ciências Contábeis e Turismo além dos programas com foco disciplinar, outros com propostas multidisciplinares, além de programas com perfil interdisciplinar (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2010).

Destaca-se ainda no relatório do comitê de avaliação da área na CAPES (2010, p.2) que:

O campo de atuação e de aplicação dos pesquisadores e profissionais da área se estende virtualmente a todas as formas de organização coletiva, públicas e privadas, empresariais e não empresariais, incluindo desde a gestão de sistemas públicos, como sistemas de saúde, sistemas de ciência e tecnologia, sistemas de transporte, sistemas educacionais e sistemas de controle público, à gestão empresarial, de produção primária, industrial e de serviços, de relação entre mercados de produção de bens e serviços, ou entre mercados financeiros, assim como à gestão de organizações não governamentais.

Segundo Relatório de Avaliação da CAPES, há uma "crise de identidade" entre o mestrado acadêmico e profissional, uma vez que dissertações desenvolvidas no âmbito do primeiro, seriam claramente "profissionais" e vice-versa. Isso não representaria uma anomalia, mas uma "característica da área, não apenas no Brasil, mas internacionalmente" (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2013) O nível de exigências é o mesmo em termos de qualidade; entretanto existia falta de clareza na avaliação, o que levou alguns programas de mestrado profissional a deixar de computar em avaliações anteriores a sua produção intelectual referida como técnica ou tecnológica – geralmente abundante naquela modalidade.

Embora as IES que possuem as duas modalidades estivessem tomando medidas para sanar essas possíveis distorções, a CAPES já estipulou à época, para o próximo relatório, que, nesses casos, haja maior equilíbrio do corpo docente entre doutores, profissionais e técnicos com pesquisa aplicada, distinguindo assim entre o ferramental para reflexão acadêmica e aquele para reflexão profissional. Dessa forma, os indicadores para avaliação do corpo docente dos mestrados profissionais passam a incluir "experiência profissional, significativa nas organizações de referência da área em foco, presença em eventos profissionais como palestrante, relatórios técnicos, artigo na mídia impressa, etc." (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2013, p.3). Com exigências diferenciadas em ambos os cursos, a inserção de professores deve atentar ao balanceamento de sua capacitação, atividades e realizações.

Retirando cursos e docentes dos cursos de Turismo e Ciências Contábeis e apresentando especificamente os dados relativos aos docentes e instituições de Administração, os dados mais recentes disponíveis à época do início da pesquisa sobre as IESs e professores referiam-se a outubro de 2009 e fizeram parte da avaliação do período 2007-2009. Foram identificados 73 programas de pós-graduação *stricto sensu*, dentre os quais 22 de mestrado profissional e 51 de mestrado acadêmico e doutorado, (sendo 23 programas com mestrado e doutorado; e 28 só com mestrado) ¹⁰⁵.

Ao buscar material comparativo para uma série histórica ¹⁰⁶, verificamos que o período mais antigo sobre o qual eram disponibilizados os dados que nos interessavam – em especial sobre o corpo docente - era o ano de 2004, do qual faziam parte as avaliações do triênio 2001-2003. Foram identificados 50 programas de pós-graduação *stricto sensu*; estes dados foram comparados, então, com aqueles do relatório de 2009.

Com relação aos docentes atuantes nas três modalidades de curso *stricto sensu*, chegamos a um total de 1162 indivíduos estatísticos nos dados consolidados em 2009 e 974 naqueles de 2004. Cabe notar que este número significa que, em caso de participação em mais de um programa na mesma instituição, o professor-pesquisador foi considerado uma só vez. Esta opção, se por um lado pode distorcer o número de docentes por programa – o que não é foco da pesquisa - por outro lado evita que as propriedades obtidas no levantamento prosopográfico sejam superdimensionadas.

Os dados já obtidos nessa primeira fase já confirmariam a hipótese de transformações e agitação no campo apenas pelo número de novos entrantes após os anos 90. Assim, no que se refere à propriedade ano de titulação, nos resultados de 2009, 86,5% professores do NDP haviam obtido seu título do doutorado após os anos 90, o que é demonstrado na Tabela 3 abaixo:

Tabela 3 – Ano de titulação (Demonstrativo 2009)

Ano de titulação	Nº doutores	%
De 70 a 79	42	3,6
De 80 a 89	115	9,9
De 90 a 99	332	28,6
De 99 a 2009	673	57,9
TOTAL	1162	100

Fonte: Elaborado pela autora

¹⁰⁵ Informação obtida fora do Caderno de Indicadores.

¹⁰⁶ O que ocorreu já ao início de 2014

Com relação aos dados de 2004, seguindo o mesmo demonstrativo, o percentual é de 75,4% dos professores do NDP, conforme Tabela 4 abaixo:

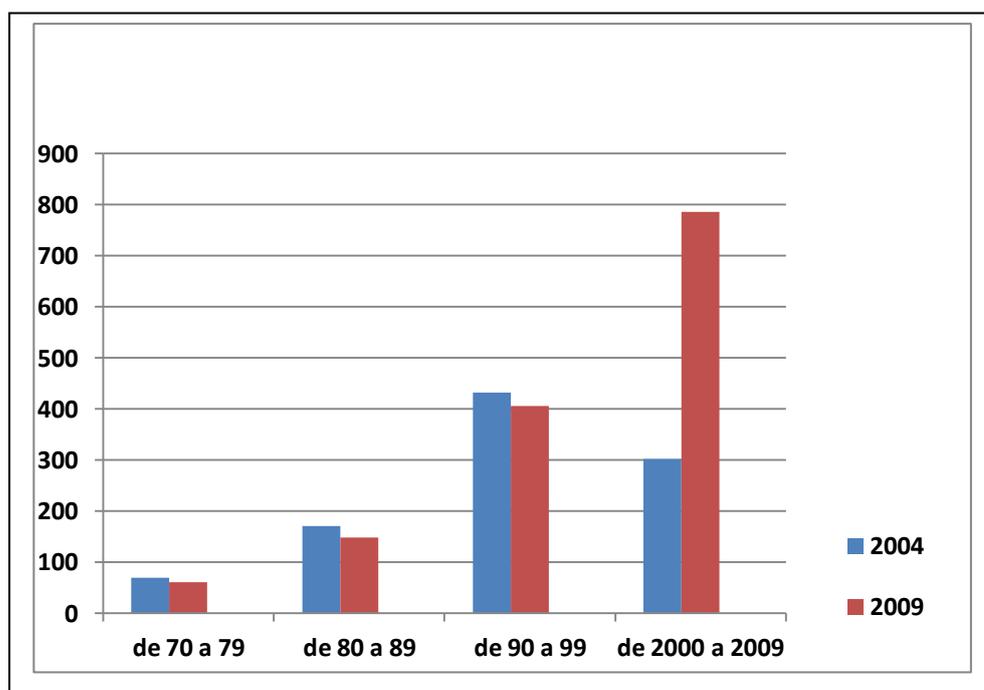
Tabela 4 – Ano de titulação (Demonstrativo 2004)

Ano de titulação	Nº doutores	%
De 70 a 79	69	7,1
De 80 a 89	171	17,5
De 90 a 99	432	44,3
De 99 a 2009	302	31,1
TOTAL	1162	100

Fonte: Elaborado pela autora

A comparação naquele intervalo histórico pode ser vista no Gráfico 1 a seguir:

Gráfico 1 – Ano de titulação – comparação 2004-2009



Fonte: Elaborado pela autora

Ao iniciar a da pesquisa, relatei o contexto de inquietação pelas possíveis fragilidades da Administração ao fazer face ao contexto do final do século XX. Globalização, financeirização, questionamentos quanto aos paradigmas então hegemônicos, e à formação do gestor. Os estudos de Fischer (2003) além de virem ao encontro dessas constatações, significaram, a possibilidade de iniciar a construção do objeto da pesquisa a partir de uma hipótese atraente e adequada ao tema escolhido. Assim, a autora relatava a crítica e diminuição da influência americana no currículo da disciplina denominada Estudos

Organizacionais nos anos 80 e 90, devido a professores brasileiros que passaram a fazer seus estudos no exterior sob orientações alternativas:

A influência americana começa, de fato, a ser contestada por radicais críticos como Maurício Tregtemberg e culturalistas como Alberto Guerreiro Ramos (filiado ao nacional desenvolvimentismo que abrigou também Paulo Freire) na década de 70. No final dos 70 e início dos 80, professores brasileiros retornaram de bolsas de pós-graduação na França, Inglaterra e Canadá, influenciados por outras lideranças e comunidades de interesse.

John Child, Stuart Clegg, Engéne Enriquez, Omar Aktouf, Jean François Chanlat são nomes representativos, entre outras influências exercidas sobre os bolsistas brasileiros, hoje também líderes de pós-graduação e de pesquisa em E.O e da (re) construção do campo (FISCHER, 2003, p. 53).

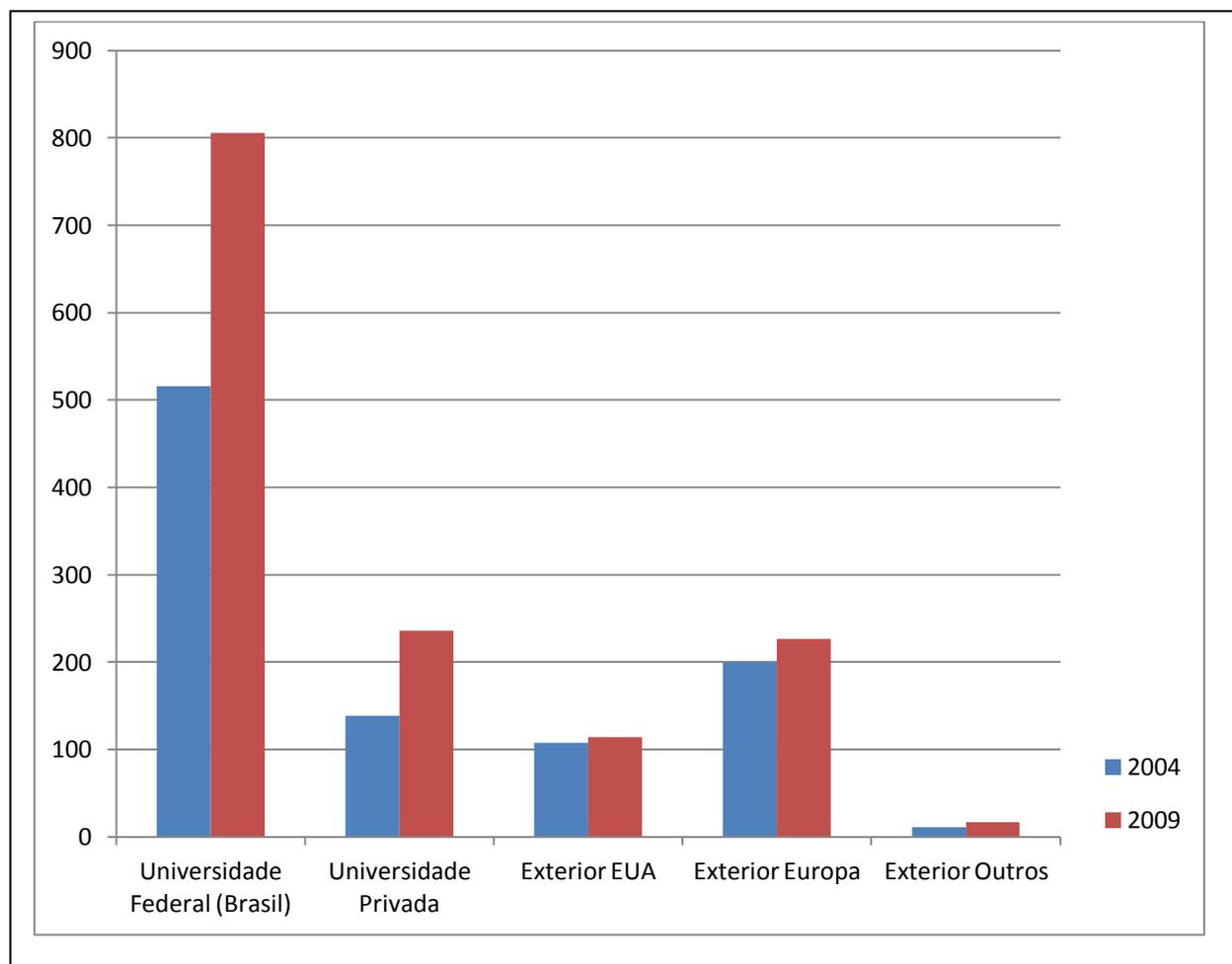
Relatando além do que denomina de “ondas paradigmáticas” na escolha de conteúdos e formas disciplinares, a autora esboça as relações entre os agentes do campo referindo-se à força de determinantes políticos “igualmente fortes, com questões relacionadas a poder, conflitos, coalizões, negociações e compromissos dentro e fora da academia” (FISCHER, 2003, p.58). Um exemplo seria a mobilização ocorrida pós anos 90 na comunidade brasileira de Estudos Organizacionais, o que podia ser comprovado pelo número de trabalhos submetidos e aprovados em eventos e revistas nacionais e internacionais, bem como em livros publicados. Uma vez que a pesquisa e comunidade de interesses cresciam, o ponto a ser debatido seria então seu reflexo no ensino naquele momento: “o que é relevante ensinar?” (FISCHER, 2003, p.59) – questionava a autora.

Tania Maria Diederichs Fischer é Pedagoga pela UFRGS. Possui Mestrado em Administração pela UFRGS onde foi orientada por Roberto Fachin e apresentou trabalho com o tema: *Modalidades de Ensino-Aprendizagem nos Currículos dos Cursos de Mestrado em Administração no Brasil*. Seu Doutorado, também em Administração foi obtido na USP, sob orientação de Adalberto Fischman; sua tese foi: *O Ensino de Administração Pública no Brasil, Os Ideais do Desenvolvimento e as Dimensões da Racionalidade*. Atualmente é professora titular da UFBA e coordenadora do Centro Interdisciplinar em Desenvolvimento e Gestão Social (CIAGS). Possui extensa produção sob o tema ensino-aprendizagem e diversas trabalhos de orientação também relacionados ao tema.

Confirmando hipótese levantada por Fischer, os dados prosopográficos dos professores-pesquisadores confirmam o elevado número daqueles que fizeram seus estudos de

Doutorado no exterior, fora, entretanto dos Estados Unidos – o que significa maiores possibilidades de estarem sendo orientados por pensadores com interesses alternativos. Os dados demonstrados no Gráfico 2, abaixo, confirmam que esta tendência já era elevada no relatório CAPES de 2004:

Gráfico 2 – Local de titulação – comparação 2004-2009



Fonte: Elaborado pela autora

Cabe notar que incluídos no total de professores que obtiveram titulação no exterior, encontram-se ainda alguns daqueles precursores no contato com universidades norte-americanas e consequente inspiração para os cursos brasileiros. Canêdo e Garcia Jr. (2010), embora não tenham como foco a área da Administração, ressaltam em pesquisa o papel da cooperação internacional na implantação dos cursos de mestrado e doutorado no Brasil. Identificam o crescimento desse campo no Brasil ao mesmo tempo em que crescem as ações

de países centrais – por meio da política científica e da ação de fundações privadas – para ampliar sua esfera de influência. Assim, o crescimento da pós-graduação no Brasil constituiu a "outra face" da expansão do espaço transnacional de pesquisa com interveniência das grandes potências:

Vue de prés, la coopération scientifique et universitaire entre les États-Nations mérite moins d'être conçue comme une modalité de "marché", que comme une arène stratégique du champ du pouvoir international (CANEDO; GARCIA JR. 2010, p.3)

Após algum tempo dedicada à pesquisa pareceu-me que, sem negar a influência dos pesquisadores citados por Fischer, suas palavras representaram mais uma tentativa de construir um perfil 'ideal' do 'novo' pesquisador, a quem caberia liderar mudanças no campo do que a descrição de um grupo real cujas propriedades poderiam ser identificadas em sua totalidade. De toda forma, enquadram-se nessa descrição José Roberto Gomes da Silva (falecido) – orientado por Jean François Chanlat e Eduardo Davel, orientado por Omar Aktouf, ambos no Canadá.

Eduardo Davel é possui formação em Administração pela Universidade Federal do Espírito Santo e Doutorado em *Management* pela *École des Hautes Études Commerciales* de Montréal, Canadá. Sua tese *Organisation et culture en contexte familial : l'ambivalence comme enjeu de gestion*, foi orientada por Omar Aktouf. Atualmente é lotado no Centro interdisciplinar de desenvolvimento e gestão social, CIAGS/UFBA. Chama, entretanto, atenção pela atuação múltipla e diversificada, com participação em diversos grupos de pesquisa, como Núcleo de estudos organizacionais e simbolismo, NEOS/UFMG, o Núcleo de Estudos sobre Culturas Organizacionais, NECO/UFRGS, a *Association d'économie politique*, AEP, Canadá, o Núcleo de estudos sobre poder e organizações locais, NEPOL/UFBA. Tem atuado como Coordenador de temas relacionados a Simbolismo e Cultura Organizacional em diversos eventos como o ENEO, o ENENPAD e o Colóquio Internacional sobre Poder Local.

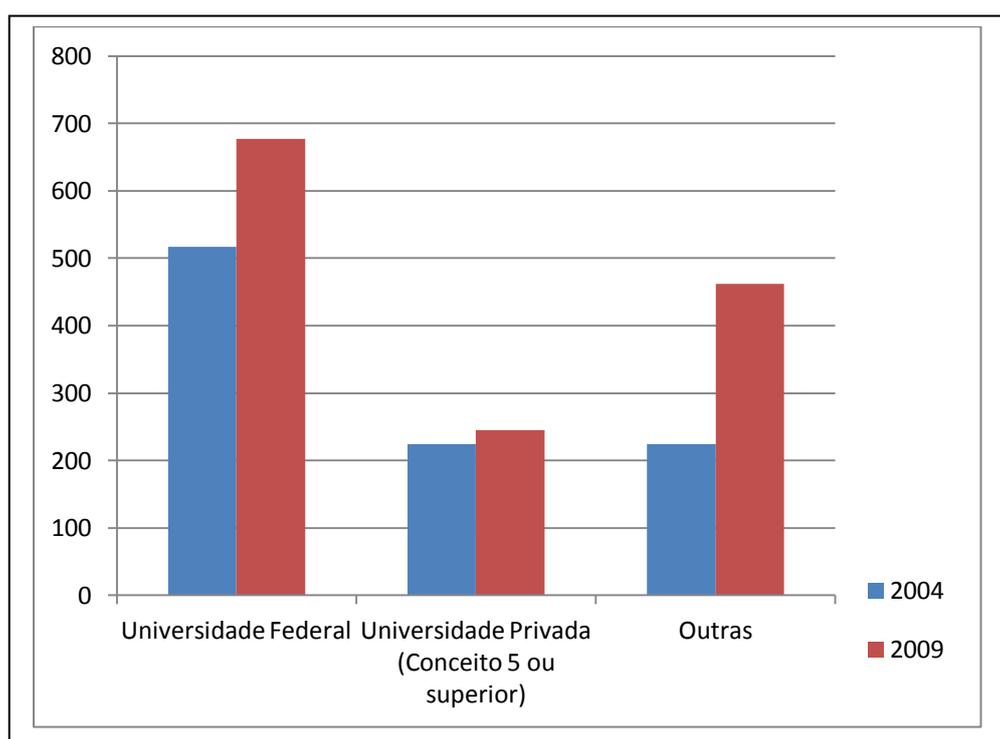
Davel é um dos pesquisadores mais próximos dos CMS. Além de livros com abordagens alternativas – como o *Gerência em Ação: singularidades e dilemas do trabalho gerencial* (2005) citado na abertura dessa tese, do qual é um dos organizadores, e o *Administração com Arte: experiências vividas de ensino-aprendizagem*, onde também é um dos organizadores. É co- autor, junto a Rafael Alcadipani do primeiro texto que verificava a

produção brasileira em Estudos Críticos, apresentado no ENEO 2002: *Estudos Críticos em Administração: Reflexões e Constatções sobre Produção Brasileira*. Tem extensa produção apresentada em eventos da ANPAD, sempre associada a questões culturais, simbolismo, arte, corpo, estética, etc.

Apesar do foco em Davel, os dados prosopográficos do Corpo Docente das IES não autorizam uma generalização quanto à predominância dos estudos no exterior no grupo de pesquisadores críticos. Assim, podemos concluir que – assim como os professores-pesquisadores que fizeram seus estudos em universidades americanas – aqueles que escolheram outros destinos retornaram e estão formando novos doutores em universidades brasileiras – especialmente nas federais.

A predominância de lotação dos professores do NDP em universidades federais pode ser vista no Gráfico 3 abaixo:

Gráfico 3 – Local de lotação – comparação 2004-2009



Fonte: Elaborado pela autora

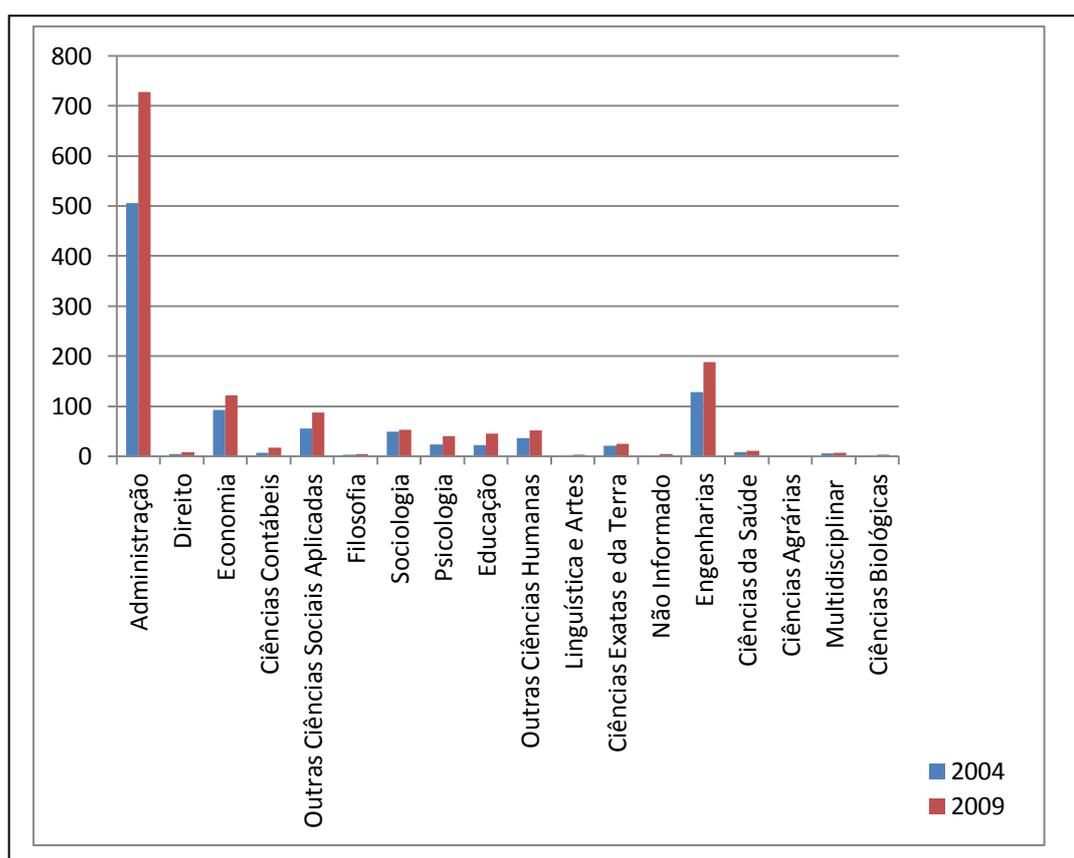
A aproximação com estudos críticos e alternativos parece apontar também para a diversidade em algum momento da formação. Mais uma vez, embora seja um dado, não pode ser apontado como comum apenas aos críticos, uma vez que, a própria CAPES (2010,

p.2) caracteriza a Administração como "marcadamente aplicada, com flagrantes interfaces profissionais". A diversidade de formação dos docentes e sua atualização são valorizadas na área:

Verificou-se a diversidade de formação dos docentes, quanto a ambientes e instituições, valorizando-se indicadores de atualização da formação e de intercâmbio com outras instituições. É recomendável que o núcleo docente permanente (NDP) de um programa seja egresso de diferentes programas de pós-graduação, apresentando relativa heterogeneidade na formação acadêmica (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2013, p.15)

Em nossa pesquisa, em relação à área de conhecimento em que foram feitos os estudos de doutorado do grupo de professores do NDP, verificamos a distribuição apresentada no Gráfico 4:

Gráfico 4 – Área de conhecimento – comparação 2004-2009



Fonte: Elaborado pela autora

A institucionalização dos Estudos Críticos traduzindo a tensão instalada no campo dos pesquisadores a partir da ameaça às posturas funcionalistas dominantes, havia

ocorrido no âmbito internacional a partir de 1999, Naquela época, a *Internacional Critical Management Studies Conferência* passou a contribuir para discussões em torno das funções gerenciais tradicionais e de temas emergentes que englobavam precariedade, desenvolvimento, governança, seguridade, poder, gênero, sistemas de informação, cuidados ambientais, etc. Também nas reuniões anuais da tradicional Academy of Management, uma área de estudos foi criada denominada *Critical Management Studies (CMS)*.

Ainda referente a grupos alternativos ao paradigma funcionalista, a *Standing Conference on Organizational Symbolism (SCOS)* terá, em 2015, sua 33ª edição.

Embora no Brasil não se encontrassem iniciativas semelhantes, nota-se – através do Currículo Lattes e de citações diversas - que vários pesquisadores brasileiros marcavam presença nos encontros citados, e que a temática começava, mesmo que discretamente, a aparecer em revistas e congressos de renome no cenário nacional.

Os debates sobre os CMSs no Brasil tiveram início no âmbito da ANPAD, na Divisão Acadêmica de Estudos Organizacionais. Desde 1996 diversos pesquisadores em Estudos Organizacionais vinham promovendo reuniões informais com o apoio da ANPAD, formando o que foi identificado como uma “rede fluida”, visando:

- Promover o intercâmbio de ideias, estudos e pesquisas no campo de estudos organizacionais;
- Divulgar os eventos nacionais e internacionais promovidos na área;
- Incentivar a produção científica dos profissionais na área de organizações;
- Discutir temas relevantes à evolução do campo e sua inserção no desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro;
- Debater as condições e perspectivas do campo de estudos organizacionais nos cenários nacional e internacional na área.

Em 2000, a rede institucionalizou-se num evento próprio da área de Estudos Organizacionais: o EnEO - Encontro de Estudos Organizacionais, que acontece a cada 2 anos.

Também o maior evento da área, o Encontro da ANPAD (EnANPAD), passou a tratar do tema em uma de suas Divisões Acadêmicas, EOR – Estudos Organizacionais, destacando-o em 2007 como Teoria Crítica em Estudos Organizacionais, mudando seu nome para Teoria Crítica e Práticas Transformadoras em Organizações em 2009 e Estudos Críticos

e Práticas Transformadoras em Organizações em 2010. Cada vez mais, ambos - EnEO e Divisão Acadêmica EOR no EnANPAD - vêm recebendo, conforme relato de seus organizadores, quantidade considerável de trabalhos submetidos nos encontros e congressos e constituíram fonte bibliográfica consultada nessa tese. Destaco, além dos anais, artigos em revistas acadêmicas que trataram de material apresentado na ANPAD em termos de fontes inspiração, escolhas metodológicas, etc., que fizeram parte do levantamento bibliográfico.

Evento tradicional nas áreas de Administração e Planejamento Urbano e Regional, e que vem atraindo considerável número de pesquisadores “críticos” é o Colóquio Internacional sobre o Poder Local que ocorre na UFBA. Participando como observadora do evento de 2009, em Salvador. Ali ocorreu uma homenagem à contribuição de ilustres baianos ao desenvolvimento brasileiro em diferentes disciplinas: Milton Santos, Alberto Guerreiro Ramos, Anísio Teixeira e Rômulo Almeida. Foram promovidos debates e apresentações diversas sobre os autores. Apresentações alternativas – em forma de música, teatro, exposição de fotografias, etc. ocorreram no evento, de forma análoga às exposições introduzidas na AoM e no SCOS. Convém notar ainda que o Colóquio sobre Poder Local é organizado pelo Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social (CIAGS), sediado na Escola de Administração da UFBA, sendo um “espaço de articulação de saberes teóricos e práticos em desenvolvimento e Gestão Social, que promove a aproximação entre discentes, professores e pesquisadores de gestores sociais do Estado, sociedade civil e empresas”, conforme sua página de apresentação. O Centro parece ser ainda uma poderosa rede a atuar no campo da Administração, e um dos fortes agentes disseminadores dos estudos críticos. Durante o evento ocorreu ainda uma homenagem a José Roberto Gomes da Silva – então recentemente falecido em acidente aéreo, e que havia feito seus estudos de mestrado e doutorado sob a orientação de Sylvia Vergara e Jean-François Chanlat respectivamente., Aproveitando a oportunidade do encontro, ambos os orientadores falaram sobre a personalidade e a obra do ex-aluno. Em evento emocionante, pareceu-me ser a justa homenagem, uma forma de criar e reverenciar seus “heróis”.

Dentre os periódicos que mais veiculam artigos sobre estudos alternativos e críticos, destaco, especialmente, aquelas citadas por Davel e Alcadipani (2002): RAE, RAC, RAP, RAUSP, O&S.

Com relação aos livros, além daqueles já citados, destaco *Administração com arte*, organizado por Eduardo Davel, Sylvia Vergara, e Djahanchah Ghadiri e publicado pela

editora Atlas em 2007. Este livro representou a primeira aproximação da linguagem da arte *stricto sensu* com a literatura de Administração. Ali, professores de escolas de primeira linha relatam suas experiências ao explorar em sala de aula a arte e as experiências com ela vividas como dimensões transformadoras das práticas de ensino-aprendizagem. Ali parece haver uma tentativa de introdução de um novo léxico, relacionado à arte, nos estudos de Administração, tema que será tratado no próximo capítulo.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão que nos motiva neste capítulo final permeia todo o trabalho. Em diversos momentos da literatura consultada foi apontada a necessidade de um novo léxico que desse conta das exigências da gestão do século XXI. Outras vezes, os Estudos Críticos foram citados como portadores dessa mudança ao campo.

A questão que levanto é sobre as condições de introdução de novos léxicos e a possível convivência desses diferentes léxicos ou se eles são incomensuráveis. Para isso, recorro metaforicamente à expressão “mundos possíveis”, e ao diálogo com a Filosofia da Ciência, em especial com Thomas Kuhn e Nelson Goodman.

Ao final do capítulo apresento o fechamento do trabalho, com conclusões que abrangem não apenas os novos léxicos, mas as transformações na Administração do pós anos 90, conforme me propus nesta pesquisa.

8.1. Reflexões sobre "mundos possíveis"

Em trabalho onde denunciam a baixa qualidade da produção brasileira em Administração, Bertero, Caldas e Wood (1998) ressaltam que este fato é um empecilho aos pesquisadores que desejam acompanhar o desenvolvimento da teoria.

Assim, enfatizam que, ao se falar em produção do conhecimento científico, deve-se ter em mente que:

- O conhecimento científico é **canônico**, ou seja, obedece a regras claras, aceitas pela comunidade científica;
- O conhecimento científico apresenta possibilidade de **acumulação, é social e temporal** – no sentido de que ocorre no tempo, sendo obra de um esforço conjunto de pessoas que prosseguem o que seus pares fizeram anteriormente;
- A **comensurabilidade** é admitida como prática científica.

Estas características remetem à proposta de Kuhn (1970) sobre paradigmas e ciência normal. Enquanto o autor descrevia a ciência normal utilizando termos e expressões como “velhas teorias” ou “obsoleto”, de referência negativa, Bertero, Caldas e Wood (1998) – talvez pelo momento retratado em pesquisa própria – enfatizam o lado norteador e propiciador de melhor aproveitamento de esforços nessas produções.

Morgan (2007) reconhece a importância do trabalho de Kuhn, embora aponte que o termo paradigma foi usado de forma imprecisa naquela obra, totalizando vinte e um modos distintos. Ratifica, entretanto, a importância da identificação dos paradigmas como realidades alternativas e ressalta sua apreensão com um sentido metateórico ou filosófico, para denotar visão implícita ou explícita da realidade. Assim, os paradigmas seriam utilizados na teoria social para desvendar pressupostos centrais que definem visões de mundo e apreender o que há de comum na perspectiva dos diversos teóricos.

A expressão do título, ‘mundos possíveis’, remete, metaforicamente, às inquietações que têm acompanhado os estudos organizacionais nas últimas três décadas, no sentido de fazer face às mudanças sociais utilizando novos aportes teóricos. Proveniente da filosofia e da lógica, a aproximação aqui sugerida remete também a sua abordagem linguística, que tende a julgar teorias por sua utilidade em explicar e discernir o fenômeno linguístico mais do que por outros argumentos, no entender de (PARTEE, 1989).

A teoria dos mundos possíveis é utilizada pela semântica linguística como uma ferramenta que fornece uma estrutura apropriada do campo dos sentidos e como uma ponte entre os estudos linguísticos e outras disciplinas, especialmente quando se trata de outros tipos de conteúdo informacional (PARTEE, 1989). Tem como ideia central que “as proposições têm valores de verdade não só mundo atual [*actual world*] ¹⁰⁷, no qual vivemos, mas também em diferentes mundos possíveis” (LOUX, 2002, p.1). Dizer que uma proposição é *necessária* significa que ela é verdadeira em todos os mundos possíveis; dizer que ela é *possível* significa que é verdadeira em algum mundo possível. É desta forma que se tornam conhecidas noções de necessidade e possibilidade em termos de quantificação de mundos possíveis (KUHN, 2006; LOUX, 2002).

Mundos possíveis remetem ainda a Goodman (1978; 1976). Segundo o autor, o acesso do ser humano ao mundo é necessariamente dependente da mediação do sistema de símbolos (*frame of reference*) que organiza versões e visões. Assim, ao descrevermos o universo, dependemos do modo como essa descrição é feita, o que é mais importante do que um ou vários mundos. E há uma enorme diversidade de versões e visões, seja nas ciências, nas obras de arte, etc., e na nossa percepção sobre o que elas nos informam, dependendo de circunstâncias, de nossos insights, de nossas experiências passadas, etc. Assim, haveria uma diversidade de versões de mundo independentes entre si, não redutíveis a uma única base – o

¹⁰⁷ Com base em Goodman (1978), não se pode falar em múltiplas alternativas possíveis para um único *actual world*, mas em múltiplos *actual worlds*

pluralístico não é anti-científico. E “universes of worlds as well as worlds themselves may be built in many ways” (GOODMAN, 1978, p.5).

Kuhn (2006) recorre ao conceito de mundos possíveis ao rebater críticas dirigidas a sua obra mais conhecida “A estrutura das revoluções científicas”. Contestado por suas afirmações anteriores sobre a impossibilidade de “traduzir velhas teorias numa linguagem moderna”, Kuhn explicita sua visão de incomensurabilidade, que argumenta ser mais “modesta” do que afirmam seus críticos; uma incomensurabilidade “local”, conforme garante em texto mais recente (KUHN, 2006, p.49).

Em trabalho anterior, Kuhn (1970), alegava que determinados episódios, invenções, etc. transformavam a imaginação científica e o mundo no interior do qual se dava um trabalho científico, conduzindo ao que denominou “revoluções científicas”, cuja estrutura Hacking (1984) resume como: *ciência normal – crise – revolução – nova ciência normal*.

A ciência normal desorienta-se e seus membros não conseguem esquivar-se das anomalias que minam as formas como conduziam sua prática científica. Daí têm início investigações extraordinárias que conduzem a novos compromissos e novas bases. A estes episódios Kuhn (1970) denomina *revoluções científicas*.

O autor (1970, p.29) considera ciência normal a pesquisa baseada em realizações científicas passadas. Estas realizações eram reconhecidas, por algum tempo, pela comunidade científica específica, como fundamentos de sua prática posterior. Relatadas em livros e manuais, expunham a teoria aceita, as aplicações bem-sucedidas e experiências exemplares.

Relacionados à ciência normal estão os “*paradigmas*” (KUHN, 1970, p.30), que o autor associa a leis, teorias, aplicações e instrumentações que, aceitos na prática científica, propiciam a proposição de modelos dos quais emergem as tradições coerentes e específicas de dada pesquisa científica. Indivíduos cuja pesquisa se baseia em paradigmas compartilhados estão comprometidos com as mesmas regras e padrões da prática científica – comprometimento este que é pré-requisito para a ciência normal, ou seja, para a gênese e continuação de determinada tradição de pesquisa.

Por vezes, entretanto, a ciência normal falha ao lidar com determinados acontecimentos. Estas falhas na outrora eficiente teoria são consideradas *anomalias* (HACKING, 1984, p.7). Se as anomalias passam a concentrar a atenção e as energias de um grupo de pesquisadores – geralmente mais jovens e muitas vezes pouco cientes das mudanças

radicais que o campo começa a sofrer-, o autor fala em *crise*, que poderá levar a uma abordagem nova e novos conceitos, deixando de lado as antigas teorias. O autor fala então numa “*revolução científica*”, onde a nova teoria pode trazer interesses bastante diversos daquela anterior.

Para tratar da incomensurabilidade, Kuhn, (2006, p.50), retoma a origem do termo, explicitando que:

A hipotenusa de um triângulo retângulo isósceles é *incomensurável* relativamente a qualquer um dos catetos do triângulo, assim como a circunferência de um círculo o é com respeito ao raio do círculo, no sentido de que não há nenhuma unidade de comprimento pela qual ambos os elementos do par possam ser divididos, sem deixar resto, um número inteiro de vezes.

Segundo o autor, a ausência de medida comum, não implica em impossibilidade de comparação: magnitudes incomensuráveis podem ser comparadas até qualquer grau de comparação que se precise com o uso de técnicas geométricas aplicáveis a ambos os itens.

Desta forma, Kuhn (2006, p. 50) justifica a aplicação da incomensurabilidade numa teoria científica e em seu entorno pelo uso metafórico. Ao funcionar metaforicamente, a expressão “nenhuma medida comum” torna-se “nenhuma linguagem comum”. Sua afirmação de que duas teorias são incomensuráveis significa que não há uma linguagem, neutra ou não, em que “ambas as teorias, concebidas como conjunto de sentenças, possam ser traduzidas sem haver resíduos ou perdas.”. Em sua forma metafórica, incomensurabilidade não implica em incomparabilidade. A maioria dos termos comuns funciona do mesmo modo em ambas e os problemas de tradutibilidade ocorrem apenas em um pequeno subgrupo de termos e nas sentenças que os contenham. Esta é sua explicação para a versão da “incomensurabilidade local”.

Assim, quando um historiador lê um texto científico obsoleto, depara-se com passagens que não fazem sentido. Por vezes, estas passagens são descartadas como produto de erro, ignorância ou superstição; entretanto aparentes anomalias textuais são, na verdade, produto de uma leitura errônea. Sem alternativa, o historiador entendia o texto como se estivesse lendo um discurso contemporâneo. Daí, a afirmação de Kuhn (2006) de que para compreender um corpo de crenças científicas passadas, faz-se necessário possuir um léxico que difere sistematicamente daquele corrente em sua época. A simples tradução usando um léxico corrente, não chegará a um resultado adequado em determinados enunciados que

podem ser básicos para a ciência que está sendo investigada. Somente de posse de um léxico mais antigo esta adequação é atingida.

Possuir léxicos diferentes significa ter acesso a diferentes conjuntos de mundos possíveis superpondo-se em parte, mas não por completo. Enriquecer um léxico de modo a que este dê acesso a mundos previamente acessíveis apenas por meio de outro léxico implica em rígida escolha e segregação dos termos acrescentados. Kuhn adverte haver diferença entre esta tradução e a simples compreensão. Neste último caso, o pré-requisito é aprender uma linguagem. A tradução vai além: à semelhança da tradução literária, há exigências em termos de padrões de responsabilidade para com os valores de verdade devem ser levados em conta na aproximação. É impossível supor uma teoria do uso figurado – de metáforas, por exemplo – sem o pressuposto de uma teoria de significados literais.

O vocabulário usado para descrever e explicar fenômenos de um campo é um produto histórico, desenvolvido ao longo de um tempo, e transmitido continuamente à geração sucessora.

Entretanto, para que a exposição a determinada terminologia possa se dar com proveito, é preciso um processo de aprendizagem em que um vocabulário prévio esteja presente, em que os novos termos adquiridos sejam apreendidos com vários exemplos de seu uso, em que enunciados para a aprendizagem de um termo desconhecido venham acompanhados de outros termos novos, adquiridos junto com o primeiro. Aprendizagens individuais devem poder comunicar-se plenamente, mesmo que tenham adquirido o vocabulário ao longo de percursos muito diferentes.

O novo léxico irá abrir novas possibilidades, que não poderiam ser estipuladas pelo uso do antigo. Entretanto, conforme sugere Kuhn, participantes desta comunidade linguística podem ter percorrido caminhos diferentes para chegar a este vocabulário comum; e caminhos diferentes implicam em necessidades de outros termos e experimentações diferentes. Isto não interferirá no discurso científico ordinário: enquanto o mundo mudou de maneira prevista – aquelas para as quais o léxico evoluiu – aquelas diferenças pouco se fizeram notar. Entretanto, mudanças em circunstâncias determinadas podem trazer à tona estas diferenças na rota de aprendizagem, uma vez que levarão a alguma anomalia. Quanto mais se busca corrigi-la, mais se nota que o léxico, em sua forma presente, não permitirá revisões, a não ser que se use o artifício metafórico que levará à alteração dos itens lexicais. Nesse caso, entretanto, a utilização de símbolos em novas sequencias terá resultados distintos

daqueles dos símbolos correspondentes às velhas sequencias, levando a mudanças de forma e da teoria. Diferenças entre velhas e novas teorias serão refletidas nos termos adquiridos com elas e cada um destes léxicos dará acesso a seu próprio conjunto de mundos possíveis.

Tratando da literatura gerencial, Leal (2002), admite que a maior parte do século passado foi dominada pela concepção nominada como modernidade - utilizada para enfatizar uma combinação de aspectos tecnológicos, econômicos, e institucionais característicos. Como elementos caracterizadores da modernidade o autor aponta a racionalidade individual, e o empirismo sistemático, no sentido da ênfase no poder de observação individual e no caráter concreto da organização.

O autor identifica que, embora boa parte da teoria organizacional contemporânea permaneça presa a presunções modernistas, nova sensibilidade – crítica - vem surgindo nas ciências humanas e sociais. Buscando desconstruir suposições e práticas modernistas, bem como questionar seus resultados, estas alternativas estão, entretanto, longe de ser consensuais. Além da visão crítica adotada, os pesquisadores que se vinculam a esta perspectiva advogam uma realidade múltipla, transitória, efêmera e emergente, percebida como continuamente em fluxo e transformação e construída pelas concepções discursivas, coletivamente sustentadas, e continuamente renegociadas.

Uma vez que a sociedade é entendida como um contínuo e complexo processo de “vir a ser”, novas formas de discurso e novas metodologias são necessárias para esses novos tempos. Atualmente, crises e contradições exigem novas linhas de reflexão e análise. Nossa época é marcada pela confusão de conceitos, não sendo diferente no âmbito dos estudos organizacionais. Diferentes terminologias têm sido utilizadas para descrever contextos semelhantes, ainda que estes pareçam ter diferentes sentidos e significados; da mesma forma, o mesmo termo têm carregado sentidos diversos em décadas diferentes (LEAL, 2002; GRUN, 1999; GRUN, 2005). Ou seja, como adverte Leal (2002), onde o traço marcante é que tudo pode e tudo é bem-vindo, é preciso atenção quanto ao equívoco comum de apontar uma ruptura ou mudança, quando ainda não há efetivamente um quadro ou perspectiva nova. Nessa atitude, pode-se perder ou abandonar referenciais teóricos que possibilitariam o aprofundamento da reflexão sobre os problemas então encontrados.

Entretanto, o autor admite que estudos contendo elementos mensuráveis e objetivos são incapazes por vezes, de dar conta das necessidades de interação atuais. Cita, então, estudos organizacionais recentes que buscam ir além daqueles, demonstra como estes

estudos que introduzem termos e expressões tais como: ilógico, intuição, instinto, estética, formas de conhecimento alternativas, cuja contribuição é faz-se necessário considerar.

A tendência é corroborada por Davel et al (2004, p.2) que assumem a atração pelo uso de recursos estéticos¹⁰⁸ no ensino de administração depende de uma reorganização do professor em sala de aula, em termos de valores, atitudes e procedimentos. Argumentam que “Razão e sensibilidade são uma difícil (mas não impossível, e talvez bem desejável) conjugação no ensino e na aprendizagem, na vida e na arte” Assim, a literatura na carreira do gestor – que “administra pela palavra, pelo discurso, pela retórica” – e na prática do professor, apresentaria oportunidades de criação, bem como de exercício de poder. “Partimos do princípio que gerir, ensinar e aprender exigem doses ponderadas de razão e sensibilidade”.

Em depoimentos recolhidos após experiências relatadas no livro *Administração com Arte : experiências vividas de ensino-aprendizagem*, Davel, Vergara e Ghadiri (2007) apresentaram relatos sobre a experiência inovadora, assim como a competência desenvolvida, conforme exposto a seguir:

- *“Através das ligações com as artes, os conceitos ganham “nova vida” e adquirem significados que estavam por realizar”;*
- *“Uma aula em que ele [o estudante] tem de se colocar, muitas vezes de maneira frágil e/ou delicada, não é exatamente um comportamento que corresponda à cultura do macho latino-americano”;*
- *“A experiência estética vivida [...] evidenciou, antes de tudo, que a música e os estudos organizacionais são dois mundos que podem dialogar, como campos em que se conjugam o engenho e a arte”;*
- *“O ‘experimento’ foi extremamente gratificante, atestando as amplas possibilidades de uso de obras de arte em sala de aula. Os participantes perceberam claramente este potencial [...] por terem sido capazes de atingir interpretações não triviais sobre o fenômeno em foco”;*
- *“A arte, no momento da criação, exige o encontro de pares e ímpares, exige a participação conjunta, o coletivo em harmonia”.*

¹⁰⁸ O texto trata de literatura; entretanto, em Davel et al (2005) há referências à dança e à música.

Alguns pesquisadores relataram a desconfiança da turma, familiarizada com métodos e paradigmas tradicionais de ensino: ... “*alguns estudantes ainda manifestaram uma certa desconfiança e falta de objetividade em sua aplicação*”

Argumentos para a introdução da temática podem ser encontrados em Langer¹⁰⁹ (2006), para quem o treinamento artístico é a educação do sentimento. Educar a emoção não se refere a condicionamento movido pela aprovação ou desaprovação social, muito menos a aprender a suprimi-la: refere-se à qualidade de vida humana, que é possibilitada pela arte. A percepção das formas emocionais é algo que nos atinge como sendo belo. E a beleza é forma expressiva e é encontrada em toda obra de arte. A obra de arte é bela e o contato com ela provoca a imaginação e o sentimento.

Outro argumento vem de Goodman (1978, p.102), que afirma em seu *Ways of Worldmaking*:

[...] a major thesis of this book is that the arts must be taken no less seriously than the sciences as modes of discovery, creation and enlargement of knowledge in the broad sense of advancement of understanding, and thus that the philosophy of art should be conceived as an integral part of metaphysics and epistemology.

8.2. Conclusão

Ao me propor a examinar os avanços de uma ciência não abracei uma decisão fácil. Foi tarefa que exigiu reflexão, discernimento e, sobretudo, muita resignação frente às dificuldades em transformar a proposta em objeto de estudo e seus resultados em implicações concretas.

Os anos 90 foram ricos em mudanças, reestruturações, crises, e por isso mesmo um contexto adequado ao estudo das transformações no campo da Administração, uma vez que a sociedade manageralista, conforme identificava Jean François Chanlat, parecia perder seu status de poderosa instituição. Entre o mundo das finanças e o mundo da produção, discutia-se a centralidade da empresa, sobrevivência dos empregos, fronteiras e flexibilizações. A inserção internacional sob nova lógica aliava-se ao cenário e também mobilizava os gestores e as Escolas responsáveis por sua formação.

A característica da Administração de ser um saber ainda “em construção” – diante das primeiras sistematizações datadas do início do século XX, tornava-a permeável a entrantes de outros campos e outras tradições epistemológicas, cujos campos, também agitados, buscavam alternativas aos saberes então hegemônicos. Acreditei que seria o

¹⁰⁹ Especialista em filosofia da arte, a autora era seguidora de Ernst Cassirer.

momento de retomar a questão dos primeiros manuais: O que é Administração? É ciência, técnica, ou arte?

Na questão norteadora da tese me propus a estudar como os professores-pesquisadores das Instituições de Ensino Superior estavam promovendo as transformações no campo dos estudos em Administração no Brasil pós anos 90.

Considere, para efeito do estudo e delimitação, esses professores-pesquisadores do Núcleo Docente Permanente das IESs, atuantes em programas de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) como responsáveis por produção de conhecimento em Administração que, em última instância, envolve a formação do gestor.

O primeiro grande conforto da pesquisa foi a escolha do aparato teórico metodológico de Pierre Bourdieu para nortear a tese. Assim, o ‘olhar relacional’ a iluminar o campo de lutas de dominantes e dominados - a partir de sua posição, dos capitais determinantes e consequente distribuição de poder - parecia trazer maior sentido a um espaço cujos próprios nativos já identificavam como apresentando conversações que o transformavam numa “arena” de estudos. Mesmo pensando na constituição do campo do ensino e da pesquisa em Administração, ou, mais anteriormente ainda, na constituição do campo da educação no Brasil, a abordagem relacional parece ajudar a avançar. Como exemplo, cito o debate sobre as chamadas *Liberal Arts* – o que se torna concreto e visível na briga por poder e espaço durante as discussões lideradas por Newton Sucupira nos anos 60, à época da institucionalização dos cursos de pós-graduação no Brasil.

Ora, voltando à arena, esta se caracteriza por, de um lado, como demonstrei, um grupo até então hegemônico: pesquisadores cuja produção de conhecimento baseava-se na literatura americana de cunho funcionalista – que resumi no que denominei pesquisadores *mainstream*. De outro, o grupo que passou a abraçar abordagens alternativas, sob diversas influências, especialmente as bases epistemológicas propostas nos estudos de Burrell e Morgan. Embora ciente de que não havia uma única abordagem alternativa, tomei como foco o grupo que me parecia mais visível e produtivo e, no caso, aqueles que se aproximavam dos *Critical Management Studies (CMSs)*, ou Estudos Críticos em Administração no Brasil; denominei-os pesquisadores críticos, numa possível simplificação. Talvez pela polissemia e tradição do termo ‘crítico’, logo senti a necessidade de clarificar o que abrangia a expressão. Ancorei-me em pesquisadores que opinavam que CMS ou ECA eram uma logomarca, um *label*, com algumas influências definidas, ameaças de tornar-se extremamente fluído mas,

principalmente, com três parâmetros básicos: é crítico quem se afasta dos princípios de eficiência do mainstream funcionalista e apresenta intenção desvinculada da performance; é crítico quem prega a desnaturalização, ou seja, mostra que não são normais nem naturais os discursos e práticas dos dominantes; é crítico quem demonstra intenção emancipatória, no sentido de desenvolver consciência da interdependência social e da responsabilidade coletiva e livra-se de hábitos que impedem sua transformação emancipatória.

No Brasil um grupo pequeno, porém extremamente presente e produtivo de professores-pesquisadores passa a divulgar os estudos críticos, assumindo o direito de dizer quem é crítico ou não em suas publicações. Esse grupo restringe-se basicamente a pesquisadores de poucas IES: FGV (EAESP e EBAPE), UFMG, UFBA, UFRGS principalmente. Eduardo Davel e Rafael Alcadipani, em artigo para o EnEO 2002 apresentaram discussão sobre a produção brasileira em ECA, especificando os três parâmetros identificadores como base para a análise de material produzido e publicado em revistas acadêmicas e anais do EnANPAD. Além de especificar quem pertence ou não ao movimento, os autores parecem buscar alguma individualidade nos ECA no Brasil, ao lembrar seus “heróis” – Guerreiro Ramos, Maurício Tragtenberg e Fernando Prestes Motta – que, em momentos anteriores já haviam se posicionado frente aos aspectos instrumentais e normativos, ideológicos ou disciplinares da teoria organizacional. Reafirmam ainda que “apesar de aparecerem em número reduzido, os estudos críticos em administração no Brasil possuem considerável potencial de renovação da produção teórica em administração” (DAVEL; ALCADIPANI, 2002).

A institucionalização do grupo em espaços e cargos da ANPAD e os encontros de discussão não facilitavam, entretanto, a identificação dos professores-pesquisadores críticos. Em sua própria produção, encontrava-se referências a: fazer uma crítica não significa ser crítico; os críticos não se deixam identificar facilmente; crítica institucionalizada é crítica domesticada... e daí por diante.

No próprio grupo haviam ainda indícios de disputa pela correta definição de crítica. E mesmo tentativas de distinção no sentido de que ser crítico envolve “leituras desafiantes, conhecimentos em filosofia, **domínio de uma linguagem e de um repertório de definições básicas** que nos permitam caminhar dentro dos textos para, depois, assumir nossa própria voz” (PAES DE PAULA, 2008, p. xi – grifo nosso).

O grupo possuía características que nos permitiam afirmar que viriam a abalar o *mainstream* e que adequavam-se à categorização de Bourdieu de entrantes que viriam subverter o campo. Uma aproximação para identificá-los veio dos indícios fornecidos por Fischer (2003) sobre estudos de Doutorado no exterior. Embora consistente – conforme demonstrado pelos dados prosopográficos levantados na pesquisa empírica, essa hipótese não pode ser generalizada. Comecei a perceber isso ao verificar o currículo Lattes de alguns pesquisadores que já se destacavam no grupo de pesquisadores críticos e identificar que haviam feito seus estudos no Brasil, com orientadores já parte do NDP de Escolas brasileiras. É o caso de Thomaz Wood Jr., engenheiro de formação e professor da FGV-EAESP cujos estudos de mestrado e doutorado foram na própria FGV com orientação de Carlos Bertero, também da FGV-EAESP - este sim, possuidor de uma graduação em filosofia na USP e estudo de mestrado e doutorado em universidades americanas, na Michigan State University e na Cornell University.

A esse tipo de constatação, acrescento dado importante com relação às instituições: se examinarmos esse estudo, veremos que as mesmas instituições que participaram da constituição do campo são agora, em sua maioria, aquelas cujos professores lideram o grupo de pesquisadores críticos.

Esses e outros fatos me autorizam a concluir que, embora sustentável a aproximação com este aspecto da teoria de Bourdieu, o rótulo “novos entrantes” não se adequa totalmente a pesquisadores e instituições objeto da pesquisa.

Por outro lado, são grandes os indícios de forte *bouleversement* no campo, inegáveis os progressos na Ciência da Administração demonstrados e a introdução de alternativas que se traduzem em novos léxicos e temáticas que se incorporam à área; novos “mundos possíveis”.

Quanto a estes, uma palavra final com relação à questão da arte. Se, a princípio era aceita uma referência às habilidades como “A arte de ___”, o estágio atual revela uma aproximação da arte que aqui identifiquei com o constructo ‘arte *stricto sensu*’. Para além da aproximação, verifica-se maior aceitação do constructo – antes visto em termos de devaneios ou sofisticação inadequada – e do que a Arte pode contribuir para o enriquecimento teórico e para a prática da formação do gestor. E isso se deve aos pesquisadores críticos.

Esse estudo abre diversas possibilidades de continuação. Uma delas, a instigante quantificação dos pesquisadores do campo da Administração com a utilização da Análise de Correspondências Múltiplas, ao modo de Bourdieu, poderá trazer novas e interessantes revelações. A outra, numa perspectiva mais teórica, a exploração dos “mundos possíveis” levando a maior aprofundamento via filosofia da ciência. Ou ainda um estudo sobre reprodução das elites, nos moldes da Noblesse d’État de Bourdieu. Mas essas são decisões para o pós-doc...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCADIPANI, R. **Michel Foucault: poder e análise das organizações**. 2002. 197 p. Dissertação (Mestrado em Administração). FGV/EAESP, São Paulo, 2002.

ALCADIPANI, R. Réplica: a singularização do plural. **Revista de Administração Contemporânea**, v.9, nº 1, p. 211-220, 2005.

ALCADIPANI, R. Academia e a fábrica de sardinhas. **O&S**, Salvador, v.18, n.57, p. 345-348, Abril/Junho. 2011.

ALCADIPANI, R.; BERTERO, C. O. Guerra Fria e ensino do management no Brasil: o caso da FGV-EAESP. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v.52, n.3, p. 284-299, maio/jun 2012.

ALCADIPANI, R; BRESLER, R. McDonaldização do ensino. **Carta Capital**. São Paulo. p. 45-48, 2002.

ALMEIDA JUNIOR, A. et al . Parecer CFE nº 977/65, aprovado em 3 dez. 1965. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 30, Dec. 2005 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782005000300014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 nov. 2014

ALVESSON, M. WILLMOTT, H. **Critical management studies**. London: Sage, 1992.

ALVESSON, M.; WILLMOTT, H. Introduction. In: ALVESSON, M. & WILLMOTT, H. **Studying Management Critically**. London: Sage, 2003

AKTOUF, O. **A administração entre a tradição e a renovação**. São Paulo, Atlas, 1996.

ARGYRIS, C.; SCHÖN, D. **Organizational learning: A theory of action perspective**. Reading, Mass: Addison Wesley, 1978.

AUDET, M. Le procès des connaissances de l’administration. In : AUDET, M. ; MALOUIN, J.-L. (orgs.) **La production des connaissances scientifiques de l’administration**. Quebec : Les Presses de l’Université Laval, 1986.

AZIZE, R. Desemprego executivo: a crítica ao terceiro espírito do capitalismo no cinema contemporâneo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.24, n.69, p. 81-92, fev. 2009.

BARNARD, C. **As funções do executivo** São Paulo: Ed. Atlas, 1979.

BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BAUMAN, Z. **Vida Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BAUMAN, Z. **Medo Líquido**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

BERTERO, C.O. **Ensino e pesquisa em administração**. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

BERTERO, C.O. Os professores de Administração e o mercado de trabalho. **Informativo ANPAD**, n. 21, out/dez. 2008. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/publicacoes_informativo_opinio.php?_=1&cod_informativo=22&idioma=3> acesso em dez. 2012.

BERTERO, C.O; CALDAS, M. P; WOOD Jr., T. Produção científica em administração de empresas: provocações, insinuações e contribuições para um debate local. **Revista de Administração Contemporânea**. ANPAD, v. 3, n.1, p. 147-178, 1998.

BERTERO, C.O; CALDAS, M. P.; WOOD Jr., T. Produção científica em administração no Brasil. In: BERTERO, C.O; CALDAS, M. P.; WOOD Jr., T. **Produção científica em administração no Brasil** – o estado da arte. São Paulo: Atlas, 2005.

BERTERO, C.O; CALDAS, M. P; WOOD Jr., Thomaz. **Produção científica em administração no Brasil** – o estado da arte. São Paulo: Atlas, 2005.

BERTERO, C.O; KEINERT, Tânia M. M. A evolução da análise organizacional no Brasil (1961-93). **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, FGV, v. 36, n. 3, p. 81-90, mai/jun. 1994.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. **Le Nouvel Esprit du Capitalisme**. Paris: Gallimard, 1999.

BONNEWITZ, P. Entre enthousiasme et contestation. **Magazine Littéraire**, Paris, n. 369, p. 37, oct. 1998.

BOURDIEU, P. Le champ scientifique. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, v. 2, n.3, p. 88-104, jun. 1976

BOURDIEU, P. **Le sens pratique**. Paris: Ed. de Minuit, 1980.

- BOURDIEU, P. **Ce que parler veut dire**. Paris: Fayard, 1982.
- BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero Ltda., 1983.
- BOURDIEU, P. **Homo Academicus**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1984.
- BOURDIEU, P. **Le champ littéraire**, Actes de la Recherche en Sciences Sociales, n.89, p. 3-46, sep.1991.
- BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.
- BOURDIEU, P. **O Poder simbólico** - 11ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BRANDÃO, Z.; BONAMINO, A. Posfácio. In: BRANDÃO, Zaia (Org.). **A crise dos paradigmas e a educação**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- BRASIL. **Parecer n. 977** de 03 de dezembro de 1965. Definição dos cursos de pós-graduação. Disponível em <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Parecer_CESU_977_1965.pdf>. Acesso em set./ 2014.
- BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.
- BRESSER PEREIRA, L.C.; SPINK, P. (orgs). **Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial**. RJ: Editora FGV, 1998.
- BRULON, V. Transpondo Bourdieu para as organizações: um convite à sociologia reflexiva em estudos organizacionais. In: XXXVII Encontro anual da ANPAD. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro:ANPAD, 2013. 16p.
- BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organizational analysis: elements of the sociology of the corporate life**. 1st. ed. Aldershot: England, United Kingdom: Gower, 1985.
- BURRELL, G. Ciência normal, paradigms, metaphors, discourses e genealogies da analyze. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. (orgs). **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2007.
- CALDAS, M.; FACHIN, R. Paradigma funcionalista: desenvolvimento de teorias e institucionalismo. In: CALDAS. Miguel e BERTERO, Carlos O. **Teoria das Organizações**. São Paulo: Atlas, 2007.
- CALDAS, M. Paradigmas em estudos organizacionais: uma introdução à série. In: CALDAS. M.P.; BERTERO, C.O. **Teoria das Organizações**. São Paulo: Atlas, 2007.

CANÊDO, L.; GARCIA JR., A. **La formation à la recherche et le marché mondial de la coopération scientifique**. Casablanca, 2010. Texto impresso de circulação restrita.

CANTU, R. O campo dos pesquisadores em economia no Brasil no começo do século XXI. In: 32º Encontro Anual da ANPOCS, 2008, Caxambu – MG. **Anais**. Caxambu: ANPOCS, 2008. p. 1-25.

CARRIERI, A.; LUZ, T. R. Paradigmas e metodologias: não existe pecado do lado de baixo do equador. In: Encontro Anual da ANPAD, 20. 1998, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu: ANPAD, 1998. p.1-15.

CARVALHO, A. M. C. Business games na formação gerencial: por que games? In: V EDUCERE - III Congresso Nacional na Área de Educação, 2005, Curitiba - PR. **Anais...** Curitiba - PR: Editora da PUC-PR, 2005. p. 1-12.

CARVALHO, A. M. C. Dinamizando programas de ensino: uma crítica à adoção de jogos de empresa na formação gerencial In: XII Simpósio de Engenharia de Produção - SIMPEP, 2005, Bauru - SP. **Anais...** Bauru - SP: UNESP, 2005. p. 1-11.

CASTRO, C. O ensino da administração e seus dilemas: notas para debate. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, FGV, v.21, n.3, p. 58-61, 1981.

CATANI, A. A sociologia de Pierre Bourdieu (ou como um autor se torna indispensável ao nosso regime de leituras). **Educação & Sociedade**, ano XXIII, n. 78, p. 57-75, abril/ 2002.

CAVALCANTI, B. **O gerente equalizador: estratégias de gestão do setor público**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Relatórios de avaliação**. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/relatorios-de-avaliacao>>. Acesso em: fev. 2013.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). **Plataforma Lattes**. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/>>. Acesso em: mar. 2013.

CHADDAD, F.; CHADDAD, M. C. Educação no Brasil no Contexto da Lei 5540/68. RECIFIJA- **Revista Científica das Faculdades Integradas de Jaú**, Jaú, v. 7, n.1, p. 1-12, 2010. Disponível em: <<http://revista.fundacaojau.edu.br/artigos/1.pdf>>. Acesso em: set. 2014

CHANDLER, A. **The visible hand: the managerial revolution in American Business**. Cambridge, Mass. and London, England: The Belknap Press of Harvard University Press, 1977.

CHANLAT, JF. **Ciências sociais e management: reconciliando o econômico e o social**. São Paulo: Atlas, 2000.

CHANLAT, J.; F.; SÉGUIN, F. **L'analyse des organisations**. Montreal : Gaetan-Morin, 1992.

- CHEVALIER, J.; LOSCHAK, D. **La science administrative**. Paris: PUF, 1980.
- CHIAVENATO, I. **Teoria Geral da Administração**. 3ª ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1987.
- CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. (orgs). **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2007.
- CLEGG, S., HARDY, C. Introdução: organização e estudos organizacionais. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. (orgs). **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2007.
- COHEN, P. In tough times humanities must justify their worth. **New York Times**, New York, 2009, 25/02/2009. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2009/02/25/books/25human.html?pagewanted=print>>. Acesso em: fev. 2009.
- CONRAD, J. **O coração das trevas**. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- COOKE, B. Writing the left out of Management theory: the historiography of the management of change. **Organization**. v.6, n.1, p. 81-105, 1999.
- CORREIA, M. Homonímia e polissemia – contributos para a delimitação dos conceitos. **Palavras**, n. 19, Lisboa: Associação dos Professores de Português, p. 57-75, 2000.
- COVRE, M. L. **A formação e a ideologia do administrador de empresa**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1982.
- CRUZ NETO, O. O Trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. C. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 23. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004, p 51-66.
- CUNHA, A. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexicon Editora Digital, 2007.
- DAVEL, E.; ALCADIPANI, R. Estudos críticos em administração: reflexões e constatações sobre produção brasileira. In: Encontro de Estudos Organizacionais, 2002, Recife. **Anais...** Recife: PROPAD/UFPE: ANPAD, 2002. p. 1-15
- DAVEL, E.; ALCADIPANI, R. Estudos críticos em administração: a produção científica brasileira nos anos 1990. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.43, n. 4, p. 72-85, 2003.
- DAVEL, E.; MELO, M.C.O.L. Singularidades e transformações no trabalho dos gerentes. In: DAVEL, E.; MELO, M.C.O.L. (orgs.). **Gerência em ação: singularidades e dilemas do trabalho gerencial**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

DAVEL, E.; ALCADIPANI, R.. Estudos críticos em administração: a produção científica brasileira nos anos 1990. In: BERTERO, C.O.; CALDAS, M. P. & WOOD Jr., T.. **Produção científica em administração no Brasil** – o estado da arte. São Paulo: Atlas, 2005.

DI MAGGIO, P. Conclusion: The futures of Business Organization and paradoxes of change. In: DI MAGGIO, P. (editor) **The twenty-first-century firm: Changing economic organization in international perspective**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 2001.

DONADONE, J. C. e GRUN, R. Participar é preciso!: Mas de que maneira? **RBCS**, v. 16, n. 47, p. 111-183, out/2001.

DRUCKER, P. **A sociedade pós-capitalista**. São Paulo: Pioneira, 1994.

DUBOIS, J., GIACOMO, M., GUESPIN, L., MARCELLESI, C., MARCELLESI, Jean-Baptiste, MEVEL, Jean-Pierre. **Dicionário de Linguística**. São Paulo, Ed. Pensamento-Cultrix Ltda., 1973.

DURKHEIM, É. **As regras do método sociológico**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

DURKHEIM, É. **As formas elementares de vida religiosa**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

EMIRBAYER, M.; JOHNSON, V. Bourdieu and organizational analysis. **Theory and Society**, v. 37, p. 1-44, 2008.

ENGELMANN, F.. **Diversificação do espaço jurídico e as lutas pela definição do direito no Rio Grande do Sul**. Nov/ 2004. 414p. Tese de doutorado. (Doutorado em Ciência Política) – PPGCP/ UFRGS. 2004

ENGELMANN, F.. Internacionalização e legitimação da formação acadêmica em administração no Brasil na década de 90 e 2000. **Tomó (UFS)**, v. 13, p. 239-262, 2008.

ETZIONI, A.. **Organizações modernas**. São Paulo: Livraria Pioneira Ed., 1976.

FACHIN, R.; RODRIGUES, B. Nota técnica: teorizando sobre organizações – vaidades ou pontos de vista? In: CLEGG, S. HARDY, C. e NORD, W. (orgs). **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2007.

FADUL, E.; MAC-ALLISTER DA SILVA, M. Limites e possibilidades disciplinares da administração pública e dos estudos organizacionais. In: Encontro Anual da ANPAD, 2008. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2008. p. 351-365.

FADUL, Elvia; MAC-ALLISTER DA SILVA, Mônica; SILVA, Lindomar P. Ensaio de interpretações e estratégias para o campo da administração pública. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 6, p. 1437-1458, nov./dez. 2012.

FAVEREAU, O. L'économie du sociologue ou: penser (l'ortodoxie) à partir de Pierre Bourdieu. In: **Le Travail Sociologique de Pierre Bourdieu. Dettes et Critiques**, Paris, La Découverte, 2004.

FÁVERO, M. L. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**. Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006.

FAYOL, H. **Administração Industrial e Geral**. SP, Ed. Atlas, 1970.

FERREIRA JR., A.; BITTAR, M.. Artes liberais e ofícios mecânicos nos colégios jesuítcos do Brasil colonial. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro. v. 17, n. 51, p. 693-751. set.-dez. 2012

FISCHER, T. **Sobre as tentativas de organização de modalidades de ensino-aprendizagem nos currículos dos cursos de mestrado em Administração no Brasil**. 1977. 150 p. Dissertação (Mestrado em Administração), UFRGS, Porto Alegre, 1977.

FISCHER, T. Alice através do espelho ou Macunaíma em Campus Papagalli? Mapeando rotas de ensino dos estudos organizacionais no Brasil. **O&S, Salvador**, v.10, n.28, p.47-62, set/dez. 2003.

FISCHER, R.; et al. Razão e sensibilidade no ensino de administração: a literatura como recurso estético. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 5, 935-56, set.-out. 2007.

FLIGSTEIN, N. **The Transformation of Corporate Control**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1990.

FLIGSTEIN, N. Organizations: Theoretical debates and the scope of organizational theory. In: CALHOUN, C.; ROJEK, C.; TURNER, B. **Handbook of Sociology**. London: Sage, 2005.

FOURNIER, V.; GREY, C. At the Critical Moment: Conditions and Prospects for Critical Management Studies. **Human Relations**, v. 53, n.1, p. 7-32, 2000.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Ed. Moraes, 1980.

FREIRE, P. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, G. **Casa-Grande & Senzala**. 26ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1989.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Dicionário de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: FGV, 1987.

GARCIA, F.; BRONZO, Marcelo. As bases epistemológicas do pensamento administrativo convencional e a crítica à teoria das organizações. In: 1º Encontro de Estudos Organizacionais. **Anais...** Curitiba, 2000. p.1-16.

- GERMANO, J. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)**. Campinas: Cortez, 1994.
- GINSBURG, C. Représentation: le mot, l'idée, la chose. **Annales ESC**, Paris, n. 6, p. 1219-1234, nov-déc 1991.
- GOLSORKHI, D.; HUAULT, I. Pierre Bourdieu: critique et reflexivité comme attitude analytique. **Revue Française de Gestion**. Paris, 2006/6, n. 165, p.15-34, 2006.
- GOODMAN, N. **Languages of art: an approach to a theory of symbols**. Indianapolis: Hackett Pub. Co, 1976.
- GOODMAN, N. **Ways of Worldmaking**. Indianapolis: Hackett, 1978
- GOUADAIN, D. Les mots de la gestion. **Gérer et comprendre**, Paris, n. 66, p. 58-80, Décembre, 2001
- GREEN, N.. Reflexões de uma *outsider*. In: ENCREVÉ, P.; LAGRAVE, R. **Trabalhar com Bourdieu**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- GREY, C. O fetiche da mudança. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.44, n. 1, p. 10-25, 2004.
- GRÜN, R. Modelos de empresa, modelos de mundo: sobre algumas características culturais da nova ordem econômica e da resistência a ela. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v, 14, n. 41, p. 121-140, 1999.
- GRÜN, R. Convergência das elites e inovações financeiras: a governança corporativa no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n 52, p. 121-143, 2005.
- GRUN, Roberto. Entre a plutocracia e a legitimação da dominação financeira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v.22, n.65 p. 85-107, 2007.
- GRÜN. R. A evolução recente do espaço financeiro no Brasil e alguns reflexos na cena política. **Dados**. v.47, n° 1, 2004. Disponível em <www.scielo.com.br> Acesso em Nov 2010.
- GUERREIRO RAMOS, A. **A nova ciência das organizações**. Rio de Janeiro: FGV, 1981.
- GUERREIRO RAMOS, A. **Administração e contexto brasileiro**. Rio de Janeiro, FGV, 1983.
- GUERREIRO RAMOS, A. Modelos de homem e teoria administrativa. **Caderno de Ciências Sociais Aplicadas**. PUC-PR/ Mestrado em Administração/ Série Monográfica. Curitiba, n. 3, p.1-18, dez de 2001. Disponível em <https://docs.google.com/document/d/1Y2Y3YX1QkYBiuK3qnuB00Uv9QXWXqXg0ISb4g_qAYQQ/preview?pli=1>. Acesso em ago/2014.

GUILLÉN, M.F. **Models of management: work, authority and organization in a comparative perspective**. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

HACKING, I. **Representing and intervening: introductory topics in the philosophy of natural science**. New York: Cambridge University Press. 1984.

HEINZ, F. O historiador e as elites – à guisa de introdução. In: HEINZ, Flávio (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HEMAIS, Bárbara; VERGARA, Sylvia Constant. A Cultura Anglo-Americana na Produção Brasileira: Um Estudo de Intertextualidade de Trabalhos em Estudos Organizacionais. In: XXIV Encontro Anual da ANPAD, 2000, Florianópolis. **Anais ...**, Florianópolis: ANPAD, 2000. p 1-12

HEY, A. **Esboço de uma sociologia do campo acadêmico: a educação superior no Brasil**. São Carlos: EDUFSCar, 2008.

HISTÓRICO dos cursos de administração no Brasil. CRA. Disponível em <<http://www.cra-ba.org.br/Pagina/58/Histórico-dos-Cursos-de-Administração-no-Brasil.aspx>>. Acesso em 25/04/2013

HOUAISS, A. e VILAR, M. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. RJ: Objetiva, 2001.

HUE, S. **Primeiras Cartas do Brasil 1551 1555** . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006

HUMMEL, R. Stories managers tell: why they are as valid as science. **Public Administration Review**. Oklahoma, v.51, n.1, p. 31-41, 1991.

JENKINS, R. **Pierre Bourdieu**, London & New York: Routledge, 1992.

KANTER, R. M. **Classe Mundial** – Uma agenda para gerenciar os desafios globais em benefício das empresas e das comunidades. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

KAST, F.; ROSENZWEIG, J. **Organização e administração: um enfoque sistêmico**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1992, v.1.

KAUFMAN, Jean-Claude. **Ego: pour une sociologie de l'individu**. Paris: Nathan, 2001

KHURANA, R. **From higher aims to hired hands: the social transformation of american business schools and the unfulfilled promise of management as a profession**. Princeton: Princ.Univ Press, 2007.

KUHN, T. **A Estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1970.

KUHN, T. **O caminho desde A Estrutura**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

LACOMBE, F. **Dicionário de Administração**. São Paulo: Ed. Saraiva, 2004.

LAHIRE, B. **L'homme pluriel**: les ressorts de l'action. Paris: Nathan, 1998.

LEAL, Raimundo S. O Dilema dos Estudos Organizacionais entre a Modernidade e a Pós-Modernidade: a Inclusão de uma Terceira Matriz. In: Encontro de Estudos Organizacionais, 2, 2002, Recife. **Anais...** Recife: ANPAD, 2002. 1 CD.

LEBARON, F. Action économique et capital symbolique. **Regards sociologiques**, Paris, n. 30, p.73-89, 2005.

LEBARON, F. Le champ des économistes français à la fin des années 1990. Luites de frontière, autonomie et structure. **Mana. Estudos de Antropologia Social**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p.9-29, 2001.

LEONEL FRANCA, S. J. **O método pedagógico dos jesuítas: o Ratio Studiorum**. Rio de Janeiro: Agir, 1952.

LEWIS, M.; GRIMES, A. Metatriangulation: building theory from multiples paradigms. In: **Academy of management**, v. 24, n. 4, 672-690, 1999.

LOUVEL, S. Le monde des chercheurs - Les Travailleurs du savoir. **Sciences Humaines**, Paris, v.34, n.157, fev.2005.

LOUX, M. **Metaphysics – a contemporary introduction**. 3rd ed. London: Routledge, 2008 Disponível em <http://transcendental.ucoz.ru/_fr/0/___metaphysics_1.pdf> acesso em jun/2014

MACHADO-DA-SILVA, C.; CUNHA, V.; AMBONI, M. Organizações: o estado da arte da produção acadêmica do Brasil. XIV Encontro Anual da ANPAD, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ANPAD, 1990. p. 11-28.

MAKOWIECKY, S. Representação: a palavra, a ideia, a coisa. **Caderno de pesquisa interdisciplinar em Ciência Humanas**, 2003. Disponível em <<http://www.cfh.ufsc.br/~dich/TextoCaderno57.pdf>>, acesso em ab. 2009.

MARCONDES, D. A crise de paradigmas e o surgimento da Modernidade. In: BRANDÃO, Zaia (Org.). **A crise dos paradigmas e a educação**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1997

MARI, H. **Factum e fictum: sobre a construção de mundos possíveis**. S/ data. Disponível em <<http://www.ich.pucminas.br/posletras/Factum-fictum.pdf>>, acesso em mai. 2009.

MARTIN, R. Le fantôme du nom abstrait. In: FLAUX, N., GLATIGNY M.; SAMAIN D. (eds.). **Les noms abstraits, histoire et théories**. Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaires du Septentrion, pp. 41-50, 1996.

MARTINS, G. Pesquisa sobre Administração: Abordagens Metodológicas. **Revista de Administração/USP**. São Paulo, v. 32, n. 3., p. 5-12, jul /set 1997.

MARTINS, P. E. M. et al. Repensando a formação do administrador brasileiro. **Archétypon**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 15, 15 p., set. /dez. 1997

MARTINS, P. E. M. **A reinvenção do sertão: organização social e poder na comunidade do Belo Monte (Canudos, 1893-1897)**. 1999. 267p. Tese (doutorado em Administração) – EAESP/ FGV, São Paulo, 1999.

MATTOS, P. L. Administração é ciência ou arte? O que podemos aprender com este mal-entendido? **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 49, n. 3, p. 349-360, 2009.

MAXIMIANO, A. **Teoria Geral da Administração: da escola científica à competitividade na economia globalizada**. São Paulo: Atlas, 2000a.

MAXIMIANO, A. **Introdução à Administração**. 5ª ed. Revista e ampliada. São Paulo: Atlas, 2000b.

MAZZA, C.; ALVAREZ, J. Haute Couture and Pret-a-Porter: The Popular Press and the Diffusion of Management Practices. **Organization Studies**, UK, v. 21, n. 3, p. 567-588, 2000.

MENEZES, M.C. **Raízes do ensino brasileiro: a herança clássico-medieval**. 1999. [s.n.] Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

MIGUEL, M.. Tendências pedagógicas na educação brasileira. **Educativa**, Goiânia, v. 10, n. 1, p. 69-84, jan./jun. 2007.

MINTZBERG, H. **The Nature of Managerial Work**. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, Inc., 1980.

MINTZBERG, H. The Manager's Job: Folklore and Fact. **Harvard Business Review**, Boston, v. 90, n.2, 14 p., 1990.

MISOCZKY, M. C. Pelo primado das relações nos estudos organizacionais: algumas indicações a partir de leituras enamoradas de Marx, Bourdieu e Deleuze. In: XXVII Encontro Anual da ANPAD, 2003. Atibaia/SP, **Anais** Atibaia: ANPAD, 2003.17 p.

MISOCZKY, M. C.; AMARANTINO-DE-ANDRADE, J. Uma crítica à crítica domesticada nos estudos organizacionais. **Revista de Administração Contemporânea - RAC**, v. 9, n. 1, p. 215-233, Jan./Mar. 2005.

MONTANHINI, W. **As Letras na Formação da Cultura Brasileira – Um estudo Através do Colégio Jesuítico – Séculos XVI e XVII**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais7/Trabalhos/xAs%20Letras%20na%20Formacao%20da%20Cultura%20Brasileira.pdf>>. Acesso em: out. 2014

MONTEIRO, L. Estudo de elites políticas e sociais: as contribuições da Sociologia e da História. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 12, n. 1, p. 25-32, jan./jun. 2009.

MOREIRA, D. et al. O que eles pensam sobre formação de administradores no país. **RAE Light**. São Paulo, v. 35, n. 2, p. 41-52, 1995.

MORGAN, G. **Imagens da Organização**. São Paulo: Atlas, 1996.

MORGAN, G. Paradigmas, metáforas e resolução de quebra-cabeça. In: CALDAS, Miguel e BERTERO, Carlos O. **Teoria das organizações**. São Paulo: Atlas, 2007.

MOTTA, P.R. **Gestão contemporânea: a ciência e a arte de ser dirigente**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1991.

NAVARRO, Pe. J.. Carta enviada da cidade de Salvador. In: HUE, S. **Primeiras Cartas do Brasil 1551 1555**. RJ: Jorge Zahar, 2006.

NELSON, C. The Liberal Arts in Management. **Harvard Business Review**, Boston, v. 36, p. 91-99, May-June 1958.

NERIS, W. **Bourdieu e a Religião**: Aportes para (re)discussão do conceito de campo religioso. Disponível em: <<http://www.abhr.org.br/wp-content/uploads/2008/12/neriswheriston-gp2.pdf>>. Acesso em: ago/ 2014.

NICOLINI, A. Qual será o futuro das fábricas de administradores? **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.52, p. 44-54, 1995.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. **Criação de conhecimento na empresa**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

NORREKLIT, H. The balanced scorecard: what is the score? A rhetorical analysis of the balanced scorecard. **Accounting, Organization and Society**, Elsevier, v. 28, p. 91-619, 2003.

OLIVE, A.O. Histórico da Educação Superior no Brasil. In: SOARES, Susana A. **A Educação Superior no Brasil**. Brasília: CAPES, 2002.

ORTONY, A. (Ed.). **Metaphor and thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

PAES DE PAULA, A.P. Tragtenberg e a resistência da crítica: pesquisa e ensino na administração hoje. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 41 • n. 3, p. 77-81, 2001.

PAES DE PAULA, A.P. **Teoria crítica nas organizações**. São Paulo: Thomson Learning, 2008 (Coleção debates em administração).

PAES DE PAULA, A.P.; WOOD JR, T. Pop-management: pesquisa sobre as revistas populares de gestão no Brasil. In: XXVI Encontro Anual da ANPAD, 2002. Salvador, **Anais ...** Salvador: ANPAD, 2002. 14 p.

PAIVA, J.M. Educação jesuítica no Brasil colonial. In: LOPES, E.M.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 43-59.

PARTEE, B. Possible worlds in model-theoretic semantics: a linguistic perspective. In: **Possible Worlds in Humanities, Arts, & Sciences: Proceedings of Nobel Symposium**. Ed. S.Allen, Berlin: Walter de Gruyter, 1989, Disponível em: <http://semanticsarchive.net/Archive/TA4MTYxZ/BHP88Possible%20WorldsModelTheoreticSem.pdf>, Acesso em mai. 2009.

PECI, A. Estrutura e ação nas organizações: algumas perspectivas sociológicas. **Revista de Administração de Empresas**, v.43, n.1, jan./fev./mar., 2003.

PÉCORA, Alcir. Por que a democracia precisa das Humanidades? **Ensino Superior UNICAMP**, Campinas, 14/10/2011. Disponível em: <<http://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br>> . Acesso em: abr. 2014

PETERSON, P. M. A educação liberal na perspectiva global. **Ensino Superior UNICAMP**, Campinas, 27/05/2011. Disponível em: <<http://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br>>. Acesso em: ab. 2014

PIAGET, J. **As formas elementares da dialética**. São Paulo: Casa do psicólogo, 1996

PINHEIRO FILHO, F. A noção de representação em Durkheim. **Lua Nova**. São Paulo, nº 61, 2004

PIMENTEL FILHO, E. Perspectivas da história hoje: representações e micro-história. **Saeculum II**: jul/dez/ 1996. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/srh/article/viewFile/11184/6321>> Acesso em jul. 2011

PIZZINATTO, N. Ensino de administração e perfil do administrador: contexto nacional e o curso de administração da UNIMEP. **Impulso**, Piracicaba, n.26, 173-189, dez. 1999.

PLASTINO, C.A. A crise dos paradigmas e a crise do conceito de paradigma. In: BRANDÃO, Zaia (Org.). **A crise dos paradigmas e a educação**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1997

PRESTES MOTTA, F. C. A questão da formação do administrador. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, FGV, v. 23, n. 4, p.53-55, 1983.

PRESTHUS, R. **Organizational Society: An analysis and theory**. New York: Alfred A. Knopf, 1978.

RAUFFLET, E. Os gerentes e suas atividades cotidianas. In: DAVEL, E. e MELO, M.C.O.L. (orgs.). **Gerência em ação: singularidades e dilemas do trabalho gerencial**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

REED, M.. Teorização organizacional: um campo historicamente contestado. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. (orgs). **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2007, v.1.

REESE, T. **Cardeais querem 'Jesus com MBA' no comando da igreja**. São Paulo, 18 de março 2013. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/1243862-cardeais-querem-jesus-com-mba-no-comando-da-igreja.shtml>>. Acesso em jul.2014.

RIBEIRO, A. Mulheres educadas na colônia. In: LOPES, E.M.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 79-94.

ROBSON, K.; SANDERS, C. (eds). **Quantifying theory: Pierre Bourdieu**. N.Y: Springer, 2009.

ROSENBERG, J . **Dictionary of Business and Management**. New York: John Wiley & Sons, 1993.

SANTOS, R. S. Em Busca da Apreensão de um conceito para Administração Política. **RAP. Revista Brasileira de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, n.SET/OUT, p. 49-77, 2001.

SARTORE, M.S. Responsabilidade social empresarial e governança corporativa no setor bancário: a sustentabilidade no campo das finanças. In: 30º Encontro Anual da ANPOCS, 2008, Caxambu – MG. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 2006

SARTORE, M. **Convergência das elites: a sustentabilidade no mercado financeiro**. 2010. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFSCar, São Carlos, 2010.

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. Trad de A. Chelini , José P. Paes e I. Blikstein. São Paulo: Cultrix; USP, 1969

SAVIANI, D. Tendência e correntes da educação brasileira. In: MENDES, Durmeval Trigueiro (Coord.). **Filosofia da educação brasileira**. 3 ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987. p. 19-47.

SECO, A.P.; ANANIAS, M.; FONSECA, S. Antecedentes da administração escolar até a República (... .1930). **HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, p.59–101, ago. 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/art7_22e.pdf>. Acesso em: nov. 2014.

SERVA, M. O Surgimento e o Desenvolvimento da Epistemologia da Administração – inferências sobre a contribuição ao aperfeiçoamento da teoria administrativa. In: Encontro Anual da ANPAD, 36. 2012. Rio de Janeiro. **Anais ...**: Rio de Janeiro: ANPAD, 2012. 16 p.

SERVA, M.; PINHEIRO, D. M.. Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração: Uma Reflexão Inicial Sobre os Estudos do Campo no Brasil. In: Encontro Anual da ANPAD, 33, 2009. São Paulo. **Anais...**: São Paulo-SP: ANPAD, 2009. 16 p.

SILVA, B. **Taylor e Fayol**. 3ª edição, revista e ampliada. RJ, Fundação Getulio Vargas, Serv. de publicações, 1974.

SILVA, G. Administração de empresas e desenvolvimento. **Revista de Administração de Empresas**, v. 11, n.3, p. 5-20, 1971.

SILVA, H. A gênese da sociologia crítica de Pierre Bourdieu. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 10, n.112, p. 114-120, set 2010.

SILVA, J.R.; VERGARA, S. Sentimentos, subjetividade e supostas resistências à mudança organizacional. **Revista de Administração de Empresas**, v. 43, n. 3, p. 10-21, 2003

SILVEIRA, R.A. **Michel Foucault: poder e análise das organizações**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

SLACK, N.; CHAMBERS, S.; JOHNSTON R. **Administração da produção**. São Paulo: Atlas, 2009.

SHIGUNOV NETO, A.; MACIEL, L. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. **Educar**, Curitiba, n. 31, p. 169-189, 2008.

SIQUEIRA, M.M. O papel das disciplinas de embasamento na formação acadêmica de administradores. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, FGV, v. 27, n. 1, p. 53-55, 1987.

SPINK, P. e ALVES, M.A. O campo turbulento da produção acadêmica e a importância da rebeldia competente. **O&S** - Salvador, v.18 - n.57, p. 337-343, 2011.

SOBRAL, F.; PECI, A. **Administração: teoria e prática no contexto brasileiro**. São Paulo: Pearson, 2008.

STONE, L. Prosopografia. **Revista de Sociologia e Política** v. 19, nº 39: 115-137 jun. 2011.

STRANNEGARD, L. “Quase lá”. In: DAVEL, E; MELO, M.C.O.L. (orgs.). **Gerência em ação: singularidades e dilemas do trabalho gerencial**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005

STRAUSS, L. O que é educação Liberal? **Ensino Superior UNICAMP**, Campinas, 27/05/2011. Disponível em: <http://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/>. Acesso em: ab. 2014

TEAD, O. **A Arte da Administração**. Rio de Janeiro, FGV, Serviço de Publicações, 1972.

THIRY-CHERQUES, H. Pierre Bourdieu: a teoria na prática: **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 27-65, 2006.

USEEM, M. **Liberal Education and the Corporation: the Hiring and Advancement of College Graduates**. New York: Aldine de Gruyter, 1989

USEEM, M. **Executive defense: shareholder power and corporate reorganization**. Cambridge: Harvard University Press, 1993.

VASCONCELOS, F. C. Estratégias acadêmicas, interdisciplinaridade e os requisitos organizacionais da produção do conhecimento. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 46, n.6, 1429-35, 2012.

VERGARA, S. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 1997.

VERGARA, S. A hegemonia americana em estudos organizacionais. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, p.63-77, 2001.

VERGARA, S.; CALDAS, M. P. Paradigma interpretacionista: a busca da superação do objetivismo funcionalistas nos anos 1980 e 1990. In: CALDAS, M.; BERTERO, C.O. **Teoria das organizações**. São Paulo: Atlas, 2007.

VERGARA, S.; CARVALHO JR., D. Nacionalidade dos autores referenciados na literatura brasileira sobre organizações. In: 19º Encontro Anual da ANPAD, 1995. **Anais...** João Pessoa:ANPAD, 1995, p. 169-188.

VERGARA, S.; CARVALHO JR., D. Refletindo sobre as possíveis consequências da análise organizacional apoiada em referências estrangeiras. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 30, n. 6, 1996.

VERGARA, S.; DAVEL, E.; GHADIRI, D.P. **Administração com arte – experiências vividas de ensino-aprendizagem**. São Paulo: Atlas, 2007

VERGARA, S.; PINTO, M.P. Nacionalidade das referências teóricas em análise organizacional: um estudo das nacionalidades dos autores referenciados na literatura brasileira. In: Encontro de Estudos Organizacionais, 1. Curitiba. **Anais...** Curitiba: ANPAD, 2000. 12p.

VIEIRA, M. M. F. e CALDAS, M.P. Teoria crítica e pós-modernismo: principais alternativas à hegemonia funcionalista. **Revista de Administração de Empresas**, vol. 46, n.1, p. 59-70, jan/mar 2006.

VIEIRA, M. M.; CALDAS, M. P. Teoria crítica e pós-modernismo: principais alternativas à hegemonia funcionalista. . In: CALDAS, Miguel e BERTERO, Carlos O. **Teoria das organizações**. São Paulo: Atlas, 2007.

VIEIRA, M.M.; MISOCZKY, M. C. Instituições e poder: explorando a possibilidade de transferências conceituais. In: CARVALHO, C.; VIEIRA, M. M. (Org.). **Organizações, cultura e desenvolvimento local: a agenda de pesquisa do Observatório da Realidade Organizacional**. Recife: Editora da UFPE, 2003, p. 41-60.

VIDAL, D. G. Escola Nova e Processo Educativo. In: LOPES, E.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 497-517.

VILLETTE, M. L'homme qui croyait au management. Paris, Editions du Seuil, 1988.

WACQUANT. L. **Esclarecer o Habitus**. [s/d]. Disponível em <http://sociology.berkeley.edu/faculty/wacquant/wacquant_pdf/ESCLARECEROHABITUS.pdf>, acesso em ago.2011.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Editora Pioneira, 1967.

WILMOTT, H. e GREY. C. **Critical Management Studies: a reader**. NY: Oxford University Press, 2005.

WOOD JR, T. **Pesquisa exploratória empírica sobre o fenômeno das “organizações de simbolismo intensivo”**. São Paulo: EAESP/FGV/NPP - Núcleo de Pesquisas e Publicações, 1999.

WOOD JR., T. Novas configurações organizacionais: pesquisa exploratória empírica sobre organizações locais. São Paulo, EAESP/ FGV **Série Relatórios de Pesquisa**, Relatório n° 37/2001, 2001a.

WOOD JR, T. **Organizações espetaculares**. RJ: FGV, 2001b.

WOOD JR, T. Nota técnica: frutas maduras em um supermercado de ideias mofadas. In: In: CLEGG, Stewart, HARDY, Cynthia e NORD, Walter (orgs). **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2007, v.1.

ZAJDSNAJDER , L. **A travessia do pós-moderno: nos tempos do vale-tudo**. Rio de Janeiro: Gryphus, 1992.

ZAJDSZNAJDER, L. **Ética, estratégia e comunicação: na passagem da modernidade à pós - modernidade**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.